

HISTÓRIA DE GOA

(POLÍTICA E ARQUEOLÓGICA)

HISTÓRIA DE GOA

(POLÍTICA E ARQUEOLÓGICA)

PADRE M.J. GABRIEL DE SALDANHA

VOLUME-I. HISTÓRIA POLÍTICA

PART I: GOA PRE-PORTUGUESA

PART II: GOA PORTUGUESA

VOLUME-II. HISTÓRIA ARQUEOLÓGICA

PART III: MONUMENTOS ARQUEOLÓGICA

HISTÓRIA DE GOA

(POLÍTICA E ARQUEOLÓGICA)

PADRE M.J. GABRIEL DE SALDANHA

COM UMA CARTA-PREFÁCIO

POR

I.A. ISMAEL GRACIAS

DIVIDIDA EM DOIS VOLUMES

SEGUNDA EDIÇÃO

VOLUME-I

HISTÓRIA POLITICA



ASIAN EDUCATIONAL SERVICES
NEW DELHI ★ MADRAS ★ 1990

ASIAN EDUCATIONAL SERVICES.

* C-2/15, S.D.A. NEW DELHI-110016

* 5 SRIPURAM FIRST STREET, MADRAS-600014.

Price: (Set)
(Volume)

First Published: 1898 Pangim First Edition

AES Reprint: 1990

ISBN: 81-206-0590-X
81-206-0591-8

Published by J. Jetley
for ASIAN EDUCATIONAL SERVICES
C-2/15, SDA New Delhi-110016
Processed by APEX PUBLICATION SERVICES
New Delhi-110016
Printed at Nice Printing Press
Delhi-110092

HISTÓRIA DE GOA

(Política e arqueológica)

por

Padre M. J. Gabriel de Saldanha

Professor aposentado do Liceu Central de Nova-Goa,
Sócio do *Instituto de Coimbra*,
Antigo Vogal da Comissão Permanente de Arqueologia
da Índia Portuguesa



COM UMA CARTA-PREFÁCIO

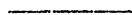
por

J. A. Ismael Soares

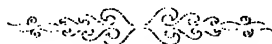
Da Academia das Ciências de Lisboa



Segunda Edição



Volume I—História Política



CASA EDITORA
Livraria Coelho
Nova-Goa



Palavras necessárias

Tendo-se esgotado, ha muitos anos, a 1.ª edição do meu **Resumo da História de Goa**, publicada em 1898, resolvi fazer esta segunda edição totalmente refundida, ampliada e dividida em dois volumes, compreendendo o primeiro a história política e o segundo a história arqueológica de Goa.

Este trabalho, como já o disse na edição anterior, não aspira á originalidade; é antes uma coordenação metódica do que encontrei disperso em várias fontes autorizadas, que vão indicadas em logar competente e numa relação final, devendo mencionar particularmente o importante livro de José Nicolau da Fonsêca.

Na coordenação esforcei-me por apurar com o possível rigor a verdade histórica através da divergência dos autores. O mesmo cuidado, porém, não pude empregar na revisão das provas da imprensa, por não mo permitirem a vista embaciada e os outros achaques da minha avançada idade de 72 anos; o que deu margem a algumas incorrecções, das quais as mais notá-

veis vão emendadas na lista das erratas.

Com a publicação dèste opúsculo julgo ter prestado um serviço, embora insignificante, ao meu país, cuja história se ressen-te da falta de um livro adequado aos que queiram ler sumariamente a história de Goa, com informações precisas sobre o vasto império português no Oriente.

Pe. M. J. Gabriel de Saldanha

CARTA-PREFÁCIO

Meu caro padre Gabriel de Saldanha

Nos curtíssimos ócios que as obrigações me concedem, percorri, em agradável e rápida leitura, o seu MS. do *Resumo da História de Goa*, que,—se a minha desvaliosa palavra pode ser incentivo,—julgo deve publicar sem hesitação.

Vazado em bons moldes, revelador de reflectido estudo e de acurada elaboração, o seu compêndio preencherá uma lacuna muito sensível na bibliografia local, que, apresentando muitos e apreciáveis números sôbre vários capítulos da nossa história, acusa, contudo, a falta dum livro que, em sintético esbôço, compreenda os factos notáveis desde a mais remota antiguidade até aos nossos dias.

Pois, a dizer a verdade, não temos ainda a história

completa, embora abreviada, de Goa, ou antes, do império portuguez na Índia, que aqui teve o seu consagrado núcleo,—história como pode e deve fazer-se hoje : com observação, classificação e generalização ; com factos, método e leis ; com investigação, critério e eclectismo ; com a parte *estática* e a parte *dinâmica* ; —história, que está ainda por escrever, formando as longas e interrompidas crónicas, as colecções de documentos e várias monografias, uma congerie inextricável de elementos, a que só uma intelligência culta, servida pelo trabalho assíduo, como o meu amigo, podia dar ordem, unidade e consistência, para os concretizar e reduzir a um sumário, como êste, de carácter didáctico ⁽¹⁾ e de fácil assimilação.

E bem se vê, no decurso da leitura, quanto capital de aplicação e energia despendeu o autor, recorrendo a fontes de informação, de origem e procedência diversa, para apurar, com prudente escolha, os materiais no abundante cabedal, que mãos experimentadas têm sucessivamente accumulado.

Realmente, muito se tem escrito sobre o assunto, e, por isso, muito ha que aproveitar, já nos velhos cronistas, já em livros modernos, publicados no reino e na província, já nas relações dos viajantes europeus e, finalmente, nas obras de investigação arqueológica, que exornam a literatura anglo-indiana.

Dentre os primeiros—os escritores antigos das cousas indianas—avultam Gaspar Correia, João de

(1) Refere-se à primeira edição dêste livro, que havia sido destinada a servir de texto na Escola Normal.

Barros e Diogo do Couto, que lançaram os primeiros fundamentos para a história de Portugal no Oriente, e merecem preferência pelo sentimento de justiça e de verdade, que evidentemente os domina.

Gaspar Correia é o Políbio português. Quando o seu MS., que, por longos três séculos, esteve esquecido no pó dos arquivos, foi impresso, trouxe a público revelações importantes, dando um novo aspecto a muitos factos de que havia conhecimento por outros historiadores. As *Lendas* são a crónica mais importante desde a arrojada expedição de Vasco da Gama até ao ano de 1550; escritas em uma linguagem rude e quasi bárbara sim, mas natural e sincera, o que não quer dizer que haja sempre escrúpulo e exactidão, cheia de pitorêscos relêvos, que atraem e encantam, manifestam um engenho notável, embora inculto. O seu grande mérito, como ponderei algures, é condensar em um traço, em poucas palavras de adorável singeleza, duma ingénua candura — *candor ingenuus* — uma época ou uma individualidade para o seu julgamento moral; tem por vezes ditos sãbiamente conceituosos, agudos, esmagadores, duma simplicidade penetrante e flageladora. Com Gaspar Correia à vista, escritores nacionais e estrangeiros têm gizado brilhantes esboçêtos, e ressurreições históricas; contudo a mina ainda se não esgotou.

Se, tomando por ponto de partida o descobrimento do caminho marítimo da Índia, Gaspar Correia é o mais antigo cronista, pois começou a escrever no governo de Afonso d'Albuquerque, o livro que Duarte Barbosa, contemporâneo do viajante milanês, Luís

IV

Varthema, escreveu por 1510, sob o título *Relação do que viu e ouviu no Oriente*, geralmente se considera a mais antiga descrição da Índia. Esta opinião passaria como facto incontroverso, se uma moderna publicação alemã, de que nos chegaram tardios ecos pelas revistas inglêsas, não viesse tirar ao escrivão da feitoria de Cananôr a prioridade, por longo tempo incontestada. D.^r Kunstman fêz, ha poucos anos, imprimir pela primeira vez, em Augsburgo, uma interessante narrativa a respeito da Índia na primeira década do século XVI, a qual se diz escrita por um Conrad Rem, e que põe em evidência factos graves pela novidade, graves pelo alcance, nada mais, nada menos que uma reivindicação honrosa para Portugal, como se vai vêr.

Passa por averiguado que os portuguezes, depois de abrirem o caminho marítimo e de se assenhorearem das chaves do comércio oriental, eram tão ciosos, que consideravam e defendiam êsse comércio como um monopólio, muito seu, não consentindo que estrangeiros quaisquer tivessem relações mercantis na Índia, tratando como entrelópos os que a isso porventura se atrevessem. Que êsse exclusivismo, tendo origem na antiga doutrina do *mare clausum*, explica a falta de concorrência, durante a primeira época, das outras nacionalidades, concorrência que mais tarde se iniciou por parte dos holandeses, ingleses e franceses, transformando-se numa encarniçada luta de interêsses e ambições.

A publicação alemã, a que aludimos, vem, contudo, patentear o exagêro desta apreciação; e que,

se os portugueses empolgaram e centralizaram nas suas mãos o tráfico indiano, não exerciam com tal rigor, de modo a totalmente excluir os estrangeiros ; apenas exigiam, como direito de supremacia, que fossem nacionais os barcos e os tripulantes empregados no transporte. Assim é que alguns ricos negociantes da florescente cidade de Augsburgo, tiveram permissão, em 1504, para armar três naus, tripuladas e comandadas por portugueses ; naus que vieram à Índia com a expedição do primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida e ainda depois, por duas vezes. Os alemães que fizeram essas viagens, tomaram nota do que viram, e o MS. de Conrad Rem, ou quem quer seja, editado pelo d.^r Kunstman, é visivelmente a descrição da Índia anterior à de Duarte Barbosa.

João de Barros, que segue a Gaspar Correia, vai mais além. Não só tem o merecimento que lhe granjeou o cognome de Lívio português, mas revela-se na sua obra um político e economista esclarecido, num tempo em que a economia política ainda estava no seu crepúsculo matutino, quasi desconhecida em Portugal, onde, mesmo depois de elevada à dignidade de ciência, tarde e muito tarde fêz resplandecer as suas luzes. Pois—se no século XVIII, Adam Smith, do canto da sua chaminé, impôs ao mundo maiores reformas do que as de um primeiro ministro (palavras textuais de Herbert Spencer)—João de Barros, já muito antes, tinha manifestado nas *Décadas* alguns conhecimentos e idéas sobre a economia pública e o futuro do comércio asiático. Feitor da casa da Índia, zeloso pelo engrandecimento da pátria, previu a im-

portância da expansão portuguesa no oriente, onde, aliás, nunca esteve, e o proveito que dela redundaria para a riqueza nacional. E' assim que, enquanto descreve pormenor e em correcta dicção, os sucessos que se propôs referir : navegações e conquistas, o vê-mos discorrer nitidamente sôbre o que se denomina hoje fomento,—sôbre a justiça e ordem natural das cousas, sôbre a paz e a concórdia, a liberdade civil, o direito de propriedade, o trabalho, a invenção das máquinas para o abreviar e aperfeiçoar, a agricultura, o comércio, a indústria, a política, o preço, os monopólios, a função da moeda, o interêsse privado, a distribuição com que a Providência reparte seus dons, para facilitar o comércio, a fé pública e particular, a defeza do Estado e vários outros assuntos conexos.

Se João de Barros é um historiador economista, Diogo do Couto é historiador filósofo, que aprecia os factos livremente, com a independência compatível com as circunstâncias do tempo, *não receando mal pelo que dissesse, nem esperando bem pelo que loubasse*. Esteve em Goa assistindo à franca declinação da estrêla portuguesa, e os seus últimos escritos são repassados do mesmo pesar e indignação dos profetas bíblicos sôbre as desgraças de Israel.

A par destas autoridades, triúmviros da nossa história, outras ha, dignas de menção, como Castanheda, António de Castilho, Faria e Sousa, António Bocarro, Jacinto Freire e mais alguns, que figuram em plano inferior.

Nota-se depois uma longa reticência no século XVIII e na primeira metade do presente século.

VII

Após a consolidação do regime constitucional na Índia, desponta uma nova aurora, começa um movimento civilizador, que sucessivamente alcança mais tensio, até iluminar a periferia e principiam as conquistas intellectuais. A imprensa toma assento definitivo, a instrução começa a difundir-se, e os últimos cincoenta anos oferecem um extenso inventário bibliográfico, considerável com relação à história e à administração local, salientando-se os trabalhos de dois homens inteligentes e sabedores, um europeu, que, por longos 22 anos, serviu na Índia, onde imprimiu indelevelmente o cunho da sua individualidade e fêz época, e o outro, indígena, ocupando um emprêgo, a que o chamaram as tradições de sua família, exercitando corajosamente as próprias forças, consoante o meio em que se criou e vivia, ambos beneméritos do país. Refiro-me a Cunha Rivara e Filipe Néri Xavier.

De Cunha Rivara não se pode escrever sem acatamento: é o mais douto europeu dentre os que têm aqui estado no século XIX. Antiquário erudito, que passava a maior parte do dia enclausurado nas bibliotecas e arquivos, humanista e paleógrafo, deixou uma grande cópia de contribuições para a história luso-oriental, assim como guiou com mão firme e benévola os juvenis espíritos que desabrocharam sob sua paternal direcção no ensino, exercendo uma eficaz e salutar influência na evolução mental e literária de Goa. Era um trabalhador perseverante e infatigável. Percorreu uma grande parte do Hindostão, desde Diu até ao cabo de Comorim, desde a costa de Malabar até a de Coromandel, o que lhe permitiu ver os loga-

res, onde em outras eras flutuou vitorioso o pendão das quinas, e coligir bastantes e curiosos subsídios. Com igual facilidade escrevia em português, latim, francês e inglês. Tentou com muita diligência ressuscitar o concani, tendo sido o primeiro que compôs um ensaio histórico e fêz imprimir alguns trabalhos didácticos antigos dessa lingua.

A sua dicção portuguesa era correctíssima, impecável. Tendo feito as suas primeiras armas ao lado de Garret, Herculano, Castilho, Mendes Leal e outros próceres das letras pátrias, apaixonado pelas antigualhas, familiarizado com os clássicos, Rivara era zeloso, até ao fanatismo, da pureza da linguagem. Para êle todo o neologismo era um desacato imperdoável, toda a irrupção de formas ou vocábulos peregrinos uma afronta criminosa a Camões e Ferreira, a Bernardes e Vieira, a Barros e fr. Luís de Souza. Não admitia outros mestres da arte de escrever, e repugnavam-lhe as inovações modernamente importadas do estrangeiro. Ainda hoje não faltam em Portugal exemplares dêsse género, poucos, raros, como em França ha tão escrupulosos servidores da lingua, que sòmente reconhecem a autoridade dos literatos do grande período de Fenelon e Bossuet. Que diria hoje, se lêsse a erudita dissertação que o eminente filólogo, M. Michel Bréal publicou, o ano passado, no *Journal des Savants*, combatendo energicamente essa intransigente escola?

Ouçamos por um momento o sábio émulo francês dos Max-Muller e dos Nordau. É bastante instructivo o seu arrazoado, do qual não se há ocioso recortar

algumas considerações.

Discorrendo à cêrca da adopção de vocábulos novos, que geralmente costuma acompanhar a importação de uma sciência, arte, moda, ou simples jogos oriundos do estrangeiro, diz Bréal :

“ Os amadores intransigentes do purismo deveriam ponderar que a mesma cousa se effectuou em todos os tempos e, visto invocarem a tradição clássica, pode-se-lhes dizer que, em tal capítulo, os antigos fizeram exactamente o mesmo. Os romanos receberam dos gregos a sua escrita, tudo que diz respeito à arte de escrever é grego, a começar por *scribere* e *litterae*. E não sòmente quer se trate de escrita, de direito, de ritual, quer da arte militar, de navegação, de pesos e medidas, de construções, de objectos de arte, em tudo se encontram em latim vestígios da Grécia e dos nomes gregos.

“ Os empréstimos são de todas as épocas,—acrescenta Bréal—são tão antigos como a civilização, porque os objectos úteis à vida, a tecnologia das sciências e das artes, assim como as concepções abstractas, que elevam a dignidade do homem, não se inventam duas vezes, mas propagam-se de povo, a povo para se tornarem património comum da humanidade. Não será, pois, legítimo conservar-lhes o nome ?

“ Os homens não pertencem apenas a um grupo étnico ou nacional, fazem parte igualmente,—segundo os seus estudos, a sua profissão, o seu género de vida, o seu grau de cultura,—de comunidades sociais, que são ao mesmo tempo mais gerais e mais limitadas. O matemático permuta ideas com os matemáticos

dos outros países. O geólogo francês tem de corresponder-se com os seus colegas da América ou da Austrália. O negociante quer saber o que se passa nos mercados do mundo inteiro. Seria carecido de fundamento pôr obstáculos, em nome de uma idea de purismo, ao emprêgo de termos que são a propriedade comum dos homens votados aos mesmos interesses e aos mesmos estudos.

“A adopção de palavras estrangeiras, para designar idéas ou objectos importados do estrangeiro e dando logar a uma troca internacional de relações, não é, portanto, cousa censurável em si e pode perfeitamente justificar-se. Em semelhante caso, é apenas para desejar que o empréstimo seja feito com intelligência, e que, na passagem de uma lingua para a outra, não haja substituição de nenhuma espécie.”

M. Michel Bréal, que exemplifica largamente o seu discurso, entende mais que não é da mistura de termos estrangeiros que a pureza de uma lingua tem a reccar, mas do emprêgo impróprio de termos scientificos, e do fabrico de vocábulos supérfluos e pretenciosos, de que tanto têm abusado os simbolistas e decadentes, substantivando verbos e vice-versa, de um modo desastoso e pedante. Condenar em princípio, e de um modo absoluto, os neologismos, julga a mais estéril das proibições; pois, uma lingua é um organismo vivo, que se desenvolve sempre, e em cujo desenvolvimento todos nós colaboramos inconsciente e insensivelmente.

E' convincente e decisiva a argumentação do abalizado filólogo. E a pequena digressão, que acabo

XI

de fazer, não significa de modo algum o meu desrespeito ou descarinho pela forma clássica. Mas, a severidade da velha escola tem de moderar-se perante a exigência do progresso, sem contudo aprovar a excessiva liberdade dos que, por gôsto, aspiração à singularidade ou sciência, sóem usar uma terminologia convencional e campânuda, querendo a seu modo fazer uma *feira de estilo*, quando sai de tudo um *pagode estonteador*, brigando com a gramática, com a lógica e até com o senso comum; caindo em indesejáveis e repetidas faltas, que, muitas vezes, a rotina legítima, com manifesto prejuízo para o génio e tradições da lingua nacional. Entre os dois extremos, facilmente se impõe o meio termo a seguir.

Tornemos a Cunha Rivara.

Os seus reconhecidos préstimos e os estudos que encetou logo ao chegar à Índia, valeram-lhe a nomeação régia para continuar os trabalhos de Barros e de Couto. No desempenho desta comissão, não se subordinou, porém, ao plano de arcaicas crónicas; inspirou-se na sistematização moderna e foi um *essayist* de superior critério. Entre as suas obras sobressaem o *Archivo Portuguez-Oriental*, repositório enorme e precioso de documentos habilmente coordenados,—a volumosa colecção relativa aos direitos do Real Padroado Português no oriente, de que foi estrénuo e vigilante defensor, o que lhe acarretaria o desgosto de não ser arcebispo de Goa, se fôra eclesiástico, como Pio IX o supunha,—o periódico *Chronista de Tis-suary* e tantos outros, que opulentam a sua herança literária.

Aqui vem a talho de foice uma recordação. Todos os homens de letras têm os seus quartos de hora do feitio do de Rabelais, e Rivara não foi excepção dessa regra. Quando, exumando do pó dos arquivos, com a mais paciente solicitude, os documentos antigos, isolados ou acompanhados de illustrativas informações, os publicava no *Boletim do Governo*, onde saíram primeiro em grande parte (no que não só fazia um louvável serviço, mas cumpria as avizadas instruções dadas pelo Conselho Ultramarino para a redacção dos Boletins dos governos d'além-mar, (instruções que o modernismo, ingrato para com um passado glorioso, tem esquecido),—dois jornalistas do país, aliás homens ilustrados (esqueço outros de baixo coturno, escribes sem sciência nem consciência, que de vez em quando lhe atiravam pedradas de garôto)—dois jornalistas, repito, no calor com que agrediam o secretário do governo, não raro absorvido em batalhas eleitorais, nos momentos em que se fazia rebelde à natural quietação, serviam-se ainda dessa publicação, como arma contra o douto homem de letras. Um classificou de *soporéticos* (sic) os *fascículos*; e o outro não duvidou dizer que o *Boletim* só servia para embrulhar *tabaco e assucar*! E Cunha Rivara não soube desanimar; prosseguiu com imperturbável serenidade e persistência; tranquilo e impassível, antevendo a justiça da imparcial posteridade, a cada arrochada d'este jaez, respondia com homéricas gargalhadas, tão suas, que retiniam como bronze aos ouvidos dos circumstantes. Hoje os seus volumes têm uma procura forte, não só no país, mas ainda no estrangeiro, pagando-se avul-

tado preço pelos que se acham esgotados. E a ambos êsses jornalistas ouvi eu, com os meus bons ouvidos, falarem dele com reverênte consideração e aludirem com subido aprêço às suas luzes, experiência e escritos, que de muito préstimo lhes foram em certas ocasiões. E' caso para se repetirem as próprias palavras do sábio portuguez, sentenças, que a propósito dimanavam da sua longa prática dos negócios: *as paixões politicas fazem virar as cabeças ainda as mais bem organizadas*,—ou, melhor, estas de Chateaubriand com que se esculdou uma vez: “*Quando seiscientos ou setecentos homens (nas câmaras parlamentares) têm o direito de falar e um povo inteiro o de escrever, é mister resignar-nos a ouvir e a ler muita tolice. Quem se amofinar com isso, dará mostra de ser fraca cabeça, ou parecerá criança*”.

Ao regressar à metrópole, em 1877, levou valiosos MSS., uns acabados e outros por acabar, que, após o seu falecimento em 20 de fevereiro de 1879, sua ex.^{ma} viuva offereceu à Biblioteca Pública de Évora, de que Rivara, antes de vir à Índia, fôra solícito director. Ainda não chegaram a imprimir-se, excepto a collecção das inscrições lapidares da Índia Portuguesa, que saiu em 1894 no *Boletim* da Sociedade de Geografia, de Lisboa, e depois em volume especial, infelizmente com grâves defeitos de edição, que prejudicam o valor dessa preciosidade epigráfica.

Resumindo, Cunha Rivara é hoje a maior autoridade nos assuntos sôbre que escreveu. O seu nome, que êle gravou, com mão diurna e nocturna, em mo-

numentos imperecíveis, tem um crédito abalizado, e é o seu melhor elogio.

Filipe Néri Xavier foi um investigador assíduo e incansável. E' vasta e meritória a sua obra, podendo dizer se hoje, feito o nosso balanço bibliográfico, que é o mais fecundo escritor indígena. Funcionário distinto, duma actividade sempre juvenil, vigorosa e enérgica, aproveitou-se da sua posição official e das variadas comissões, de que o incumbiam, para fazer demorados estudos do organismo administrativo local em todas as suas engrenagens, constituindo-se assim uma espécie de dicionário vivo das especialidades goenses.

Deixou valiosos trabalhos, não só de simples interesse histórico, mas, principalmente, sobre quísi todos os ramos da governação da província. Em um destes, o mais importante na economia interna—a administração das comunidades agrícolas—cujá indecisa história e anómala legislação foi o primeiro a coordenar, lia de cadeira, tendo durante a sua vida, logrado a reputação de oráculo. Acérrimo e fervoroso defensor dessas utilíssimas instituições, numa ocasião em que appareceu quem lembrasse a conveniência da dissolução das gâncarias, saiu de lança em riste com vigorosa defeza num livro, que o douto padre mestre Miguel Filipe de Quadros queria que servisse de cartilha maternal nas famílias gancariais: como a pretérita geração, esmaltada de nomes illustres, se apaixonava por essa secular e grandiosa herança, que abona o elevado engenho hindu l...

Com igual desvêlo escreveu sôbre as confrarias, administração das Novas Conquistas, dessaiados, usos e costumes dos habitantes não cristãos, senados e câmaras, nobiliarquia, numismática, etc.

Pelos seus muitos e prestantes serviços, adquiriu indiscutível jus à gratidão do país, que ainda se não desendividou para com êsse seu preclaro filho, fazendo-lhe pelo menos uma modesta consagração pública, ⁽¹⁾ embora o seu mais duradouro padrão — *cere perennius* —êle mesmo o tenha erguido nos seus trabalhos, *que honram a sua memória*, como disse uma autorizada voz na câmara dos pares em 1888,—embora a sua

(¹) Depois da primeira publicação desta carta foi feita esta consagração, lembrada pelo saudoso Ismael Gracías, por meio duma festa pública, promovida por seu irmão, o sr. Amâncio Gracías, para comemorar o centenário do nascimento de Filipe Neri Xavier.

Por essa ocasião, além de ser reeditado, por subscrição pública, o seu livro *O Bosquejo Histórico das Comunidades de Goa*, foi colocada, sendo descerrada pelo governador geral, uma lápide de mármore na fachada principal do prédio em que residiu, no bairro Fontainhas, da capital, na rua que leva o seu nome. A lápide traz esta inscrição :

NESTA CASA VIVEU E MORREU

FILLIPPE NERY XAVIER

NASCIDO AOS 17 DE MARÇO 1801

FALLECIDO AOS 16 DE MAIO 1875

HOMENAGEM DOS SEUS CONCIDADÃOS

NO SEU PRIMEIRO CENTENÁRIO

1901

mais viva comemoração seja a que todos os dias se repete entre os homens e nos estabelecimentos públicos, recorrendo à sua autoridade e invocando-a no estudo e resolução de importantes questões locais.

Preparado com a escassa instrução da sua época, e repartindo o seu tempo por entre imensos e acabrunhantes afazeres, não teve elementos suficientes, nem vagar para aperfeiçoar os seus escritos, daí algumas incorrecções que não deslustram contudo o seu mérito intrínseco. Diz o sr. Frederico de Ayala que Filipe Neri, a quem dá justo logar como o mais notável escritor índio, foi o melhor discípulo de Cunha Rivara. Ha nisto um equívoco. Quando Rivara chegou a Goa, Filipe Neri era já publicista considerado, e nos seus livros posteriores não ha a característica literária em que o primeiro o excedia. Filipe Neri era um espirito independente e brilhou sempre com luz própria. Foi obra de si mesmo. Além de que é tradição que ambos nunca se entenderam bem, ligando-os apenas a proximidade da hierarquia official. Um Boswell comum poderia neste ponto acumular citações oportunas.

Seguiu-lhe a esteira Miguel Vicente de Abreu, também funcionário público, que empregou útilmente as suas horas feridas. E', porém, de menor importância o seu espólio. Começou a escrever sob os directos auspícios de Cunha Rivara que sempre o encaminhou, e isto lhe deu bastante incentivo e conhecidas vantagens. Dentre as suas publicações, as mais apreciáveis são as versões do *Bosquejo historico de Goa* pelo abade Cottineau, e da *Narração da Inquisição*, pelo

médico francês Dellon, ambas prefaciadas por Cunha Rivara, a *Relação* das alterações políticas de 1821-22 e a memória sobre o governo do Conde do Rio Pardo, estas últimas amplamente documentadas, no que porventura consiste o seu único merecimento. A memória sobre os filhos distintos de Goa, louvável como homenagem patriótica, é um punhado de apontamentos, sem nexos, mas de utilidade; e a que trata da aula de química tem interesse limitado.

Ao lado de Filipe Néri e de Miguel Vicente d'Abreu, surgiu um *novo*, habilitando-se com suficiente educação literária para delinear uma obra histórico-crítica, segundo os modernos processos. Reduziu os principais assuntos a breves quadros, trabalhados com esmero e com o desassômbro próprio da sua juventude e posição social. Não teve aspirações partidárias, de que injustamente o argúi o sr. Frederico d'Aiála, pois nunca se mostrou filiado em partido algum, nem entrou em questões políticas, nem mesmo os seus escritos jornalísticos, na máxima parte, de literatura histórica, denunciavam qualquer laivo de vírus partidário ou castista. É certo que a sua obra não é muito reflectida, só dominada pela lógica. Fa-la-ia, se, assim como se familiarizou com a literatura francesa em voga no seu tempo, tivesse conhecido Macaulay, Gibbon, ou Hume. E, à parte alguns pequenos senões, que se perdem no conjunto da obra, os *Quadros históricos de Goa* podem considerar-se uma esplêndida e inconfundível manifestação literária, e ser manuseados com proveito por quem não pode entregar-se à fastidiosa leitura de pesados volumes. Mais,

XVIII

tem a vantagem de abranger os sucessos políticos da terra até uma época menos afastada. Creio que os leitores sabem de quem falo. Barreto Miranda muito daria às letras, em que illustrou seu nome, se circunstâncias particulares o não tivessem desviado para uma prosaica e laboriosa função pública, e se a morte o não tivesse colhido ante-saço.

Sôbre os trabalhos dos escritores, últimamente mencionados, e com outros a que recorreu, o sr. Frederico Diniz d'Aiala, que mais duma vez citei, escreveu a sua *Goa antiga e moderna*, um trabalho de análise e de crítica, como êle próprio o classifica, um livro de combate, direi eu. Jovem de claro entendimento, residindo desde muito tempo em Portugal, estava em circunstâncias de produzir um livro melhor; mas, dominando-se pelo seu temperamento ardente e nervoso, aliou uma oração *pro domo sua* a um irritante libelo acusatório. E' este o seu defeito culminante. Lê-se o volume dum folego, e afinal é uma surpresa vêr um intellectual esperançoso, arrastar-se por sentimentos a que devia ser superior, perder a serenidade—como bem lhe reflectiu um articulista da *Provincia*, do Porto, que revistou esse livro—e descair em apreciações apaixonadas e inexactas, tendo em vista exaltar incondicionalmente uma determinada classe, e num *parti-pris* de amesquinhar por todas as formas uma outra, a que attribúe intentos sinistros, tendências nacionalistas (ou nativistas, na frase minaz dos *patriotas* de 1895) alvejando francamente—e parece ser êste o seu fito principal—um homem respeitavel pela sua capacidade e serviços,

aquêlê a quem o talentoso Moniz Barreto, quando escrevia no *Reporter* a respeito da mesma obra, acertadamente chamou o *último dos chefes da aristocracia brahmânica*. No entanto, *Goa antiga e moderna* revela-se uma obra de arte. A par de estilo embaraçado, que tanto prejudica os escritos do autor, (o que ainda lhe notou o precitado articulista), tem páginas de grande felicidade nas descrições, de belo vigor de traço, assim as que retratam as simpáticas figuras de Afonso d'Albuquerque e Francisco Xavier, o *heroe terrível* e o *padre santo*, dois vultos venerandos do ciclo glorioso do Portugal conquistador, e as que esboçam as formosas paisagens indianas.

O tomo III da *Descrição geral e histórica das moedas*, por Teixeira de Aragão—mal se perceberá que um volume dêste título encerra muita informação útil além da numismática—as sucintas narrativas que, sôb a epígrafe *Os Portuguezes no Oriente*, publicou o sr. Eduardo de Balsemão—e *A India Portuguesa* de António Lopes Mendes, são dignas de lêr-se. Teixeira de Aragão acompanhou em 1871 o infante D. Augusto à India e do seu magnífico livro se deduz que estudou muito, tanto aqui, durante os poucos meses da sua permanência, como em Lisboa nos arquivos públicos. E. de Balsemão, que, por muitos anos, foi secretário do governo, inteligente, activo e ilustrado, fêz um substancioso extrato dos cronistas e deu a lume não poucos documentos inéditos do arquivo do governo. A obra de Lopes Mendes, principalmente apreciável pelas estampas de conventos, igrejas, pagodes e outros edificios, muitos dos quais foram completamente

destruidos, substituindo-os hoje densos palmeirais, acusa contudo uma falta de ordem e método, que atenúa sobremaneira o seu merecimento.

O último livro, digno de nota, é firmado pelo sr. Bruto da Costa, redactor do *Ultramar*, jornal mais antigo da India Portugueza. Intitula-se *Goa sob a dominação portugueza*, e aí encontra o leitor um bem coordenado bosquejo histórico desde 1510 a 1897. Recomenda-se pela grande cópia de factos e informações, pela exactidão com que o autor os apura, citando logo a autoridade de que se serviu e, finalmente, pela simplicidade da linguagem que o torna acessível às mais mezinhas inteligências.

Chegado, meu fámigo, a êste ponto, seria injustiça esquecer a literatura relativa às conquistas espirituais no Oriente, onde a espada e a cruz resplandeceram sempre unidas, em combinado esforço; sendo a propagação da fé nestas partes o maior título de glória e benemerência, a que Portugal tem legítimo direito perante a história e a civilização,—a única grandeza que lhe resta dentre tantas da sua áurea idade, e que ainda lhe guarda vivo e respeitado o nome nas imensas regiões por que se estendeu outrora o seu senhorio religioso. A história política da India Portuguesa não pode desprender-se da sua história eclesiástica, que apresenta uma legião de escritores, pela maior parte clérigos regulares, que se distinguiram nas letras e deixaram preciosos livros, occupando-se não sómente do estabelecimento e serviços das suas ordens, missões e missionários, mas igualmente dos feitos dos portuguezes, dando miudas notícias das diferentes terras

asiáticas e das instituições, usos e costumes dos seus habitantes; o que lhes aumenta o valor. Seria longo enumerar essas obras, desde as crônicas monásticas impregnadas do maravilhoso e cheias de mística poesia, em que a imaginação domina freqüentes vezes o critério, interessantes contudo em variado género, até aos escritos de seculares. Registarei apenas a *Noticia historica e legislação da instrução publica*, do nosso lamentado colega, p.^o Filipe Neri de Souza, as *Instituições portuguezas de educação e instrução no Oriente*, do malogrado p.^o Caetano Francisco de Souza—duas publicações de incontestável valia—e, sobretudo, uma outra de recente data, que é, a bem dizer, o compêndio de toda a nossa história e direito eclesiástico: as *Mitras lusitanas no Oriente* pelo sr. p.^o Casimiro Cristovam de Nazaré, que acaba de publicar em Lisboa a segunda edição. Ha muito applicado a semelhantes estudos, vive esse digno sacerdote na penumbra em que se recolheu, professando a humildade cristã e empregando, como um beneditino, o seu tempo em lucubrações frutuosas. Mas, esse seu magnífico livro basta para o levantar nos escudos da fama, e impõe-se à leitura. Devem possuí-lo todos os que estudam as cousas pátrias e especialmente os eclesiásticos. Não estou a fazer reclame. Quer-me parecer que o nosso clero está bem compenetrado do que, ha muitos anos, lhe disse um sábio prelado: que o sacerdote deve ser eminente assim na sciência como na virtude, e que esta sem aquella o torna servo inútil na casa do Senhor, comparável àquêle de quem o Divino Mestre fala em S. Mateus. E não parece dúvida que na actualidade

é apenas um facto histórico a ordem dada pelo Marquês de Pombal, para cada pároco de Goa comprar um catecismo, pondo a sua assinatura na primeira página do livrinho !

A par das obras nacionais, ha outras estrangeiras, devidas principalmente aos viajantes europeus que vieram à India em diferentes épocas para variados fins, como o holandês Linschotten, o marítimo Hawkins, sobrinho do grande Hawkins, companheiro de Drake, que esteve na côrte do célebre imperador mogol Jehangir, de quem foi íntimo e obteve grande protecção, da qual tirou extraordinárias vantagens, ao invéz da imprudente perseguição que em Surrate lhe moveram os portuguezes,—Sir Thomas Roe, Newberry e Ralph Fitch,—Manucci, Carreri, Bernier e Fryer, médicos,—Tavernier e Thevenot, joalheiros—Terry e Ovington, ecclesiásticos,—Herbert outro marítimo,—Mandelso e Pietro della Valle, nobres,—Pyrard, e tantos cujas relações de viagem estão hoje ao alcance de todos, graças a emprêsas vulgarizadoras, como a conhecida *Hakluyt Society*, de Londres, e outras. São extremamente curiosas essas relações, muitas demonstrando larga observação e boa comprehensão das cousas,—e porisso, ao passo que lançam muita luz sôbre as épocas a que respeitam, servem para corrigir as crónicas indígenas, que, estando traduzidas em línguas europeias, sobretudo a inglêsa, têm de lêr-se *cum grano salis*, já pela propositada omissão de successos dignos de memória, que desonrariam certos soberanos,—já pelas amplificações que nelas pululam; nem outra cousa se podia esperar desde que—falo dos gran-

des reinados—alguns imperadores, como Babar e Jehangir, deixaram as suas auto-biografias,—outros, como Humayun e Akbar, fizeram escrever seus feitos por secretários particulares ou sujeitos estipendiados, que tinham de submeter os seus escritos a real complacência.

E a proposito de Jehangir, cujo nome caiu dos bicos da minha pena por mais duma vez, sejam-me permitidas mais algumas linhas.

E' sabido que diligentes missionários portuguezes foram nos fins do século XVI, sucessivamente, à côrte de Akbar, o mais sábio e poderoso de todos os *rulers* da India, que o solicitou, não pelo desejo de se converter, ou de introduzir nos seus domínios o cristianismo, mas pelo prazer de conhecer e tratar com a nova gente europeia, que andava pelo Oriente, espalhando fama de grandes feitos. Depois, no reinado de Selim, que succedeu no trôno a seu pai, assumindo o pomposo título de *conquistador do mundo*, que outra cousa não significa a palavra *Jehangir*, os nossos missionários conseguiram ainda baptizar quatro sobrinhos do monarca e vêr gravadas nas portas do encantador palácio da magnificente Lahore as efígies de Jesus Christo e da Virgem Maria. Mas, porque o filho de Akbar, cuja ferocidade era tal que os sentenciados por crime de roubo eram mandados lançar aos cães, e as mulheres que tivessem ofendido o decóro eram enterradas vivas até aos braços, queria o cristianismo? como o comprehendia? E' o que os nossos missionários nunca souberam ou fingiram não saber; mas contam-no informadores de boa nota.

Jehangir era dado à intemperança. Entretinha-se em banquetes luxuosos e dissipava as noites em orgias babilónicas. Num jantar, a que assistiu o mandatário inglêz (a Inglaterra mandava embaixadores ao Grão-Mogol, para firmar contratos comerciais extraordinariamente lucrativos, enquanto Portugal se limitava apenas à dilatação da fé), jantar que custou—diz Ed. Holden—150 mil libras, Jehangir, impaciente com a proibição dos seus médicos, relativamente a carnes impuras, perguntou aos doutores da côrte, se havia alguma religião que lhe permitisse comer toda a espécie de carnes. Só a cristã—responderam—. Pois façamo-nos todos cristãos, bradou êle contente !

De resto, para os príncipes mogois a religião era uma cousa indifferente, consideravam-na como um assunto de especulações filosóficas, e, neste particular não estabeleciam differença alguma entre os seus vassallos. Estavam ainda longe, infelizmente bem longe dêste pensamento político de largo alcance, os nossos heróis e missionários, dominados pela intolerância religiosa, sem reflectirem nos effeitos prováveis da violenta campanha de extermínio empenhada contra as religiões orientais—, sem pensarem que a propaganda católica desta arte se desviava da verdadeira concepção do cristianismo, do alto valor philosophico e moral das doutrinas do amável e divino Jesus. Os resultados regista-os a história.

Nenhum dos escriptores que citei e outros que por brevidade omito, tratou, porém, da história anterior à dominação portugueza, e alguns, intentando faze-la,

caíram, a minguar de fontes autorizadas, em deploráveis erros, firmando-se em tradições vagas, envolvendo-se numa atmosfera do maravilhoso, numa rêde de fábulas extravagantes que se esvaem como subtil fumo ao mais ligeiro sôpro da critica. Esta grandiosa tarefa estava destinada a um poder vigoroso, que igualmente dispusesse de intelligências, de vontades e de recursos pecuniários. Foi o que encetou e levou a bom termo a Inglaterra. Os dominantes da vasta península indostânica, após longos trabalhos agrupados e unificados, não dispersivos e isolados, sempre primorosamente remunerados, têm recolhido tesouros de saber acêrea da India.

Desfiando e perquirindo, como um paciente anatomista, o imenso mosaico de povos e raças, de religiões e linguas que se estendem por todo o Hindostão,—fazendo, em toda a parte, profundas escavações arqueológicas, desenterrando cidades e civilizações mortas, de cujas cinzas emergem raios luminosos,—têm conseguido reconstituir, página por página, a história da India, em todas as suas manifestações, e em todos os períodos, desde os tempos primitivos, tão ricos de lendas e de mitos, até o *struggle* europeu, história que se acha divulgada em obras monumentais, como o *Indian Antiquary*, os *Sacred Books of the East*, os tratados históricos *ex-professo*, os relatórios do *Great archaeological survey*, a *Numismata Orientalia*, o *Imperial Gazetteer*, a série dos *Rulers of India*, a coleção dos documentos do arquivo da Companhia das Indias.....E' êste um relevantíssimo serviço da era vitoriana, devido à *Pax Britannica*—

primeiro e maior factor da ressurreição do génio indiano, —e prestado por gloriosos lidadores, como Briggs, Elliot, Dawson, McCrindle, general Elphinstone, Grant-Duff, Elphinstone, Cunningham, Max-Muller, Malleson, Strachey, Hunter, Birdwood, Danvers, e tantos outros, que formam a conspícua pléiade dos indianistas britânicos; não sendo menos fulgente a dos literatos indígenas, que apresenta nomes de reputação europeia, como Keshub Chunder Sen, Toru Dutt, Sumbhoo Chunder Mookerjee, Trimbak Telang, Ragen-dralala Mitra, Romesh Chunder Dutt, Bunkim Chunder Chatterjee, Rajaram Mohun Roy e Ishvar Chandra Vidyasagar.

Todos esses trabalhadores, duma sólida instrução e rara tenacidade, têm apurado e deslindado o que ha sobre a India antiga e medieval, uns explorando as múltiplas fontes de investigação, outros reconstruindo e galvanizando sobre os dados por aqueles colhidos a verdadeira história; e não são de somenos interesse para nós as suas magistrais publicações.

Quem saberia aliás que Goa, a famosa e dilecta porção do Parasurama Kshetra, fôra assinalada em prístinas épocas? —que Visnú, depois de derrotar o imperador Saharsarjuna, a designára para estância dos dez *munis* que trouxéra do norte? —que nos puranas fôra celebrada, ora como recesso escolhido por Siva, depois de abandonar a esposa nos inacessíveis píncaros dos Himalaias,—ora como purgatório dos sete *rishis* durante sete milhões de anos,—ora, finalmente, como teatro da sanguinolenta batalha travada entre Krisna e Jarasandha? Quem poderia

reconstruir a linha das dinastias que reinaram na bela Gowapur e as respectivas crónicas? Quem, a não ser os tradutores das antigas obras indianas, nos daria a descrição de Sindhabur ou Sundapur, da famosa Goa hindu e maometana?

Com não menor desvêlo têm os indianistas ingleses procurado estudar as particularidades da supremacia portuguesa, a mais antiga entre as nações europeias, nos mares e terras da India. Dão disto irrefragável testemunho as versões das nossas obras antigas, feitas pela já citada *Hakluyt Society*, de Londres, o importante esboço histórico de Goa. escrito pelo nosso erudito compatriota José. Nicolau da Fonsêca, por honrosa incumbência do govêrno indo-britânico, livro que foi uma contribuição para o *Imperial Gazetteer*, e que bem merece traduzir-se,—o do padre D'Orsey, sobre as descobertas e missões portuguesas na Asia,—a missão especial que foi cometida ao sr. Danvers, superintendente dos arquivos da *India Office* em Londres, para examinar os arquivos de Lisboa e Évora, onde o laborioso investigador encontrou opima colheita, de que deu uma sùmula no seu relatório já impresso, acrescentando novos subsídios,—a notavel obra do mesmo funcionário, intitulada *The Portuguese in India* etc.

Não me alongo neste vasto assunto, que era o capítulo obrigado dos meus relatórios officiais ao govêrno provincial, todos do domínio público, quando dirigi a nossa biblioteca nacional, onde, ao sair, deixei uma rasoável livraria indiana, de que tenho visto, com satisfação, auferirem proveito os estudiosos.

XXVIII

Olhando agora para trás, reconheço que tenho escrito demais para uma despretenciosa carta como esta. Tão ampla é a matéria que será necessário um volume para a só menção das obras acerca da história da Índia Portuguesa. O seu MS., apenas o comecei de ler, impressionou-me vivamente, a ponto que se me foi deslizando a pena sem interrupção, à vontade, traduzindo fielmente, naturalmente, as minhas idéas. Assim poderei dizer, applicando-me as palavras do inimitável autor das *Guêpes* :—“ estas linhas destinam-se a fazer conhecer a expressão sincera e inexorável do meu pensamento sobre os homens ou sobre as cousas, absolutamente fóra de qualquer idéa de ambição e de qualquer influência de partido”. Quanto ao meu amigo, não lhe quero demorar a expressão do meu caloroso aplauso pelo seu excelente trabalho. É visto ser um espírito firme e justo, se lhe faltar quem lhe aprecie o mérito e o anime, deve contentar-se em sentir dentro de si a independência e a tranquillidade que dá a consciência num valor afirmado ante os próprios olhos.

Pangim, 29 de Agosto de 1898.

J. A. Imael Gracias

HISTORIA DE GOA

PART E I

Goa pre-portuguesa

CAPÍTULO I

Goa, sua situação geográfica,
população e classes.

O território de Goa, enervado no Concão meridional, está comprehendido entre 14°

Situação de 53' e 15' 48" de latitude N., e
Goa entre 73° 45' e 74° 24' de longitude E. de Greenwich.

O seu maior comprimento é de 105 quilómetros, desde Patarden ao N. até Polem ao S., e a sua maior largura, de 60 quilómetros, entre Mormugão ao O. e o cume dos Gates de Tiném a E., abrangendo a superficie de 3.370 quilómetros quadrados.

Confina ao N. com o rio de Áraundem ou de Tiracol, e alguns contrafortes dos Gates; ao O. com o mar da Arábia; ao S. e a E. com a cordilheira dos Gates.

O seu nome indiano é *Govém* ou *Gová*, derivado do sânscrito *Gová-puri*, (isto é “povoação pastoril”), com que antigamente se designava toda a ilha de *Tissuari* e, especialmente, a sua primitiva cidade, (hoje a Goa-Velha). Posteriormente o nome *Govém* ou *Goém* estendeu-se a todo o território que constitue a província de Goa. Na literatura indiana é também dado a este país o nome de *Gomanta* ou *Gomantaka*, e é ainda possível que se lhe applicasse a palavra *Gova-rastra* ou *Gopa-rastra*, designação duma das antigas sete divisões do *Concão* (*Saptakonkana*).

**Origem do
seu nome**

A população do país, segundo o censo de 1910, é de 450. 551 habitantes, além dos que, aos milhares, se acham emigrados especialmente para a India britânica e a Africa Oriental. Sob o ponto de vista da sua religião, divide-se em três grupos : os cristãos, os hindus e os mussulmanos, que são em número muito limitado.

**População e
sua divisão**

E quanto à procedência e naturalidade, comprehende, além dos nativos, os europeus, os descendentes destes, estabelecidos no país, e poucos estrangeiros.

Com a religião hindu, importada pelos primitivos habitantes, veio também a sua constituição social, baseada no regime das castas. ⁽¹⁾

Os hindus de Goa admitem numerosas castas,

(¹) *Casta* é um termo que os portugueses introduziram e foi depois geralmente adoptado para designar as diferentes divisões de familias na India. Eram primitivamente quatro : a *brámane* ou sacerdotal, a *kzatriya* ou militar, a *váizya* ou agrícola-comercial e a *sudra* ou servil. Segundo o censo inglês de 1901, ha ao presente na India 2,378 castas principais, além de numerosas sub-castas.

que, segundo a sua suposta hierarquia, podem ser distribuídas em três grupos gerais: *a)* casta superior—os brámanes; *b)* castas médias—os vanis, ourives, carpinteiros, ferreiros, lavandeiros etc; *c)* castas inferiores—alparqueiros, farazes etc.

Os brámanes dividem-se em: os *sarasvatas*, procedentes, segundo a tradição, de Panjab e de Bengala; os *chitparans* e os *karadás*, aqueles oriundos de Chiplun (Ratnagiri) e estes de Karád, nos Gates.

Os *sarasvatas* ainda se subdividem em Sasticares, Bardescares, Pednecares etc, que entre si não se relacionam pelo casamento, nem se associam nas refeições.

Os cristãos, a-pesar-de séculos da sua conversão, ainda não se desprenderam de todo das castas dos seus antepassados.

A língua vernácula é o concani. Os hindus cultivam também o marata e os maometanos o urdu ou hindustani. A língua oficial é a portuguesa, que é falada pelas classes ilustradas. Actualmente é também muito cultivado o inglês, devido às necessidades da emigração.

Linguas

CAPÍTULO II

Breve notícia dos antigos Estados vizinhos de Goa.

Antes de entrarmos na história de Goa convém, para a sua melhor intelligência, dar uma noção sumária dos estados vizinhos que de alguma forma tiveram relações com o nosso país. E assim temos, em

Os Kadambas

primeiro lugar, o reino dos *Kadambas* (cêrca de 200 A. C. a 600 E. V.). Êste reino muito antigo, occupava, no sul do Decão, o território correspondente à parte ocidental de Maissor (Mysore) e, na base dos Gates, toda a costa do Canará. A sua capital era Banavasi ou Vaijayanti, que ficava ao norte do Maissor, nas margens do Tunga-bhadra. Ignora-se a data da fundação dêste reino; mas, o nome da sua capital encontra-se mencionado nas inscrições de Axoka, que datam do século III A. C. A dinastia reinante, provavelmente de origem ariana, cognominava-se *Kadamba*, porque, segundo a mitologia hindu, o seu fundador, que foi um Trinetra ou Trilochana Kadamba, nasceu duma gota de suor caída da testa de Siva na raiz da árvore *Kadamba*, espécie de palmeira (*Nuclea Kadamba*), que eles, talvês porisso, tinham em veneração e plantavam ao pé de suas casas.

Os Kadambas reinaram como independentes até os fins do século VI, em que foram subjugados pelos Chalúkyas. O seu escudo de armas representava um leão e a bandeira um macaco. No seu vasto território eram faladas algumas linguas, sendo a principal a canaresa.

Da dinastia de Banavasi nasceu um ramo, que é conhecido como o dos *Kadambas de Goa*, dos quais trataremos no capítulo seguinte.

Os Kadambas andaram em frequentes hostilidades com os Pallavas, Cholas e outros soberanos vizinhos, e devem ter sido monarcas poderosos, a julgar pelo facto de terem celebrado 18 sacrificios de *asvamedha*. ⁽¹⁾

(1) *Asvamedha* era um sacrificio de cavallo, que no período épico tinha alta significação politica. Um rei que quizesse adquirir o direito de suserania sobre os outros, exigia-lhes a vassalagem mandando um cavallo, previamente consagrado e acompanhado de poderoso exercito, percorrer successivamente as terras dêssos monar-

Com a decadência dos Kadambas adquiriram a importância os Chalúkyas, tribo lunar ou *Soma-vāxa* de rajputras, estabelecida no Decão já no século II E. Os Chalúkyas

V. Esta dinastia deu três ramos: a) os Chalúkyas do ocidente, cuja capital era Vatapi, hoje Badami, no distrito de Bijapur; b) os do oriente, com a sua capital em Vengui e depois em Rajamandri, na costa oriental; e c) os de Kalyani, que tinham por capital a cidade dêste nome, hoje nos domínios do Nizam.

Os reis mais notáveis da dinastia de Badami foram Kirti-varman 1.º, que venceu os Kadambas de Banavasi e fêz deles seus tributários, e Pulakexin 2.º, que subjugou a revolta dos referidos Kadambas, coligados com os Máuryas do Concão.

Pulakexin conquistou os Pallavas de Vengui em 615 e nomeou vice-rei de Vengui seu irmão Vixnu-Vardhana, que em 632 declarou a sua independência, fundando a dinastia dos Chalúkyas orientais.

O rei de Kanouj, Harxa, que era um poderoso imperador no norte da India, tendo atacado Pulakexin,

cas. Se aceitassem a submissão por vontade, ou fossem vencidos no combate, o rei, feito suserano, celebrava o seu triunfo com a assistência dos vassallos, terminando-o por uma solene festividade, em que se sacrificava o próprio cavalo, ou sua effigie, e o príncipe vitorioso era proclamado imperador ou rei dos reis. No caso de ser derrotado, perdia muito do seu prestígio, mas não seria vassallo do vencedor.

Se chegasse a celebrar 100 sacrificios desta ordem, o rei teria o direito de destronar o próprio Indra e fazer-se soberano do universo e de todos os deuses. Era portanto êste sacrificio sinal de independência e poder.

Conforme o *Brahmana* do *Yajur Veda*, abatiam-se, na ocasião da cerimonia do Axvamedha, nada menos de 180 animais domésticos, cavalos, touros, vacas, cabras etc, distribuindo-se as partes das reses por diversas entidades.

foi por êste derrotado e obrigado a desistir da pretenção de estender o seu domínio até o Decão.

A fama do rei Chalúkyas chegou até Pérsia, cujo rei, Khusru 2.º, lhe mandou um embaixador com cartas e presentes (em 625), honra que foi retribuída pelo monarca indiano.

Em 754, estes Chalúkyas foram desbaratados pelos Rastrakutas ou Rattas, que lhes mataram o rei Kirti-varman 2.º e extinguiram o reino de Badami.

Decorridos pouco mais de dois séculos, o valoroso Chalúkyas Taila ou Tailapa destronou em 973 o rei dos Rastrakutas e reconstituiu o império, fixando a sua séde em Kalyani, cujos príncipes ficaram sendo, daí em diante, suseranos dos Kadambas. Estes são os Chalúkyas de Kalyani, que reinaram até 1185.

O monarca mais poderoso desta dinastia foi Vikramaka ou Vikramaditya (1076-1126), que se fêz « Senhor do Decão », impondo a sua suserania aos Rattas, Kadambas, Yadavas e outros.

O brazão dos Chalúkyas representava um javali.

Contemporâneos dos Chalúkyas eram os Rastrakutas, ou Rattas, que ocupavam uma

• **Os Rattas** grande parte do território mais tarde chamado Maharastra. A sua capital, que, ao princípio, ficava no distrito de Nasik, foi depois transferida para a cidade de Malkhed, no país do Nizam.

O príncipe dos Rattas que mais nos interessa conhecer é Danti-durga. Aproveitando a ausência do rei Chalúkyas Kirti-varman 2.º, que se achava no sul, em guerra com os Pallavas, Danti-durga conquistou a sua capital Badami (754), tornando os Chalúkyas, e portanto os Kadambas, seus feudatários. Mas, como já vimos, o Chalúkyas Tailapa, de Kalyani, dois séculos depois, venceu os Rattas e trouxe os Kadambas sob a sua suserania.

Entretanto, formou-se em Deuguiri uma nova côrte hindu : a dos Yadavas, ou descendentes de Yadu, tribo que figurou na antiga guerra do Mahabharata.

Os Yadavas

Um dos seus ramos veio do norte para o Decão, e estabeleceu-se no país do alto Godaveri, donde Bhillana, seu primeiro rei, conseguiu conquistar algumas terras aos Chalúkyas.—Seu neto, Singhana, que foi o rei mais notavel desta dinastia, conquistou todo o império dos Chalúkyas, de Kalyaní, e portanto Goa, e estabeleceu a sua capital em Deuguiri, (1210–1247).

Nestas alturas aparecem na história do Decão dois novos Estados : o hindu de Vijayanagar e o maometano dos *Bamanidas*.

O Sultão de Delhi, Jalaluddin, da dinastia Khiljida, que trazia sob o seu scetro todo o norte da India, ambicionava conquistar o Decão. Esta difficil emprêsa foi levada ao cabo pelo seu sobrinho Alauddin, que, em 1294, marchou para o sul e tomou de surpresa Deuguiri, capital dos Yadavas. Nos princ'pios do sec. XIV, no sultanato do mesmo Alauddin, o seu general Malik-Kafur tornou a invadir o Decão, impondo o tributo a vários soberanos hindus.

Para fazer face às constantes invasões dos maometanos, dois irmãos hindus, Harihara e Bukka, constituíram um novo reino, fundando, na margem direita do Tunga-bhadra, uma cidade, a que chamaram Vijayanagar ⁽¹⁾ ou Bisnagar (1336). Um dos seus sucessores foi Narasinga, de cujo nome os antigos portuguezes chamaram a este Estado o *reino de Nursinga*. Um dos maiores reis de Bisnagar foi

Reino de Vijayanagar

(1) Nome derivado de *Vijaya*=triunfo e *nagara*=cidade, ou, segundo outros, de *vidyá*=sciência e *nagara*.

Krixna Deva-Ráiya. Este Estado teve de lutar, durante todo o tempo da sua existência, com os maometanos vizinhos, mas manteve sempre as melhores relações com o governo português de Goa, e estendeu-se rapidamente por todo o sul da Índia, até que foi destruído, em 1565, na batalha de Talikota, por uma coligação dos principados maometanos do Decão.

Doutro lado, um oficial maometano do sultão de Delhi, de nome Hassan Gangu Baman, ⁽¹⁾ tendo-se apoderado de Daulatabad, que a êsse tempo pertencia a êste sultão, proclamou a independência, assumindo o título de Alauddin 1.º e estabelecendo a sua capital em Kulbarga, hoje nos domínios do Nizam (1347). Foi o primeiro reino maometano que se fundou no Decão, sendo conhecido na história como o *sultanato dos Bamanidas*.

Este sultanato fragmentou-se, mais tarde, em cinco reinos, dos quais os principais foram: o de Ahmadnagar, sob a dinastia de Nizam Sháh; o de Golconda; e o de Bijapur, cujo soberano levava o título de Adil-Sháh, Adil-khan ou Idal-Khan (o Idalcão dos nossos

(1) Tomou o nome de Bahman, porque pretendia descender dum primitivo rei da Pérsia, assim chamado e melhor conhecido por Artaxerxes Longimano. Outros, porém, dizem que Báhman é corrupção da palavra *Bráhma*, porque este sultão estivera, na infância, ao serviço de um brámane, de nome Gangú, astrólogo de profissão; e, tendo restituído honradamente ao seu amo um tesouro que encontrara nos seus trabalhos de lavoura, o amo, tirando-lhe o horóscopo, lhe profetizara que êle viria a ser rei, pedindo-lhe que, se assim acontecesse, êle, Hassan, tomasse o seu nome *Gangú Brahman*, e o fizesse seu ministro. Esta última variante é hoje rejeitada como incrível e falsa, e não tem apoio nas moedas nem nas inscrições. (a)

(a) V. Smith *The Oxford History of India*; pag. 275 e *An Hist. of the Maratha People* by C. A. Kincaid. pag. 59.

cronistas). E' este último reino, fundado, em 1489, por Yussuf Adil-Khan, que possuía Goa quando da sua conquista pelos portugueses.

CAPÍTULO III

Goa sob a dominação hindu ; domínio dos Kadambas, Chalúkyas, Rastrakutas, Yadavas e de Vijayanagar.

Não está ainda historicamente definida a procedência do povo que primitivamente habitou este país. Segundo uma tradição local, poetizada pelo *Sahya-tri-khanda* do *Skanda-Purana*, os habitantes de casta brámane teriam vindo, em remotas eras, das margens do rio Sarasvati (Punjab) e da cidade de Trihotra, hoje Tirhut, em Gauda (Bengala). Daqui a designação de *Gauda-sàrasvatas* tomada por êsses brámanes. Conforme essa lenda, êles seriam, pois, de origem ariana. João de Barros, entretanto, consigna uma outra tradição, talvez posterior, segundo a qual Goa teria sido primitivamente habitada por uma população pobre e industriosa, procedente do Canará, que, repartindo entre si a terra maninha e desaproveitada, a teria trazido à cultura, semeando-a de arroz e plantando os seus arecáis e coqueiros.

E' certo que o território de Goa esteve, como logo veremos, sôb a dominação de dinastias canaresas, como a dos Kadambas ; mas foi isso numa época em que este país já possuía um certo grau de civilização árica, como se reconhece pelas referências elogiosas

que lhe fazem os Puranas (1) e pela pouca influência exercida pela lingua canaresa, de origem dravídica, sobre o idioma do país, que é puramente sânscrito.

Estendendo-se a população, que, cada dia, fôra crescendo, e multiplicados os benefícios da agricultura, que devia ter tomado um certo desenvolvimento, sentiu-se provavelmente a necessidade de retalhar as terras em aldeias, e por essa ocasião se fundaram as associações agrícolas chamadas comunidades, cujos membros assumiram o título de *gãocares*, isto é. “senhores, bemfeitores e governadores das aldeias”, como diz o primeiro Foral.

Comunidades agrícolas

A origem destas instituições, tão profficuas aos associados e à economia social, como vantajosas para os interesses do Estado, é ainda objecto de opiniões e conjecturas, nenhuma das quais tem adquirido até hoje valor histórico.

Supõe-se também que o govêrno teocrático, a princípio estabelecido, tomou depois a forma comunal, decidindo os *gãocares* em câmara geral os negócios da colectividade, económicos, civis e criminaes : um princípio activo e sólido de govêrno municipal.

Ignora-se por completo a história primitiva de Goa

(1) “Ao norte de Gokarna fica um *kxetra* (logar sagrado) de sete *yojanas* de circunferência, e no qual está situada Gová-puri, que destroe todos os pecados. Pela simples vista de Gová-puri fica destruido qualquer pecado cometido na existência anterior, como a escuridão que desaparece ao nascer do sol. Até o voto de tomar um banho em Gová-puri é bastante para se adquirir uma situação elevada (noutra vida). Não ha certamente outro *kxetra* que se possa comparar a Gová-puri, onde se encontram muitos brámanes profundamente versados nos *Vedas* e *Vedangas*, e onde todos os brámaes se dedicam aos seis *karmas* e trazem subjugadas as paixões por meio de *mantras*, hervas, penitências e *yoga*.”—*Sula-Sāhita*, cap. 16.

anterior ao século XI da era vulgar. É provável que no sec. III A. C. o seu território tenha feito parte do império de Axoka, neto de Chandragupta Máurya, que, tendo subido ao trono em 273, estendeu os seus domínios desde Afganistão até Bengala e desde o Himalaya até ao rio Kalyanpuri, ao sul de Goa; ao menos por toda esta imensa área se encontram, em rochas e pilares monolíticos, os numerosos edictos, sobre a moral pública e privada, que ele mandou inscrever. Com a fragmentação d'este império, após a morte de Axoka (232), reinou ainda no Concão uma dinastia Máurya, que talvez continuasse a possuir Goa.

O que ha de positivo é que, um dia, passou Goa para o domínio dos Kadambas de Banavasi, que abrangia, além duma grande parte do Decão, o Canará e o Concão meridional (pg. 4). Destes Kadambas veio, mais tarde, estabelecer-se em Goa, um ramo, formando aqui o reino dos *Kadambas de Goa*, alguns dos quais reconheceram a suserania dos Chalúkyas de Kalyani (pg. 5).

O primeiro príncipe Kadamba de Goa cujo nome revelam as inscrições ultimamente decifradas é *Guhalla-deva*, que parece ter reinado nos últimos anos do século X, ou no começo do século

XI da era cristã. Foi cognominado *Vagmari* por ter sido um insigne caçador de tigres.

O filho e sucessor de Guhalla-deva foi *Xasta-Deva*, que reinava cêrca do ano 1007 (¹). Diz-se ter conquistado, além de alguns reinos próximos, a ilha de Ceilão, aprisionando os seus príncipes.

Jayakexi 1.º, que sucedera a seu pai Xasta-Deva,

(¹) *Barnett, Antiquities of India*, pag. 75.

elevou a cidade de Goa à capital do seu império, tendo reinado nela em 1052 ⁽¹⁾. Pretendia ter conquistado os Alupas, Cholas e outros povos. A êsse tempo, em Abril de 1054, foi fundada em Goa uma *Casa Misericordiosa* ou asilo de mendicidade, e dotada com uma contribuição lançada sôbre o comércio e sôbre as heranças dos que viessem a falecer sem testamento. O documento relativo a essa casa é um formão do rei Jayakexi, cuja tradução foi publicada por Filipe Neri Xavier ⁽²⁾.

A êsse tempo, por obra duma lenta evolução, Goa já se achava transformada numa província populosa, e importante pelas várias fontes do seu progresso. A sua capital era situada na extremidade meridional da Ilha, sôbre a margem direita do rio Zuari, sendo designada nas inscrições canaresas como *Gove*, e em sânscrito sob os nomes de *Gopakapuri*, *Gopakapattana* e *Gová-puri*. Entre os gregos era provavelmente conhecida, segundo uns, pelo nome de *Nelkinda*, segundo outros, por *Tyndis* ou *Tricadiba Insula*; e entre os árabes e persas era denominada *Kawe* e *Sindabur*.

Prosperidade
de Goa

Elevada à capital do vasto império dos Ka-

⁽¹⁾ Idem, pag. 80.

⁽²⁾ *Gabinete Literário das Fontainhas*, vol. 1.º, pag. 16.

Esta tradução, visivelmente incorrecta, como diz Ismael Gracias, foi, junto com o original, que eram umas lâminas de cobre, remetida, por cópia, para Lisboa pelo vice-rei João de Saldanha da Gama, ao Secretário do Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real, em 1727, para *poder servir ao estudo académico*. L. das monções, n.º 93, fl. 1392. A mesma tradução foi publicada também, há pouco, no jornal *A Epoca* de Lisboa, pelo nosso patricio, Mons. Gustavo Couto. Vid. *Heraldo*, de 25 de Abril 1924. De resto, deve-se notar que, nessa época remota, já lá via na Índia alguns estabelecimentos humanitários entre os hindus.

dambas, esta cidade era notável pela sua opulência e comércio, que prosperavam com o concurso de vários povos orientais, pelos seus magestosos edifícios e pelos seus estabelecimentos de instrução, educação e caridade. Ha uma inscrição que alude aos seus numerosos letrados, *panditas*, os quais percorriam as ruas em palanquins, ostentando as valiosas dádivas, recebidas da munificência real, emquanto que outra inscrição, na sua linguagem hiperbólica, compara os encantos da cidade às belezas do paraíso de Indra. Alguns dos seus grandiosos edifícios ainda estavam de pé quando os portugueses entraram em Goa, mas hoje nem se encontram sequer vestígios. O local é conhecido entre os indígenas pelo nome de *Vhoddlem Goém* e entre os portugueses pelo de Goa-Velha, hoje modesta aldeia.

A Jayakexi succedeu seu filho *Vijyaditya* 1.º, que era muito instruido e amigo de excursões e viagens marítimas; a êste seguiu-se seu filho *Jayakexi* 2.º, que exerceu a autoridade sobre o Concão, Kavadiipa, Haive e Palasige, e casou com a filha do grande imperador Chalúkyas, Vikramaditya 6.º, que empunhou o scetro desde 1076 a 1127 (pg. 5).

Jayakexi, no intuito de sacudir a suserania dos Chalúkyas, e tornar-se independente, levantou, de acôrdo com todo o Concão meridional, o estandarte de revolta contra o imperador; mas foi derrotado pelo enérgico general Sindavansa Achugideva.

Nesta ocasião a cidade de Goa foi reduzida a cinzas, segundo se depreende da inscrição que se vê numa lápida descoberta em Patadaka, no distrito de Kaladgi (1).

(1) Cit. *Antiq. of Ind.* p. 88 seg; Fonseca *Hist. Sketch*, p. -122.

Jayakexi morreu em 1147. Há quem diga que passou os últimos anos de vida recolhido no templo de Sapta-kotesvar, de Naroá.

A cidade de Goa ressurgiu em poucos anos e atingiu a sua antiga prosperidade no reinado dos filhos e sucessores de Jayakexi 2.º, *Siva-chita Permadi* (Paramardin), que reinou até 1171 e Visnu-chita ou *Vijyalitya* 2.º, a quem sucedeu seu filho *Jayakexi* 3.º, que governou até 1201.

Depois da morte de *Xasta-deva* 2.º, último rei da dinastia dos Kadambas, passou o trôno, talvez por falta de sucessão masculina, para seu cunhado *Kamadeva*, com quem se extinguiu esta dinastia, que exercera o poder pouco mais ou menos até aos meados do século XIII. Pois, Singhana, o mais notável dos reis Yadavas de Deuguiri, hoje Daulatabad, conquistou todo o império dos Chalúkyas, e portanto os feudatários destes, os Kadambas de Goa.

Dominação dos Yadavas

Mas esta dominação hindu durou pouco, pois em 1294 Alauddin Khilji, vice-rei maometano de Bengala, e sobrinho do imperador de Delhi, Jalaluddin, da dinastia Khiljida, infestou o território do Decão, sitiou e saqueou Deuguiri, ainda até ali capital do príncipe hindu Ramadeva, e retirou-se com enormes riquezas apanhadas nessa ocasião, deixando o soberano de Deuguiri, senhor do seu país, mas sujeito a forte tributo. De volta da sua expedição a Deuguiri, Alauddin, querendo apossar-se de todo o império, mandou assassinar o tio, que viera de Delhi para o felicitar pela sua vitória; e, feito assim imperador, tentou a conquista da Índia meridional por meio de frequentes expedições, comandadas pelo seu insigne general Malik-Kafur.

Goa, investida pela última destas expedições, caiu

nas mãos dos maometanos, que, tendo confiado o govêrno dêste país a Malik-Tubliga, se retiraram com valiosos despojos.

**Invasão
maometana**

Os habitantes de Goa, desgostosos com os novos dominadores, cujas feições caraterísticas eram o despotismo e o extermínio do progresso, não os deixaram por muito tempo na posse pacífica da ilha ; pois, com repetidas hostilidades se esforçaram por sacudi-los, opondo, ao mesmo tempo, viva resistência aos ataques que lhes dirigia Jamaluddin, chefe ou rei maometano de Onor.

Em uma das suas empresas, e após renhida luta, Jamaluddin conseguiu subjugar dum assalto a ilha de *Sindabur* ou Goa, segundo escreve o célebre viajante Ibn Batuta, que esteve na India nos meados do século XIV e tomou parte nesta expedição.

Mas os hindus não descançaram sob êste jugo : reuniram os seus esforços e sitiaram a cidade, como refere o mesmo viajante, afim de a libertarem das garras do rei de Onor e alcançarem a independência, o que era provávelmente a sua idea predominante. A fortuna, contudo, não lhes foi propícia ; pois, ao que parece, ou não conseguiram o seu propósito, ou, apenas conseguido, tornaram a cair sob o domínio maometano ; pois consta que êste domínio pesou sôbre elles por mais alguns anos.

Nesta época surgiu na India um novo poder, que veio suplantar os maometanos. Harihara, poderoso rajá de Vijayanagar ou Bisnagar, reino florescente e recentemente fundado ao sul do rio Tunga-bhadra, (pg. 7) concebeu o desígnio de expulsar de Goa os seus dominantes, e encarregou desta missão o seu general e primeiro ministro Vidyaranya Mâdhava, que então governava Jayantipur ou Bana-

**Conquista
pelo rei de
Vijayanagar**

vasi. O general, chegou à cidade de Goa, e venceu os maometanos numa batalha renhida ; e êstes, totalmente desbaratados, foram compelidos a sair da cidade em 1367.

O resultado desta vitória não foi para Goa a sua apetecida emancipação, mas apenas a mudança de um jugo para outro menos intolerável.

Madhava encorporou a cidade nos domínios do seu soberano, governou-a durante o tempo em que nela viveu (1367-1391), e restabeleceu o antigo templo de Saptanatha ou Saptá-Kotésvar, que havia sido destruído pelos mussulmanos. ⁽¹⁾

Segundo alguns historiadores, Goa permaneceu sob

(1) O templo de Saptanatha ou de Saptá-Kotesvar, nome que se deu a Siva, era situado na aldeia de Naroá, da ilha de Divar, fundado em tempos imemoriais pelos *Sapta-Rishis* ou sete sábios.

Conta-se que, enquanto os *Sapta-Rishis* se ocupavam nas suas devoções, numa região subterrânea (*Rasatala*), uma grande serpente veio interromper-lh'as, compelindo-os a ir para as margens do *Pancha-Ganga* ou a alluência de cinco rios, em Naroá, para glorificar a *Mahesvara*. Foi isto no mês de Sravana (agosto-setembro). Aqui, elles fabricaram um *linga* de sete metais, a saber: ouro, prata, estanho, chumbo, cobre, ferro e bronze, e conservando-o em Naroá, o veneraram por 7 crores de anos, quando Siva, altamente lisonjeado pela sua persistente devoção, lhes appareceu em pessoa, e lhes perguntou o que desejavam. Os sábios pediram-lhe que permanecesse com elles sempre, e, todas as vezes que, no infortúnio, recorressem á sua protecção, tivesse a condescendência de lhes apparecer. El Siva retirou-se para o templo de Naroá e desapareceu. Desde então elles deram-lhe o nome de *Sapta-kotesvara* ou *Saptanatha*, isto é, senhor dos sete sábios.

Este templo foi vítima da intolerância religiosa dos maometanos, que o destruíram no governo de Malik-Tubliga (1312); sendo, poucos anos depois, restabelecido por Madhava (1367-1391).

Depois que os portuguezes tomaram Goa, e, pelo zelo de cristianizar o país, começaram a destruir os templos, o templo de Saptanatha foi demolido pela segunda vez, tendo sido os seus guardas obrigados a fugir com o *linga* para a aldeia vizinha na terra

o domínio dos sucessores de Madhava por espaço de quasi 100 anos, até a sua definitiva conquista pelo sultão da dinastia Bamanida.

Os cronistas portugueses dignos de crédito referem, porém, que, antes dêste acontecimento, o país sacudira o jugo do rei de Bisnagar e se tornára independente em 1440, tendo sido, nessa

**Independência
de Goa**

oportunidade, transferida a capital para a nova cidade, fundada na aldeia Elá, quasi duas milhas ao norte da antiga e na margem esquerda do rio Mandovi; é hoje conhecida com o nome de *Velha cidade* de Goa ou *Velha-Goa*.

Não está ainda assente a data da construção desta cidade, hoje em ruínas e quasi deserta. Uns a fazem remontar ao primeiro govêrno dos maometanos, com o fundamento de que o referido viajante Ibn Batuta, que devia ter visitado esta terra entre 1343 a 1349, diz ter visto, em Sindabur ou Goa, duas cidades, uma hindu e outra maometana. Outros fixam o referido ano de 1440, em que Goa adquiriu a independência, e houve,

firme, onde se estabeleceram no lugar chamado *Novo Naroá*. Foi depois construído aqui um novo templo com a mesma invocação, o qual ainda hoje existe nas margens do *Pancha-Ganga*. E' tradição popular que este templo foi alargado e embelezado, ás suas expensas, por Sivaji, o fundador do império marata.

Do velho templo não resta vestígio algum; mas o local é conhecido com o nome de velho Naroá.

Ao presente, o novo Naroá é um dos principais lugares da devoção popular hindu (*tirtha*). Uma grande feira se realiza annualmente pela festa de *Gokul-Astami*, em honra de Krishna, no 8.º dia da lua cheia do mês Sravana, em que tomam parte hindus de várias e distantes partes do país para se banharem nas sagradas aguas de *Pancha-Ganga*, que supõem, neste dia, purificá-los dos pecados.

Os hindus de Goa crêem que neste dia o *Bilva* ou *Bel* (*Ægle marmelos*), planta consagrada a Siva, surge, repentinamente, opulenta do fundo do rio á superfície das aguas, misturada com arroz e muitas substâncias odoríferas. (*Indian Antiquary*, vol 3.º).

Na opinião dêstes, a necessidade de remover a capital da margem do Zuari, que se tornára menos profundo e incapaz de acolher os grandes navios mercantes que, nessa época, freqüentavam o pôrto. Finalmente, ha quem a refira ao ano de 1479, em que alguns maometanos, escapando duma conjuração, vieram de Onor, comandados por Malik-Hussen, buscar abrigo em Goa, 19 anos antes da chegada de Vasco da Gama á Índia ou 40 anos antes da conquista portuguesa.

O certo é que esta cidade floresceu rapidamente e adquiriu importância, principalmente pelo seu comércio dos cavalos importados de Ormuz, os quais eram muito procurados pelos habitantes de Bisnagar e doutros reinos vizinhos. A cidade possuía, além disso, conforme resam os *Comentários* de Afonso d'Albuquerque, numerosas fôrças compostas de cavalaria e infantaria, com valentes e hábeis frecheiros, que prestavam relevantes serviços ao Estado, particularmente na crise das invasões. Tão próspero, na realidade, era o Estado de Goa, que dizem ter sido, a sua capital, a única cidade na costa, que, nessa época, tinha de renda 200.000 pardaus ou 10,000 libras esterlinas.

CAPÍTULO IV

Dominação maometana

A cidade de Goa, tão famosa pela sua riqueza e comércio, e tão importante pela sua vantajosa situação, era o pomo ardentemente cubigado, desde certa data, pelos príncipes maometanos do

Decão, que, tendo rompido a sua aliança com o impe-

**Conquista
pelos reis
Bamanidas**

rador de Delhi, haviam fundado um reino independente (pg. 8). Repelidos nas suas várias tentativas, não abandonaram o seu projecto de conquistar Goa e reivindicar o direito da sua antiga soberania neste país, donde tinham sido expulsos em 1367.

Em 1469 Muhammad Shah 3.^o, 13.^o rei da dinastia *Bamanida*, do Decão, expediu para o sul uma poderosa força, sob o comando do seu general Muhammad Gawan afim de sufocar as tentativas revolucionárias de alguns soberanos obstinados.

Os habitantes de Goa, receando o perigo que os ameaçava, fizeram causa comum com os vizinhos para repelir o ataque e apressaram-se a guarnecer as passagens montanhosas, que defendiam o país aberto. Mas foram infrutíferos os seus esforços. Gawan atravessou os Gates, sitiou e tomou a fortaleza de Kelna, reputada inexpugnável, e, com o exército vitorioso, marchou em seguida sobre Goa.

Uma frota de 120 navios appareceu na foz do Mandovi e, colaborando com a força, que atacava por terra, reduziu a cidade a extremos apêrtos.

Goa, a-pesar-dos baluartes e tôrres com que era fortificada, especialmente pelo lado mais exposto ao inimigo, não podendo continuar a defesa por muito tempo, foi obrigada, enfim, a render-se e a abrir as portas aos invasores, que tomaram posse dela e dos seus arrabaldes (1473).

Esta vitória, sabida com extrema satisfação na côrte de Bedar ou de Muhammad Shah, foi celebrada com as mais estrondosas festas populares. O rei ordenou o *nobat* (celebração do triunfo por 7 dias), recebeu entre as mais ruidosas demonstrações e subidas honras o seu ministro, que, tendo deixado uma guarnição em Goa, regressava cheio de glória e de despojos, agraciou-o generosamente com os mais

**Festas em
Bedar**

elevados títulos em recompensa de tão eminentes serviços, e, a seu pedido, nomeou, para o govêrno da nova conquista, Kushi Kadam, fidalgo de considerável mérito, tendo-o previamente honrado com a mercê de Kishvarkan.

Mas os habitantes ainda nutriam a esperança de recobrar o domínio hindu. Em 1472 Vikrama, rajá de Belgão, instigado pelo rei de Bisnagar e, com o auxílio do rajá de Bankapur, resolveu arrancar a cidade das mãos dos maometanos; Muhamuad Shah, porém, sabedor da resolução, marchou pessoalmente à testa dum grande exército, e atacou a fortalêza de Belgão por todos os lados. O rajá, surpreendido com esta inesperada invasão, foi obrigado a ir acudir ao seu domínio assaltado, e oferecendo a paz depois duma resistência inútil, teve de abandonar para sempre o projecto da conquista de Goa.

O reino Bamanida completava agora o ciclo da sua maior extensão. Com a mira de ser melhor administrado foi, em 1478, dividido em 8 *turafs* (torofos ou províncias), tendo cada uma delas um governador e oficiais subalternos, todos nomeados directamente pelo rei; e nesta divisão Goa foi agregada à província de Juner e o seu govêrno confiado a Najm-ud-din Gilláni.

Em 1481 Siva-Rajá, rei de Bisnagar, com um poderoso exército tentou tomar Goa; mas Muhamuad Shah, que prezava muito a sua nova aquisição, desenvolveu tão enérgica defesa, que lhe inutilizou os esforços.

No ano immediato a esta vitória Muhammad Shah 3.º morreu, deixando por successor um filho muito novo e, por isso, sem prestígio bastante para conservar reunidas sob a autoridade de unico imperante tão dilatadas conquistas. Esta circumstância proporcionou ensêjo para os governadores de diferentes províncias se declararem independentes da autoridade

central ; e a desorganisação não se fêz esperar.

A primeira revolta rebentou em Goa. Depois da morte do governador Najmuddin, um dos seus officiaes, por nome Bahadur Khan Gillani, arvorou-se em soberano absoluto, estabelecendo a sua séde num território vizinho, e, não satisfeito com estes exorbitantes cometimentos, expediu uma armada com a especial missão de piratear no mar alto, abuso que, em breve, lhe custou a perda da própria vida ; pois, tendo-se queixado dêle à côrte de Bedar o governador de Guzerate, cujos navios mercantes haviam sido assaltados e roubados nesta louca empresa, veio despachado daí um formidável exército, que abafou a revolta e restaurou o sossêgo, sendo morto o official rebelde em 1493. O govêrno de Goa foi então entregue a Maliken-ul Mulk Gillani.

A insubordinação dos governadores das províncias, que, sucessivamente, se declararam independentes, e a falta de poder real, que os mantivesse obedientes e ligados à dinastia Bamanida, embora ostensivamente, como o eram nos últimos dias, foram as causas do desmembramento do reino maometano, que foi dividido em cinco principados distintos. O mais poderoso dêstes foi o reino de Bijapur, fundado por Abdul Muzaffar Yusuf Adil Sháh, filho de Agá Murad ou Amurath, sultão de Turquia.

Govêrno de Bijapur

Yusuf Adil Sháh cognominava-se também *Savái*, ou *Sabaio* conforme os cronistas portugueses, da cidade de Sava na Persia, para onde fôra mandado pela mãe passar seus primeiros anos para se livrar da morte maquinada pelo irmão, que succedêra ao pai no trono em 1451. Este príncipe, transportando-se para India, fôra adoptado por Gawan, primeiro ministro do imperador Bamanida. e, investido com o título de *Khan*,

Idaleção

passara a chamar-se Adil Khan, nome que os portugueses corromperam em Idalcão.

Nomeado governador de Bijapur, Yusuf acordou com os governadores de Berar e de Ahmadnagar proclamarem-se reis independentes, dividindo entre si o território Bamanida (1489) e nesta divisão coube a cidade de Goa e os logares vizinhos a Yusuf, que impôs aliança e submissão a Maliken-ul-Mulk Gilláni, então governador desta cidade. Este aceitou-a de boa vontade e reconheceu a autoridade daquele soberano.

Refere-se que o rei de Bijapur, encantado com a situação da cidade de Goa, e apreciando as vantagens do seu pôrto, residia aqui frequentemente e que a escolhêra, de preferência, para fazer nela um dia a séde do seu govêrno.

**Estado de Goa
nos princípios
do século XVI**

Goa realmente tinha atingido neste período um alto gráu de prosperidade material e moral.

Era um dos principais empórios do comércio oriental, para onde afluía gente de várias raças e crenças de diferentes partes da Asia pelo grande número de navios, que concorriam de Meca, Aden, Ormuz, Cambaia e Malabar; e no seu pôrto vinham embarcar para Meca os peregrinos maometanos. A sua opulência e comércio florescentes obrigavam muitos príncipes orientais a procurarem a sua aliança e manterem relações de amizade com o seu govêrno.

A cidade, bem construída e fortificada, possuía vistosos e alinhados edificios, separados por excelentes ruas e praças adornadas de jardins. As suas dimensões eram $\frac{3}{4}$ de milha no comprimento e quasi $\frac{1}{4}$ na largura.

A muralha que cercava a cidade não era muito alta, mas circundada dum fôssco sempre cheio de água

e estendia-se pelo Norte, desde o *mandvi* ou Alfândega—um edificio espaçoso e contíguo ao actual convento de S. Caetano.—até o Arsenal, que ficava noutra extremidade. Pelo Oriente, chegava até à raiz do oiteiro depois chamado de N. Senhora do Monte ; pelo Ocidente, até o referido Arsenal e pelo Sul, ao sítio da igreja de N. Sra. da Serra, que serve actualmente de cemitério da cathedral ; ficando fóra do recinto murado o monte que se denominou depois o Monte de N. Sra. do Rosario e o local onde existe a igreja do Bom Jesus.

Além das portas da Alfândega e do Arsenal, tinha esta muralha, no sítio da igreja da N. Sra. da Serra, uma porta dupla ou duas portas juntas, que se chamavam as portas dos *bacaes*, ⁽¹⁾ por onde se saía da cidadela para os subúrbios, e um portão no lugar onde, posteriormente, foi levantado o *Arco dos Vice-reis*, o qual dava entrada para o suntuoso palácio de Adil Shah, com um jardim cheio de plantas aromáticas.

Não eram só estas as fortificações que protegiam a cidade, existiam também fortalezas e torres exteriores, outrora levantadas em alguns passos principais da ilha, as quais impediam a passagem do esteiro aos inimigos da terra firme.

Entre os edificios que embelezavam a cidade, os mais notáveis eram a mesquita principal e o magestoso palácio do Sabaio (Adil Shah), que tinha esplêndidos salões e espaçosos alpendres com colunas de madeira lavrada. Abria-se defronte do palácio

(1) *Bacais*, termo hindostano-árabe, que significa negociantes de cereais, tendeiros. (Mons. Dalgado, *Gloss. Luso-Asiat.*).

Esta palavra tem dado margem à várias corruptions, como *baçaes*, *baçães* e até *bachvreis* que se lê na planta official da velha cidade de Goa, ultimamente levantada.

uma vasta praça, conhecida, ainda depois da conquista portuguesa, como o *Terreiro do Sabaio*; e nas proximidades desta havia um tanque lavrado de cantaria, provavelmente construído para o recreio dos reis de Bijapur.

Os edifícios particulares eram espaçosos e cómodos; mas, pela maior parte, de um só andar. Não faltavam casas de recreio e estabelecimentos de indústria, distinguindo-se entre êstes as ourivesarias, com a reputação das melhores da Índia.

Conforme Barros, só a cidade de Goa rendia a Adil Shah 5.000 libras, além das 20.000 que aquele monarca recebia dos distritos vizinhos que formavam o território de Goa. Esta receita, pela maior parte, provinha dos direitos aduaneiros, principalmente do impôsto que pagavam os cavalos importados de Ormuz à razão de 2 libras por cabeça.

Tal era o estado de Goa, quando Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo da Índia em 1498 e, na viagem de regresso, recebeu em Angediva a visita dum judeu polaco, capitão-mór da

**Chegada dos
portugueses à
Índia.**

frota de Adil-Shah, o qual, tendo sido descoberto como espião, que procurava destruir a armada portuguesa, foi prêso e conduzido para Portugal, onde foi batisado com o nome de Gaspar da Gama.



SUMÁRIO CRONOLÓGICO

Hist. de Portugal—

—Hist. da Índia

Antes da era vulgar

c. 278—232—reinado de Axoka

Era vulgar

550—Estabelecimento dos Chalúkyas oc. em Badami

566—Kirti-varma 1.º subjuga os Kadambas.

606—647—Reinado de Harxa, de Kanouj.

610— { Pulakexi 2.º derrota os Máurys do Concão.
Fundação da dinastia dos chaluk. orientais ou de Vengui.

620—Derrota de Harxa por Pulakexi 2.º.

650—Dantidurga funda a dinastia dos Rattas.

753—Os Rattas subjugam os chaluk. ocid.

953—Tailapa vence os Rattas e funda a dinastia dos Chalukyas, de Kalyani.

980—Guhalla-deva funda a dinastia dos Kadambas de Goa.

1007—O Kadamba Xasta-deva

1052—Jayakexi 1.º de Goa—
Os Cholas vencidos pelos Chaluk.

Fundação do condado
Portugalense

1076—1126—Vikramaditya Chalk.

1122—Goa incendiada por Achugideva.

D. Afonso Henriques —1145

D. Sancho 1.º —1185

D. Afonso 2.º —1212

D. Sancho 3.º —1228

D. Afonso 3.º —1248

D. Diniz —1279

1294—Tomada de Deuguiri por Alauddin.

1802—1811—Invasão do Decão por Malik-Kafur.

1818—Nova invasão de Deuguiri.

D. Afonso 4.º —1325

1836—Fundação do reino de Vijayanagar.

1846—O reino de Vijayanagar no seu apogeu.

1847—Fundação do sultanato dos Bamanidas no Decão.

D. Pedro 1.º —1857

D. João 1.º —1385

D. Duarte —1438

D. Afonso 5.º —1438

D. João 2.º —1481 Independ. de Bijapur.

1490—Começo do desmembramento do Sultanato do Decão.

(Descobrimento da América) —1492

Bula da partilha —1498

D. Manoel —1495

1498—Chegada de Vasco da Gama a Calicut.

1510—Tomada de Goa por Albuquerque.

HISTÓRIA DE GOA



PARTE II

GOA PORTUGUESA

CAPÍTULO I

1503-1509.—Portugueses na India antes
da conquista de Goa—D. Francisco
de Almeida, 1.º vice-rei

Quando Vasco da Gama chegou pela primeira vez a Calicut a 20. de maio de 1498, o soberano desta cidade era um hindu com o título de Samorim ou Samudri-rajá⁽¹⁾, tendo por súbditos mais importantes e mais ricos os fanáticos *moplas*, muçulmanos naturais da terra ou procedentes dêstes, além dos arabes, persas, guzarates e outros estrangeiros estabelecidos alí e chamados Pardetis ou Pardexis.

Vasco da Gama
em Calicut

Êstes mouros, que haviam contribuído para dilatar o império do Samorim, eram senhores do comércio

(1) Êste pomposo título de *Samudri-rajá*, em sanscrito rei do mar, (em concani *Somdirachó razá*), em malayalam *Sa-muri*, depois significando rei da terra e do mar, correspondia à sua situação política.

do Malabar com Aden e com o Mar Vermelho, constituindo o seu principal empório em Alexandria, donde se exportavam as mercadorias orientais para a Europa. A prosperidade de Calicut e sua hegemonia comercial era por isso devida à sua população muçulmana, principalmente à classe dos Paretis.

Daquí resultou que, a-pesar-do Samorim ter recebido o argonauta português com a maior cortesia, os mouros tenazmente se opuseram à idea de um tráfico directo com a Europa, obstando também a que Vasco da Gama deixasse, como queria, um estabelecimento comercial em Calicut; porque viam na execução dêsse projecto, sôbretudo dum estabelecimento permanente, a próxima ruína do seu comércio ⁽¹⁾.

Mas, accentuando mais a opposição, conseguiram, por intrigas do catual (autoridade local), deter por alguns dias em terra Vasco da Gama e seus doze companheiros com fingida hospitalidade, retardando o seu embarque, e prender os dois feitores do projectado estabelecimento português, os quais só foram postos em liberdade depois das represálias feitas pelo almirante com surpresa dos muçulmanos.

Os vexames sofridos por Vasco da Gama foram terrivelmente punidos por êste na sua segunda viagem.

Concluída a empresa do descobrimento do caminho marítimo da Índia e acolhido Vasco da Gama em Lisboa com o maior enthusiasmo, el-rei D. Manoel, querendo tirar vantagens dêste caminho começou, des-

(1) Os venezianos e os genoveses, que, antes dos portugueses, comerciavam no mar das Indias, não haviam conseguido fundar feitoria nenhuma. Barros, dec. 1 liv. 4, cap. 6; *Lendas da Índia* tomo 1 pag. 63—*Roteiro da viagem* de Vasco da Gama—Stephens, *Hist. de Port.* pag. 16—David Lopes, *Hist. dos Port. do Malabar*, pg. XLVI.

de logo, despachar cada ano novas armadas bem aparelhadas, com destino ao oriente, para commerciar, ⁽¹⁾ estabelecendo na costa do Malabar

Armadas portuguezas no Oriente

feitorias, que pudessem reunir os mais valiosos productos da Índia e mandá-los anualmente para Portugal em navios reais ; estas armadas levavam, ao mesmo tempo, alguns religiosos para propagarem o cristianismo no oriente ⁽²⁾.

O tráfico era monopólio régio protegido pelas armadas, sendo as feitorias servidas por tropas e missionários. ⁽³⁾.

Pedro Álvares Cabral, que commandou a primeira destas esquadras, depois de ter, propositada ou casualmente, descoberto o Brazil, surgiu em Calicut e com permissão do Samorim fundou nesta cidade uma feitoria numa casa vasta, que tinha

Primeiras feitorias

sido feitoria dos chinezes, chamada *Chinacota*; mas os mouros a destruíram logo, assassinando barbaramente o feitor Aires Correia e seus 49 companheiros. Pedro A'lvares, que não tinha podido acudir aos seus, vingou-se bombardeando Calicut por um dia inteiro, (16 de Dezembro de 1500), e passou para Cochim, onde, favorecido pelo rajá, fundou outra feitoria. Aqui estabeleceram-se alguns dos oito religiosos francisca-

(1) As náus que desde 1497 a 1612 foram construídas para o comércio e conquista do oriente, foram 806 e custaram mais de 100 milhões de cruzados ; e destas regressaram a salvamento ao porto de Lisboa apenas 425.

(2) Stephens, pag. 168 ; e *Ensaio sobre a estatística* por F. Maria Bordalo, 2.^a série, livro 5.^o, pag 2.

(3) Aos navios não portuguezes só era permitido navegar quando munidos de *cartazes* ou passaportes, que emitiam os capitães dos portos ; o que dava considerável rendimento ao tesouro.

nos, que, tendo por superior fr. Henrique de Coimbra, se haviam transportado na armada, para implantar nestas paragens a doutrina de Cristo, sendo massacrados tres d'êles em Calicut ⁽¹⁾. Cabral, tendo feito, aqui e em Cananor, grandes carregamentos de pimenta, canela, gengibre, cravo, cardamomo e outras especiarias indianas, regressou ao reino.

O acolhimento dispensado aos portuguezes pelo rajá de Cochim irritou o de Calicut, que reservou a vingança para mais tarde.

João da Nova, almirante da segunda armada, fundou em boa paz a feitoria de Cananor e descobriu as ilhas de Ascensão e de S. Helena.

Em 1502 Vasco da Gama chegou pela 2.^a vez a Calicut, e, em desforra dos antigos agravos, intimou o Samorim a que lançasse fóra do seu reino todos os mouros de Meca e de Cairo, que eram para cima de 4 mil ⁽²⁾. Como a resposta do Samorim fôsse negativa, bombardeou novamente Calicut e lhe destruiu todos os navios do pôrto, enchendo de terror aqueles mares. Entendeu que só assim podia assentar nestas regiões a preponderância de Portugal e esmagar o orgulho dos mouros.

Em 1503 vieram para a Índia três armadas comandadas pelos capitães Francisco de Albuquerque, Afonso de Albuquerque, o futuro herói da Índia, e António de Saldanha; cada armada era composta de três náus.

O capitão Saldanha levou por missão especial cruzar na embocadura do Mar Roxo e apresar as náus da Índia, que fizessem o comércio concorrente ao dos

⁽¹⁾ M. Stephens. pag. 182; e *História Seráfica da Ordem de S. Francisco*, por fr. Fernando da Soledade, vol. 3 de 1448-1500.

⁽²⁾ Barros, *Dec.* 1, liv. 6.^o, cap. 5.^o.

portugueses.

Afonso de Albuquerque estabeleceu uma feitoria em Coulão (hoje Quilon), que foi a terceira no oriente, não contando com a de Calicut, que durou um só dia.

Francisco de Albuquerque socorreu o rajá de Cochim, que havia sido ferozmente atacado pelo Samorim por causa da sua amizade aos portugueses, sendo mortos, nesta guerra, dois príncipes herdeiros daquelle rajá ; ⁽¹⁾ e, tendo desbaratado o Samorim, conseguiu construir em Cochim uma grande fortaleza, que foi provida de artilharia e duma guarnição de 900 homens sob o comando de Duarte Pacheco.

**Primeira
fortaleza**

Foi a primeira fortaleza que Portugal possuiu nestas paragens ⁽²⁾.

Depois da partida de Francisco e Afonso de Albuquerque a guerra acendeu-se de novo. O Samorim enviou contra o rajá de Cochim um exército de 50 mil homens ; mas, Duarte Pacheco o derrotou completamente no passo de Cambalam. Esta estrondosa vitória immortalizou Duarte Pacheco e, firmando a reputação das armas portuguezas, trouxe para as feitorias a vantagem de poderem adquirir sem dificuldade as mercadorias que quisessem, *inspirando a El-Rei D. Manoel*, segundo escrevem alguns historiadores, *a idea de que poderia não só absorver o comércio indiano, mas até conquistar a própria Índia* ⁽³⁾.

De facto, o comércio, a conquista e a propagação da religião cristã constituíram o grandioso plano que Portugal pôs em execução no oriente.

O comércio foi prosperando e atraindo ao Tejo os

(1) *Lendas*, T. 1.º, pag. 349-365.

(2) *Barros*, Dec. 1, liv. 7, cap. 2 ; *Lendas*, t. 1.º, pag. 349.

(3) *M. Stephens*, pag. 170.

Comércio florescente

mercadores de todas as nacionalidades para obterem, por permutação, as apetecidas riquezas do oriente, que seguiam por via marítima o caminho

de Portugal.

Lisboa, transformada durante um século, num grande império comercial, distribuia, a bom preço, pelos países europeus, o ouro e a prata das minas de Mocaranga e Cuama, os rubis e as safiras de Ceilão e Pegú, os diamantes de Golconda, as esmeraldas de Babilónia, as perolas e os aljôfares de Manaar, as sêdas e tapeçarias da Pérsia, as musselinas de Bengala, os cavalos da Arábia, que Ormuz exportava, as porcelanas da China e do Japão, o marfim e o ébano de Moçambique, o benjoim de Sumatra, o ambar das ilhas Maldivas, a cânfora de Borneu e, sobretudo, as faladas especiarias da Índia, como a pimenta e o gengibre do Canará, o cravo, a canela, o cardamomo e a noz moscada das Molucas e vários produtos, incluindo os perfumes, oriundos das novas terras descobertas. Os mercadores europeus estavam livres dos vexames que sofriam dos moçulmanos no Egipto e na Síria e do monopólio dos venezianos.

O tráfico deixava fabulosos lucros ao tesouro público; pois, só o estanco régio da pimenta da Índia dava uma receita anual de 600 mil cruzados, e mais cêrca de 300 mil de direitos de entrada, o que correspondia a pouco menos de $\frac{1}{2}$ da receita global do reino.

O monopólio mercantil conservou-se nas mãos dos portugueses até 1595, ⁽¹⁾ enquanto não houve competidores europeus.

O império luso-indiano, fundado sobre inumeráveis

(1) Cf. a *Curta-Prefácio* pags. IV-V.

conquistas, não durou muito além de um século, como veremos adiante. O cristianismo, porém, implantado pelos missionários, floresce até hoje pela Índia, mantendo o amor ás tradições gloriosas de Portugal.

O programa do comércio obrigava a criação de numerosas feitorias pela costa, que tinham de ser protegidas por outras tantas fortalezas sob a jurisdição dos respectivos capitães ou governadores; e, para que entre êstes e os comandantes das esquadras, que cruzavam nos mares, houvesse uma harmonia de planos, era indispensável uma autoridade superior.

E' o que ponderou el-rei D. Manoel, e, em 1505, determinou estabelecer na Índia um seu representante, que governasse de perto todos os portuguezes, combatentes ou não combatentes, que andassem por estas longes terras; e para êsse elevado cargo nomeou **Primeiro vice-rei da Índia 1505-1509** D. Francisco de Almeida, filho segundo do 1.º conde de Abrantes, conferindo-lhe o título de vice-rei da Índia.

Êste primeiro vice-rei saíu de Belém em 25 de março do referido ano, capitaneando uma lúzida esquadra de 22 vélas e 1500 homens de armas, entre os quais havia numerosos fidalgos; e, depois de conquistar Quiloa e Mombaça, na A'frica oriental, surgiu, a 22 de setembro, no pôrto de Angediva ⁽¹⁾, onde começou a levantar uma fortaleza, conforme as ordens que trazia. Como, entretanto, tivesse recebido embaixadores do rei de Onor e propostas de amizade de outros

(1) A ilha de Angediva fica situada ao sul de Goa, na latit. N. de 14°,58' e long. L. de Greenwich 74°,49'. Figura no roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama á Índia. Superfície. 1,295;—população—50.

mouros vizinhos, D. Francisco entregou o govêrno desta ilha a Manoel Peçanha e, deixando com êle uns 80 homens, partiu com a frota para demandar o pôrto de Onor ; mas, não tendo encontrado aqui senão má fé e evasivas da parte dos mouros, castigou-os destruindo-lhes os navios ancorados no pôrto. Daqui navegou para Cananor, onde, obtida a permissão do soberano, construiu uma fortaleza e, a 22 de outubro, assumiu o título de vice-rei, na conformidade das suas provisões.

No entanto os muçulmanos de Dabul, aproveitando a ausência do vice-rei, cercaram e bateram a fortaleza de Angediva, cujos defensores lutaram heroicamente por muitos dias. O vice-rei, informado da ocorrência, enviou seu filho D. Lourenço d'Almeida com um pequeno refôrço, e bastou só a sua presença para os sitiantes se porem em debandada.

D. Francisco estabeleceu a séde do seu govêrno em Cochim e, tendo sabido nesta cidade que os mouros haviam assassinado os portuguezes residentes na feitoria de Coulão, expediu logo uma flotilha, sob o commando de D. Lourenço, para punir o atentado. Este jovem capitão cumpriu fielmente as ordens, queimando as naus que encontrou no pôrto de Coulão e, com elas, muitos mouros e hindus tripulantes.

Em 18 de março de 1506 o Samorim de Calicut aprestou uma armada de 400 velas com o auxilio dos maometanos de toda a costa do Malabar, que se julgavam prejudicados no seu comércio, e veio atacar a esquadra do vice-rei próximo a Cananor; D. Francisco, porém que era um insigne almirante, ordenou tão hábeis e audaciosas manobras, que surpreendeu

essa grossa coluna de navios no meio do seu movimento e varejou-a com a artilharia. Esta estrondosa vitória, ganha por D. Francisco, ou, segundo outros, isoladamente por D. Lourenço, espalhou terror por todo o Hindostão e adquiriu para os portugueses a fama de invencíveis.

Em 1507 D. Lourenço saiu de Cochim a descobrir e reconhecer as ilhas Maldivas, mas.

por um feliz acaso, aportou à ilha de Ceilão, pátria da canela e das pérolas, a qual se reconheceu tributária

**Descoberta
de Ceilão**

da corôa de Portugal. E, pouco depois de voltar desta arriscada emprêsa, foi morto na barra de Chaúl, combatendo contra a formidável esquadra de Mir Hussein, enviada pelo Sultão do Egito e auxiliada pela de Melik-yaz, senhor de Diu, os quais, devorados pelo ciúme comercial, haviam jurado expulsar da Índia os portugueses.

A êste tempo Afonso d'Albuquerque, que devia suceder ao vice-rei, foi encontrá-lo a Cananor, para tomar a posse do govêrno; mas, D. Francisco recusou entregar-lhe o poder, em quanto não vingasse a morte de seu filho, *pois quem o frangão comeu*, dizia êle, referindo-se à morte de D. Lourenço, *hãde comer o galo ou pagá-lo*; e, partindo com toda a armada do Estado para cumprir êste desejo, reduziu a opulenta e populosa cidade de Dabul a um montão de ruínas e cinzas, e destroçou totalmente as armadas combinadas de Mir-Hussein, de Melik-yaz e do Samorim de Calicut, que encontron no pôrto de Diu (2 de Fevereiro de 1509). Mas, ainda depois desta vitória, com que esmagou os seus inimigos, insistiu em conservar o govêrno da Índia, que, aliás, lhe era pesado, e até mandou o seu sucessor preso para a fortaleza de Cananor!

Foi preciso que, em outubro do referido ano, che-

gasse de Lisboa a Cochim D. Fernando Coutinho, marechal do reino e sobrinho de Albuquerque, com instruções precisas e uma armada de 15 navios, para, só então, o vice-rei, sem a mais leve observação, largar o govêrno, como se cedesse à fôrça o que não cedia ao direito.

Esta luta, mesquinha e deplorável, em que andaram envolvidos aqueles dois egrégios heróis, foi visivelmente creada e alimentada pelas intrigas dos partidários de cada um dêles.

Dum lado, três capitães, que, com seus navios, haviam fugido de Afonso de Albuquerque na campanha de Ormuz, receosos do seu génio severo, instigavam o vice-rei, imerso na dôr pela perda do filho querido, a que lhe não entregasse o govêrno; e, doutro lado, os apaniguados de Albuquerque insistiam com êste para que o reclamasse. E, de tal modo irritaram os ânimos e azedaram a disputa, que daí resultaram os factos escandalosos e indignos do carácter de D. Francisco, vulto, aliás, cavalheiroso e simpático, que sempre dera provas da nobreza dos seus sentimentos e da elevação do seu espirito.

D. Francisco governou quatro anos com fina tática e sem outro pensamento político que o de adquirir e sustentar o exclusivo do comércio marítimo, para onde dirigiu todo o seu esforço. Persua-

**Política
comercial** dido como estava de que era bastante dominar o mar para ter sujeita a terra, limitou a sua ambição a edificar feitorias no litoral para a comodidade das carreções e não quis conquistas nem praças fortes na Índia, a ponto de mandar um dia desfazer por inútil a fortaleza de Angediva.

De regresso ao reino morreu no Cabo de Boa Esperança, vítima de azagaias dos negros, a 1 de março de 1510, tendo de idade 60 anos.

CAPÍTULO II

1510-1515—Afonso de Albuquerque e a sua política.—Tomada de Goa, Malaca e Ormuz.

Afonso de Albuquerque (1509-15) foi o maior de todos os heróis portugueses que militaram na Índia e deve a sua fama principalmente aos seus numerosos feitos de armas, e à sabedoria e justiça da sua administração. Suceder, como está dito, a D. Francisco de Almeida nos fins de outubro de 1509, mas com o simples título de *governador*.

Apartando-se da linha da política seguida pelo seu antecessor, Afonso de Albuquerque concebeu, na sua ardente imaginação, o vasto plano de destruir o poder dos mouros e fundar um império oriental, cuja cabeça seria Goa e cujos poderosos braços deviam ser Ormuz e Malaca.

**Política
imperial**

Infelizmente, inaugurou o seu governo com uma expedição, que não logrou o êxito desejado. A instantes pedidos do marechal D. Fernando Coutinho, foi tomar Calicut, e, a 4 de janeiro de 1510, derrotados os *naires* (nobreza militar) que lhe tinham saído ao encontro, conseguiu incendiar o palácio do Samorim e arruinar uma boa porção da cidade; mas, crescendo a resistência dos habitantes, teve de retirar magoado com a perda de 80 portugueses mortos na luta, entrando neste número 10 ou 12 fidalgos e o próprio marechal D. Fernando, que, confiado na sua bravura, pouco caso fizera dos prudentes avisos de Albuquerque.

Este deplorável prognóstico foi desmentido pelos

posteriores acontecimentos, que vieram abrilhantar o govêrno e entre os quais o mais interessante para nós é a tomada de Goa.

**Primeira
Conquista
de Goa** Afonso de Albuquerque, tendo saído de Cochim com uma esquadra de 23 vélas, tripuladas por 1200 soldados, ia caminho de Ormuz para a conquistar, quando, chegado à barra de Onor,

recebeu a visita dum hindu, por nome Timoja, soberano dêste território, inimigo dos mouros e amigo dedicado dos portuguezes. Êste índio, que, pelos seus valiosos serviços, a êle prestados, merecêra a Albuquerque aceitação e certa confiança, aconselhou-o a mudar de rumo e dirigir a expedição sôbre Goa, informando-o, entre outras cousas, de se acharem neste país alguns rumes (turcos) fugitivos do desbarato de Diu—referido no capítulo anterior—e os quais, auxiliados pelo senhor da terra, projectavam voltar contra os portuguezes.

Albuquerque, que procurava na costa do Malabar um ponto central para a capital do império planeado, e já tinha lançado suas vistas para a cidade de Goa, induzido pelos conselhos de Timoja, que se comprometia a ajudá-lo na empresa com suas tropas, facilmente resolveu tomar esta cidade.

O estado interior do país era de si favorável ao projecto do herói portuguez. O govêrno maometano, oppressivo e tirânico como era, tinha-se feito odioso aos habitantes: nem êstes eram capazes duma acção unida contra qualquer invasor pelo motivo da diversidade de crenças e raças. Além disto, o rei de Bijapur, a quem pertencia Goa, andava em guerra com o rei de Vijaynagar, no intuito de consolidar os seus domínios ultimamente adquiridos; e tinha encarregado o govêrno da cidade a Yusuf Gurgi, que, com 200 turcos às suas ordens, maltratava horivelmente

o povo.

Nesta conjunção de circunstâncias favoráveis, e pelo meado de Fevereiro de 1510, appareceu inesperadamente, Albuquerque com a sua frota no pôrto de Goa; e D. António de Noronha, seu sobrinho, tendo desembarcado com alguma gente, atacou e tomou o castelo de Pangim (hoje palácio do govêrno), desbaratando os defensores, que lhe opuseram fraca resistência.

Este único successo abriu aos portuguezes a entrada para a cidade, e os cidadãos, descorçoados pelas profecias dum mendigo asceta (*jogui*), que aludiam à sua conquista por um povo estrangeiro de terra distante, se renderam immediatamente. A 17 de Fevereiro, oito mouros principais do logar ofereceram, de joelhos, a Albuquerque as chaves da fortaleza, junto com uma grande bandeira, que se costumava desfraldar nas ocasiões das festas públicas; e Albuquerque, montado em um cavalo soberbo e ricamente ajaezado, entrou na cidade em procissão triumphal, ao clangor das trombetas e rufo de tambores, com a bandeira portuguesa conduzida pela flôr da nobreza lisbonense e com uma cruz dourada, que levavam à testa os clérigos dominicanos; e dirigiu-se para o palácio de Adil-Shah entre as aclamações da imensa multidão, que cobria o novo dominante de flôres ãligranadas de ouro e prata.

Albuquerque, feito, quasi pacificamente, senhor da sua ambicionada capital, tratou os habitantes com a máxima moderação e clemência, e, por meio dum pregão, lançado em língua vernácula, garantin-lhes a completa segurança pessoal e da propriedade, dos seus direitos e privilégios, prometendo justiça e protecção igual para todos os que, dai para o diante, fossem súbditos de rei de Portugal.

As províncias de Salsete e Bardês entregaram-se, também pacificamente, a Albuquerque, que as arren-

dou a Timoja, obrigando-se êste a pagar por elas 60 mil pardáus em ouro, livres de todas as despesas.

Emquanto Albuquerque estava, por êstes meios, conciliando o povo e firmando a sua autoridade em Goa, Adil-Sháh reuniu uma esmagadora fôrça de 60,000 homens e, ajudado secretamente pelos muçulmanos da localidade, que, arrependidos da sua precipitada entrega, suspiravam pela antiga dominação, veio cercar a cidade, três meses depois de tomada pelos portuguezes.

Após uma curta e improfícua resistênciã, Albuquerque viu-se obrigado a abandonar a sua preciosa aquisição e recolher-se à frota com os seus conterrâneos, não tanto pela superioridade das fôrças inimigas, quanto pelas discórdias que lavravam entre os próprios capitães portuguezes.

Êste acontecimento teve lugar a 23 de Maio de 1510, quando começou a estação invernosã. Como o tempo proceloso não consentia à frota largar o pôrto, resolveu Albuquerque permanecer ancorado, durante o inverno, defronte da fortaleza de Pangim, onde os portuguezes tiveram de sofrer terríveis privações e extrema miséria por falta de provisões, chegando a comer ratos e couro, como os antigos romanos encerrados no Capitólio.

Contudo, Albuquerque não perdeu a coragem e, a

Segunda con- 15 de Agosto, logo que se diminuiu a
quista de Goa fôrça da estação, partiu para a ilha de Angediva. Na sua viagem recebeu um inesperado refôrço, vindo de

Portugal em 10 navios, e a agradável notícia, que Timoja lhe deu, de ter-se ausentado de Goa o príncipe maometano. Em consequência disto, partiu para Cananor e, feitos os preparativos necessários, com uma grande armada de 28 navios, tripulada por 1.700 homens, além das tropas de Timoja e do

rajá de Garsopa, ⁽¹⁾ voltou para Angediva, onde reuniu em conselho os seus capitães e fidalgos, e, por meio de um frisante e patético discurso, persuadiu-os da necessidade de retomar a cidade de Goa.

Recebido o seu projecto com grande aplauso e entusiasmo, ainda por aqueles que a princípio lhe eram adversos, Albuquerque deu as instruções precisas para um bem planeado ataque à cidade, e, a 24 de novembro, a frota, entrando no pôrto de Goa com as bandeiras desfraldadas e a toque de trombetas, fundeu imponente defronte do vale de Banguinim.

Era bem escolhido o momento para o assalto.

O rei de Bijapur, Yusuf Adil-khan, falecido nêsse mesmo ano, deixava por herdeiro do trono seu filho menor de idade, por nome Ismail Adil-Shâh, que mal podia calcular a grandeza do perigo que ameaçava os seus domínios na costa. A defeza da cidade havia sido confiada ao seu governador Rasul-Khan, que tinha debaixo de si a fôrça de 4,000 soldados na cidade e mais 4,000 nos arrabaldes.

No dia 25 de novembro (segunda-feira, dia de S.^{ta} Catarina) os portuguezes, divididos em três colunas, começaram o ataque na direcção da Ribeira ou Arseual; mas, encontraram uma vigorosa resistência da parte adversa. Após um porliado combate, subiram alguns as muralhas e plantaram sôbre elas a bandeira das quinas, ao tempo que os outros, conseguindo

(1) Garsopa, hoje Gairsapa ou Gerasapê, foi, outrora, uma cidade famosa, capital dum dos estados sujeitos ao rei de Bijnagar, e não distante de Onor. Afonso de Albuquerque assistiu ao casamento duma filha do rajá de Garsopa com Timoja, soberano de Onor. Garsopa produzia abundante pimenta, que os portuguezes iam buscar, chamando á rainha, que governava a terra em 1623, a *rainha da pimenta*. I. Gracinas. *A India em 1623-1624*

abrir a porta com valentes esforços, penetraram na cidade no meio de vibrantes gritos levantados em honra de S. Catarina.

Dentro da cidade a batalha foi sangrenta. Os muçulmanos investiram com valor e desespero ; os portugueses guerrearam com redobrado vigor e, à custa de sangue e heroismos, venceram. Estava pois tomada Goa.

Sucumbiram na luta quasi 2000 muçulmanos e o resto salvou-se escapando pela porta principal da Alfândega. Os vencedores perderam apenas 40 homens, ficando 150 feridos.

Dentre os habitantes, que, acossados de medo, quiseram fugir pela porta meridional, diz-se terem perecido quasi 3 mil, pela maior parte muçulmanos, na sua tentativa de atravessar o rio.

Afonso de Albuquerque, que estava postado com a sua coluna no monte vizinho a dirigir o combate, logo que o fidalgo Antão Nogueira lhe foi dizer : “ Senhor, a cidade é entrada dos nossos e ganhada neste dia, que neste logar ainda estará a casa de N. S.^{ra} do Rosário ”, respondeu : “ Casa de N. S.^{ra} do Rosário e do bem-aventurado Santo António”, e, descendo, entrou na cidade com a bandeira real desfraldada à frente, e pondo-se de joelhos a ren-

**Entrada do
conquistador
na Cidade**

der graças a Deus pelo bom successo das suas armas, fr. Domingos de Sousa entoou solenemente a *sua oração* (*Te Deum*). Em seguida, Albuquerque abraçou comovido os seus capitães, louvou-os pelo seu valor heróico e lhes conferiu condecorações. (1)

Concluida a conquista, Albuquerque tratou de consolidar o seu domínio, e, dominado por um sentimento de vindicta, que ao seu século podia desculpar,

(1) Lendas, vol. 2 pag. 152.

ordenou passar a fio de espada todos os muçulmanos da ilha, por julgá-los nocivos ao sossego dela. Foram mortos mais de 6 mil, sem diferença do sexo nem da idade !

Ao depois, deu-se ao cuidado de reparar e aumentar as fortificações ; embelezou a cidade com a erecção de vários edificios; levantou uma capela em honra de S. Catarina, que logo foi convertida em igreja da antiga Sé, com um hospital contiguo; e transformou o palácio do *Sabaio* em palácio dos governadores. Organizou o governo municipal à guiza do de Lisboa; estabeleceu leis e tribunais de justiça, animou o comércio, conservou o sistema das comunidades agrícolas, que vigorava em Goa, aliviou possivelmente os impostos pesados, mandou cunhar moeda portugueza numa casa fundada para êsse efeito; tolerou as crenças religiosas, proibiu a prática do *sati*, ⁽¹⁾ isto é, que a viuva hindu se incinerasse em vida na pira do marido; favoreceu muito os casamentos de europeus com mulheres indígenas ; e finalmente não poupou esforço algum para tornar a cidade mais florescente e digna de ser um dia a metrópole do império oriental. ⁽²⁾

**Politica
Governativa**

Deixando Goa definitivamente portugueza, e, confiado o comando da fortaleza ao valente fidalgo Ro-

(1) *Comentários* de Afonso de Albuquerque, parte 2.^a pag. 116-117.

(2) Em memória do feito de 25 de novembro, Albuquerque mandou pôr um padrão, em lugar conspícuo, com inscrição comemorativa dos capitães que haviam tomado parte na batalha. Suscitaram-se logo competências e melindres; motivo porque o glorioso herói mandou gravar apenas estas significativas palavras.— *Lapidem quem reprobaverunt edificantes.*

drigo Rebelo, partiu o herói, com uma grossa armada, para conquistar Malaca, que havia sido descoberta por Diogo Lopes de Sequeira em 1509. No primeiro assalto, em que obrou prodígios de valor, não conseguiu o intento; porque o cansaço, que se apoderára das suas tropas, obrigou Albuquerque a recolher-se à frota, mas, no segundo cometimento, e, depois de alguns ligeiros combates, assenhoreou-se daquela região, em 17 de julho de 1511; e, consolidado ali o poder português por sua política de conciliação e brandura para com os vencidos, voltou a Goa.

Enquanto, porém, Albuquerque expugnava Malaca, a ilha de Goa se contorcia numa crise assustadora. Historiemos.

Quando pela primeira vez, o grande herói tomou pacificamente posse da cidade e ilha de Gôa, as terras de Salsete, Bardês, Pondá e outras, que estão na terra firme, incluindo Belgão, passaram, também, para o domínio português, por serem tanadarias (distritos administrativos e judiciais), sujeitas a essa cidade, sua capital, pagando os seus habitantes os direitos e as contribuições, que costumavam pagar ao seu antigo possuidor, Adil-Khan; e foram todas arrendadas a Timoja por 60 mil pardáus de ouro, livres de todas as despesas.

Reconquistada a cidade em 25 de Novembro de 1510, Albuquerque apossou-se também dessas tanadarias e as arrendou, por 52 mil pardáus de ouro, a um outro hindu, por nome Mel-Rau (Madhav-Rau), que as defendia com uma guarnição de 5 mil homens de terra.

Em 1511 Adil-Khan, querendo recuperar os seus domínios, mandou, na ausência de Albuquerque, um capitão com um numeroso exército,

**Adil-Khan ex-
pulso de Ba-
nastarim**

o qual, tendo desbaratado Mel-Rau, invadiu a ilha de Goa, sustentando-se valorosamente na antiga fortaleza de Banastarim, que restaurou na ocasião ; Albuquerque, porém, voltando de Malaca, cercou-o por mar e terra e, envolvendo-o num círculo de fogo da artilharia, o derrotou e expulsou da fortaleza e da ilha, a 2 de abril de 1512, consolidando assim o estabelecimento português nesta ilha, onde o inimigo nunca mais entrou.

Entre as peças, que guarneciam o forte, encontrou-se o grande pedreiro, de $16\frac{1}{2}$ palmos de comprimento e de 14 polegadas e 3 linhas de calibre, construído de barras de ferro, da espessura de uma polegada, abraçadas por fachas de bronze, chamado *Peça de Benastarim*, que, por memória do brilhante feito, esteve, por muito tempo, guardado no Arsenal e hoje se encontra no Campo de D. Manoel, em Pangim.

Mas, Albuquerque não pôde, por falta de sufficiente força, reaver as tanadarias, que ficaram em poder do inimigo, das quais sómente duas, Salsete e Bardês, passaram definitivamente para o domínio português mais tarde em 1543, como adiante veremos.

Perda das terras firmes

A sua expedição para a costa ocidental não foi tão feliz. No intento de segurar a chave do monopólio do comércio oriental, planeou tomar Aden ; e em 1513 atacou a cidade, no domingo da Páscoa, com uma força de mais de 200 soldados; mas a tenaz resistência que sofreu obrigou-o a adiar para outra vez a execução do seu plano. Explorou em seguida o Mar Vermelho em todas as direcções, bombardeou as costas e espalhou tamanho terror, que, à notícia destes sucessos, acudiram a Gôa embaixadores de quasi todos os Estados orientais, procurando a paz e a aliança; e muitos destes se fizeram seus tributários ; e o novo

Samorim, irmão e sucessor de quem fôra nosso velho inimigo, consentiu, em 1512, que os portugueses levantassem nos seus domínios uma fortaleza, com a condição de que os mouros pudessem, obtidos os cartazes dos portugueses, commerciar com a costa da Arábia em quatro navios. Esta fortaleza durou até 1525.

Fortaleza em Calicut

Em fevereiro de 1515, Albuquerque levou a expedição sobre Ormuz, que era então a jóia mais preciosa da coroa da Pérsia, apoderou-se desta cidade, cujo soberano se obrigou a pagar a el-rei de Portugal 15 mil xeralips de ouro por ano; e, sentindo-se gravemente enfôrmo, regressou a Goa, aonde já havia chegado o seu sucessor no govêrno da India Lopo Soares; mas, antes de desembarcar faleceu, apurado de desgostos, a 15 de dezembro de 1515 ⁽¹⁾, na idade de 63 anos, *mal com el-rei por amor dos homens e mal com os homens por amor d'el-rei*. A intriga, que trabalhava na côrte, havia consumado a sua obra.

Conquista de Ormuz

Os indígenas, que o não criam morto, por vezes recorriam à sepultura do herói, na igreja de N. S.^{ra} da Serra, edificada por êle em 1514, pedindo-lhe justiça contra os desmandos e vexações dos portugueses; e

(1) E' a verdadeira data do falecimento, segundo se vê da inscrição gravada no sarcófago de Albuquerque, que ha pouco se descobriu na velha cidade de Goa, e que, transportado para Lisboa em Dezembro de 1895, a bordo do couraçado *Vasco da Gama*, pertence hoje à Sociedade de Geografia. Vide: Ismael Gracias, *Relatorio da Biblioteca Pública*, de 1893-1894, pag. 23-24, e *Vasco da Gama e o descobrimento do caminho marítimo da India*, pag. 52, nota.—Luciano Cordeiro, Relatório publicado no *Boletim da S. G. L.* n.º 4, 15.^a série.

tal era a piedade com que guardavam e veneravam essas preciosas relíquias, que tenazmente se opuseram à sua transladação para Portugal, tendo sido finalmente obrigados a ceder a uma bula pontifícia, que os ameaçou de excomunhão.

CAPÍTULO III

(1515-1523)—Os três primeiros sucessores de Albuquerque

Depois da morte do grande Albuquerque não houve um plano de govêrno fixo nem seguido. A disciplina começou a afrouxar, a corrupção foi enervando o braço e o prestígio, as dissensões entre os portugueses tornaram-se vulgares e escandalosas, e, faltando a política com que o primeiro governador havia mantido a paz na Índia, surgiram guerras em todos os pontos. Foram os primeiros sintomas que se manifestaram da nossa decadência.

Contudo, o império indiano não só subsistiu, alimentado pela bravura e homogeneidade, com que os portugueses domavam as revoltas, mas, até cresceu pela heroicidade, que desenvolviam nas guerras de conquista que por algum tempo prosseguiram.

No govêrno de Lopo Soares de Albergaria, (1515-18) sucessor de Albuquerque, Fernão Peres de Andrade partiu com uma armada para descobrir a China e, passando pela ilha de Sumatra, construiu uma fortaleza no reino de Pacém, com a permissão do Sultão; e, tendo aportado a Cochinchina e depois a Cantão, estabeleceu pazes com os mandarins e

**Relações de
Portugal com
a China**

lançou a semente de boas relações entre Portugal e a China ; relações que, três anos mais tarde, se tornaram pelo procedimento impolítico de Simão de Andrade.

Entretanto a armada do Egipto, que fôra derrotada no tempo de D. Francisco de Almeida, e que, com a morte de Albuquerque, ganhára forças e atrevimento, artelhada com mais de 500 canhões, saiu de Suez, sob o comando de Bas-Suleiman, para atacar as possessões portuguezas. Lopo Soares, em fevereiro de 1516, foi em pessoa procurá-la no Mar Vermelho, e, por tal forma a perseguiu e apertou, que, não podendo destruí-la, deixou-a paralizada no pôrto de Jidá : e, para não voltar sem algum triunfo, incendiou a cidade de Zeila, na costa da Etiópia.

Na ausência do governador, porém, deu-se em Goa um episódio vergonhoso, que esteve para ocasionar a perda desta cidade.

D. Guterres de Monroy, capitão da cidade ⁽¹⁾, andava enamorado da mulher dum Fernão Caldeira, que, tanto por êste motivo, como por causa duma rixa com o capitão Henrique de Toro, a quem decepara uma perna, se refugiou em Pondá, sob a protecção do capitão mouro que governava essa terra, pertencente a Adil-Sháh. D. Guterres, não podendo conseguir a entrega do homiziado, que solicitára, enviou um sicário a Pondá e fêz assassinar secretamente Fernão Caldeira. Indignado por esta traição, o capitão mouro prendeu immediatamente o sicário e o mandou enforcar. D. Guterres, para vingar a

(1) Cargo naquela epoca importante e immediato ao do governador ou vice-rei. Correspondia, pelas funções, ao do administrador de conselho na moderna linguagem administrati va.

morte do seu emissário, foi assaltar Pondá; mas, apesar-de conservar no maior segredo o seu projecto, achou o mouro preparado e sofreu tão brava derrota, que deixou ali 200 homens, entre mortos e prisioneiros. Não foi este, contudo, o maior descrédito: Adil-Shah, sabendo o caso, veio cercar Goa com numerosas forças muçulmanas, espalhou angústia e terror, e ter-se-ia apossado da cidade, se não lhe tivesse acudido, vindo de Ormuz, D. Aleixo de Menezes, que fez levantar o cerco e a reputação das armas portuguesas. ⁽¹⁾

Em 1518, uma esquadra de 17 navios, comandada por Lopo Soares, velejou para Ceilão. construiu, a preço de sangue, uma fortaleza em Colombo, contra a vontade do seu soberano; e abriu comércio com essa rica ilha, que acabava de avasalar, mas que, em breve, viria a ser mais uma causa de constante luta para os portugueses.

**Fortaleza em
Ceilão**

A esse tempo, Malaca era o teatro de discórdias entre os capitães, que ambicionavam a sucessão no comando da fortaleza, vago pelo falecimento de Jorje de Brito, e que prendiam uns aos outros, descuidando-se tanto na defesa da cidade, que o rei de Bintam, um dos nossos mais terríveis inimigos, chegou a nutrir esperanças, de se apoderar dela.

**Discórdias em
Malaca**

Durante o governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-22), que sucedeu a Lopo Soares em Dezembro de 1518, travaram os portugueses relações amigáveis com a Abissínia e com as Molucas: e, enquanto António Correia, numa viagem ao Golfo

**Fortaleza em
Chaul**

⁽¹⁾ Barros *Dec.* 3.^a

Pérsico, tomava a ilha de Bahrein e, voltando da embaixada de Pegú, salvava Malacca do apertado cêrclo posto pelo rei de Bintam, Diogo Fernandes de Beja, não conseguindo fundar uma fortaleza em Diu, muito recomendada por el-rei D. Manoel, fundava em compensação uma outra em Chaúl.

Continuavam assim os portuguezes a ampliar as raias do seu império, sem calcular os inconvenientes de se espalharem as tropas, para sustentar estabelecimentos tão dispersos. E esses inconvenientes apareceram logo.

A fortaleza de Coulaõ foi sitiada pelos indigenas sublevados, e o govêrno de Goa, pedido para socorrer, não pôde enviar-lhe senão um reforço de 25 homens para coadjuvar os 30, que se achavam em defesa daquella praça !

Assalto ás fortalezas

Caso igual repetiu-se em Ceilão. Vinte mil habitantes da ilha, provocados pelos despotismos e imprudências dos portuguezes, cercaram a fortaleza de Colombo, que, depois de gerir cinco meses à falta de fôrças, recebeu de Cochim apenas 50 soldados em auxílio.

Contudo, o que se não deve calar, é que estas pequenas guarnições, empenhando um extremado esforço e suprimdo o número pelo valor, como era habitual nos portuguezes dessa época em semelhantes conjunturas, desanimaram os assaltantes e, salvando-se ambas as fortalezas, ditaram a paz aos respectivos inimigos.

Em 1520, enquanto Diogo Lopes de Sequeira invernava em Ormuz, as tanadarias de Bardês, Salsete, e Pondá passaram dos mouros para o domínio portuguez. Foi o caso. Tendo partido Diogo Lopes com grande armada para Ormuz, Adil-

Tanadarias cedidas

Khan julgou a ocasião propícia para vir atacar a cidade de Goa, que se achava desprevenida. Mas Krisna Ráy, rei de Bisnagar, foi contra elle e lhe tomou as cidades de Rachol, Belgão e todo o território vizinho a Gôa, em 19 de Maio de 1520 e avisou Rui de Melo, capitão de Gôa, que viesse tomar posse das tanadarias de Bardès, Salsete, e Pondá, porque elle havia por bem fazer delas doação a el-rei D. Manoel. Rui de Melo agradeceu-lhe o favor e, entrando na terra firme com alguma cavalaria e peonagem, tomou posse das tanadarias, as quais se perderam depois e tornaram a ganhar-se ⁽¹⁾.

O ano de 1521 foi assinalado pela revolta de Ormuz.

Sob o pretêxto de que eram roubadas as rendas dêsse Estado tributário, os portuguezes, segundo a determinação do rei D. Manoel, meteram seus officiaes na alfândega daquella cidade; mas, o soberano do país, a quem era suspeito tamanho zêlo pelo seu interêsse, insurgiu-se. A revolta rebentou com um aspecto terrível, muitos portuguezes foram mortos e os outros, apertadamente cercados na fortaleza, puderam, contudo, salvá-la graças aos socorros prontos que lhes vieram de Mascato e de Calaiate.

Revolta em Ormuz

O rei de Ormuz, que em tudo se deixava dominar pelo seu imperioso ministro Rais Xarâfo, vendo o mau resultado dos seus esforços, retirou-se com elle

(1) Damião de Gois *Chronica* de D. Manoel tomo 2.º pag. 555; Castanheda, *Hist. dos descobrimentos* livro 5.º pag. 237.

Segundo João de Barros, (Dec. 3.ª liv. 4 e 5) Rui de Melo conquistou as terras firmes depois do desbarato de Adil-Khan; e não foram oferecidas.

para a próxima ilha de Queixome. Xarafo era inimigo figadal dos portuguezes, porque desejava readquirir e exercer, em nome do rei o poderio que Afonso de Albuquerque lhe havia tirado e os portuguezes lhe não consentiam.

A êsse tempo começara a governar a Índia D. Duarte de Menezes (1552-24), cuja administração foi uma rampa de vergonha, por onde foi rolando o uosso império.

D. Duarte, avisado da ocorrência de Ormuz, mandou logo seu irmão, D. Luís de Menezes, com uma esquadra; mas, quando êste chegou, estava a revolta domada.

D. Luís quis restabelecer as relações amigáveis com o rei de Ormuz, que no fundo também as desejava; mas Xarafo, obstinadamente se opunha e inutilizava todos os esforços dos portuguezes, tendentes à composição.

D. Luís de Menezes, segundo o espírito pouco escrupuloso do século, tratou de estabelecer inteligências secretas com o rei de Ormuz para se desfazer de Xarafo pelo assassinio. Xarafo presentiu a combinação e antecipou-se. Fêz assassinar o rei, substituindo-o por outro mais conveniente a seus projectos.

Retirando-se D. Luís para a Índia, os portuguezes que estavam em Ormuz, para se verem livres de Xarafo, que continuava a embaraçar a conclusão das negociações, julgaram indispensável matá-lo, e um homem, chamado Rais Xemesim, se encarregou de pôr em execução êste projecto; Xarafo escondeu-se longe da ilha, até que, sendo descoberto, foi prêso e ficou esperando a determinação do governador, que, breve, chegaria a Ormuz. Apenas se realizou a prisão dêste omnipotente ministro, o novo rei da cidade, que valia um fantasma, apressou-se a fazer as pazes.

Em Fevereiro de 1523, chegou D. Duarte a Ormuz, e entendeu que era melhor trabalhar para si do que para a pátria; pois, com grande espanto de todos, deu

soltura a Xarafo, mandou, por intrigas dêste, matar Xemesim, amigo dos portugueses, e assentou um tratado com o rei de Ormuz com muito menos vantagens do que as que Afonso de Albuquerque tinha deixado firmadas. E' que a cobiça de D. Duarte encontrara algum repasto na grande riqueza de Xarafo. D. Luís de Menezes, um dia, lançou em rosto ao irmão êsse seu ignóbil pocedimento, dizendo ser indigno dum representante da pessoa real andar fazendo officio de pirata. D. Duarte accitou a repreensão, mas não se corrigiu.

**Procedimento
ignóbil
de D. Duarte**

Entretanto, um capitão mandado por Adil-Xá veio pela parte de Pondá, com mais de 5 mil homens, atacar as tanadarias, que Ruy de Melo administrava e, por dois dias, cercou o tanadar-mór Fernão Anes do Souto-Maior num templo de Mardol (em Vernã de Salsete), que tinha a forma duma fortaleza. Fernão Anes, apenas livre do cerco pela presença do socorro levado por António Correia, travou um ligeiro combate, em que os mouros perderam mais gente do que os nossos, mas levaram as tanadarias; pois, o governador não tratou de recuperá-las, pelo pretexto de não quebrar as pazes que tínhamos com o Adil-Xá.

**Perda das
tanadarias**

No ano de 1522, António de Brito, partindo de Malaca, foi construir uma fortaleza em Ternate (Molucas), a pedido do sultão dessa ilha, que quiz ter os portugueses a seu lado, porque andava em constante guerra com o seu vizinho, o sultão de Tidore. A fortaleza foi edificada em paz, sendo a undécima que tiveram os portugueses na Asia. Mas, em seguida, António de Brito, descontente com o sultão de Tidore, por êste ter recebido favoravelmente os castelhanos da expedição de Fernão de Magalhães,

proibiu-lhe a livre vendagem de cravo e provocou, com esta tirânica exigência uma nova guerra, em que, é verdade, o sultão foi derrotado, mas os portugueses, além de perderem muitas vidas, ganharam nêle um implacável adversário do nosso predomínio nas Molucas.

Construída essa nova fortaleza, chegou a vez de se perder uma das velhas no extremo oriente, a de Pacém, na ilha de Sumatra. O comandante desta fortaleza era D. **Perda da fortaleza de Pacém** André Henriques, homem que, por sua cobiça e roubos, excitava o ódio dos indígenas e tremia, depois, diante da sublevação. Seu cunhado Aires Coelho, alcaide-mor da fortaleza, ambicionava-lhe o logar e fazia dele um instrumento do seu plano. Felizmente os soldados valiam mais do que o comandante, e defenderam a fortaleza valentemente não só das agressões dos indígenas, mas, e principalmente, das do sultão de Aquém, inimigo irrequieto do nosso estabelecimento de Pacém. Mas, a final, nasceram tais dissensões entre o comandante e seu cunhado, que os partidários de cada um dêles, não ousando confiar uns dos outros e com o receio de mútuas traições, abandonaram à mercê do inimigo a fortaleza com toda a artilharia, que a guarnecia e constava de 120 bocas de fogo.

No meio dêstes vergonhosos episódios não deixava de fulgir de vez em quando um relâmpago de heroicidade.

A cidade de Malaca tinha por acérrimo inimigo o sultão de Bintam, que, no primeiro ano do govêrno de D. Duarte, havia alcançado uma vitória contra os portugueses no rio de Muar. Animados com esta derrota dos nossos, os outros régulos da costa não duvidaram hostilizar-nos, e o sultão de Pam, que, até aí, procurara a nossa aliança, teve a ousadia de mandar

assassinar todos os portugueses que iam commerciar ao seu reino.

D. Sancho Henriques, que, para vingar o desastre do rio de Muar, corria a costa com um galeão e dois navios, a fazer prêsas, separado dos navios por uma tempestade, foi pa- **Um heroismo dos portugueses**
rar com o galeão ao pôrto de Pam, onde estavam 30 lancharas do sultão

de Bintam. D. Sancho, embora recebido com mostras de amizade, percebeu logo que era traído. Sessenta lancharas vieram atacar o galeão português, e, a-pesar da grande desproporção de fôrças, a luta foi feroz e horripelmente sanguinolenta. Os inimigos, à custa de graves perdas, conseguiram matar a maior parte dos nossos. Contudo, D. Sancho não pensou, um momento só, em render-se; pelo contrário, reunindo ainda os 13 homens que lhe restavam, continuou o combate com ardor e sem tréguas, até que, caindo êstes valentes portugueses um a um, morreu afinal o próprio D. Sancho, e o galeão, completamente êrmo, baloiçou sôbre as águas do oceano como um enorme caixão mortuário atulhado de cadáveres !

Esta vitória custou aos malaios a perda de algumas embarcações e de mais de 500 homens.

Contudo, a cidade de Malaca continuou a ser oprimida. Pois, o sultão de Bintam, confortado com as vitórias, veio pôr cêrco a essa cidade reduzindo-a ao extremo apêrto. Restabeleceu-se, porém, a fortuna portuguesa, quando chegou o socorro da Índia, commandado por Martim Afonso de Souza, capitão valente, que infligiu um castigo cruel a Bintam, Pam e Panane.

Com D. Duarte fecha a série dos governadores da Índia, nomeados por D. Manoel, que faleceu em 1521.

CAPÍTULO IV

1524-1529.—Vice-reinado de Vasco da Gama ; vias de sucessão

Informado el-rei D. João 3.^o do desprestígio do predomínio português na Índia, lembrou-se de enviar o próprio Vasco da Gama (1524) como vice-rei, na esperança de que êste carácter inflexível poria cõbro às desordens e à corrupção interna das colónias.

E de facto, durante o seu curtíssimo govêrno Vasco da Gama mostrou que a sua avançada idade não tinha afrouxado o vigor do seu espírito, nem adoçado a severidade do seu carácter.

Quando a armada que o conduzia chegou às costas do Malabar, uma convulsão submarina agitou o mar e, imprimindo um terrível balanço aos navios, espalhou terror na tripulação. **Caracter de Gama** “ Não hajais mêdo ; tremem de nós os mares ”, disse Vasco da Gama, erguendo-se impávido no meio dos marinheiros aterrados (¹). E essa frase hiperbólica bastou naquele momento para dissipar os sustos dos tripulantes.

Chegado a Chaúl, entregou a capitania da fortaleza, a Cristóvão de Sousa, que nela vinha provido da metrópole, ordenando-lhe que não reconhecesse como governador a D. Duarte de Menezes, se apparecesse ali de volta de Ormuz, onde então se achava.

Em Goa deu posse da capitania a D. Henrique de Menezes, que também vinha nomeado para ela e,

(¹) Camões refere-se a êste facto nos *Lusiadas*, c. II. est. 47.

atendendo aos queixosos, obrigou o antigo capitão Francisco Pereira Pestana a pagar os prejuízos àquelles a quem os havia causado por suas exacções : e Pestana teve de obedecer.

Ainda em Goa Vasco da Gama mandou açoitarem tres mulheres que tinham vindo de Portugal escondidas na sua frota contra as suas ordens ; e, não obstante os empenhos respeitáveis que se interpuzeram para obter o perdão, a sentença foi executada ; porque Gama entendia que, vindo elle para coíbir os abusos, não podia começar por perdoar. Mais tarde, porém, reconheceu talvez que a sua severidade fôra demasiada e à hora da morte legou 100 mil réis a cada uma das açoitadas.

Em Cochim ordenou que D. Duarte de Menezes, mandado regressar de Órmuz, recolhesse preso ao reino às ordens de el-rei. Substituiu o governador de Ceilão e intimou-o para vir a Cochim dar contas da concussão de que era acusado. Fêz restituir aos armazens reais a nossa artilharia, que havia chegado ao mercado para ser vendida aos mouros. E, enquanto fazia preparativos para uma guerra geral contra os corsários do Malabar, quando o rigor da sua administração prenunciava a volta dos saudosos tempos de Albuquerque, salteado duma doença faleceu em Cochim com pouco mais de 3 meses de govêrno, a 25 de Dezembro de 1524, ano em que, segundo a opinião mais provável, nasceu em Lisboa Luís de Camões para cantar nos seus *Lusíadas* os sublimes feitos dêsse herói, que, 27 anos antes, descobrira o caminho marítimo para a India. ⁽¹⁾

(1) Vide Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a vila da Vidigueira*, 2.^a ed. “ Os verdadeiros restos mortais do grande almirante, cuja glória Portugal comemorou este ano em solene jubileu centenário, associando-se-lhe as principais nações, foram

Foi com Vasco da Gama que o govêrno da metrópole, como que por um pressentimento da próxima morte dêste vice-rei, inaugurou o sistema das sucessões, que consistia em trazer cada governador três cartas cerradas, chamadas *vias de successão*, nomeando três dos capitães das fortalezas da India, que lhe deviam succeder. Dessas cartas, que vinham numeradas ordinalmente, seria aberta só a 1.^a no caso da morte do governador que as trazia ; não existindo o sucessor nela indicado, abrir-se-ia a 2.^a; e repetindo-se o caso, a 3.^a. Este processo tinha por fim prevenir as desordens que podiam nascer ao tempo da transmissão do govêrno. ⁽¹⁾

Por morte de Vasco da Gama a primeira via de successão indicou para governador D. Henrique de Mene-

trasladados da igreja da Vidigueira para a dos Jerónimos, de Belém, a 9 de maio último, corrigindo-se assim o lamentavel engano havido em egual trasladação feita no ano de 1880. No escrupuloso exame a que se procedeu, notou-se no jazigo a falta de algumas peças do esqueleto, sendo a mais importante um femur. O dr. Serrano, professor da escola médico-cirúrgica de Lisboa, mediu com um compasso de espessura o crâneo que se acha muito bem conservado e mostra ter de diâmetro longitudinal máximo 21 centímetros,—de diâmetro transversal máximo 15 centímetros—circunferência $56\frac{1}{2}$, o que corresponde a index cefálico de 71 centímetros." (*O Seculo*, de Lisboa, n.º 8862 de 9 de maio de 1895).

⁽¹⁾ As *vias de successão* guardavam-se no convento de S. Francisco de Assis, dentro de um cofre de ferro fechado por 3 chaves. Em caso de morte do vice-rei ou governador o cofre era conduzido solenemente pelas principais autoridades à Catedral, onde se abriam as cartas successivamente até que o nomeado para succeder fôsse o que estivesse na India.

Na falta das *vias de successão* procedia-se de diferentes modos : umas vezes nomeou-se o primeiro conselheiro do Estado ; outras, fôram convocados os três Estados (clero, nobreza e povo) para fazer a eleição, etc.—Vide Cunha Rivara, *Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. 6.º, doc. 114.

zes, (1525-26), que era capitão de Gôa.

Educado na escola da severidade, D. Henrique, a-pesar de contar apenas 29 anos, colocou-se à altura do velho Gama, como era necessário para não deixar reagir com maior fôrça a hidra das paixões, que, durante a curta administração anterior, havia sido enérgicamente comprimida. Querendo arredar-se do procedimento culpado dos seus predecessores caía por vezes no excesso contrário. “Eu não sou como os outros governadores”, repetia êle a cada passo.

Efectivamente foi um homem intrépido e desinteressado. Rejeitando um rico presente que Melik-Yaz, senhor de Diu, enviava para resgatar os males porventura causados pelos seus corsários ao comércio portugûes, D. Henrique respondeu que o não podia aceitar por serem *armas que os portugueses não tomavam dos mouros senão nas guerras que têm com êles.*

Mas o facto mais importante do seu govêrno foi o cêrco de Calicut, onde D. Henrique empregou toda a sua atenção e energia.

Calicut era o ponto principal donde saíam os corsários a prear os nossos navios comerciantes na costa do Malabar. No intuito de reprimir essa turba de piratas, D. Henrique **Cêrco da fortaleza de Calicut** declarou guerra ao Samorim e destruiu-lhe Panane e Coulete. ⁽¹⁾ O Samorim resolveu travar uma luta de morte e veio com 40 mil homens cercar a fortaleza de Calicut. commandada por D. João de Lima e a reduziu a extremos apuros.

Havia no exército inimigo um renegado siciliano, mestre na arte dos assédios, que inventava diversos

(1) Barros *Dec.* 3., liv. 9, cap. 4.

engenhos, com que fazia grande dano à fortaleza. Mas o condestável da artilharia, Fernão Peres, homem perito na sua arte, desfazia com tiros de canhões uma grande parte dessas máquinas.

Entretanto aos sitiados faleciam provisões ; e os auxílios que, não obstante o rigor do inverno, iam de Cochim mandados por D. Henrique, e de Cananor trazidos pelo capitão Heitor da Silveira, não conseguiam introduzir-se na fortaleza senão em pequena porção e à custa de muito sangue derramado. Nestas circunstâncias valiosos serviços prestaram à defeza uns dois espiões que viviam fóra dos muros ; Duarte Fernandes, que, andando entre os índios disfarçado em *fakir* (penitente respeitável), informava D. João de Lima das emboscadas e dos planos secretos dos inimigos por um meio de comunicação que havia convencionado ; e um grumete por nome Bastião, que cantava em torno da muralha denunciando os segredos do assédio e até as minas que os mouros comessem a abrir. De maneira que os portugueses, repelindo os assaltos, destruindo os engenhos do assédio, crivando de balas as emboscadas e inutilizando as minas pelas contraminas, opunham uma resistência de desesperar os sitiadores, até que, no fim da estação invernosa, chegou de Cochim a Calicut D. Henrique de Menezes à testa duma esquádra de 25 navios e, juntando os socorros que se achavam no pôrto, vindos de Cananor, Goa e Cochim, apresentou em linha um formidável exército de mais de 8 mil homens, mas, quando o Samorim veio pedir a paz, os portugueses minaram a fortaleza e a abandonaram por ser de difícil conservação num reino inimigo. Os mouros que nela penetraram morreram na explosão ⁽¹⁾.

(1) *Lend. T. 2.º* pag. 810 e seguintes ; Barros, *Dec. 3.ª*, l. 9.ª, Cap. 7.

Depois do abandono da fortaleza de Calicut as hostilidades com o Samorim continuaram ; mas era destino que fôsse curto também êste govêrno: D. Henrique faleceu em Cannanor a 2 de Fevereiro de 1526, e a India teve de presenciar scenas tristíssimas àcerca da sucessão no govêrno, entre Pero Mascarenhas e Lopo Vás de Sampaio.

**Abandono da
fortaleza de
Calicut.**

Após a morte de D. Henrique de Menezes a 2.ª via de sucessão, aberta com todas as formalidades, indicou Pero Mascarenhas (1526), para governador da India ; mas, como êste estava em Malaca, donde chegaria daí a alguns meses, levantando-se grandes discussões em Cochim sôbre o govêrno provisório, Afonso Mexia, vedor da Fazenda e inimigo de Pero Mascarenhas, conseguiu por sua influência que se abrisse a 3.ª via, e Lopo Vás de Sampaio, (1526-29) indicado nesta, assumiu o govêrno, jurando entregá-lo a Pero Mascarenhas logo que chegasse.

Mas, enquanto Mascarenhas, prossequindo na guerra que tinha principiado com o sultão de Bintam, terminava a campanha com uma brilhante vitória, tomando-lhe a própria capital, e livrava Malaca das suas perseguições, Lopo Vás de Sampaio, pondo as fortalezas da India nas mãos de seus parentes e partidários, e creados os elementos em Cochim para uma obra de iniquidade, vinha para Goa com a maior parte dos fidalgos cavilosamente arrastados e preparava o terreno para conservar definitivamente o govêrno.

Vindo de Malaca coroado de recentes louros e reconhecido como governador pelo capitão de Coulão, Pero Mascarenhas chegou a Cochim e foi recebido às lançadas e ferido por Afonso Mexia, que repicando o sino da fortaleza, de que era capitão, alvorotou contra êle o povo.

**Luta sobre a
sucessão**

A-pesar de maltratado e ferido, Mascarenhas, confiado na justiça da sua causa, veio a Goa esperando aqui melhor recepção; mas Lopo Vás vedou-lhe o desembarque, mandou pôr-lhe ferros e conduzi-lo preso para Cananor: espectáculo que indignou a India toda e infamou a nação perante os nossos inimigos.

O capitão de Cananor D. Simão de Menezes pôs em liberdade Pero Mascarenhas e reconheceu-o solènnemente como governador, porque Lopo Vás não lhe apresentava o alvará que dizia ter vindo de Portugal nomeando-o governador em prejuízo de Mascarenhas.

O capitão de Chaúl, que também reconhecia o direito de Mascarenhas ao govêrno e que, com a sua adesão ao partido dêste, esperava arrastar a de todos os fidalgos, o aconselhava a que partisse, nêsse momento, de Cananor para Goa e prendesse Lopo Vás no palácio onde residia. E de facto, se Pero Mascarenhas tivesse recorrido à violência ou pelo menos tivesse reclamado a autoridade com energia e firmeza, teria conseguido o apoio de um grande número de fidalgos hesitantes e teria vencido; mas o herói de Bintam receou provocar uma guerra civil e prejudicou à sua própria causa. O que valia mais ao usurpador era a sua audácia.

Em Goa tal era a exaltação de ânimos contra Lopo Vás, que rebentou uma conspiração, que êste conseguiu domar por meio de ameaças e violências. Lopo Vás, finalmente, abalado com as insistências do povo e da câmara de Goa, com os repetidos requerimentos de Pero Mascarenhas e com os conselhos dos seus próprios partidários, concordou em que a questão fosse decidida por árbitros eleitos entre os fidalgos da India, tomando provisóriamente o govêrno António de Miranda.

Reuniram-se em Cochim os doze juizes nomeados

e, a-pesar da justiça incontroversa da causa de Pero Mascarenhas, houve divergência ; votaram seis a favor dêste e os outros seis a favor de Lopo Vás.

Segundo estava previsto, foi chamado um décimo terceiro, Baltazar da Silva, um dos capitães das náus do reino ; e êste, provavelmente por insinuações de Afonso Mexia, desempatou a favor de Lopo Vás. Estava consumada a iniquidade.

Mascarenhas, vencido, partiu para a metrópole e a relação de Lisboa anulou imediatamente a sentença do tribunal de Cochim, condenando Lopo Vás a pagar a Mascarenhas os ordenados de governador e dez mil cruzados de indenisação. Mas, D. João 3.^o contentando-se com essa satisfação à justiça, não recompensou Pero Mascarenhas mais que com a capitania de Azamor em África !

Lopo Vás de Sampaio foi mais feliz; pois, a-pesar de ter ido preso para Portugal e de novo condenado à perda dos seus honorários e a alguns anos de degrêdo para Africa, soube captar a protecção do monarca, que lhe perdoou todas as penas e até o favoreceu com o seu valimento.

Lopo Vás foi um governador activo e enérgico. Prosseguiu a guerra com os rajás de Calicut e de Cambaia, e queimou-lhes os parãos onde quer que os encontrasse. Em 1529, último ano do seu govêrno, tomou e incendiou a cidade de Porká, situada a 12 léguas de Cochim. Reparou e ampliou as fortalezas e, activando as construções navais, deixou aos sucessores uma boa esquadra, a par do tristíssimo exemplo que lhes legara no seu procedimento com Pero Mascarenhas.

CAPÍTULO V

1529-1537—Aquisição de Diu e de Baçaim.

Nuno da Cunha (1529-37) empunhou as rédeas do governo em 1529 em condições difíceis. A pretensão dos governos anteriores ao monopólio do comércio e as suas exorbitantes exigências tinham sublevado contra os portugueses alguns monarcas poderosos do oriente. O sultão de Cambaia e o raja de Calicut estavam em guerra aberta conosco desde o tempo de D. Duarte de Menezes.

Nuno da Cunha vinha com o projecto de levantar uma fortaleza em Diu, fortaleza cuja fundação, desde os tempos de Afonso de Albuquerque, havia sido incessantemente recomendada pelo governo a todos os governadores da Índia.

No intuito, pois, de castigar o sultão de Cambaia, a quem Diu pertencia, e, ao mesmo tempo, satisfazer ao desejo do governo da metrópole, re-

**Expedição
para Diu**

solveu Nuno da Cunha conquistar a fortaleza de Diu. Preparou uma esquadra mais poderosa de todas

que até aí os portugueses haviam apresentado e extraordinariamente luxuosa : era de 400 velas, transportando além de onze mil combatentes ricamente vestidos, numerosas mulheres, 8 mil escravos, alguns negociantes, que levavam vinho e outras mercadorias, para as venderem aos tripulantes, e muitas famílias, que iam para se estabelecer em Diu, logo que esta fosse tomada. Chegando a Damão, cuja fortaleza foi logo abandonada pela guarnição do rei de Cambaia, o governador mandou apregoar prémios de 1000. 500 e

300 pardaus aos primeiros que sucessivamente subissem a hastear nas muralhas de Diu a bandeira portuguesa.

O luxo e os prémios exprimem bem a transformação que o tempo havia operado no carácter e nos costumes dos portugueses. Parecia uma expedição mercenária composta de mouros.

Em seguida, demandou a ilha de Beth e, vencendo uma resistência heróica que encontrou, destruiu por meios horríveis a povoação dessa ilha, que, por alastrada de cadáveres, tomou o sinistro nome de *ilha dos mortos*.

No dia 22 de Fevereiro de 1531 surgiu Nuno da Cunha em frente de Diu; esperava que a vista da sua formidável esquádra moveria o governador da cidade a render-se; mas ficou desapontado, quando viu a cidade em uma respeitável attitude de defeza.

Depois de quatro dias de espera por algum parlamentar, rompeu o bombardeio, e, continuando-o por um dia inteiro, meteu medo aos habitantes da praça; mas afinal, vendo que não podia destruir os muros da cidade, que, por serem de pouca espessura, se deixavam atravessar pelas balas sem se aluiem e que pelo contrário a artilharia inimiga, vomitando fogo e ferro, destroçava os nossos navios que dela se aproximassem, desistiu do projecto e regressou a Goa com a esquadra, já se vê, avariada, justificando o seu procedimento com umas ordens de el-rei, que não apresentou a ninguém. Foi ridículo o resultado desta expedição em vista da enormidade dos preparativos; e o sultão de Cambaia, Bahadur-Xá, com júbilo e orgulho cantou o triunfo, conferindo ao seu general Mustafá, que enviara para dirigir a defese, o honorífico título de Khan. Este título, junto a designação da sua nacionalidade, substituiu o nome pró-

**Seu resultado
desfavoravel**

prio de Mustafa, e Rumi-Khan foi transformado pelos nossos cronistas em Rumeção.

Nuno da Cunha porém vingou-se. A' testa duma pequena expedição partiu para Baçaim, pertencente ao sultão de Cambaia e com tal ímpeto investiu as trincheiras avançadas, que os guzerates, cedendo ao terror, abandonaram a fortaleza e a cidade, que o governador arrasou completamente, levantando com esta rápida vitória o nome dos portugueses, que Bahadur julgava ter desfeito.

Tomada de Baçaim

Quatro anos depois da expedição de Diu, Bahadur, perseguido pelos mogois de Delhi, que lhe invadiam o reino de Cambaia, viu-se na necessidade de pedir auxilio aos portugueses e ofereceu-lhes por esta ocasião a propriedade plena e inteira de Baçaim e das ilhas de Salsete, Bombaim, Caranjá, Elefanta e Trombay, e o lugar que elles escolhessem em Diu para construir a desejada fortaleza. Nuno da Cunha, aceitando de boa vontade o oferecimento mandou Martim Afonso de Souza tomar posse de Baçaim e foi em pessoa levantar a fortaleza em Diu, que, com o auxilio do próprio Bahadur, agora amigo dos portugueses, em pouco tempo pôde ser construida. Diogo Botelho Pereira celebrizou-se então pela sua inaudita temeridade de partir, em uma pequena fusta, da India para Portugal levando esta boa nova a el-rei em 1535.

Durante êste tempo a ambição dos portugueses havia rompido hostilidades com os mouros de Bijapur. Tendo falecido em 1534 Ismail Adil-Khan, levantaram-se questões de sucessão entre os seus dois filhos : (1) Ibraim, que era o mais velho, mas bastardo,

(1) *Lendas*, vol. 3.º pag. 639. Alguns autores dizem que

e Meale (Mallú) mais novo e legítimo. O primeiro apossou-se do trono e o segundo, pelo receio de ser morto, desterrou-se para Cambaia.

Assad-Khan, (Acedecão) um dignitário da côrte de Bijapur correspondente ao nosso condestável, senhor de Belgão e de muitas terras ricas, favorecia o príncipe Meale e o secundava nas suas pretensões ao trono ; pelo que, sendo perseguido como chefe do partido revoltoso, veio acolher-se à sombra dos portuguezes e, para obter a sua proteção, ofereceu-lhes as terras de Salsete e Bardês, que lhe pertenciam por doação do rei falecido. Aceitou logo a oferta o capitão de Goa D. João Pereira e, para firmar a sua posse, mandou construir uma tranqueira forte em torno do templo de Mardol em Salsete (2), e cuja capitania deu a Cristóvão de Figueiredo, tanadar-mór de Goa.

Terminadas as discórdias entre os príncipes índios, Assad-Khan foi obrigado pelo seu soberano a reaver as terras cedidas aos portuguezes, mas o capitão de Goa insistiu em conservá-las. Daqui veio uma série de escaramuças.

Uma importante força expedida por Assad-Khan, sob o comando de Sulcimão Agá, assegnoreou-se das aldeias de Uncolim, Assolnã e Margão. Cristóvão de Figueiredo, informado da invasão, enviou de Mardol seu genro Miguel Froes, com poucos

Guerra por causa das terras de Salsete e Bardês

Meale era filho e Ibraim neto de Adil-khan e outros narram a historia das questões um pouco diversamente. O certo é que dois príncipes de Bijapur disputavam o trono.

(2) Este templo foi, na conversão, transferido pelos seus *naxanes* para o bairro Marbol, da aldeia Priol, de Pondá, onde continua com a invocação de Mhassã. E' nesse templo que os hindus brâmanes do país prestam o juramento decisório. Vide Filipe Neri Xavier, *Coll. de Bandos*, 1.º vol. pag. 96, e Decr. de 16 de Dezembro de 1880, art. 27.º § III.

cavaleiros e peões para espiar o inimigo; mas, apenas chegados a Vernã, a meia légua da tranqueira de Mar-dol, os portugueses chocaram-se com os mouros e vieram dirigindo-se, de envolta com êles, para a proximidade da tranqueira. Acudiu com socorro Cristóvão de Figueiredo e, após uma luta muito arriscada, porque andavam baralhados ambos os contendores, conseguiu desprender os portugueses e recolhê-los na tranqueira, que os mouros pouco depois cercaram.

Avisado D. João Pereira, marchou com 1,500 homens para libertar o reduto; mas a esta notícia, o inimigo já tinha levantado o cêrco e fôra estabelecer seus arraiais no campo de Vernã. Deu-se pois um combate nêsse campo em 7 de Fevereiro de 1536, em que os mouros foram derrotados e Suleimão saiu ferido. Para completar a vitória, um tanadar mouro, que pelejára valentemente pela nossa parte, acêso em furor guerreiro foi com alguns escravos e peões no encalço dos inimigos e, colhendo-os a tres léguas de distância, junto ao rio de Cuncolim, matou-lhes muitos, além dum grande número que se afogou ao atravessar o rio.

A êsse tempo Nuno da Cunha, regressando de Diu, tratou de prover de fôrça e munições a fortaleza de Rachol, porque receava que o inimigo voltasse.

Efectivamente uma poderosa fôrça de 15,000 homens enviada de Pondá por Assad-Khan, assaltou a fortaleza de Rachol repetidas vezes; mas, **Ataque a Rachol** os portugueses, a quem Nuno da Cunha, postado em Agaçaim, mandava reforços e depois êle próprio fôra auxiliar, opuseram uma defesa enérgica e repeliram os assaltos.

Vendo então os mouros que era de necessidade to-lher a entrada aos socorros que vinham de Agaçaim, mandaram uma parte das suas tropas para levantar

uma tranqueira sôbre um penedo que se via no rio de Borim e vedar com a artilharia a passagem; mas, isto não lhes deu o resultado que esperavam, porque os bateis portugueses escapavam de noite ao fogo da artilharia. Atravessaram então o rio com cadeias de ferro presas em grossas traves. Os portugueses, porém, baldaram-lhes ainda êstes esforços abrindo um canal pela banda de Loutolim.

Afinal Nuno da Cunha enviou o capitão de Goa D. Gonçalo Coutinho para expulsar o inimigo de Borim; mas, vítima de traição, D. Gonçalo foi completamente derrotado, e duma ferida, que recebeu no braço, veio a morrer em Agaçaim.

Nuno da Cunha desejava vingar êste desastre; mas as lutas mais sérias que lhe chamavam a atenção em outra parte, o compeliram a satisfazer as exigências de Assad-Khan.

Uma das guerras mais importantes que preocupavam o governador, era a que fervia entre o Samorim de Calicut e o nosso aliado, o rajá de Cochim.

O rajá de Calicut queria ir coroar-se à ilha de Repelim sôbre uma pedra sagrada que ali existia: e, como por esta cerimónia religiosa êle adquiriria uma grande influêcia entre os rajás do Malabar, o de Cochim queria impedir-lho. Nascendo a guerra entre ambos, os portugueses foram obrigados a auxiliar o de Cochim e, com a sua bravura, conseguiram vedar a passagem ao rajá de Calicut, o qual, sabendo que os seus inimigos iam ser reforçados por Martim Afonso de Souza, homem de grande reputação militar, retirou-se para reunir um exército poderoso e voltar contra os portugueses.

**Guerra com o
Samorim**

Nuno da Cunha achava não dever continuar esta guerra para não distrair uma parte das suas tropas, que lhe eram mais necessárias em Diu, onde a atmos-

fera começara a turvar-se. Mas, Martim Afonso, que estava ansioso por terminar a luta, lembrou-se de simplificar o problema. A' testa de 800 homens valentes marchou directamente sôbre a ilha de Repelim, atacou com ímpeto irresistível as tranqueiras defendidas por 15 mil naires, que, tomados dum verdadeiro pánico, desapareceram; arrasou a cidade deserta e transportou a célebre pedra sagrada para Cochim. Não podia haver solução melhor, nem mais rápida.

O rajá de Calicut, vendo o seu projecto frustrado, quis ir vingar-se do rajá de Cranganor, que entrara na amizade dos portugueses; Martim Afonso porém com 90 soldados, infligindo-lhe uma derrota na passagem, obrigou-o a retroceder e calar-se.

Outra luta de maior importância que absorvia a
Guerra com o atenção do governador é a que nasceu em Diu entre os portugueses e o
sultão de sultão de Cambaia.
Cambaia

Bahadur, que era um homem versátil e caprichoso de índole, a ponto de nunca ter um pensamento fixo, logo que se viu livre dos mogois e pôde respirar, arrependeu-se das concessões feitas aos portugueses, e, pelo pretêxto de que êstes praticavam freqüentes desordens em Diu, convidou todos os soberanos do Malabar a expulsá-los da India, ousando, em um momento de embriaguês, revelar, entre ameaças sinistras, êste seu plano de extermínio ao próprio capitão da fortaleza de Diu, Manoel de Souza.

Houve quem afirmasse que o sultão projectava oferecer um banquete a Nuno da Cunha e aos principais fidalgos portugueses na quinta do Melique perto de Diu e nesta ocasião prendê-los a todos, e mandar o governador para o Cairo, de presente ao Grão-Turco, metido em uma jaula de ferro, sendo distribuidos os fidalgos como escravos pelos cabos da guerra muçul-

manos. (¹)

Nuno da Cunha, informado do que se tramava, partiu para Diu e fingiu-se doente na frota com o fim de chamar Bahadur a uma entrevista
e o mandar prender tanto que saísse do galeão e metê-lo na fortaleza (²).

**Morte de
Bahadur-xá**

Bahadur, que a êste tempo andava à caça, sabendo da chegada do governador, obsequiou-o com os despojos da caçada, que consistiam em veados e gazelas, uns sem cabeças, outros sem pés, todos mutilados—o que era considerado entre os mouros um desafio—e pouco depois foi com a sua comitiva e contra a opinião dos seus amigos visitá-lo ao galeão.

Esta visita tinha por fim, segundo diz um escritor maometano, *desvanecer as suspeitas dos europeus e induzi-los a aceitar o convite para o banquete projectado.*

Os fidalgos, indignados com as perfídias do sultão, esperavam com impaciência vê-lo prêso. Terminada rapidamente a entrevista, que foi quási muda, Bahadur, suspeitando talvez que os seus planos secretos fossem já conhecidos do governador, e receando ser atacado, apressou-se a retirar saltando para a sua fusta.

Nuno da Cunha, que ainda tinha escrúpulo de o mandar prender por ter vindo em hábito de paz, deu ordens aos seus para o acompanharem, concorrendo finalmente, segundo se escreve, em que o conduzissem prêso para a fortaleza. Os portugueses, lançando-se com toda a pressa nos seus bateis, foram alcançar a fusta, *que remava de voça picada para o pôrto*; e, travado um furioso combate entre as barcas (em que morreram alguns de parte a parte, entrando no número

(¹) Barros, *Dec.* 4, part. 2, 333.

(²) *Lend.* 3. 778.—*Hist. do cerco de Diu*, pag. 76.

dêstes Manoel de Souza), Bahadur ou, vendo-se perdido, atirou-se ao mar ou caiu à água virando-se o barco, mas o certo é que, estando a nadar perto de um dos bateis portugueses, foi ferido por um marujo com uma chuça pelo rosto e em seguida algumas chuçadas o acabaram.

Eis o resumo do que se passou em Diu a 14 de Fevereiro de 1537, quanto o permitem as 8 versões que há sobre este facto, quatro portuguesas e quatro maometanas, todas diferentes em detalhes. O coronel W. Watson, que foi agente político no Kathiavar, e escreveu o período maometano no *Bombay Gazetteer*, depois de ter examinado essas versões conforme as regras da crítica, chega à conclusão de que na morte de Bahadur houve culpa de parte a parte; e que o sultão foi morto nas águas de Diu pelos marujos à chuçada.

Este facto foi o formidável elemento de apoio para os mouros prepararem mais depressa a execução do seu plano já traçado da expulsão dos portugueses da India. O verdadeiro e temível inimigo dêstes, Khoja Safar, em cujas mãos o pobre sultão havia sido mero instrumento, ainda estava vivo para atear contra êles um incêndio de conspirações, vinganças e guerras intermináveis.

CAPÍTULO VI

Primeiro cêrco de Diu ;—Diocese de Goa

O assassínio de Bahadur produziu consequências funestas, como era de esperar. Uma terrível tempestade começou a rugir por toda a India, e António da Silveira, capitão da fortaleza de Diu, percebeu que

a guerra era inevitável. Infelizmente os portugueses não podiam concentrar todas as forças na defesa de Diu; porque Martim Afonso de Souza, com uma armada, andava empenhado na guerra contra uma poderosa esquadra que o Samorim expedira para vingar a afronta sofrida em Repelim e Cranganor.

O astuto Khoja-Safar, que dissimulava com os portugueses, até que chegasse o auxílio dos rumes do Egipto que esperava, logo que teve a notícia de que estava pronta em Suez uma formidável esquadra dos

**Primeiro cerco
de Diu**

turcos, partiu de subito a Ahmedabad a conferenciar com o novo sultão de Cambata e voltou para Diu à testa de 4 mil homens e em 26 de Junho de 1538 assaltou o baluarte avançado, que Nuno da Cunha tinha construído próximo dum sítio chamado a vila dos rumes; mas Francisco Pacheco, capitão do baluarte, conseguiu repelir o assalto. Em Agosto vieram juntar-se ao inimigo mais 12 mil homens comandados por Lurkan, governador de Diu; e António da Silveira, vendo que as forças espalhadas pela cidade pouca resistência podiam oferecer, concentrou-as todas na fortaleza abandonando a cidade, e, depois de avisar Nuno da Cunha do perigo em que se achava, dividiu as estâncias e ordenou o serviço da fortaleza, preparando-se para resistir a um longo assédio.

Em 8 de Setembro chegou a armada turca comandada por Suleyman Paxá, governador que fôra do Egipto, e assestou a sua colossal artellaria e monstruosas máquinas para atacar o baluarte da vila dos rumes, que por estar afastado da fortaleza não podia ser socorrido.

A êste tempo (14 de Setembro de 1538) chegou de Lisboa D. Garcia de Noronha, com o título de vice-rei, para substituir Nuno da Cunha, que governara ex-

cepcionalmente 10 anos. Êste, de regresso ao reino, morreu próximo dos Açores, com a frase de Scipião na boca (*Ingrata pátria, não possuirás os meus ossos*). A morte livrou-o de ser prêso e agrilhado pelo delegado del-rei, que o esperava na ilha Terceira. ⁽¹⁾

D. Garcia de Noronha (1538-40) avisou António da Silveira de que, em breve, seria socorrido e começou a preparar uma esquadra.

Entretanto os turcos começaram a bombardear o baluarte da vila dos rumes e derribaram um pano do muro, por cujas ruínas, que lhes serviam de escadas, subiram 700 homens ao assalto. Mas, imediatamente, apareceram no alto do baluarte dois portugueses intrépidos, que, atirando panelas de pólvora inflamadas, rolando penedos e com toda a espécie de armas, que lhes passavam os seus poucos companheiros, quasi todos feridos, que sobreviviam ao bombardeio, sustaram o ímpeto dos inimigos. Não podendo, porém, continuar com uma defesa tão extraordinária, Francisco Pacheco, obtida a licença de António da Silveira, capitulou com a condição de que teriam todos a vida salva, mas os turcos não respeitaram a capitulação e degolaram todos sem piedade.

Ufanos com esta vitória intimaram António da Silveira a que se rendesse ; mas tiveram uma repulsa dignamente audaciosa.

(1) Dedo de Deus! Lopo Vás de Sampaio prendeu o seu rival Pero Mascarenhas. Nuno da Cunha remeteu prêso para Lisboa a Lopo Vás, na pior das náus e tendo câmara na estância dos grumetes ; mas também êle teria igual sorte se a morte o não poupasse a tão humilhante infortúnio. No acto da prisão, Lopo Vás dirigiu-se ao ouvidor geral nestas palavras :—« dizei ao governador, que eu o prendi, êle me prende, lá virá quem o prenda a êle. »—Dedo de Deus, repetimos.

Romperam o fogo contra o baluarte de Gaspar de Souza e, aluída a muralha, viram com espanto um novo muro interior, que António da Silveira havia mandado construir. Assaltaram e repetiram os assaltos em dias sucessivos ; mas, o brioso capitão com um punhado de valentes opôs uma resistência verdadeiramente heróica, repelindo as ondas do inimigo, que vinha crescendo.

Entretanto a fortaleza ia perdendo defensores, que não podiam ser substituídos ; o socorro prometido pelo vice-rei não chegava ; os assaltos continuavam e, para o remate de tantos infortúnios, o escorbuto, gerado pela má alimentação e péssima água da cisterna, dizimava a nossa guarnição. O desánimo, que a invadia, teria perdido tudo, se não acudissem as mulheres a compartilhar com os homens as fadigas. Ana Fernandes e Isabel da Veiga fôram duas heroínas, que, inspirando aos combatentes o amor da glória, pensando e curando os feridos, ora assistindo aos moribundos, ora rendendo as sentinelas fatigadas e fazendo transportar os materiais das casas, que se destruíam, para reparar os muros, levantaram os espíritos do profundo abatimento em que jaziam.

Em 30 de Outubro quizeram os turcos fazer um esforço decisivo e fingiram a retirada com certo aparato ; mas António da Silveira, que, receoso de alguma traição, mandara redobrar a vigilância, surpreendeu-os ao escalarem alta noite o baluarte e conseguiu derrubá-los. Em seguida, tentaram entrar pelas ruínas da muralha e arvorar a sua bandeira. Deu-se, então, um combate furioso, em que os portugueses, pelejando como leões, ofereceram uma resistência sôbre-humana. ⁽¹⁾ António da Silveira foi uma mon-

⁽¹⁾ « Ha uma frase de Diogo do Couto, que em quaesquer outras circunstâncias teria o sabor picaresco de hipérbole andalu-

tanha de energia e obrou prodígios. A guarnição da fortaleza, porém, ficou reduzida só a quarenta homens válidos ; ninguém pensou contudo em render-se. Os turcos, que ignoravam o estado dos adversários, avaliando-o pela energia da resistência, julgaram que o número dêles era igual ou superior ao seu, e, desanimados com o mau resultado do combate, embarcaram definitivamente em 1 de Novembro e retiraram-se.

Esta brilhante vitória, a mais famosa de todas, alcançada sôbre os turcos, que nêsse tempo eram o terror da Europa, conquistou para os portugueses imenso prestígio e consolidou o seu poder na India.

**Vitória
gloriosa**

Um dos rajás de Ceilão solicitou a nossa aliança e o Samorim de Calicut, nosso implacável inimigo, pediu a paz, que lhe foi concedida, assinando-se o tratado em Janeiro de 1540.

Dois meses depois da vitória chegou a Diu a armada de D. Garcia de Noronha, que navegara com todo o vagar ; porque o vice-rei, que era um fidalgo pobre e que não vinha à India senão para *levar dinheiro*, como êle próprio dizia, fôra cuidando, pelo caminho, mais dos seus interêsses particulares do que das urgências do Estado.

Em Diu D. Garcia de Noronha reparou a fortaleza desmantelada e concluiu com o sultão de Cambaia uma paz vergonhosa, cedendo-lhe a pêsso de ouro a alfândega da vila dos rumes e o levantamento dum muro entre a cidade e a fortaleza, além de lhe fazer muitas concessões que êle a ferro e fogo não tinha podido obter.

za, mas que é grandiosa em lances tais : *Aque os homens, diz êle, pelejavam com as tripas n'uma das mãos e a espada na outra. Só assim se pode compreender o que fizeram !* » Bulhão Pato. *Portugueses na India*, pag. 209.

Durante este vice-reinado erigiu-se em Goa uma diocese sufragânea à da Madeira, compreendendo todos os estabelecimentos portugueses desde o cabo de Boa Esperança até os confins do oriente, e que teve pela primeira vez bispo e cabido.

**Diocese de Goa
e seu 1.º bispo**

O primeiro bispo que governou esta diocese, foi D. fr. João de Albuquerque, que chegou a Goa em 1538. (¹)

Falecendo D. Garcia de Noronha em 3 de Abril de 1540 (²), foi reconhecido por governador D. Estevão da Gama, (1540-42) indicado na 2.ª via de sucessão, por estar ausente em Portugal Martim Afonso de Souza, nomeado na 1.ª. Foi um governador algum tanto honesto.

No princípio do ano 1541 partiu D. Estevão com uma expedição ao Mar Vermelho no intuito de destruir a nova esquadra, que o Paxá do Egipto estava preparando em Suez ; mas, vendo o estado da defesa em que ela se achava, regressou a

**Expedição ao
Mar Vermelho**

(¹) Para mais desenvolvida notícia vide P.º C. C. de Nazareth, *Mitras Lusitanas*, ed. de 1897, onde os leitores encontrarão grande cópia de valiosas informações sobre a história da Igreja Lusitana do Oriente.

(²) E' o primeiro governador que faleceu na cidade de Goa. Jaz no centro da capela-mór da sé catedral com epitáfio. De passagem diremos que a história da Índia, entre outros importantes serviços, deve ao infatigável Cunha Rivara o conhecimento das inscrições e epitáfios existentes em várias partes da Índia. A colecção dos que encontrou e trasladou desde Velha Goa até ao convento do Cabo e que deixara ainda M.S., foi publicada em volume especial no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 8, 12.ª série, com o título *Inscrições lapidares da Índia Portuguesa*, sob a direcção e com o prefácio de Gabriel Pereira. Notam se, contudo, graves defeitos nessa publicação, como num artigo inserto no *Boletim Oficial*, n.º 100 de 1897, pag. 775, observa Ismael Gracias, dando ao mesmo tempo uma resenha completa de todas as inscrições e epitáfios publicados por Cunha Rivara.

Massuah, donde enviou seu irmão Cristóvão da Gama com 400 portugueses em socorro do *Negus* de Abissínia (ou Preste-João) contra o Xeiue da Zeila, que, tendo levantado uma guerra cruel, estava a ponto de substituir em toda a Abissínia a religião cristã pelo islamismo. Cristóvão da Gama foi derrotado e morto pelo Xeiue ; mas os 130 portugueses, que escaparam à derrota, reorganizando um exército com os soldados do *Negus*, salvaram a dinastia abissínia e o predomínio do cristianismo naquelas regiões.

Foi no mesmo ano que se fundou em Goa o Seminário chamado de *Santa Fé*, convertido, mais tarde, em o Colégio da Companhia de Jesus.

A D. Estevão da Gama succedeu Martim Afonso de Souza, que chegou a Goa em 6 de Maio de 1542 trazendo em sua companhia o padre mestre Francisco Xavier, que foi o Apóstolo benemérito e é o santo dilecto da India.

Martim Afonso de Souza, (1542-45) que, poucos anos antes, em capitão-mór do mar da India praticara façanhas heróicas, investido no govêrno dêste Estado, tornou-se escandalosamente avaro. Contudo, intrépido e activo como era, houve no seu tempo muitos feitos gloriosos ; descobriu-se o Japão e sujeitou-se o reino das Molucas.

**Anexação de
Salsete e Bardês
e a questão de
Meale**

O facto porém mais importante para nós é o de se anexarem ao Estado as províncias de Salsete e Bardês.

As dissensões entre os príncipes de Bijapur, que haviam dado e tirado aos portugueses (1536) as duas províncias, renasceram com aspecto novo. Meale-Khan, já proscrito, foi novamente perseguido, mas Assad-Khan, que o ajudava, acareou-lhe a pêso de oiro a protecção dos portugueses e mandou ao governador 40 mil pardaús de oiro, prometendo ainda doar

a el-rei de Portugal as terras tiradas ; e Meale-Khan, na esperança de entrar na posse do trono que disputava, veio de Cambaia acolher-se à cidade de Goa.

Ibraim Adil-Khan, logo que soube do acolhimento dado ao seu competidor, mandou embaixadores a Martim Afonso, pedindo-lhe a entrega do príncipe com o protesto de o não matar, e, como não conseguisse o seu desejo, receando que lhe fosse movida a guerra em favor de Meale, fêz doação perpétua das províncias de Salsete e Bardês à corôa de Portugal, com a condição de guardar o seu rival em segurança.

Foi assim que em 1543 estas peninsulas passaram pela quarta vez, ⁽¹⁾ para o domínio português, onde, a-pesar-de repetidamente invadidas por Adil-Khan, como logo veremos, permaneceram, ficando mais tarde incorporadas no Estado pelo tratado de paz de 1571.

O governador, ouvido o seu conselho geral, assentou não romper a paz com Ibraim Adil-Khan, deixando ficar Meale em liberdade, como estava.

Assad-Khan, depois de receber esta notícia, faleceu de desgosto por lhe terem falhado as esperanças de meter o Meale na posse do trono.

Ibraim, ainda que satisfeito com a confirmação da sua amisade com os portugueses, todavia, desgostoso com a situação de Meale, cuja sombra lhe fazia mêdo, mandava valiosos presentes ao governador, rogando-lhe encarecidamente que o removesse para Malaca ou outro sítio afastado, donde não houvesse receio de

(1) Estas terras foram temporariamente portuguesas duas vezes pela conquista de Albuquerque em 1510, e pela terceira vez por doação de Krisna Ray, rajá de Bisnagar em 1520.

A parte do território goês, permanentemente ocupada pelos portugueses desde a conquista, compreendia sómente a Ilha de Goa e as três ilhas vizinhas : Divar, Chorão e Jua.

rebelião.

Além disto, fez mercê ao rei de Portugal do tesouro de Assad-Khan, que se achava em Cananor guardado por um tesoureiro mouro, e do qual Martim Afonso tomou para si uma parte, conforme a conta que êle próprio deu a el-rei por carta, cujos trechos vão abaixo transcritos. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Carta notavel de Martim Afonso de Souza, Governador da India, à Sua Magestade.

«Depois de ter escrito a Vossa Senhoria me fez Deos cá tantas mercês, que vos afirmo que me faz estar tremendo, porque sei mui bem que lhe não mereço nenhuma delas; mas êle faz como quem he.....

Cá estão dous Senhores em grandes diferenças: Hidalção e Acedação levantado que queria que fosse Hidalção o Mealo senhor do Balagal, que estave em Goa; ambos têm grande necessidade de my.....

Determinei-me pelo Hidalção, que parecia ter mais justiça, e mais firme; ainda que vos certifico que da outra avia tantas razões e contrarios, que me foi necessario socorrer-me a missas e devações. Mas a fim assente com o Hidalção, o qual me de opera El-rei nosso senhor as terras firmes daqui, que rendem 45 mil pardaos de juro e erdade, com grandes prometimentos e doações e solenidades, e além disso me mandou 70 mil pardaos pera ajuda das armadas del Rey nosso senhor, e 20 mil pera my, a saber: 10 mil pera huma joia de minha molher, e 10 mil pera um bauquete: e isto feito ficava-nos o outro por contrário. Vem Deos e mata-o dali a seis dias, e fica o Hidalção por senhor pacifico de tudo. E não contente com isto veo-se a my um mouro, que era muyto privado do Acedação, e meu amigo da outra vez que cá andey, e desta que tem recebido de my muyto boas obras: disse-me que pois seu senhor era morto, que não queria outro senhor senão a my, e que me queria entregar 500 mil pardaos que tinha de seu senhor, dos quays mando 300 mil a El-Rey nosso senhor para ajuda do casamento da senhora Ifante. Porém destes tomei 30 mil para my, que é o dizimo que lá mando a minha molher; porque em razão está que tenha alguma parte disso, pois o podera ter todo; que eu podera ter tomado este dinheiro sem o ninguem saber, e que o souberão, tiverão mui pouca justiça contra my.....

E outros 200 mil pardaos que ficão hão-se de repartir com o

O governador prometendo sempre satisfazer às instâncias de Ibraim, deixava viver o Meale ora em Goa ora em Cananor e com as honras de príncipe.

Finalmente Ibraim concertou com o governador a entrega do Meale em troca de 50 mil pardaús de ouro ; mas êste concêrto não chegou ao efeito. ⁽¹⁾

Esta vergonhosa exploração terminou felizmente com a chegada do novo governador.

Em 1544 foi creada a Relação da India; até aí as causas crimes eram julgadas militarmente pelo auditor, que acompanhava sempre o governador.

CAPÍTULO VII

D. João de Castro; 2.º cêrco de Diu

A India ia apodrecendo na devassidão; o cinismo dos governadores, o peculato dos comandantes, as revoltas e as deserções dos soldados, os roubos e as violências, que praticavam todos êles, e que os tornavam um verdadeiro objecto de horror para os indígenas, haviam pôsto o império em uma situação deplorável.

mouro 70 mil, porque com este concerto ficamos: Ficão 130 mil; destes determinam pagar todas as dividas de El-rei nosso senhor a orfãos, e outros empréstimos a gente mui pobre e necessitada, que os Governadores e Veadores de sua fazenda cá tomarão.....

Beijo as mãos a Vossa Senhoria: de Gôa a 23 de Dezembro de 1544.—III L. 2.º (a)

(a) *Annaes de D. João 3º*: por fr. Luís de Souza pag. 413.

(1) *Lendas* vol. 4.º parte 1.ª pag. 331 e seguinte.

Para travar esta roda de misérias foi enviado de Portugal D. João de Castro, (1545-48) que mais tarde recebeu o título de vice-rei da Índia.

D. João de Castro significou positivamente a Ibraim Adil-Khan que lhe não entregaria Meale, como Martim Afonso de Souza esteve a ponto de o fazer, atraçando a confiança com que Meale recorrera à protecção da bandeira portuguesa.

Derrota de Adil-Khan em Pondá

Adil-Khan, indignado, declarou guerra ao governador e expediu uma grossa força contra as terras de Salsete, a qual, depois de várias saltadas, apresentou-se em som de batalha ao pé da fortaleza de Pondá; mas, aos primeiros golpes das armas portuguesas, debandou-se para os sertões abandonando a fortaleza.

Pouco tempo depois, em 1547, enquanto D. João de Castro se achava em Diu, Ibraim Adil-Khan, para vingar a derrota de Pondá, enviou um exército de 20 mil homens, sob o comando de um dos seus aguerridos generais, por nome Salabat-Khan, que se apoderou de Salsete.

O capitão da cidade D. Diogo de Almeida, querendo marchar contra os mouros, teve de recuar diante da opposição do senado, que achava insuficiente a sua força contra o poder dos adversários e receava que uma derrota dos nossos viesse comprometer a segurança da cidade. Limitou-se por isso o capitão a fortificar a praça de Rachol e aparelhar alguns navios e máquinas, dando parte de tudo ao governador em Diu. D. João de Castro apressou-se a voltar para Goa e, sabendo que o inimigo se achava acampado em Margão, foi buscá-lo a este sítio, mas não encontrou senão os arraiaes desertos com as tendas armadas, camas e mesas e os caldeirões com a ceia ao lume; pois, momentos antes, Salabat-Khan, informado da vinda do governador, precipitara a fuga para Cuncolim, sítio

que julgava de acesso difícil aos portugueses e mais vantajoso para o caso da luta.

Marchou o governador para essa aldeia e, transposto o rio, não sem sofrer na sua passagem viva resistência, empenhou, no dia 21 de Dezembro, uma rija batalha e derrotou o inimigo. Salabat-Khan, com 800 dos seus, morreram no combate e mais dois mil durante a fuga.

Derrota de Adil-Khan em Cuncolim

D. João de Castro foi recebido na cidade entre ovações e foi ordenada uma solene procissão de todas as confrarias das Ilhas, do cabido da Sé e de todos os Religiosos de Goa, em louvor do apóstolo S. Tomé, a cuja intercessão o governador attribuía a vitória alcançada.

O governador, não satisfeito de expulsar de Salsete o rei muçulmano, enviou seu filho, D. Alvaro de Castro, correr a costa com seis navios. D. Alvaro tomou e arrasou a cidade de Cambre, obrigando assim Adil-Khan a pedir a paz, que lhe foi concedida.

Em 1546 rebentou a guerra em Diu. Khoja-Safar, julgando ter chegado ocasião oportuna de se vingar da derrota que havia sofrido, e, não conseguindo apossar-se da praça por meio duma traição, nem envenenar a água da cisterna donde bebiam os portugueses, pôz cêrco à nossa fortaleza, com um exército de 8 mil soldados e 60 peças de artilharia. Entre êsses contavam-se mil turcos. Recebeu mais tarde um refôrço de 2 mil homens comandados por dois chefes mogóis. Reuniram-se, portanto, a favor dos inimigos os povos mais guerreiros do oriente. E' êste o célebre segundo cêrco de Diu.

Segundo cêrco de Diu

O capitão da fortaleza, D. João Mascarenhas, tinha apenas 250 homens: a maior parte da guarnição tinha desertado, cansada do servir sem sôlido, que o govêrno

lhe não pagava por querer assim remediar o espantoso *deficit*, que onerava o orçamento.

D. João de Castro, respondendo ao aviso que recebera de Mascarenhas antes de começar o cêrco, havia-lhe mandado 200 soldados de refôrço. A situação era complicada, porque, ao mesmo tempo os castelhanos renovavam as suas pretensões nas Molucas e D. João de Castro tinha de manter ali o nosso predomínio, como fêz.

Khoja-Safar rompeu o fogo contra a fortaleza e enviou uma nau com 200 turcos para abordar o baluarte do mar; mas, D. João Mascarenhas, que tudo providenciava, expediu de noite o capitão Jacome Leite com poucos soldados, que, arremessando panelas de pólvora, queimaram a nau e uma grande parte da tripulação.

Khoja-Safar, irritado com estas perdas, mandou construir defronte da fortaleza um muro com baluartes e bombardeiras, em que assentou basiliscos, leões e outras peças grossas, e, jurando arrasas a fortaleza, começou batê-la com contínuas surriadas de balas, que produziam enormes estragos. Os portugueses, animados pelo seu intrépido capitão, não cessavam de responder com o fogo da artilharia e arcabuzaria, que derribava muitos dos inimigos.

Já sentiam os nossos a falta de pólvora, quando chegou o socôrro de Goa, comandado por D. Fernando de Castro, moço de 19 anos e filho mais novo do governador. Poucos dias depois o inimigo recebeu, também, um refôrço importante.

Recrudesceram, então os combates e uma bala dos nossos matou Khoja-Safar; mas, nem por isso, o assédio afrouxou, porque seu filho Rume-Khan tomou o comando do exército inimigo e repetiu com fúria os assaltos que, embora repellidos com grande mortandade do inimigo, causaram aos nossos consideráveis

perdas.

Nêsses conflitos era notável o auxílio que prestavam as mulheres de Diu, principalmente D. Isabel Fernandes, conhecida pelo cognome de *Velha de Diu*, acudindo aos nossos combatentes com mantimentos, lanças e panelas de pólvora e acarretando pedras para repálar os muros. Um dia, sôbretudo, foi à diligência dessas damas que se deveu, em grande parte, a salvação da fortaleza; pois, enquanto os portuguezes combatiam em pôsto de maior perigo, alguns turcos, escalando uma porção da cortina desguarnecida, entraram a fortaleza; as mulheres correram com gritos a avisar D. João Mascarenhas, que formando uma escolta dos poucos soldaos que se achavam fora das estâncias, investiu o inimigo, já fortificado na igreja de S. Tiago, e desalojou-o antes que a maior parte da guarnição tivesse a notícia do perigo.

Vendo Rume-Khan que o sistema dos assaltos não lhe aproveitava, mandou levantar umas tôrres mais altas que a fortaleza; mas estas os portuguezes conseguiram destruí-las em sortidas, embora voltassem daí muitos feridos.

Entretanto recebeu o inimigo um socorro de 13 mil homens, sob o comando de Jezzar-Khan e, depois de terem experimentado mais uma derrota em um assalto geral, recorreram ao sistema das minas.

O baluarte de S. João foi o primeiro que minaram sem que os nossos o pressentissem. O rebentar da mina destruiu o baluarte, morrendo 60 portuguezes e entre elles D. Fernando de Castro, ⁽¹⁾ que, obedecendo ao aviso recebido de D. João Mascarenhas, se teria

(1) No terreiro adjacente ao castelo de Diu ha, sem letreiro, uma cruz, que se diz estar no logar da sepultura de D. Fernando de Castro—Cunha Rivara, *Inscrições de Diu*, pag. 37.

salvado, retirando-se com todos os seus, se um louco temerário não apelidara de covarde quem desamparasse o pôsto.

Após o estrondo da explosão, entraram 500 turcos pelas ruínas do baluarte ; mas, em vêz do muro esbozado, encontraram uma barreira de 5 valorosos portugueses, que, opondo-lhes uma resistência mais que humana, apararam o embate da corrente, até que acudindo os soldados, que pelejavam nas outras estâncias, travaram uma renhida batalha e obrigaram o inimigo a desistir da empreza.

Mas, os assaltos continuaram reduzindo, cada vez mais, a nossa guarnição. Felizmente, chegou a esquadrã de D. Alvaro de Castro com um poderoso reforço, que, embora, não elevasse o número dos combatentes senão a seiscentos, encheu, contudo, de tamanha confiança os portugueses, que, ajuntando-se um dia mais de 400 armados, quizeram, contra a vontade dos seus chefes, ir afrontar o inimigo no campo e constrangeram D. João Mascarenhas a comandá-los e D. Alvaro a seguí-los. Mas, a sortida saíu-lhes infeliz, porque, além de morrerem 35 dos nossos no combate, ficaram feridos mais de cem, incluindo D. Alvaro.

Aproveitando a vitória tentaram os inimigos tomar num ímpeto a fortaleza, mas foram repelidos. Contudo crearam tamanha audácia, que chegaram a construir uma nova cidade em frente da fortaleza, como o tinham feito os reis católicos no cêrco de Granada.

A notícia desta derrota dos nossos foi assustar D. João de Castro em Goa ; o qual imediatamente enviou a Diu uma armada de 22 caravelas sob o comando de Vasco da Cunha e, em seguida, empregou toda a sua actividade e todos os recursos do Estado em preparar o socorro decisivo que ele próprio devia comandar.

Segundo Jacinto Freire, as damas de Chaúl deram, nesta ocasião, um testemunho do seu patriotismo enviando ao governador todas as suas jóias, para que delas dispusesse em proveito da guerra, facto que é contestado e refutado por Cunha Rivara ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Numa memória, proferida na sessão solene do « Instituto Vasco da Gama », em 30 de Janeiro de 1875, demonstrou Cunha Rivara, com a sua superior critica, a seguinte proposição, pela qual começou : *As donas e donzelas de Chaúl não enviaram de presente a D. João de Castro as suas jóias para o apresto da armadu, em que determinava passar a Diu.*

Confrontando uns documentos que leu, mostrou o erudito orador que, quando D. João de Castro pediu aos cidadãos de Chaúl o acompanhassem, e ajudassem na empresa de Cambaia, esses cidadãos se fizeram prestes em suas pessoas e em toda a sua fazenda e haveres; acrescentando que, se para isso não suprissem as fazendas, suas mulheres lhes ofereciam a elles as jóias, para despendarem na guerra: que, chegada à Goa a nova desta patriótica oferta, uma dama de Chaúl, que, acaso, se achava aqui em casa de uma filha casada, movida de uma nobre emulação, e, não tendo, ao que parece, marido a que fosse mister valer-se das suas jóias, quis avantejar-se as suas compatriotas, não se limitando a oferecer, vocalmente, as que possuía, mas enviando-as ao governador por mão de outra sua filha, de quem fala como donzela.

As primeiras palavras da carta de D. Catarina de Souza = « *Eu soube como as mulheres de Chaúl tinham oferecido a V. S. as suas jóias para a guerra* » = são, na verdade, equívocas, acrescenta Rivara. Mas, o equívoco fica desfeito pelo resto da mesma carta, que, por si só, era bastante para desenganar a Jacinto Freire do seu erro, e o é para nos confirmar na opinião de que as jóias de Chaúl não saíram das mãos das suas donas. Se D. Catarina escrevia ao governador depois de elle ser entregue do presente, e se o presente consistia em todas as jóias de Chaúl, como tudo se antolhou a Jacintho Freire, seria indesculpavel impertinência, e grosseiro disparate dizer aquella dama = « *Não julgue, em quão poucas são, as que pode haver em Chaúl, porque lhe certifico que eu sou a que menos lenho* » = « *E creia V. S. que só das jóias de Chaúl pode fazer a guerra dez anos sem se acabarem de gastar* » — Se D. Catarina assim se expressava, claro está que não era conhecida do governador a quantidade das jóias de Chaúl, nem as tinha em seu poder. Acresce a carta dos cidadãos, que explica não ser esse

A 17 de Outubro de 1546, partiu de Goa D. João de Castro com uma poderosa esquadra e, tendo sido recebido na fortaleza, em 6 de Novembro, com grande alvôrço e estrondosas salvas de artilharia, fixou o dia 11 para fazer uma sortida geral e travar a batalha decisiva.

O exército português, que, incluindo a guarnição, não passava de 3 mil e quatrocentos homens, não duvidou ir pelejar em campo raso com os 4 mil soldados de Rume-Khan. D. João de Castro presidiu então a uma ressurreição dos velhos bríos portugueses; pois, fizeram os nossos tais proezas que se não podem particularizar, e, a-pesar da inferioridade numérica, obrigaram o inimigo a levantar o cêrco, morrendo na batalha Rume-Khan e sendo prisioneiro Jezzar-Khan com 600 soldados.

Todas as riquezas da cidade improvisada foram apreendidas pelos portugueses e, entre elas, quarenta peças de artilharia grossa, uma das quais é a célebre

oferecimento feito directamente ao governador, mas a êles próprios; o que se ajusta perfeitamente com o pensamento de D. Catarina.

Além disto, Cunha Rivara diz ter descoberto, aqui em Goa, outro documento, que corrobora as suas conclusões. A 22 de Fevereiro de 1642 foi jurado na cidade de Chaúl, por herdeiro da corôa de Portugal, o príncipe D. Teodósio, filho do novo rei D. João 4.º. Na relação que nos arquivos ficou dessa solenidade, está incorporada a *fala*, que, por essa ocasião, fêz o conhecido jesuita, p.º Diogo de Areda, o qual, referindo-se ao patriotismo e beneméritos serviços dos moradores de Chaúl ao govêrno português, não diz uma só palavra da acção tão encarecida por Jacinto Freire; o que indica não haver dela memória nessa cidade; pois a havê-la, impossível seria que escapasse ao eloquente panegirista da cidade, em tão miúda relação.

(*Instituto Vasco da Gama*, 3.º vol., pgs. 29 e 55).

peça de Diu, que se guarda no edificio do Arsenal do exército em Lisboa e ainda conserva a memória desses dias heróicos.

Depois de levantar o assédio, D. João de Castro escreveu aos vereadores de Goa uma tocante carta pedindo-lhes um empréstimo de 20 mil pardaus para reedificar a fortaleza, e enviou, em penhor, alguns cabelos da sua barba, além da provisão que mandava para que o tesoureiro lhes fosse pagando a quantia pelos rendimentos dos cavalos.

E' verdade que a garantia duma provisão escusava o penhor da barba; mas, esta amplificação, que hoje seria ridícula, produziu então magnífico efeito. O Senado, enternecido, devolveu as barbas e a provisão, e enviou o dinheiro, que depois lhe foi pago integralmente, e as damas de Goa ofereceram suas jóias, que D. João de Castro não aceitou.

Em Abril de 1547, regressou D. João de Castro a Goa, onde foi recebido como um vencedor romano com as maiores pompas de triumpho. Eis como se fêz a solenidade da recepção.

O governador, vindo de Pangim, e entrando pela ria, coalhada de embarcações, alegremente enramadas, desembarcou num cais de madeira, que a cidade construíra e atapetara com custosas

**Triunfo de
D. João de
Castro**

sêdas, para esta ocasião, no bazar de S. Catarina; e ordenou-se o cortejo triumphal ao som das salvas e toques de trombetas, atabales e pandeiros. Caminhava à frente o Custódio dos Religiosos Franciscanos, fr. António do Casal, com o crucifixo que levara na batalha, com um braço desencravado e pendente. Seguia a bandeira das quinas arvorada, e logo os 7 estandartes e um guião verde do rei de Cambaia, arrastados à vista de Jezzar-Khan, que ia maniatado e de olhos baixos, diante dos outros capitães cativos, e entre o

secretário Cosme Anes e o ouvidor geral António Martins. Viam-se, depois, dois trabucos e algumas peças de artilharia, 600 prisioneiros arrastando cadeias e muitas carretas, conduzindo os despojos da guerra, ladeadas pelos soldados vitoriosos.

O governador trazia uma roupa francesa, de setim carmesim, toda guarnecida de ouro. A' porta da cidade, que, por ser pequena, fôra rasgada toda até ao alto muro, e rematada por um arco, um vereador recitou um eloqüente discurso em latim, em louvor da vitória alcançada, que foi apoiado pela música e pelos tiros de algumas peças, que, apontadas para o ar, espalharam sôbre o povo uma porção de curiosos doces, de que haviam sido carregadas em lugar de balas. O governador, depondo o gôrro da cabeça, tomou uma coroa triunfal e na mão um formoso ramo de palmeira e, caminhando debaixo de um rico pálio, entrou na cidade pela *Rua do Hospital* e dirigiu-se para o terreiro do Paço, onde estava construída uma fortaleza de madeira figurando a de Diu, a qual disparou a sua artilharia e bombas de fogo, arremedando a batalha e cantando-se no fim louvores ao vencedor. Atravessando a *Rua Direita*, que se achava festivamente juncada e enramada, foi o triunfador perfumado de águas aromáticas que espalhavam as damas das janelas juntamente com várias flores. Entrou na igreja de N. Sra. da Serra e lançou a água benta sôbre o túmulo de Afonso de Albuquerque, e daí, pela *Rua do Crucifixo*, foi visitar a igreja de S. Francisco, onde encontrou a comunidade entoando na rua o *Benedictus qui venit*, e seguiu para a catedral, sendo aqui recebido pelo bispo e o clero ao canto do hino *Te Deum laudamus*.

Concluídas as cerimónias, recolheu-se o governador ao Paço, e ordenou que, na parte do muro que se rompera, se erigisse uma capela a S. Martinho, em

Cujo dia se alcançara a famosa vitória e em todos os anos se fizesse nesse dia uma festa com solene procissão ; o que se observou até ao ano de 1830. ⁽¹⁾

Contudo, não podia D. João de Castro adormecer sobre os louros conquistados. Teve de combater com Adil-Khan afim de assegurar a tranquillidade de Salsete e Bardês ; e partiu de novo para Diu com uma esquadra importante, por lhe constar que o sultão de Cambaia pensava em reconquistar aquela praça ; mas, o sultão, vendo que os nossos estavam prevenidos, desistiu da empreza e D. João de Castro limitou-se a bombardear a costa.

Voltando para Goa, teve que repelir nova guerra de Adil-Khan e desta vez para castigar a sua constante inquietação, destruiu-lhe todos os portos e empregou os meios necessários para o reduzir a uma tranquillidade definitiva.

**Adil-Khan
novamente
derrotado**

Em 1547 o rajá de Bisnagar por um tratado solene e formal colocou nas mãos dos portuguezes o monopólio do comércio do seu país obtendo em compensação o exclusivo fornecimento dos cavalos.

« Depois destas vitórias D. João de Castro voltou a sua atenção para os negócios internos, seguindo uma política que lembra a de lord Cornwallis em Bengala na história posterior da India; fixou os salários dos officiaes civis forcejando por pôr termo ao sistema de corrupção e peculato com que defraudavam, ao mesmo tempo, o tesouro real e os indígenas. Via também com especial desgosto a vida licenciosa e imoral levada pelos portuguezes em Goa, e reprimiu

⁽¹⁾ A gloriosa defesa da praça de Diu foi celebrada em dois poemas epicos, o *Primeiro Cerco de Diu* por Francisco de Andrade; e o *Segundo Cerco de Diu* por Jeronimo Côrte-Real.

enèrgicamente o luxo, que, como dizia, só podia ser sustentado pela defraudação dos direitos reais.» (1)

El-rei D. João 3.º, informado dessas vitórias do governador da Índia, recon.pensou-o dando-lhe o título de vice-rei, com uma ajuda de custo de 10 mil cruzados, e prorogando o seu govêrno por mais três anos. Seu filho D. Alvaro foi agra-

Morte de D. João de Castro ciado com o pôsto de capitão-mór do mar das Índias. Mas, D. João de Castro não teve a fortuna de gozar destas mercês, cujas notícias recebera; porque morreu em 6 de Junho de 1548, nos braços do Apóstolo S. Francisco Xavier, confessando com orgulho *não ter tido em casa uma galinha para comer na sua enfermidade.*

De tudo isto se vê que D. João de Castro era um vulto nobre, simpático e austero; e se a sua grandeza moral parece às vezes misturada com uma pontinha de ostentação, era talvez porque o grande herói e santo entendia que, numa época em que o vício reinava desenfreado, tinha a virtude de ser aparatosa e deslumbrante. A feição romana do seu carácter havia sido amoldada pelos desenhos de Plutarco, de quem se apaixonara. Triunfou como pagão e morreu como cristão, diz algures um escritor.

Com a morte de D. João de Castro foi reconhecido como governador **Garcia de Sá**, (1548-49) na conformidade da 3.ª via de sucessão, por haverem regressado ao reino D. João Mascarenhas e Jorge Tello, designados nas primeiras duas patentes.

D. Garcia de Sá concluiu a paz com Adil-Khan, obtendo a confirmação da doação das terras de Salsete

(1) Stephens, pag. 185.

e Bardês, com a condição de ser guardado, para sempre, Meale-Khan em Goa, e zelou muito pela pontualidade no pagamento dos soldados e pelo despacho mais rápido das pretensões. Morreu logo depois de um ano de govêrno, e jaz sepultado na igreja do antigo priorado da N. S.^{ra} do Rosário em Goa.

**Paz com
Adil-Khan**

Durante a administração de **Jorge Cabral**, (1549-51) que se lhe seguiu pela 4.^a via de sucessão (eram cinco as vias que desta vez se acharam em Goa), recommençaram os portugueses os actos de pirataria; e Francisco da Silva, capitão de Cochim, foi saquear um templo hindu, onde não encontrou os tesouros que ia buscar, mas lutando com os hindus perdeu alguns soldados.

Pouco tempo depois, o rajá de Calicut, o de Tannor e mais alguns reis do Malabar coligaram-se contra os portugueses, e, em um combate que se deu na ilha de Bardela, Francisco da Silva foi morto. Mas, Manoel de Souza de Sepúlveda, o herói do celebrado poema de Côrte-Real, obrigou o rajá de Tannor a uma paz onerosa. Jorge Cabral foi, em pessoa, assolar a costa de Calicut e arrasou Torah, Coulete e Panane, e teria reduzido o Samorim a últimos apuros, se não tivesse de entregar o govêrno ao sucessor.

CAPÍTULO VIII

1551—1558. D. Afonso de Noronha, D. Pedro Mascarenhas e Francisco Barreto.

A ambição dos portugueses, o seu despotismo cada dia crescente e a perseguição religiosa que moviam

aos índios, destruindo os seus templos e ofendendo as suas crenças, segundo recomendava el-rei D. João 3.º, de acôrdo com as ideias do tempo, haviam gerado nos indígenas um ódio fidal contra êles, e sublevado os espíritos no oriente. Daqui vieram as multiplicadas guerras, que occuparam todo o govêrno de D. Afonso de Noronha, (1551-54) 5.º vice-rei da India.

D. Afonso tinha energia sufficiente para afrontar êsses perigos ; mas, com o exemplo das extorsões e rapinas que deu, mostrou-se impróprio para operar as reformas, de que vinha incumbido.

Logo nos princípios do seu govêrno (1551) teve a felicidade de conquistar e fortificar Aden, que Afonso de Albuquerque não pudera tomar ; mas apenas conservou esta chave do comércio do Mar Vermelho durante um ano, depois do que foi retomada pelos turcos.

O vice-rei não largou mão das armas ; pois, informado de que no Egipto se preparava uma esquadra contra a India, mandou o capitão
Sucessos no Luís Figueira com cinco fustas ao
Golfo Pérsico Mar Roxo trazer notícias mais positivas. Encontraram-se as fustas com cinco galeotas turcas, de que era comandante Safar, valente general do paxá do Egipto, e, depois de um aspérrimo combate em que os portuguezes pelejaram com a costumada audácia, Luís Figueira foi morto e aprisionada a sua fusta.

Os turcos, a êsse tempo muito poderosos, cobiçavam a ilha de Ormuz, e, avançando cada vez mais para o oriente, haviam chegado à embocadura do Eufrates e tomado posse das cidades de Bassorá, situada na foz dêsse rio, e de Katif, nas margens do Gôlfo Pérsico.

O vice-rei, querendo obstar a estas invasões, enviou, em Março de 1552, para Ormuz uma esquadra tripulada por 1200 homens, sob o comando de seu

sobrinho D. Antão de Noronha, que, auxiliado com 3 mil soldados pelo rei de Ormuz, e com algumas tropas pelo capitão desta fortaleza, partiu para Katif, bateu a cidade com a sua artilharia e, à hora em que ia dar um assalto, percebeu que a guarnição fugira secretamente. Tomou, portanto, posse da fortaleza sem ter sofrido quasi nenhuma perda; quando, porém, tratava de demolir o castelo para evitar novos conflitos com os turcos, uma súbita explosão de minas matou-lhe mais de 40 portugueses.

D. Antão de Noronha teria, também, expulsado os turcos de Bassorá, que eram uma constante ameaça para Ormuz; mas, por umas suspeitas de que os naturaes daquela cidade, nossos aliados, o haviam traído, absteve-se de ir acometê-los.

Logo em Maio de 1552, o paxá do Egipto expediu uma esquadra de 25 galés sob o comando de Epir-bey, o qual, depois de se apoderar da nossa fortaleza de Mascate, cuja guarnição se rendeu facilmente, veio ufano sitiar Ormuz. Felizmente, D. A'lvares de Noronha, comandante desta fortaleza, tinha uma forte tropa de 900 homens, graças a uma nau portuguesa, que arribara a Ormuz. Tendo, portanto, recolhido na fortaleza o aterrado rei da cidade e seus principais vassallos, D. A'lvares offereceu uma resistência tão enérgica, que Epir-bey, vendo que da nossa artilharia recebia maior dano do que o causado à fortaleza pelo seu bombardeamento, resolveu levantar o cêrco.

Antes de partir, propôs Epir-bey a D. A'lvares o resgate dos prisioneiros que fizera em Mascate, mas, este respondeu que não resgatava portugueses covardes, que preferiram *entregar-se a serem espedaçados*. Desapontado com esta resposta, Epir-bey saqueou Ormuz e a ilha de Kismis e retirou-se.

Entretanto o vice-rei, que partira de Goa com uma armada de 80 navios em socorro de Ormuz, encon-

trando em Diu a notícia de que o côrco já estava levantado, mandou, uma esquadra para cruzar no Gôlfo Pérsico e regressou para se ocupar dos negócios do Malabar.

O grande Solimão, que, nessa época, reinava na Turquia e que passava por invencível na Europa e na A'sia, irritado por Epir-bey não ter tomado Ormuz, mandou decapitá-lo. Tal era o castigo com que, nêsse país, se punia tanto a infelicidade como a imperícia dos generais.

Contudo, em Agosto de 1553, appareceu outro general, Murad-bey, à testa de 15 galés nas águas do Gôlfo Pérsico. A esquadra portugueza foi-lhe ao encontro e, enquanto os navios de alto bordo se achavam inutilizados por uma terrível calmaria, o galeão de Gonçalo Pereira Marramaque, casualmente destacado do resto da esquadra, arrostou sôzinho os ataques da inteira frota inimiga e, combatendo herôicamente por um dia inteiro, obrigou Murad-bey a fugir.

D. Afonso de Noronha, querendo, então, tomar maiores precauções para o lado de Ormuz, mandou seu filho D. Fernando de Menezes com uma poderosa esquadra ao Mar Roxo.

Em Agosto de 1554, veio jogar nova partida mais um capitão turco, por nome Ali-Xebuly, que projectava unir-se a Murad-bey em Bassorá; mas, antes disso, perseguido pelas caravelas de D. Fernando, foi desbaratado e teve de ir esconder a vergonha em Cambaia.

Em Malaca o antigo sultão de Bintam, hoje Viantana, coligado com o sultão de Java e vários outros, vieram todos, numa formidável esquadra, sitiar a cidade em Junho de 1551. A' reclamação de D. Pedro da Silva, comandante da fortaleza, appareceram, de

Singapura e outros portos vizinhos, alguns navios portugueses em socorro. A fortaleza era sitiada de um lado pelos malaioes e doutro pelos jaus e já se achava reduzida a grandes apêtos de fome. Em 12 de Agosto, os inimigos deram um assalto geral. D. Pedro da Silva, que felizmente estava prevenido e tinha disposto sôbre os muros uns mastros enormes, que havia tirado aos navios inservíveis, vendo os malaioes escalarem de madrugada as muralhas, esmagou-os atirando sôbre êles essas pesadas traves e por cima sucessivas panelas de pólvora.

Ao mesmo tempo, os jaus assaltaram a fortaleza doutro lado ; mas não saíram impunes. D. Pedro, avisado a tempo por uma mulher como em Diu, conseguiu também desbaratá-los com graves perdas.

Vendo os sultões o dano que tinham recebido neste assalto, assentaram reduzir Malaca pela fome, que efectivamente foi crescendo, a ponto de faltarem absolutamente os mantimentos. D. Pedro da Silva, não tendo outro recurso, lançou mão de um estratagema, que por uma fortuna salvou a fortaleza. Pois, enviou alguns navios com ordem de devastar as terras dos reis sitiadores. Os malaioes, em vez de assaltarem neste momento a fortaleza, que, quási completamente desguarnecida por essa diversão, teria caído nas suas mãos, desistiram do cêrco para acudir a seus reinos. Ficaram em tórno de Malaca só os jaus que obstinadamente não quizeram afastar-se. Mas Gil Fernandes de Carvalho, com permissão do comandante, fêz uma sortida, à testa de 200 homens, e foi tão feliz, que dispersou os inimigos obrigando-os a embarcarem. Assim, ficou Malaca livre do assédio mais terrível que até aqui sofrêra.

Em 1553 com a morte de Mahmud, sultão de Cambaia, insurgiram-se os mouros de Diu e principiaram negar aos portugueses os rendimentos da alfândega.

Mas, a sublevação foi reprimida, sendo derrotados e expulsos os moiros por D. Diogo de Almeida, governador da fortaleza, e seu sucessor D. Diogo de Noronha. Emquanto estas e outras vitórias de um lado abrilhantavam o vice-reinado de D. Afonso de Noronha, os outros pontos do nosso domínio eram testemunhas do despotismo dos portugueses e das mais vergonhosas depredações praticadas pelo próprio vice-rei.

Nas Molucas Bernardim de Sousa, comandante da fortaleza, homem violento e obstinado, não queria que os reis dessas ilhas tivessem fortalezas nos seus reinos, porque isso importava, dizia ele, uma prova de desconfiança contra os portugueses.

Guerra nas Molucas

Por um pretexto desta ordem declarou guerra ao sultão de Geilolo e cercou-lhe a fortaleza. O sultão, reconhecendo a sua fraqueza, capitulou com a condição de abdicar o título real, pagar um tributo pesado, mas conservar o reino. Os portugueses rasgaram a capitulação e, além de saquearem a cidade, mataram barbaramente os habitantes. O pobre sultão, não podendo suportar a dôr, fugiu para os matos, donde nunca mais saiu, protestando assim contra a perfídia e crueldade dos portugueses.

Depois da morte do sultão, Bernardim de Souza restituiu o reino a um dos filhos, que aquele deixára, mas confirmou-o apenas com o título de *Sangage* (governador).

Na ilha de Ceilão, Madune, rajá de Ceitavaca, estava em guerra aberta com o de Cota, nosso aliado.

Exacções em Ceilão

Este soberano, auxiliado pelos portugueses no govêrno de Jorge Cabral, havia alcançado, contra o seu adversário, uma brilhante vitória; mas, antes de concluir a guerra, morreu dum desastre.

Durante a menoridade do seu herdeiro, assumiu a regência seu parente Tribuly-Pandar, que prosseguiu a campanha. Entretanto já governava a Índia D. Afonso de Noronha, que, informado dos factos, julgou ocasião oportuna para cevar a sua cobiça. Partiu com uma esquadra a Ceilão e o primeiro passo que deu, foi meter a tormento os creados da casa do rajá falecido para que lhe descobrissem onde era o tesouro dos antigos reis. Não podendo conseguir a declaração desejada (provavelmente porque êsse tesouro não existia), saqueou o palácio e não quiz ir auxiliar Tribuly-Pandar contra Madune, sem que lhe promettesse pagar, como para as despesas da jornada, 200 mil pardaus de ouro em duas prestações. Recebidos logo 80 mil, que foi o que o regente pôde apurar vendendo joias e outros objectos, entrou na guerra e tomou Ceitavaca; mas a presa que fêz, incluindo a riqueza de um templo, guardou-a toda para si, não obstante ter estipulado com o seu aliado dar-lhe metade; e, a-pesar-de tudo isso, abandonou-o no resto da campanha, por êste lhe não poder apresentar os 20 mil pardaus, que devia à conta da primeira prestação!!

Pouco depois tratou o vice-rei de prender Tribuly, para o obrigar a pagar a quantia devida; mas, sabendo que êste fugira, prendeu o camareiro-mór do rei, que só obteve a liberdade mandando a D. Afonso uns 5 mil pardaus a bom custo reunidos, obrigando-se por um escrito a pagar-lhe o resto por todo aquele ano.

Não satisfeito com estas exacções, D. Afonso, ao sair de Ceilão, recomendou ao capitão de Colombo que prendesse Tribuly, logo que o pudesse e o mandasse para Goa. E efectivamente, passado algum tempo, Tribuly foi preso, mas fugindo da prisão moveu uma furiosa guerra aos portugueses, que, afinal,

terminou por uma reconciliação. ⁽¹⁾

Este tôrpe exemplo, que o vice-rei deixava, imitaram-no os capitães de Colombo e, entre êstes, mais escandalosamente D. Duarte de Fça e o seu immediato sucessor. Pois tratando o rei de Cota de continuar a guerra contra Madune, D. Duarte prometeu, e jurou sôbre um missal, ir auxiliá-lo com 50 portugueses e, por pagamento, recebeu logo mil cruzados. No momento da marcha exgiu maior paga e sacou mais 500 cruzados, e, em troca, mandou-lhe apenas 20 soldados. E, depois de tudo isso, D. Duarte não teve o escrúpulo de cartear intimamente com o inimigo e aceitar-lhe dinheiro; o que tendo sabido o rajá de Cota, e receando alguma traição dos 20 portugueses, desistiu da emprêsa, mandando à pressa recolher as suas tropas!!!

O sucessor de D. Duarte procedeu ainda pior, porque recebeu dinheiro e nunca mandou o auxílio que prometeu. O rajá de Cota, então, enojado desta impudente desmoralisação dos seus aliados, com quem não podia contar para a guerra, preferiu fazer com o seu adversário a paz menos onerosa possível.

O eco destas vergonhas chegou felizmente ao governo da metrópole, que ordenou ao vice-rei restituir ao rajá de Cota tudo quanto lhe fôra roubado.

Durante o governo de D. Afonso, que findou em 23 de Setembro de 1554, veio alistar-se no serviço da India o immortal cantor dos *Lusíadas*, Luis de Camões, e faleceu S. Francisco Xavier na ilha de Sanchão (1552). Também foi neste governo que os Jesuitas

(1) No arquivo da Torre do Tombo conserva-se o inventário, que D. Afonso de Noronha mandou fazer do ouro, joias e dinheiro, que achou em casa do rei de Ceilão, no pagode etc. Tem a data de 10 de Novembro de 1553; *Descrição das moedas* por Teixeira de Aragão, vol. 3.º pag. 143.

introduziram a arte tipográfica em Goa. São três factos importantes para a história indo-portuguesa e que entre si se relacionam, como vamos a vêr.

Luís de Camões veio em 1553 a bordo da náu *S. Bento*, única da armada do capitão-mór Fernão Álvares Cabral que chegou a Goa.

Aqui, a sua vida foi tão tempestuosa como em Portugal. Combateu na expedição contra o rei de Chembé ;

**Camões em
Goa**

em 1554 figurou na tomada de Mascate, no Mar Vermelho, sob o comando de D. Fernando de Menezes ; sofreu as provações de um longo cruzeiro junto do Monte Feliz. Em 1556, por ter escrito uma sátira, como adiante veremos, foi desterrado pelo governador Francisco Barreto para as Molucas, donde partiu para Macau. Nessa ilha exerceu o cargo judicial de *Provedor-mór dos defunctos e ausentes*, e escreveu, segundo diz a tradição, o sétimo canto dos *Lusiadas*, numa gruta, que ainda é conhecida pelo nome de *Gruta de Camões*. Da ida para Macau naufragou ⁽¹⁾ na costa de Cambodja, salvando a nado o seu poema na foz do rio Mecon. Voltando a Goa em 1560, no vice-reinado de D. Constantino de Bragança, passou pouco tempo sem torturas, graças à protecção do vice-rei. Na governação immediata, porém, foi de novo perseguido pelos inimigos e esteve preso. Quando em 1562, um Miguel Rodrigues Coutinho, por alcunha *Fios Secos*, a quem o poeta devia dinheiro, o mandou embargar na prisão, Luís de Camões deveu a liberdade a um memorial que dirigiu ao vice-rei, conde do Redondo, em quadras satíricas visando o *Fios Secos*. Provavelmente para se eximir a novas perseguições regressou a Lisboa.

(1) Francisco Evaristo Leoni, *Camões e os Lusiadas*, pag. 136.

O padre meste Francisco Xavier, não maior pelas inúmeras conversões dos naturais que operou com a doçura da sua palavra e a santidade do seu exemplo, do que pela reformação dos próprios portugueses, morreu pobre e esquecido, mas cheio de celestiais consolações, numa ilha do extremo oriente a 2 de Dezembro de 1552. Incansável missionário português, percorreu desde Paris, onde começou a sua carreira, até Sanchão, onde fechou os olhos, 33 mil léguas, chegando a converter à religião católica, dum a outro extremo, 1.200.000 infieis. E' o vulto mais glorioso que ilumina as páginas da história da India com a luz radiante que emana da sua auréola de santo.

A infatigável e benemérita Companhia de Jesus introduziu a arte tipográfica em Goa. A primeira obra que se editou, foram as teses **Morte de S. Francisco Xavier** ou *Conclusões Públicas*, defendidas no colégio de S. Paulo ; depois, foi o catecismo do grande Xavier ; e os primeiros versos de Camões, que viram a luz pública, foram também dados à estampa nessa mesma tipografia. ⁽¹⁾

D. Pedro Mascarenhas (1554-55), sexto vice-rei da India e sucessor de D. Afonso, foi um administrador honrado, mas o seu govêrno durou apenas nove meses. No seu tempo Anel-Melek, governador do Con-

⁽¹⁾ J. and P. of A. S. B. vol. 9 (1913) pag. 155, e *Evolução do jornalismo* por A. M. da Cunha. Noticiou o *Conimbricense*, n.º 5288, de 19 de Julho de 1898, que no espólio literário do finado bibliógrafo micalense José do Canto, se encontrou um exemplar da primeira poesia impressa de Camões, inserta no livro do dr. Garcia da Orta, publicado em Goa no ano de 1563. Cf. I. Gracias. *A Imprensa em Goa*.

ção, e alguns capitães poderosos, tendo conjurado contra o seu soberano Ibraim Adil-Khan, enviaram embaixadores a Goa, pedindo que se lhes entregasse Meale para o meterem na posse do trono, oferecendo à coroa de Portugal as terras do Concão com as suas alfândegas e tanadarias. D. Pedro, tanto porque ganhava as terras sem ter de intervir na revolta que ia rebentar contra o soberano, como porque teria em Meale, elevado ao trono, um aliado seguro, aceitou o partido e acompanhou o príncipe, com muitas honras e um cortejo de 3 mil soldados, até à fortaleza de Pondá, que três dias antes fôra tomada pelos portugueses. O vice-rei fêz ali a entrega de Meale a Salabat-Khan, que o vinha receber, e regressando à cidade, já doente, faleceu a 6 de Junho de 1555.

Françisco Barreto, (1555-58) que seguiu a Mascarenhas pela 1.^a via de sucessão, confirmou Meale com o título de rei de Bijapur e, tendo dado o govêrno da fortaleza de Pondá a D. Fernando Monroy, enviou D. Antão de Noronha tomar posse das terras do Concão.

**Meale feito rei
de Bijapur**

Emquanto D. Antão levantava tributos em Kudal, uma fôrça de 7 mil homens veio, por ordem de Ibraim Adil-Khan, opor-lhe resistência. Empenhou-se uma renhida batalha nas margens do rio de Carlím, e os mouros foram derrotados com sensíveis perdas; contudo, a vitória não aproveitou aos portugueses; porque Adil-Khan, apoiado pelo rei de Vijayanagar, desbaratou o partido de Meale e expediu um grosso exército contra os portugueses, à vista do qual o governador, receando algum desastre, mandou abandonar Concão e Pondá e recolher as tropas.

Meale regressou então à cidade de Goa, onde êle e seus filhos foram subsidiados pelo Estado até falecerem, ficando por herdeiro dos seus direitos seu neto,

convertido ao cristianismo, D. João de Menezes Xá, que se casou em Portugal e por testamento legou ao soberano português as províncias de Salsete e Bardês. ⁽¹⁾

Mais tarde, Pero Barreto Rolim destruiu e incendiou a cidade de Dabul, pertencente a Adil-Khan. Este príncipe, querendo vingar a afronta, resolveu lançar mão das terras de Salsete e Bardês e, enquanto o governador fortificava os passos da ilha de Goa, Nazir-Melek, entrando em Salsete, foi dar vista à fortaleza de Rachol, onde estava por capitão D. Pedro de Menezes o Ruivo, que lhe saiu ao encontro e travou algumas escaramuças com resultado favorável; mas foi afinal obrigado a recolher-se à fortaleza deixando as aldeias à mercê do inimigo. O governador, avisado desta ocorrência, marchou com 3 mil soldados e 200 cavaleiros e, tendo encontrado o inimigo em Pondá, atacou-o e pô-lo em debandada (1557).

Ao mesmo tempo as terras de Bardês foram assaltadas repetidas vezes por Murad-Khan; João Peixoto, porém, protegendo as fronteiras, conseguiu repelir essas agressões.

Este João Peixoto e Alvaro da Silveira foram os que mais honraram o govêrno de Francisco Barreto com actos de bravura militar. O primeiro, partindo de Goa em 1556, apenas com duas galeotas, ao Mar Roxo, entrou de noute na ilha de Suakin, inimiga dos portugueses, matou o soberano e um grande número de cidadãos, e voltou para Goa com alguns cativos e muitas riquezas. O segundo assaltou as

(1) *Archivo Port. Oriental*, Fasc. 5.º doc. 153. *Bosq. Hist. das com.* 1.ª ed., Par. 2.ª, pág. 3.

costas de Calicut, apresou alguns navios e obrigou o Samorim a pedir a paz, e a rainha de Olala a pagar o tributo que recusava.

A-pesar destas vitórias, o nome de Francisco Barreto tornou-se tristemente célebre pela perseguição que moveu a Camões, a quem mandou prender e desterrou, por lhe ter o poeta estigmatizado os vícios da administração numa sátira intitulada — *Os disparates da Índia*.

Perseguição a Camões

Eis como um dos biógrafos de Camões narra o facto : “ Para celebrar, pois, a sucessão do novo governador (Francisco Barreto) executaram-se em Goa estrondosos festejos, jogos e outros divertimentos, em que a devassidão e a crápula se ostentaram publicamente ; não sendo alguns dos principais indivíduos da cidade os que menos se distinguiram em tão repugnante espectáculo. Camões, severo repreensor dos vícios, indignado de ver tamanho aviltamento e impudência, escreveu uma sátira, em que flagelava os que se conspurcaram naquela espécie de orgia : sátira que, promovendo as iras dos que a haviam recebido, desafiou a prepotência do famoso governador, que, arbitrariamente, desterrou o poeta para as Molucas.—A medida despótica estava na índole do governo daquelle tempo e não desdizia do que então se praticava na Índia : não é nisso que fazemos reparo ; mas em que alguém houve que, para defender Francisco Barreto, pretendeu desculpar a immoralidade da medida ”. (1)

Francisco Barreto foi o último dos catorze gover-

(1) F. E. Leoni, *Camões e os Lusíadas*, pag. 131. Cf. Visconde de Juremeha, *Obras de Luis de Camões*, vol. I. pag. 70.

nadores da India nomeados por D. João 3.º, que faleceu em 1557. (¹)

CAPÍTULO IX

D. Constantino de Bragança e seus três primeiros sucessores

D. Constantino de Bragança, (1558-61), vice-rei nomeado pela rainha regente D. Catarina, era um homem intrépido, de probidade severa e fidalgo de alta linhagem. Deu provas do seu grande amor às letras protegendo eficazmente o desgraçado Camões, que neste govêrno voltou de Macau para Goa.

Entrando na India, D. Constantino julgou indispensável tomar Damão para assegurar a defesa das terras de Baçaim, constantemente insultadas pelas depredações dos guzerates, e foi em pessoa a essa expedição com uma esquadra de 50 navios. Logo que os portuguezes desembarcaram (2 de Fevereiro de 1559), os 4 mil homens que defendiam a cidade, tendo atirado algumas bombardas, fugiram e foram acampar em Parnel, duas léguas distante de Damão. D. Constantino tomou posse da cidade e da fortaleza com grande aparato ; mas, como

Tomada de Damão

(¹) Neste ano faleceu, também, Ibraim Ad'il-Khan, sucedendo-lhe seu filho Ali-Adil-Xá, que cercou Goa em 1570, como veremos, e era casado com a célebre Chand-Bibi, princesa de Ahmednagar e depois rainha regente do mesmo estado.

o inimigo vinha do seu reduto todas as noites com cavalaria inquietar os nossos, mandou António Moniz Barreto a desalojá-lo. Marchou Moniz Barreto com 500 homens pelo silêncio duma noite escura e achou-se em frente do inimigo somente com 120 soldados, tendo-se perdido pelo caminho o resto da fôrça. Contudo, não recuou; começou o ataque e obteve resultado satisfatório até que, ao romper do sol, reunida a parte da fôrça que se havia extraviado, deu uma rija batalha e destroçou completamente os numerosos inimigos, em cujas fortificações encontraram os nossos 36 peças de artilharia e uma grande porção de moedas de cobre. Ainda hoje a câmara municipal de Damão celebra todos os anos com pompa a festa da Purificação de Nossa Senhora, comemorando a vitória de D. Constantino de Bragança.

Para a segurança da nova praça entendeu D. Constantino ser necessário tomar a ilha de Balsar, situada à pouca distância de Damão, e enviou uma expedição comandada pelo capitão de Baçaim, D. Pedro de Almeida, e seu irmão D. Luís; mas o terror, que tinham espalhado as façanhas praticadas pelos portugueses em Damão, fêz que a guarnição de Balsar, sem ousar esperar o ataque, se rendesse sem nenhuma resistência.

O vice-rei guarneceu a ilha com 150 homens, de que fêz capitão A'lvares Gonçalves Pinto; deixou em Damão 1200 homens sob o comando de D. Diogo de Noronha e concedeu muitas franquias aos naturais da terra, para que a viessem povoar e grangear.

Emquanto, porém, D. Constantino regressava a Goa coberto de glória, Pedro de Ataíde vinha de Meliapor trazendo a notícia dum lamentável acontecimento que nos cobria de vergonha. Os portugueses, residentes em Meliapor, atacados por um rajá vizinho, a-pesar-de incitados por Pedro de Ataíde a manterem a sua dignidade. preferiram resgatar-se

com dinheiro a defender-se com armas. O que nos valia nestes casos era o carácter nobre e heróico de D. Constantino, que sabia impor-se ao respeito dos seus subordinados e da fidalguia corrupta.

Em Cananor D. Paio de Noronha, capitão recentemente nomeado, provocou, com o seu despotismo e orgulho imbecil, as iras do rajá, que logo lhe declarou guerra e começou incomodar seriamente os portugueses. O vice-rei mandou-lhes logo um reforço sob o comando de Rui de Melo e depois outro conduzido por Luís de Melo da Silva. Este capitão, audaz e sôfrego como era, em vez de esperar em Cananor o inimigo, foi com uma frota correr os mares, arrasou Mangalore e destruiu uma esquadilha do rajá. Voltando a Goa, D. Constantino prendeu-o no castelo de Pangim a-pesar-das suas vitórias, por ter abandonado o seu pôsto, expondo assim Cananor a sérios embarços. Mas, depois de cumprir o que a disciplina exigia, o vice-rei foi procurá-lo pessoalmente à prisão e felicitá-lo pelos seus heróicos feitos e, mandando-o soltar, o enviou outra vez em socorro de Cananor. Luís de Melo, captivo dêste procedimento verdadeiramente régio, partiu com 500 homens e bateu tão heróicamente os numerosos inimigos que cercavam a fortaleza, que o rajá de Cananor, aterrorizado, pediu a paz.

Em 1559 os turcos puzeram cêrco à fortaleza da ilha de Bahrein, pertencente ao rei de Ormuz. Um persa por nome Ras-Murad, que a defendia, pediu socorro a D. Antão de Noronha, governador da nossa cidadela de Ormuz. D. Álvaro da Silveira, que voltava do Mar Roxo, levou o socorro; mas forçado pelos portugueses indisciplinados a dar batalha ao inimigo muito superior em número, foi derrotado e morto.

Pedro Peixoto, comandando então os restos da tropa, bloqueou a ilha e obrigou os turcos, que haviam escapado à fome, às doenças e ao ferro português, a capitularem resgatando as vidas com 12 mil cruzados e entregando as armas, os cavalos e os 30 prisioneiros que tinham em seu poder.

D. Constantino não se limitava a defender os interesses da coroa portuguesa; estendia o seu zelo à religião cristã, fazendo uma espécie de guerra santa no oriente; e foi a
 Zêlo relig. de
 D. Constantino
 esse zelo que se deveu uma conquista importante e uma acção notável que foi a última do seu vice-reinado, que terminou a 7 de Setembro de 1561.

O rei de Jafnapatam, na ilha de Ceilão, oprimia os seus súbditos convertidos ao cristianismo. D. Constantino resolveu puni-lo com severidade e partiu para essa expedição com uma esquadra de 100 navios, tripulada por 1200 homens. O inimigo, depois de uma resistência infrutífera, abandonou a cidade e, perseguido pelos portugueses, foi obrigado a pedir a paz. Mas, no meio das tréguas os indígenas revoltaram-se de súbito e salteando os portugueses, descuidados, cortaram as comunicações entre a maioria do exército e o castelo já occupado por Fernão de Souza; D. Constantino, porém, avisado da traição, mandou em socorro aos destacados D. Antão de Noronha: as duas forças reunidas derrotaram o inimigo e Ceilão foi saqueada. Para remate da vitória D. Constantino tomou a ilha de Manar, pertencente ao rei de Jafnapatam e construiu nela uma fortaleza, cujo comando entregou a Manoel Rodrigues Continho.

Esta guerra gloriosa para os portugueses occasionou um facto teologicamente importante.

Na tomada de Jafnapatam D. Constantino apoderou-se dum dente, que era venerado como de Budha

no respectivo templo.

Segundo a lenda oriental, êsse dente, conhecido pelo nome de *delada*, foi arrancado ao cadáver do grande Gautama Budha pelo rei Koima e enviado a Ceilão. Depois de muitos séculos de veneração, a essa relíquia, transportada para Poelalup, começaram a atribuir-se *prodígios*: lançada no fogo, fulgiu com tão brilhantes raios que iluminavam o universo ; queimada depois e pisada pelos pés de elefantes, appareceu, daí a pouco, no interior duma flor de lódão de ouro; atirada a um charco imundo, as águas cobriram-se de formosas flores de lódão, em uma das quais tornou a apparecer a *delada* intacta. Por fim, como os incrédulos rejeitassem a veracidade destas maravilhas, puseram o dente numa bigorna, mas, quando se levantou o martelo para o esmigalhar, o dente sumiu-se para dentro da bigorna e, daí a pouco, brilhou com extraordinária claridade dentro duma taça de oiro nas mãos de Subhadrá. Tais eram as tradições lendárias da célebre *delada*.

Quando se espalhou a notícia de que essa *miraculosa* relíquia caíra em poder dos portuguezes, todos os povos budistas do oriente disputaram entre si a posse do famoso dente, e o rei de Pegú chegou a oferecer, pelo resgate dêste, 400 mil cruzados prometendo paz perpétua e a obrigação de prover de mantimentos a fortaleza de Malaca.

Muitos fidalgos, na esperança de que do resgate do dente algum dinheiro iria parar nas suas algibeiras, aconselhavam D. Constantino a que vendesse o dente; mas o vice-rei, temendo, dum lado, concorrer para a idolatria e, do outro, desfalcar a Fazenda duma importante soma de dinheiro, consultou o arcebispo, os prelados e teólogos das ordens religiosas, os quais todos, reunidos em conferência e ponderadas todas as circunstâncias, resolveram *que se não podia entregar aquele*

dente, porque era dar occasião a grandes idolatrias, o que não era lícito fazer, embora se previsse que os budistas fabricariam outra relíquia em substituição da que se lhes ia recusar.

Assentado isso, o dente foi queimado e pisado em um almofariz pelo arcebispo e deitada a cinza ao rio em presença de D. Constantino e da sua côrte. D. Constantino ficou muito satisfeito com êsse acto, que considerava de suprema abnegação e desinterêsse. ⁽¹⁾

Cinco anos depois os budistas fabricaram, de facto, outro dente, mas um dente farto, do comprimento de duas polegadas, que é adorado até hoje no templo de Malegawa, em Kandy (Ceilão), e que eles reputam por verdadeiro, supondo, provàvelmente, ter escapado por milagre ao fogo e ao martelo dos padres católicos. ⁽²⁾

Essa acção de D. Constantino, que os cronistas narram com entusiasmo como a maior proeza obrada por êle na India, os historiadores modernos censuram àcremente como um desacôrto ou êrro político, muito deploravel, chamando ao vice-rei e seus conselheiros, *homens piedosos na verdade, mas destituídos de prudência*, porque com isso, dizem eles, a fé não lucrou nada, a Fazenda perdeu o dinheiro com que se podiam remediar as grandes necessidades do Estado, e foram excitados contra nós os ódios mais acêrbos dos indígenas.

O govêrno de D. Constantino de Bragança, apesar dos defeitos de fanatismo de que é acusado, foi enér-

⁽¹⁾ Os Jesuítas fizeram sôbre êste facto um emblema : C, C, O, C, C., que quere dizer: *Constantinus cæli cupidine cecnavit crumenas*. Vid. *Bol. do Gov.* de 1858, pag. 660.

⁽²⁾ Vide Gerson da Cunha, *Memoir on the History of the Tooth-relic of Ceylon*, onde se encontra uma relação circunstanciada do dente de Budha e dos factos correlativos.

Inquisição e Arcebisado em Goa

gico, austero e disciplinador, marcando uma época notável com o estabelecimento do tribunal da Inquisição em Goa e com a elevação da metrópole eclesiástica da Índia a arcebisado.

D. Constantino voltou para Portugal com as mãos limpas do ouro indiano e confundiu os que o haviam intrigado na corte, acusando-o de concussionário.

Foi seu sucessor no governo D. Francisco Continho, Conde do Redondo (1561-64), oitavo vice-rei da Índia. A sua administração, que principiou em Setembro de 1561, foi apenas iluminada por uma pequena vitória, que Garcia Rodrigues de Távora alcançou contra os guzerates, que tentavam assaltar a praça de Damão, e pela paz definitiva com os rajás de Cananor e de Calicut, paz que nada custou aos portugueses, porque o inimigo a pediu, apenas viu a poderosa armada do vice-rei, e que foi coroada por um espectáculo vergonhoso: pois os nossos, que esperavam carnificina e saque, desapontados, travaram entre si tais desordens, que em duelos e brigas morreram mais de cincoenta.

O Conde do Redondo foi homem probo, mas não teve energia suficiente para reprimir os abusos e as discórdias intestinas que lavravam no seu tempo. Morreu em Goa a 19 de Fevereiro de 1564, quando a regência do reino já passara de D. Catarina para as débeis mãos do Cardeal-Infante. Foi durante o seu vice-reinado que se imprimiu em Goa a primeira edição dos famosos *Colóquios dos Simples e Drogas Medicinais*, do dr. Garcia da Orta, que então se achava na Índia carregado de anos e longa experiência, na frase de Camões. ⁽¹⁾

(1) A última edição dos *Colóquios* é a que fez, em 1895-96, o illustre escritor e homem de ciência, Conde de Ficalho. Referindo-

Aberta a 1.^a via de sucessão, encontrou-se o nome de D. Antão de Noronha, que havia regressado a Portugal ; governou por isso João de Mendonça, (1654) indicado na segunda patente e o qual não fêz nada de

se ao mesmo livro, o sábio dr. Teófilo Braga, numa carta publicada no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, n.º de 5 de Maio de 1895, escreve « — Importa lembrar as palavras que no Congresso Internacional dos Médicos das Colónias, celebrado em Amsterdão em Setembro de 1883, proferiu o catedrático holandês Stokvis :
 “ sandemos em reconhecimento a Hespanha e Portugal, como os
 “ colonizadores mais antigos, e rendamos sobretudo homenagem a
 “ êsse nobre português Garcia d’Orta, médico do vice-rei da India,
 “ que, em um livro afamado com razão, fêz conhecer primeiro que
 “ ninguém, no meado do século XVI, em 1563, um grande número
 “ de plantas medicinais das Indias orientais, desconhecidas até
 “ então na Europa. Mas convém advertir que êsse livro, uma das
 “ grandes glórias da sciência portuguesa, êsse livro, no qual o
 “ autor, primeiro que todos os médicos europeus, nos dá uma des-
 “ crição tão viva como exacta do *cólera*, não teria, jamais, desper-
 “ tado a admiração da Europa inteira, se não fosse traduzido do
 “ português em latim.

“ Foi a Carolus Clusius, um dos primeiros e mais sábios pro-
 “ fessores de botânica, de Leyde, que coube a honra de ter feito
 “ conhecer êste trabalho notável ao mundo scientifico. Mudou-lhe
 “ a forma, deixando-lhe intacto o fundo ; e ajuntou-lhe as suas
 “ próprias investigações, as suas descrições de plantas e de raizes
 “ intertropicaes, trazidas á Europa por Francisco Drake e outro, e
 “ foi assim que a Europa pôde aproveitar as descobertas feitas
 “ pelo célebre português ».....Fomos grandes, a-pesar-de ma-
 terialmente sermos um pequeno povo ; e grandes na acção, no
 sentimento e no pensamento, isto é, nas três fórmias por onde se
 revela do modo mais completo a individualidade humana. Gran-
 des na acção e basta lembrar o nome dos nossos navegadores, a
 extensão das nossas descobertas, e as vastíssimas e incomparáveis
 colonizações ; grandes no sentimento, e, senão, o diga a suprema
 idealização artistica da epopeia da civilização moderna, que a Euro-
 pa adoptou, vertendo-a em todas as linguas vivas, os *Lusiadas* ;
 grandes no pensamento, na sua fórmula disciplinada ou scientifica,
 de que o título mais autêntico, indiscutível e universalmente con-
 sagrado é a obra dos *Colóquios dos Simples e Drogas* de Garcia
 da Orta».

notável durante os seis meses que esteve no poder, até que em Setembro de 1564 entregou o govêrno a D. Antão, que tornara à India.

Quando D. Antão de Noronha, (1564-68) nono vice-rei, tomou posse do govêrno, a guerra de Cananor estava muito acesa e a cidade sitiada. As tropas de mar, que o vice-rei mandou em socorro, encontraram-se com alguns corsários inimigos, que foram vencidos, mas a vitória foi bastante disputada.

Guerra de Cananor

Os indígenas já não viam nos portuguezes heróis invencíveis; o terror e o prestígio das suas armas ia diminuindo à proporção que Portugal exportava para a India especuladores e piratas, ávidos de fazer fortuna, com vergonha para o país e descrédito perante o indigena.

O exército da India era a êste tempo uma mistura de soldados valentes e aventureiros covardes, dois elementos totalmente antinómicos, que bem salientes se tornaram na batalha naval que se deu na baía de Baticalá em 1565.

D. Paulo de Lima Pereira, que ia, com quatro galés em socorro de Cananor, encontrou-se com um temível corsário, chamado Kanatale, junto de Baticalá. Apenas começado o combate, duas das nossas galés fugiram vergonhosamente. As outras duas, porém, resgataram essa vergonha por um rasgo de valentia. A galé comandada por Bento Caldeira de Almeida, incendiada pelo inimigo, deixou-se ir a pique sem querer render-se; e a de D. Paulo de Lima, sòsinha em campo, atirou-se com tal audácia e intrepidez ao seio da esquadra inimiga, que a obrigou a fugir depois duma encarniçada luta imensamente gloriosa para os portuguezes.

Entretanto o capitão D. António de Noronha, que fôra a Cananor com um refôrço de tropas de terra,

defendia a cidade herôicamente, até que, chegando ali Gonçalo Pereira Marramaque e Alvaro Pais Souto-Maior, a guerra tornou-se de defensiva em ofensiva e o inimigo foi completamente derrotado.

Em Ceilão o rei Madune, provocado pelas prepotências dos nossos, enviou todo o seu exército sob o comando de seu filho Rajú sitiar a fortaleza de Cota. O capitão-mór D. Pedro de Ataíde começou a defesa com os 300 homens que ali existiam.

**Ataques em
Ceilão**

Oito dias depois Rajú levantou repentinamente o cerco e foi de noute atacar a fortaleza de Colombo, esperando encontrá-la desprevenida; mas foi repellido. Convencido, como estava, de que a tomada duma dessas fortalezas importava a queda da outra, voltou novamente cercar Cota e resolveu reduzi-la pela fome. Efectivamente os sitiados chegaram a tais apuros, que D. Pedro de Ataíde mandou salgar cadáveres para o sustento da guarnição, a-pesar das exortações em contrário de fr. Simão da Nazaré. Felizmente veio socorro de Colombo e o capitão de Manar, Jorge de Melo, mandando assolar as terras de Madune, correu, também, para se levantar o assédio. Contudo Rajú, antes de partir, deu um assalto geral à fortaleza na sua máxima fôrça, mas foi desbaratado e retirou-se tendo perdido mais de 2 mil homens.

Em 1567 o sultão de Aquém sitiou mais uma vez a cidade de Malaca, que, defendida valentemente por D. Leoniz Pereira, pôde salvar-se.

Neste cerco apareceram alguns frades a querer auxiliar os nossos pelejando nas muralhas; D. Leoniz, porém, vendo a sua imperícia para o exercício das armas, obrigou-os a ir para o templo auxiliá-lo com suas orações.

e em Malaca

Em Janeiro de 1568 D. Antão de Noronha foi em

peessoa com uma expedição a Mangalore e, depois de ter expulso da cidade os nativos, que a defendiam, fundou ali uma fortaleza, como se fossem poucas as que Portugal possuía na Índia ; mas não teve força nos seus soldados, que assombravam a povoação com as suas licenciosas devassidões.

Nas Molucas campeava desenfreada a imoralidade e o despotismo dos portuguezes. Em Ternate o capitão Diogo Lopes de Mesquita chamou traiçoeiramente à fortaleza o sultão Aeyro e o mandou matar a punhaladas; em Coron os portuguezes, depois de se aliarem com os naturais para destruir um exército inimigo, conciliaram contra si o ódio dos aliados pelo seu infame procedimento com as mulheres dêstes. E nenhum dêstes excessos foi punido pelo vice-rei, que passava o seu tempo em Goa palestrando com os padres da Companhia.

D. Antão, executando as ordens superiores, começou a construir a muralha na margem oriental da ilha de Goa, para a defender de quaesquer aggressões, outrora tão frequentes, do lado do continente. Governou até 10 de Setembro de 1568; e a muralha foi continuada pelos sucessores.

CAPÍTULO X

D. Luís de Ataíde e seus triunfos. Desastres posteriores

Um dos primeiros actos del-rei D. Sebastião, depois de sair da tutela, foi a nomeação de D. Luís de Ataíde, para o governo da Índia (1568-1571); e foi

uma escolha incontestavelmente salutar para o nosso império indiano, que, prestes a desmoronar-se, deveu a êste vice-rei a sua consolidação ainda por mais alguns anos. O nome de D. Luís de Ataíde resplandece, pois, no ocaso do domínio português, como o de Afonso de Albuquerque no seu alvorecer.

Apenas chegado ao oriente, D. Luís, que em talentos militares não era muito inferior ao grande Afonso de Albuquerque, tratou de estabelecer uma disciplina severa e, organizando com grandes sacrificios algumas esquadras, enviou-as para proteger o nosso comércio contra os corsários e reprimir as frequentes sublevações dos indígenas, triunfando brilhantemente de todas as dificuldades, em que andava enredado o domínio português, devido à indolente administração de D. Antão de Noronha e seus dois antecessores.

Afonso Pereira de Lacerda partiu para o norte com seis navios e uma galé; e bastou a sua aparição para sufocar os projectos revoltosos que havia em Baticalá.

D. Jorge de Menezes Baroche foi com um catur e duas galés acometer o temível corsário Kanatale, que, depois de lutar enèrgicamente, e tendo perdido as esperanças de vencer os portuguezes, não quis sobreviver à derrota e com um heroísmo selvagem degolou um seu filho e, dando em si três punhaladas, atirou-se ao mar.

O Samorim, que nos incomodava com os seus corsários, foi atacado violentamente por uma esquadra comandada por D. Diogo de Menezes, que lhe destruiu a cidade de Mellascharam, onde os corsários se abrigavam.

Martim Afonso de Miranda foi mandado com 20 navios vigiar e defender as costas do Malabar; e Aires Teles de Menezes foi encarregado de reprimir

as demasias dos tanadares em Bandá, seis léguas distante de Goa.

Começam agora os portuguezes a repetir as façanhas heróicas dos seus antepassados, assinalando com uma série de gloriosíssimas victórias o govêrno de D. Luís de Ataíde, cujas brilhantes qualidades militares haviam influído poderosamente nos costumes dos seus capitães e soldados.

**Façanhas
heróicas**

Em 1569 Mem Lopes Carrasco, que navegava com uma nau nos mares de Malaca, achou-se de repente no meio duma formidável esquadra do sultão de Aquém, composta de 20 juncos, 20 galés e 160 lanchas. Sequioso de se vingar da derrota que D. Leoniz Pereira lhe infligira em Malaca, o sultão cercou immediatamente a nau portuguesa com o propósito de não poupar nenhum dos tripulantes, se lhe ousassem resistir. Mem Lopes não se assustou : pondo seu filho Martim Lopes à proa da nau, Francisco da Costa à pôpa e seu primo Martim de Eça à frente da artilharia, tomou rapidamente a direcção dêsse combate homérico, preparando-se os portuguezes não para vencer o inimigo, mas apenas para vender caras as vidas.

A batalha travou-se renhida e medonha. Ao começar a noute houve tréguas e, postoque a nau portuguesa estivesse desmantelada, e com os mastros quebrados, a esquadra inimiga não levava a melhor ; pois, tinha perdido muitos barcos, afundados pela acção dos nossos canhões. Recomeçada a luta ao romper do dia, três galés, debaixo duma chuva de balas, conseguiram abordar a nau. Trataram os portuguezes de repelir a abordagem concentrando todos os seus esforços nesse combate corpo a corpo. Mem Lopes Carrasco, no meio do horroroso estrondo da peleja, acudindo a toda a parte, coberto de sangue e de polvora, e sem se a-

halar pela perda do filho, que caía morto por uma bombarda inimiga, sustentou o combate sôbre-humãmente por três dias, ao cabo dos quais o sultão de Aquém, (Achin) vendo-se com 40 navios perdidos, com os outros destroçados e com muita gente morta, abandonou a luta e retirou-se deixando as honras da vitória aos portuguezes, que voltaram triunfantes a Malaca com o seu navio quási totalmente arrasado.

Nesse mesmo ano, a cidade de Damão era inquieta pela pelos mogois fortificados em Parnel. Nuno Velho Pereira, comandante duma esquadra que cruzava naquella costa, desembarcou, a pedido do governador da cidade com 400 homens e investiu o forte de Parnel, que, além de ter os baluartes assentes em rocha viva, era naturalmente muito defensável : mas foi repellido com perda de sete mortos e cincoenta feridos. Não desanimou contudo ; voltou ao assalto com fôrças dobradas e assentou em pontos bem escolhidos peças de artilharia. A' vista destas disposições, os mogois, apossados de medo, abandonaram a fortaleza, que Nuno Velho mandou logo demolir por ordem que recebeu do governador de Damão.

A cidade de Onor, recentemente fortificada pelos indígenas a 18 léguas ao sul de Goa, era o ponto para onde concorria muito comércio que fugia dos nossos portos, e os seus habitantes haviam tratado com desdém o vice-rei D. Antão de Noronha. D. Luís de Ataíde, querendo restabelecer o nome portuguez, ultrajado na pessoa do seu antecessor, e suprimir, ao mesmo tempo, a concorrência do comércio, apresentou-se em frente de Onor com uma esquadra de 130 navios e, mandando à terra D. Francisco Mascarenhas com 800 homens, intimou a cidade a render-se. Quiseram os habitantes resistir : D. Luís desembarcou então com 1400 soldados e investiu a fortaleza pelo lado do sul, ao mesmo tempo que D. Francisco Mas-

carenhas a investia pelo norte, e, envolvendo a cidade em um círculo, que, de momento a momento, se apertava à medida que se ia aproximando da fortaleza, obrigou os indígenas a refugiar-se no castelo. Em seguida lançou fogo à cidade e, bombardeando a praça, meteu terror a tal ponto, que os inimigos, antes que elle dêsse o assalto que projectava em 24 de Novembro, capitularam salvando unicamente as vidas e a liberdade.

Conquistada Onor, D. Luís deixou ali uma guarnição comandada por Jorge de Moura e partiu logo a investir a cidade de Barcelor, protegida por um forte quási inexpugnável. Acudiram à praia uns 12 mil índios em defesa; mas era uma turba confusa e indisciplinada. D. Luís desembarcou com um corpo unido de tropas e, avançando immediatamente para o forte, conseguiu tomá-lo. Os defensores desampararam logo a cidadela, que D. Luís mandou demolir e reconstruir no local onde estava o forte, percebendo, pelo seu tacto militar, que era esta a melhor posição para a defesa da cidade. Os acontecimentos não o desmentiram; pois, daí a tempos, querendo uns rajás vizinhos expulsar de Barcelor os portuguezes, foram violentamente repellidos pelos 200 homens que guarneciam o forte.

Estas conquistas honram incontestavelmente o general; mas, não abonam muito a intelligência política do vice-rei; porque o domínio portugûes, que já se sentia oprimido pelo próprio pêso, não se devia ampliar; foram, contudo, em parte inspiradas por uma necessidade; porque os portos que no Malabar os portuguezes não occupassem, eram o constante abrigo dos corsários, que nos tolhiam o comércio.

Entretanto uma horrível tempestade veio pairar sôbre a India e tê-la hia subvertido, se não estivesse à testa do govêrno um general insigne, como o era D.

Luís de Ataíde.

Os príncipes do Malabar, percebendo que uma das causas principais das nossas vitórias era a desunião que reinava entre elles, coligaram-se todos para expulsar de vez os portugueses da India. Fizeram aliança para êste fim Ali Adil-Khan, Burhan Nizam-Xá, ⁽¹⁾ rei de Amednagar e o Samorim de Calicut. Não entrou na coligação o rajá de Cambaia por estar em guerra com os mogois; contudo, as constantes hostilidades, que os seus guzerates moviam às nossas praças de Damão e Diu, não permitiam a D. Luís de Ataíde desguarnecê-las para acudir às outras, onde houvesse maior perigo.

**Coligação
contra os
portugueses**

O plano dos aliados era que Adil-Khan devia marchar contra Goa, Nizam Xá contra Chaúl e o Samorim contra Chale, que era próximo de Calicut. ⁽²⁾ Contando com a vitória, dividiam entre si as possessões portuguezas, como se já as tivessem conquistado. D. Luís, logo que teve a noticia desta poderosa aliança, tomou todas as providências necessárias com um grande golpe de vista de vigilante governador que era. Como o maior pêso da guerra devia cair sobre Goa e Chaúl, enviou para esta praça um socorro de 4 galés, 5 fustas e 600 soldados sob o comando de D. Francisco Mascarenhas; e em Goa, que era o ponto mais importante, ficou o vice-rei em pessoa e, não obstante estar a cidade sendo dizimada pela peste, preparou a

(1) O rei de Ahmednagar é conhecido entre os cronistas portuguezes pelo título de *Nizamuluco*, corrupção de *Nizam-ul-Mulk*.

(2) Em Chale, duas léguas distante de Calicut, Nuno da Cunha concedendo a paz ao Samorim, havia levantado em 1531 uma fortaleza, que servia para impedir o comércio clandestino com o resto da India e Arábia.

defesa : chamou para a guarda interior da cidade 300 frades e o cabido, guarneceu todos os *passos* e reforçou as três fortalezas de Bardês, na barra de Goa ; a de Naroá na ilha de Divar e a de Rachol em Salsete, repartindo por êsses logares 650 soldados bons, de que dispunha, e mais 1500 indígenas que tinha ajuntado ; colocou nos oiteiros 1300 escravos e milicianos com lanças arvoradas e arcabuzes, divididos em quatro bandeiras ; dispôs um corpo de cavalaria de 50 homens, capitaneado por João de Souza, para acudir com rapidês a qualquer ponto ameaçado ; mandou cruzar no rio uma esquadra de 25 navios sob o commando de D. Jorge de Menezes Baroche e fixou a sua residência no *passo sêco* em S. Brás, afim de poder dalí providenciar melhor a tudo o que fosse necessário e espiar o campo dos inimigos.

A 12 de Dezembro de 1570 chegou diante de Goa, comandado por Nori-Khan, o exército inimigo, que se compunha de 75 mil soldados de infantaria, 35 mil de cavalaria, 2 mil elefantes e 350 peças de artilharia.

Cêrco de Goa Distribuíram-se estas tropas pelas margens do rio de Goa e pelos passos de Banastarim, Agaçaim e Sapal, e a primeira cousa de que trataram, foi interceptar a corrente do rio, esperando entrar por êle na ilha. Para êsse fim construíram grandes aparelhos, que, apenas concluídos, D. Luís mandou destruir por suas peças de campanha.

Os inimigos concentraram então a sua actividade e todo o fogo da sua artilharia contra a fortaleza de Banastarim, que lhes era mais acessível. D. Luís, conhecendo o perigo, passou para Banastarim, mandou levantar um muro de madeira terra-plenado, que amortecia as balas e resguardava a fortaleza e os defensores, e começou a incomodar os sitiantees com repetidas sortidas, que lhes causavam grandes estragos.

Entretanto chegaram a Goa duas esquadras, a de Luís de Melo da Silva, que acabava de destroçar em Malaca a frota do sultão de Aquém, e a de D. Diogo de Menezes, que desbaratara a frota coligada dos príncipes do Malabar. Com a chegada dêstes importantes socorros, multiplicou o vice-rei as sortidas a ponto de ordenar cinco por uma só noite; as quais puseram em completa perturbação o acampamento inimigo. Adil Khan resolveu, contudo, tentar um assalto decisivo; mas D. Luís de Ataíde, que tinha por sistema não esperar pelo ataque, mandou ao encontro dos assaltantes D. Fernando Monroy, que, surpreendendo-os na marcha, os desbaratou completamente, antes que se aproximassem das muralhas.

Este successo por si só era bastante para desalentar o inimigo; mas houve simultaneamente mais. D. Paulo de Lima, comandante da fortaleza de Rachol, fizera sortidas também com resultado favorável aos portuguezes. D. Jorge de Moura, com o socorro enviado pelo vice-rei, desbaratara um rajá, que, incitado por Adil-Khan, havia sitiado a nossa fortaleza de Onor, e Nizam-Xá, que era o nervo da aliança dos índios, tinha sido obrigado a levantar o cêrco de Chaúl, como diremos. Desanimado, pois, com tantos revezes, Adil-Khan, vendo que nada conseguia com o seu bombardeamento em Goa, resolveu retirar depois de 10 meses de assédio, que foram 10 meses de contínuas derrotas para elle e de vitórias gloriosas para os portuguezes.

Sigamos agora as peripécias do cêrco de Chaúl, que tinha começado uns 8 dias mais tarde que o de Goa. Esta praça era **Cêrco de Chaúl** governada por Luís Freire de Andrade e tinha uma guarnição retativamente forte. Farad-Khan, comandante do corpo avançado do exército do Nizam, tentou tomar a praça num rápido

assalto ; mas, tendo sido vigorosamente repellido depois dum combate de 3 horas, resignou-se a fazer um cêrco regular e assentou o seu campo no dia 21 de Dezembro de 1570.

Não tardou a chegar um exército poderoso, conduzido pelo próprio Nizam, e então os assaltantes, desenvolvendo-se em tórno da cidade, que fica situada na foz dum rio e forma uma espécie de península, cercaram-na de mar a mar. Ao mesmo tempo dois generais do Nizam corriam as terras de Baçaim com 4 mil cavalos, impedindo a guarnição desta fortaleza de socorrer os sitiados.

Depois da chegada do Nizam os índios deram um assalto em forma, mas foram repellidos com perda de 300 homens. Logo depois, 5 mil homens assaltaram por três pontos diferentes o presidio de S. Francisco, comandado por Nuno Velho Pereira, e perderam mais 800 soldados ; obstinaram-se contudo em derrubar êste presidio, concentrando contra ôle a sua artilharia de maior calibre e conseguiram efectivamente arruiná-lo forçando os portuguezes a retirarem. Mas, quando os inimigos se julgavam senhores das ruínas, os portuguezes os surpreenderam e os obrigaram à fuga.

A glória, porém, dêste successo foi compensada por uma catástrofe. Os portuguezes tinham resolvido abandonar umas casas por estarem afastadas e mais expostas ; mas quizeram primeiro miná-las. Enquanto estavam neste trabalho, os índios vieram disputar a posse do edificio. No ardor do combate uma panela de pólvora, arrojada por um assaltante, lançou fogo à mina principiada e matou não só muitos inimigos, mas também 40 soldados portuguezes, perda que foi sensível para a diminuta guarnição de Chaúl.

Animados com isso, tentaram os inimigos assaltar o baluarte da Cruz, mas foram derrotados como sempre. Entre os bravos que defenderam o baluarte

distinguiram-se Henrique de Bettencourt, que pelejava com a mão esquerda, porque perdera a direita num combate anterior, e Domingos de A'lamo, que, por ter os pés queimados na explosão da mina, combatia sentado e com uma lança na mão.

E' difficil citar os nomes gloriosos dêste cêrco de Chaúl, em que cada soldado portuguez foi um herói como em Diu ; pois na defesa dumas casas que pertenciam a Nuno Velho Pereira, próximas do convento de S. Dinís, bateram-se vitoriosamente 40 soldados nossos contra 4 mil inimigos ; isto é, um portuguez contra cem !!

Exaltados os portuguezes com estas successivas victórias, esqueceram um dia a disciplina, que era a base essencial da enérgica administração militar de D. Luís de Ataíde, e foram sem ordem do comandante procurar o inimigo em campo aberto ; a fortuna, porém, favoreceu a audácia ; e voltaram vitoriosos, matando-lhe mais de 150 homens.

O sultão Nizam, furioso com a má sorte que o perseguia, tentou um novo assalto redobrando a actividade do bombardeamento e foi repellido. Convidou os rajás vizinhos a ajudarem-no na emprêsa e não conseguiu, devido às antecipadas negociações do nosso governador de Damão, A'lvaro Peres de Távora.

Enquanto êstes successos iam desanimando os inimigos, D. Luís de Ataíde, a-pesar-de estar cercado em Goa, por sua intelligente providência enviou em socorro de Chaúl duas galés comandadas por Manoel de Melo e Rui Gonçalves da Câmara, e mais catorze pequenas embarcações, o que reanimou o esforço dos portuguezes e desalentou completamente o Nizam, que, depois de dar um assalto decisivo, em que sofreu graves perdas, resignou-se a levantar o cêrco. (1)

(1) António Castilho, ascendente dos Castilhos de Lisboa, guar-

Tanto o Nizam como o Adil-Khan pediram pazes ao vice-rei, que lhes foram concedidas, assinando-se os respectivos tratados no ano de 1571 e garantindo Ali aos portugueses a posse de Salsete e Bardês. As heroicidades de Chaúl e de Goa foram o epílogo das glórias da India.

O outro objectivo da coligação dos reis do Malabar era a tomada de Chale, que devia ser sitiada pelo Samorim. Este, porém, não abriu a campanha senão em Junho de 1571, isto é, muito depois dos seus aliados, mas justamente ao tempo em que o inverno vinha cortar a Chale todas as probabilidades de ser socorrida, por mar, de qualquer possessão portuguesa. D. Jorge de Castro, que governava esta praça, vendo que o Samorim não rompêra as hostilidades quando os outros reis já estavam por findal-as, imaginou que êle se desligara da coligação e não se preveniu contra um cerco.

Cêrco e perda de Chale

A êste tempo D. Luís, concluindo o seu esplêndido govêrno, regressou a Lisboa, onde foi recebido por el-rei D. Sebastião com extraordinárias honras, vindo substituí-lo na India o vice-rei D. António de Noronha, (1571-73).

O Samorim começou as operações bélicas com notável habilidade. Quando menos se esperava, interceptou a barra de Chale com 20 peças de artilharia e fortificou as praças. D. Jorge, assustado, pediu logo socorro para Cochim, onde estava já o novo vice-rei,

da-mór da Tôrre do Tombo, escreveu o *Comentário do cêrco de Goa e Chaúl no ano de 1570*, que teve a 1.^a edição em 1573 e a 2.^a em 1786. E' obra muito rara e apreciável, embora copiosa em erros tipográficos. Vide Júlio de Castilho, *Memoria sobre os Castilhos* no livro *Camões*, do V. de Castilho.—e Inocência, *Dicionario bibliográfico*, t. 1.^o pag. 108.

que partiu immediatamente para Chale, mas parou diante da barra, indeciso em presença dos obstáculos levantados pelo inimigo e estaria ali sem fazer nada, se o valente português Francisco de Souza Pereira Camelo, que o acompanhava, não conseguisse, por entre um chuvaireiro de balas, introduzir-se na praça com quatro soldados e alguns mantimentos e munições.

Pouco depois, D. Diogo de Menezes, mandado em socorro, meteu provisões na fortaleza. Entretanto o Samorim, vendo que o inverno se levantava e os socorros começavam a chegar aos poucos, deu um assalto geral, mas foi briosamente repellido. Animado por êste successo, D. Diogo de Menezes, no dia 30 de Setembro de 1571, no meio de um dilúvio de balas, forçou a barra e pôde lançar tropas na fortaleza, perdendo apenas 40 soldados. Feito isto, regressou a Cochim, preparou uma esquadra de 1500 combatentes e voltou com esta para Chale, mas encontrou a fortaleza rendida !

A causa dêste lamentavel desfecho foi o espírito fraco duma mulher, que não mediu as consequências.

D. Jorge de Castro, governador de Chale, a-pesar-da sua avançada idade de 80 anos, déra bastantes provas do seu valor e brios nesta guerra; mas, era casado com uma mulher nova e formosa, D. Filipa, a quem consagrava um amor submisso. D. Filipa de Castro, que não nascêra para heroína, dava-se mal naquele meio perigoso, em que não soava senão a guerra e a morte, e, trémula de medo, pintando com sombrias côres o quadro do estado a que ficaria reduzida com a continuação do assédio, pedia todos os dias ao espôso que pusesse têrmo àquella situação tão ameaçadora. D. Jorge, com a coragem de militar, soube resistir à voz covarde de sua mulher, enquanto estiveram na barra primeiro o vice-rei e depois D. Diogo de Menezes; mas, apenas êstes se afastaram, o velho, que não

podera ser vencido pelas armas dos inimigos, deixou-se vencer pelas lágrimas da mulher e assinou a capitulação entregando Chale às mãos do Samorim. Dias depois de consumada esta vergonha nacional, chegou D. Diogo de Menezes, que, em vingança, bombardeou muitas fortalezas do Samorim e queimou-lhe todos os navios que encontrou nas costas do Malabar.

D. Jorge de Castro, por uma ordem que veio de Portugal para ser julgado, foi condenado à morte e decapitado na praça de Goa, expiando assim amargamente um êrro da sua velhice, que aliás já havia resgatado pelas grandes acções anteriores. Mas, o curioso é que, pouco tempo depois da decapitação, chegou de Lisboa nova ordem nomeando D. Jorge para governador duma praça! Tal era a anarquia que reinava nesta época nas repartições coloniais de Portugal e tão pouca atenção se prestava ali aos negócios da Índia.

Cherchez la femme... dizem os francêses; e efectivamente a mulher entra por vezes como elemento determinante dos desastres portuguezes no Oriente. Quarenta anos mais tarde, ambições despropositadas e desatinos duma outra mulher, a célebre D. Luísa de Saldanha, traziam para as armas portuguezas a catástrofe de Avá, de tristíssima memória.

A administração de D. António de Noronha continuou a andar cada dia mais frouxa. Entre os capitães das naus viera de Portugal, em companhia do vice-rei, o novo governador de Malaca, Antonio Moniz Barreto. Tratando êste de partir para o seu govêrno, pediu a D. António que lhe desse tropas e navios. Como o vice-rei não lhe satisfizesse as instâncias, porque os cofres da Índia estavam pobríssimos, irritou-se, descomediou-se e não quis ir para o seu destino. D. António nao teve energia sufficiente para

o chamar à ordem e Moniz Barreto ficou em Goa, dando a todos o funesto exemplo de insubordinação e intrigando o vice-rei com os ministros por meio de cartas que escrevia para Lisboa. O governo central praticou então um monumental disparate; pois, em 1573 mandou uma ordem ao arcebispo para desautorar o vice-rei e entregar o governo da Índia a Moniz Barreto. E assim se fez: este subiu ao poder e aquele morreu de desgosto. Em matéria de disparates e pasmosas contradicções abundava o leviano governo del-rei D. Sebastião; pois, ao passo que em D. Jorge de Castro mandava punir uma fraqueza do espírito com todo o rigor da disciplina, em Moniz Barreto glorificava a insubordinação!

**Desautoração
do vice-rei**

Apenas começada a administração de António Moniz Barreto (1573-76), repetiu-se a mesma scena que se dera ultimamente no governo anterior. D. Leoniz Pereira, que devia ir substituir Moniz Barreto no governo de Malaca, sabendo por experiência quam exposta estava sempre esta cidade aos ataques dos sultões vizinhos, pediu-lhe tropas e navios. António Moniz recusou-lh'os como a elle os tinha recusado D. António de Noronha; mas, como era de tẽmpera diferente da d'este vice-rei, não consentiu que Leoniz Pereira levantasse a voz contra elle na Índia. D. Leoniz foi queixar-se à Côrte e nada conseguiu, porque António Moniz era protegido dos ministros.

Entretanto Malaca ficou sem governo definitivo e neste estado foi cercada em 1574 pelo soberano de Japara, um dos reinos da ilha de Java. Tristão Vás da Veiga, que aportara ali por esse tempo, conseguiu salvá-la, obrigando os jaus a levantar o cêrco no fim de três meses, com suas felizes sortidas hãbilmente dirigidas por João Pereira.

No Malabar em 1575, D. João da Costa fez uma

guerra cruel ao Samorim vingando brilhantemente a perda de Chale. Em compensação, nas Molucas os portugueses, batidos pelo sultão de Ternate, perderam a fortaleza, e, expulsos da ilha, foram refugiar-se na de Tidore, onde fundaram uma nova fortaleza.

**Perda duma
das Molucas**

ção, nas Molucas os portugueses, batidos pelo sultão de Ternate, perderam a fortaleza, e, expulsos da

ilha, foram refugiar-se na de Tidore, onde fundaram uma nova fortaleza.

A António Moniz Barreto, que governou despoticamente até 1576, sucedeu D. Diogo de Menezes, (1576-78) por ter morrido no caminho, antes de chegar a Goa, Rui Lourenço de Távora, que vinha substituir Moniz Barreto com o título de vice-rei da Índia.

Neste govêrno, Rui Peres de Távora foi fazer guerra ao Samorim e queimou-lhe alguns navios, que estavam no pôrto de Chale; mas, tendo pedido a um tanadar a entrega de cinco parãos, que se haviam refugiado num pôrto de Adil-Khan e tendo-lhe sido jústamente negados, arrasou a povoação, estando Portugal em perfeita paz com Adil-Khan, paz que fôra expressamente firmar a Lisboa um plenipotenciário. O resultado desta imprudência foi que, pouco tempo depois, em Dabul D. Diogo e D. António da Silveira foram traiçoeiramente atacados e derrotados com graves perdas por um general de Adil-Khan, acendendo-se novamente a guerra com êste príncipe.

A êste tempo o sultão de Aquém voltou a ameaçar Malaca, mas foi destroçado em uma batalha naval por Matias de Albuquerque, que lhe matou 1.600 homens e aprisionou três galés. Foi isto em 1577.

Assim a Índia corria cada vez mais precipitadamente para a sua completa ruína. Os últimos três governadores, D. António de Noronha afrouxando os laços da disciplina, António Moniz Barreto irritando com suas insolências e despotismos os bons oficiais, e D. Diogo de Menezes, que era uma completa nulidade, consentindo que a imprudência dum seu oficial

reacendesse a guerra com Adil-Khan, haviam destruído totalmente a obra reformadora de D. Luís de Ataíde. Tudo isso, junto com o desejo de afastar de Portugal D. Luís de Ataíde, por lhe desaproveitar a expedição para Africa, incitou D. Sebastião a nomeá-lo novamente vice-rei da India.

D. Luís de Ataíde (1578-81) chegou à India em Agosto de 1578, e bastou o prestígio do seu nome para se restabelecer a paz com Ali Adil-Khan. Como fiel servidor del-rei, empenhou-se em Goa pelo bom êxito da expedição da Africa, a que fôra adverso em Portugal, querendo ver se recrutava alguns fidalgos valentes para essa campanha, sem saber que a êsse tempo D. Sebastião já tinha sido esmagado pelos corseis africanos na batalha de Alcácer-Kibir. ⁽¹⁾ A notícia da perda dessa batalha, que era a perda da nacionalidade portugueza, amargurou os dias de D. Luís de Ataíde, que desde então se limitou ao expediente e faleceu em Goa a 10 de Março de 1581.

Com o reinado del-rei D. Sebastião cerra o ciclo das glórias da India portugueza.

(1) E' geralmente conhecido o epitáfio que existe no túmulo que, nos Jerónimos de Belém, encerra os pseudo-restos mortais de D. Sebastião, epitáfio composto pelo marquês de Alegrete. Pois, vimos ha pouco que as palavras *si vera est fama*, usadas naquele epitáfio, foram traduzidas pelas seguintes : *no que não haja dúvida !* E para essa forçada versão recorre o arguto intérprete à frase similar empregada por S. Atanásio, que, falando do que obrou S. Antão, diz que disso se não duvidou, nem se duvida por ser a mesma verdade *et si vera sunt ea, quae de ipso fama dispersit* Vide *O Conimbricense*. n.º 5073, de 9 de Maio de 1896.

CAPÍTULO XI

O império luso-indiano e a cidade de Goa
no auge do seu florescimento

Com a conquista das terras de Goa, Malaca e Ormuz, e com a redução dos mais belicosos potentados da África e da Ásia a tributários do seu rei ⁽¹⁾ Afonso de Albuquerque deu princípio ao seu sonhado império português no oriente, que, administrado com justiça e política sensata, devia subsistir dos seus próprios recursos, conservando em equilíbrio os extensos domínios.

Este império cresceu rápido, e no apogeu da sua glória (1550-1600) compreendia, pela maior parte ao longo das costas, e numa extensão de mais de 4000 léguas, 30 cidades fortificadas e cabeças de províncias, numerosas povoações, importantes portos commerciaes e feitorias desde Sofala até Ormuz e desde Cambaia até a China.

**Extensão do
império luso-
indiano**

Cento e cincoenta príncipes, entre grandes e pequenos, da África oriental e da Ásia eram fendatários do rei de Portugal; e os mares da Arábia, Pérsia, Índia, China e Malaca eram seus; e ninguém os podia navegar sem passaporte do governo português. ⁽²⁾

A cidade de Goa, capital dêste vasto império, ou a metrópole oriental, era governada pelo vice-rei ou

⁽¹⁾ Khoja Safar dizia *ter Albuquerque feilo na Índia mais reinos tributários do que trazia de soldados.* *Lendas* vol. II pag. 375 e 376.

⁽²⁾ *Anais Marit.*, vol. II, pag. 54; *Gabinete Litt.*, vol. I, pag. 7. *Carta-Prefácio* pag. IV.

governador geral tendo sob a sua superintendência cinco governadores : os de Moçambique, Ormuz, Mascate, Malaca e Ceilão, além dos capitães das diversas fortalezas, que exerciam a autoridade civil e militar dentro da respectiva jurisdição. As fortalezas principais excediam a 50, afóra as praças pequenas fortificadas. ⁽¹⁾

Em 1571 esta enorme extensão terrestre e marítima foi dividida por el-rei D. Sebastião em três governos gerais e distintos, tendo por sedes Goa, Moçambique e Malaca : mas a divisão durou pouco, continuando a cidade de Goa a ser a cabeça do império. E' desta que vamos a tratar.

Sob o impulso que Albuquerque dera ao desenvolvimento da cidade, começaram, depois da morte do herói, a levantar-se edifícios tanto públicos como particulares, os quais se multiplicaram com tamanha rapidez, que, no govêrno de Lopo Soares, sucessor de Albuquerque, difficilmente e, encontrava terreno para novas construções. Sendosi pois, a cidade muito pequena para a sua riqueza e população crescente, foi necessário estender-lhe os limites e crear espaço entupindo o largo fôssô que cercava as suas muralhas e destinando-o, contra as ordens superiores, à construção de novos edifícios.

Por êsse tempo a população chegara a 2000 habitantes e as rendas da cidade, produto do monopólio de todos os artigos de consumo, tinham aumentado consideravelmente. O padre mestre Francisco Xavier, na sua chegada a Goa em 1542, ficou tão bem impressionado com a beleza da cidade, que não deixou de a consignar em termos lisongeiros numa carta

(1) *Instrução do M. de Alorna* parte 2, pag. 60 e 61.

que escreveu para Roma.

No ano imediato, porém, rebentou a epidemia do cólera com incrível violência matando diariamente um considerável número de habitantes, sem poderem escapar os animais e aves domésticas. O terror que dominava a cidade, compeliu o go-

O cólera na cidade

vernador Martin Afonso a proibir o tanger dos sinos pelos defuntos ; e o bispo D. fr. João de Albuquerque, vendo que os clérigos da catedral, a única igreja paroquial neste tempo, não podiam acudir com os socorros espirituais ao grande número de doentes e moribundos, ordenou que as igrejas de N. S.^{ra} do Rosário e da Luz fossem elevadas à categoria de paróquias.

Extinta a epidemia, cuja génese se não pode hoje determinar vista a divergência na narração dos cronistas, a cidade foi crescendo. Erigiram-se por todos os lados novos edifícios, que lhe deram um aspecto digno da capital do império português no oriente. Em 1548 havia na cidade e nos arrabaldes catorze templos católicos (igrejas e capelas) e quasi cem clérigos, além dos que não tinham a residência fixa. Em 1557 Goa já era a sede dum arcebispado. O viajante francês Vincent Le Blanc, que por êsse tempo visitou Goa, fala com admiração da magnificência dos edificios, do luxo dos seus habitantes e dos cómodos da vida accessíveis a todos nesta cidade, que, diz, era a mais opulenta de todas e excedia ainda a própria Lisboa. Goa estava já declarada inalienável da coroa portuguesa e gozava de prerogativas iguais às que haviam sido conferidas à capital de Portugal. como se verá no capítulo seguinte.

Durante o govêrno de D. Antão de Noronha vieram ordens da metrópole mandando fortificar a cidade, por isso que as velhas muralhas não podiam defender a população, que se estendia para fora dos seu recinto.

O vice-rei mandou construir a muralha, que, partindo do ângulo nordeste da ilha, cobria o lado oriental e, voltando para o sul, terminava no extremo ocidental da cidade.

Em consequência do cêrco que Adil-Khan pôs à cidade em 1570, veio affligi-la uma terrível carestia de provisões, se- **Febre epidémica e suas causas**
guindo-se uma febre epidémica de um carácter virulento, que poderosamente contribuiu para a ruína da cidade.

Esta calamidade attribui-se, com razão, não tanto à escassês de mantimentos, quanto à falta da limpeza e das condições higiénicas essenciaes para a conservação da saúde pública, às quaes pouca ou nenhuma atenção se prestava. Os pântanos e charcos estagnados, que cercavam a cidade e espalhavam exalações nocivas; as margens lodosas do rio, que se achavam sempre cobertas de detritos animais e substâncias vegetais, expostas na vasante à acção do sol tropical; a água impura dos poços de que se servia uma grande parte da população, por não poder obter a água pura de Banguinim; o lixo que se atirava em grande quantidade nas principais travessas e que as tornava imundas; as matérias orgánicas que apodreciam dentro dos canos fechados; finalmente a putrefacção da carcassa de um elefante numa alagoa perto da igreja da S. Trindade, que infeccionava a atmosfera, foram as verdadeiras causas que tornaram a cidade insalubre.

O primeiro assalto da epidemia foi de curta duração. Não ha dúvida que causou considerável estrago, mas não impediu o progresso da cidade em outros respeito. Pois Goa por êste tempo continuou a florescer e atingiu o zénit da sua prosperidade. Contemplemos um pouco a sua grandeza.

Conforme Linschoten e outros viajantes, que então

visitaram Goa, a posição da cidade tinha muita semelhança com a de Lisboa. Como

Extensão da cidade e sua população Lisboa, ou antes, como Roma imperial, era situada em parte sôbre montes e em parte sôbre terra plana.

Tinha de comprimento uma milha e meia de nascente a poente e de largura três quartos de milha de norte a sul ; isto é da margem do rio ao oiteiro. Incluía o Monte Santo a O., o oiteiro de N. S.^{ra} do Monte a L. e estendia pelo sul até ao Monte de Boa-Vista.

Os oiteiros eram coroados de elegantes edificios e mais abaixo viam-se palácios magníficos e prédios particulares ajardinados, conventos e igrejas, que em número chegavam a mais de 50, sendo algumas destas douradas por dentro, com numerosas ruas calçadas de pedra.

Segundo Barreto de Resende, o número das casas na cidade era de 3500, das quais 800 eram occupadas por portuguezes. Nêste número não se incluíam os conventos e outros edificios religiosos ⁽¹⁾. Essas, construídas de pedra e cal e cobertas de tijolos com lindas janelas e sacadas, eram quasi todas de dois andares, com agradável aparência e bordando as ruas na melhor simetria. A população, no principio do século 17, calcula-se que seria de 225.000 habitantes, sendo três quartas partes cristãos, divididos em seis paróquias e a restante parte composta de individuos de diferentes crenças. Havia negociantes da Arábia, Arménia, Pérsia, Cambaia, Bengala, Pegu, Sião, Malaca, Java, Molucas, China e vários outros países orientais. Havia, também, italianos, alemães, ingle-

(1) Dos edificios religiosos e civis, e de vários estabelecimentos públicos de Goa havemos de tratar no vol. 2.^o desta obra,

ses, e outros europeus. Não faltavam judeus, que tinham a sua sinagoga, e muçulmanos, a-pesar-de terem sido banidos nos primeiros anos da dominação portuguesa. Cada classe de mesteiros e mercadores habitava separadamente, por forma que os indivíduos do mesmo ofício se encontravam em um lugar.

Não havia hotéis nem estalagens ; mas umas pou-sadas, que eram frequentadas pela gente plebeia, (às casas alugadas também se dava esse nome); havia, pelo contrário, esplêndidas casas de jôgo com salões elegantemente decorados, onde se jogava a cartas, dados, gamão, xadrez e bolas. Os jogadores de profissão demoravam ali por alguns dias e eram bem servidos de cama e mesa.

Na estação invernosa algumas das ruas tornavam-se intransitáveis. Não existiam carros : o transporte de pessoas era feito em machilas acarretadas sôbre os hombros de *boiôs*.

A cidade era defendida pela comprida muralha, que protegia, principalmente, o lado oriental da ilha, como está dito. ⁽¹⁾

Era prohibido aos portuguezes passar para a terra firme sem deixar as suas famílias em Goa, pelo receio de que accitassem serviço de qualquer príncipe indígena.

O aspecto da cidade, pelo que é descrito pelos viajantes, justificava o apelido de *áurea Goa*, que se lhe dava, e o provérbio = quem viu Goa escusa de vêr Lisboa = .

A mais formosa das ruas, denominada *Rua Direita*, era povoada, de ambos os lados, de grande número de lapidários e ourives, e dos mais ricos e melhores mercadores e artífices.

(1) Esta muralha vai descrita no vol 2.^o.

Em diversos pontos da cidade havia feira diária de todos os objectos do consumo, e no mercado principal eram vendidos em leilão escravos de ambos os sexos, cujo preço, em 1592, andava por 75 xerafins. Estes escravos, depois de comprados, iam pela cidade vender a ágoa da fonte de Banguinim ou os dôces e outros artefactos da sua indústria, e o que ganhavam, ainda por meios ilícitos, constituia uma fonte de receita para seus amos.

Dos habitantes os que se chamavam fidalgos ou nobres, nunca se davam a qualquer indústria ou profissão. Auferiam a maior parte das suas rendas do trabalho manual dos seus escravos. Passavam portanto o seu ócio em exercícios eqüestres, jogos de canas e laranjas, excursões marítimas e outros divertimentos. As mulheres, que não saíam de casa, nem mesmo para se visitarem, senão raras vezes, ocupavam-se todo o dia em iludir a vigilância dos maridos. A desmoralisação reinava franca em Goa principalmente no alta camada da sociedade.

Os fidalgos ricos tinham sempre mesas lautas, a que admitiam generosamente seus patrícios menos favorecidos da fortuna. Nestes banquetes serviam-se manjares delicadíssimos em baixelas de luxo e bebiam-se vinhos finos em copos de rico cristal; mas o uso do vinho era mui parco; pois passava por grande desonra bebê-lo em excesso.

Dentro das casas tanto os homens como as mulheres traziam vestuário simples e leve.

Os ricos nunca andavam a pé, mas em palanquins ou a cavalo, rodeados de um grande número de escravos bem vestidos, dos quais uns seguravam grandes sombreiros e outros levavam armas. Além dêste acompanhamento, alguns escravos seguiam, transportando cadeiras douradas e almofadas, os amos quando

**Usos e costumes
dos habitantes
portugueses**

fossem à igreja. O que mais atraía nêstes grupos, eram os arreios dos cavalos em que os fidalgos iam montados : o selim era coberto de um pano ricamente bordado e adornado de ouro e prata; as rédeas cravadas de pedras preciosas e com pequenas campainhas de prata e o estribo era também prateado.

O exemplo dos ricos não tardou a ser imitado pela gente mediana, que usava de todos os meios possíveis para se emparelhar com êles.

As mulheres ricas e nobres não iam à igreja senão nos dias das festas principais; mas quando fossem, apareciam soberbamente vestidas e ornadas de pérolas, pedras preciosas e joias na cabeça, braços, mãos e cintura, acompanhadas de 15 ou 20 escravas bem trajadas.

A êste tempo o comércio asiático portugûês havia chegado ao seu apogeu, sendo a cidade de Goa o entreposto das mercadorias, que daqui iam directamente para Lisboa. Mais de mil navios comerciantes afluíam durante o ano ao Mandovi, que então era mais largo, trazendo as especiarias e o ouro, a prata, os diamantes e rubis, pérolas e aljôlares e outros produtos dos países do oriente, de que temos falado atrás, (pag. 32).

Um dos comércios mais lucrativos era o de cavalos da Arábia e da Pérsia, que eram muito procurados principalmente pelos rajás de Bijapur e de Bisnagar para as suas lutas, e não podiam ser comprados senão aos portuguezes por causa do monopólio, sendo vigiado o contrabando por uma armada permanente no Mar Vermelho.

CAPÍTULO XII

1581—1603.—Decadência do poderio português no oriente

Começa agora o longo período da dominação dos Filipes, que se assenhorearam da coroa de Portugal e trouxeram por sessenta anos oprimido e subjugado o reino lusitano. Mais tarde avaliaremos a influência, que essa dominação exerceu na supremacia portuguesa no oriente.

Em Goa D. Filipe 2.^o de Castela foi aclamado a 3 de Setembro de 1581 como rei de Portugal pelo governador, Fernão Teles de Meneses, (1581) que succedeu a D. Luís de Ataíde, e que não imprimiu nenhum sinal de energia na administração pública, entregando quinze dias depois o govêrno ao seu sucessor D. Francisco Mascarenhas, (1581—84) primeiro vice-rei nomeado por D. Filipe 1.^o, com o título de Conde da Ilorta.

Durante o govêrno d'êste as armas portuguezas continuaram a ser vitoriosas na luta que constantemente fervia na Índia. Francisco Fernandes incendiou Coulete, abrigo dos piratas que assolavam o Malabar. Os mogois que vieram saltear Damão foram repellidos com perda. O Xeique de Lara, que tentou incomodar os portuguezes em Ormuz, foi derrotado em Xamel, e o sultão de Aquém, voltando a sitiá Malaca, foi também repellido.

Mas êste estado de guerra permanente, absorvendo a atenção dos portuguezes, impediu-os de malograrem, logo no principio, as tentativas que os holandeses e os ingleses iam em breve começar.

Nêste govêrno deu-se em Goa uma sublevação,

provocada pela intolerância religiosa da época.

Em Salsete, onde o cristianismo fazia grandes progressos, os habitantes de Cuncolim, Assolná e outras aldeias circunvizinhas, ainda pagãos, desgostosos com os portugueses, que lhes destruíam os templos e os ídolos para os obrigar a entrar na religião do Crucificado, insurgiram-se contra o govêrno constituido e recusaram pagar-lhe as contribuições; chegaram até a maltratar um correio que de Cochim passava por Cuncolim trazendo cartas ao vice-rei.

Insurreição em Salsete

D. Francisco Mascarenhas mandou tropa e arrasou Cuncolim e Assolná. A população, que desaparecera, voltou a reconstruir as suas casas e templos e insistiu no seu propósito de negar submissão ao govêrno.

Marchou novamente a tropa, acompanhada de jesuítas e, depois de destruir e arrasar tudo, borrifou com sangue os logares sagrados do paganismo. Os insurgentes, desesperados, humilharam-se e pediram perdão ao vice-rei, que lho concedeu generosamente.

Raiando a tranqüillidade, o ardente missionário pe. Rodolfo Açuaviva foi com alguns companheiros a Cuncolim fundar uma igreja e pro-
pagar a fé, esperando cordeal recepção, como os habitantes da localidade lhe haviam prometido. Mas foram vítimas de vingança ; os infieis caíram-lhes por cima e os mataram, sujeitando-os a horríveis martírios, em 15 de Julho de 1583.

Mártires de Cuncolim

Os autores dêste atentado foram punidos severamente e confiscadas as aldeias de Cuncolim, Verodá, Assolná, Velim e Ambelim ; sendo feita a mercê das primeiras duas, a título de aforamento, a João da Silva, sendo os actuais proprietários os marqueses da Fronteira e Alorna ; e das últimas três a D. Pedro de

Castro, que as trespassou nos padres da Companhia, com a extinção da qual passaram para o Estado.

O pe. Rodolfo Aquaviva e seus companheiros, mártires de Cuncolim, foram beatificados em 1893. ⁽¹⁾

De 1584 a 1588 governou como vice-rei D. Duarte de Menezes, Conde de Tarouca. No seu tempo o capitão D. Paulo de Lima foi quem mais se distinguiu pelos seus brilhantes feitos no extremo oriente. Malaca sofrera algumas fomes; aproveitaram-se disso os reis vizinhos para atacar a cidade, mas foram destróçados por Diogo de Azambuja. Veiu então o sultão de Ujantana bloquear Malaca. João da Silva, capitão da fortaleza, depois de ter repellido um assalto, pediu socorro para Goa. O vice-rei enviou D. Paulo de Lima, que libertou Malaca do sítio e, tomando a ofensiva, conquistou a cidade de Johor, onde se recolhera o inimigo, e que era defendida por uma numerosíssima guarnição.

Entretando em Ceilão o régulo Rajú havia pôsto cêrco à fortaleza de Colombo. João Correia de Brito defendia briosamente a fortaleza repelindo por vezes os assaltantes até que Rajú avisado da próxima chegada de D. Paulo de Lima, que ia em socorro dos sitiados, levantou apressadamente o cêrco.

Em 1585 foram juradas as pazes, anteriormente firmadas, na presença do Samorim pelo capitão-mór

⁽¹⁾ A missão e o martírio do p.^e Aquaviva e seus companheiros são descritos no *Oriente Conquistado* do padre Francisco de Souza, Conq. 1.^a, div. 2.^a, § § 75 a 80. Na capela-mór da igreja de Rachol ainda se conserva a lápida com epitáfio que a princípio cobriu os restos mortais dos mártires de Cuncolim. Vide Ismael Gracías, *Relatório da Biblioteca Pública* 1892-93 pag. 42. O Breve da beatificação é de 2 de abril de 1893, e a sua versão portugueza encontra-se no folheto *Os santos martyres de Cuncolim* por Philotheo Pereira de Andrade.

do Malabar, D. Jerónimo Mascarenhas, sendo permitido aos portugueses edificar uma fortaleza em Panane, e aos súbditos do Samorim commerciar com Guzerate e em dois navios com a costa da Arábia. A fortaleza foi levantada no fim do ano 1585.

Fortaleza em Panane

A D. Duarte succedeu em via D. Manoel de Sousa Continho, (1588-91) que, a não ser a couraça do forte dos Reis Magos, não fez cousa notável que lhe conservasse a memória da administração. Succedeu-lhe Matias de Albuquerque, (1591-97) homem enérgico e de alto merecimento, que teve também a boa fortuna de ser secundado nas suas emprêsas militares pelo capitão André Furtado de Mendonça, uma das últimas glórias portuguezas na India e cuja façanha notável neste govêrno foi a derrota do rei de Jafnapatam.

Este rei mostrava-se adversário decidido dos portuguezes : André Furtado, enviado contra êle, destrôçou no caminho o pirata Coti Muça, e, aportando a Manar, capital do inimigo, tomou numa batalha a esquadra que guarnecia o pôrto. derrotou o exército que defendia as fortificações da ilha e, tendo morto no combate o régulo indiano, obrigou o herdeiro a pedir humildemente a paz. Ao mesmo tempo D. Álvaro Abrantes assentava pazes com o rajá de Calicut.

Em 1594 foi tomado pelos portuguezes o chamado *Morro de Chaul*, fortificação mourisca de sete baluartes, fronteiras à cidade do mesmo nome, que muito incomodava a nossa fortaleza.

Já por êste tempo começavam os navios holandeses a infestar o mar da India. Dos quatro navios que pela primeira vez apareceram sob o comando de Cornelius Autmann, voltaram só dois à pátria ; dos outros dois um perdeu-se nos baixos, e o outro destruíram-no os portuguezes ; mas na ime-

Extinção do monopólio mercantil português

diata viagem lograram os holandeses escapar às pesquisas dêstes e, tendo percorrido as ilhas de Cirne ou Maurícia, Bantann e Molucas, regressaram à Holanda com opulentíssima carregação.

Desta maneira se extinguiu, em 1595, depois de quasi um século, o monopólio mercantil português. Devia necessariamente assim succeder, porque os indígenas oprimidos, principalmente os das Molucas, acolhiam os holandeses como libertadores; e os portugueses, andando empenhados em guerras, não chegavam a repelir êstes novos rivais.

Durante o govêrno de D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, (1597-1600) realizou-se uma anexação importantíssima. O último rei

Anexação da ilha de Ceilão

legítimo de Ceilão, destronado por seu parente Rajú e protegido pelos nossos no govêrno de D. Duarte de

Menezes, reconhecido aos portugueses, legou-lhes a ilha; o usurpador faleceu também. D. Jerónimo de Azevedo, capitão de Colombo, tomou portanto posse de todo aquele riquíssimo domínio.

Em Dezembro de 1597 collocaram os vereadores da câmara de Goa na sala das suas sessões o retrato de Vasco da Gama, bisavô d'êste vice-rei, e pouco depois, se inaugurou a estátua do imortal descobridor da Índia sôbre o arco da porta do rio da cidade, *ad hoc* construído. No vol. 2.º nos referiremos por menor a êste assunto.

Retrato e estátua de Vasco da Gama

a estátua do imortal descobridor da

Índia sôbre o arco da porta do rio

Em 1598 construíu-se o forte de Gaspar Dias ao longo do palmar do proprietário d'êste nome.

Nêste tempo foi instituída em Goa uma repartição dos arquivos officiais com o pomposo nome de *Tôrre do Tombo*, sendo nomeado o seu primeiro guarda-mór o cronista Diogo do Couto, que faleceu em Goa, no ano de 1616; e foi creada a alfândega na cidade e pra-

ça de Damão.

O govêrno do conde da Vidigueira fechou-se em 1600 com a famosa vitória que André Furtado de Mendonça alcançou contra o pirata Cunhale, vassalo rebelde do Samorim, que foi aprisionado no combate e mais tarde supliciado em Goa.

Enquanto o domínio português se mantinha exteriormente forte, lavrava-lhe no íntimo a corrupção mais profunda. Os desmandos dos portugueses, a venalidade dos empregos, os excessos da inquisição e o cruel tratamento dos índios, preparavam a próxima dissolução dêste vasto império.

Matias de Albuquerque e, principalmente, o conde da Vidigueira tentaram reformar estes espantosos abusos e não o conseguiram, porque os vícios estavam já profundamente radicados, de maneira que o conde regressou ao reino, amargurado nos últimos dias do seu govêrno pelos graves insultos com que os indisciplinados se vingaram das reformas que começara a introduzir nos costumes dos portugueses do oriente. Elle foi enforcado em um boneco de papel, e a estátua do bisavô, o ínclito Vasco da Gama, foi derrubada e mutilada. O retrato dêste, colocado nos paços da cidade, também foi objecto de escandalosa contenda entre os parentes do conde da Vidigueira e os de Afonso de Albuquerque, cujo retrato também tinha sido pôsto pela Câmara na mesma sala, anteriormente ao daquelle e certamente em lugar conspícuo, donde depois foi mudado. Esta contenda prometia ser mais rija do que as batalhas orientais, se o vice-rei Aires de Saldanha com rara prudência não acabasse com ela invocando ordens de Sua Magestade. ⁽¹⁾ E' que todos os génios têm fatálmente o seu calvário !

(1) Cunha Rivara, *Fragmentos históricos na Imprensa* n.º 2, 4

Ao conde da Vidigueira sucedeu Aires de Saldanha, (1600-603) que deveu o importante cargo de vice-rei não aos seus merecimentos, mas à amizade do marquês do Castelo Rodrigo ; contudo foi feliz, porque teve heróis que lhe illustrassem a administração. André Furtado de Mendonça expulsou os holandeses de Amboino, onde procuravam estabelecer-se. O padre Góis empreendeu a célebre viagem através da Ásia central, visitou e explorou a Tartária chinesa, país ingrato, que afugentava os viajantes.

Em 1603 os holandeses bloquearam Goa pela primeira vez, mas, um mês depois, viram-se obrigados a levantar o bloqueio.

CAPÍTULO XIII

1605-1646.—Decadência em progresso.

Em 30 de Abril de 1606, governando a India **Martim Afonso de Castro**, (1605-7) sucessor de Aires de Saldanha, appareceu diante de Malaca uma
Holandeses em Malaca esquadra holandesa de onze navios comandada pelo almirante Cornélio Metalief que, tendo desembarcado 1500 homens, atacou subitamente a nossa fortaleza. André Furtado de Mendonça, que felizmente esteve à testa da nossa pequena guarnição de 145 portuguezes e que já vencera os holandeses em Amboino, animou

os seus soldados e ousou fazer sortidas tão felizes, que Metalief preferiu aos assaltos o bloqueio rigoroso; pois esperava dêste modo apossar-se da cidade, confiado nas tropas dos régulos de Johor e Singapura, que o tinham vindo auxiliar. Mas, André Furtado inspirou grande intrepidês nos portuguezes, que opuseram uma resistência heróica; e Metalief, depois de três meses de bloqueio, não tendo conseguido resultado favorável e, sabendo que vinha o vive-rei em auxílio da fortaleza, desistiu do empreendimento e retirou-se.

Nas Molucas à falta dêste valente capitão, que em 1603 as defendêra, fomos, dois anos depois, menos felizes. Gaspar de Melo, governador de Amboino, tendo de lutar com os holandeses e ao mesmo tempo com o ódio dos indígenas, perdeu a ilha. Em seguida caiu tudo. Em Ternate a defesa tornou-se impossível pela explosão de um paiol de pólvora, que destruiu as muralhas e fêz voar pelos ares os defensores. Nestas circunstâncias os portuguezes pediram socorro ao governador castelhano das ilhas Filipinas, D. Pedro da Cunha, que logo accedeu ao pedido e expulsou os holandeses; mas, invocando razões antigas, que já não subsistiam, anexou as Molucas à coroa castelhana.

Perda das Molucas

Não puderam contudo os castelhanos das Filipinas defender eficazmente a possessão de que se tinham assenhoreado; pois, poucos anos depois passou ela para o domínio dêsses republicanos do norte.

Por morte do vice-rei Castro assumiu o govêrno interinamente o arcebispo de Goa, D. fr. Aleixo de Meneses. (1607-9) Vinha já provido no cargo de vice-rei o conde da Feira, que morreu no caminho.

Em 1607, perdemos o reino do Pegú. Historiemos. A Indo-China estava dividida em muitos esta-

**Conquista e
perda do reino
de Pegú**

dos entre os quais avultava o de Arakan. Filipe de Brito Nicote, filho de pais franceses, mas nascido em Lisboa, e Salvador Ribeiro de Souza, natural do Minho, aventureiros estabelecidos no Pegú, nos princípios do século XVII, ajudaram com seus homens o rei de Arakan, Salim Xá para derrotar o rei de Tangú, que se apossara do tesouro do antigo rei do Pegú, cunhado de Salim.

Em reconhecimento d'estes serviços, Salim Xá, concedeu a Brito Nicote o título de *Chanja*, i. é. homem de bem, e aos portugueses o pôrto de Siriam no Pegú (1600).

Filipe de Brito, que era tão ambicioso, como desinteressado era o seu companheiro, animado com o sucesso, veio para Goa assoalhar serviços e consultar o vice-rei, Aires de Saldanha sôbre o seu plano de conquistar todo o Pegú. O vice-rei recebeu-o com entusiasmo e, depois de o ter feito cavaleiro da ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real, deu-lhe em casamento sua sobrinha.

Entretanto o rei de Arakan, vendo os portugueses fortificarem-se em Siriam com toda a celeridade, mandou uma poderosa armada com 6 mil homens sob o comando do seu capitão Banadola para os expulsar; mas o bravo Salvador Ribeiro, que estava no comando da fortaleza, repeliu com um punhado de soldados bravos como êle todos os assaltos durante os oito meses de cêrco, e, tendo finalmente recebido socorro de Goa, fêz uma sortida nocturna e destroçou os sitiadores obrigando-os a retirar. Os peguanos, movidos pela espantosa coragem e bravura de Salvador Ribeiro, proclamaram-no *rei do Pegú*.

Logo depois Banadola, que pretendia o trono do Pegú, voltou auxiliado pelo rei de Massinga, e as tropas aliadas atacaram o forte português; mas no

combate o rei de Massinga foi morto, e as tropas se debandaram. Banadola refugiou-se para Prom ou Parão. O povo, admirando cada vez mais as heróicas proezas de Salvador Ribeiro, proclamou-o, com o maior entusiasmo, também *rei de Massinga*, celebrando a coroação com grande solenidade. Passado algum tempo, Filipe Nicote voltou de Goa nomeado capitão general das conquistas do Pegú. Salvador Ribeiro, com lealdade exemplar, ofereceu-lhe logo a coroa de Massinga e a fortaleza de Siriam, e, enquanto Nicote se levantava sobre o sacrifício e a fortuna do seu companheiro, o verdadeiro herói, querido dos povos e dos monarcas seus aliados, regressava a Portugal para morrer em Guimarães, onde nascera, pobre e olvidado por todos. (1) Mas o reinado de Nicote não durou muito tempo; faltou-lhe a prudência de Salvador Ribeiro e mais o seu desinterêsse; pois em 1607, quando crescera muito a sua influêcia sobre o rei de Arakan, Filipe de Brito expediu uma frota para tomar posse do pôrto de Dianga, cuja concessão pedira ao rei; e êste, suspeitando que Brito tivesse formado o plano de o expulsar do seu reino, convidou os expedicionários para a sua côrte e os mandou passar à espada, e em seguida ordenou o massacre geral dos portuguezes, sendo mortos 600 a sangue frio, escapando somente dez com seus navios. Filipe de Brito ainda ganhou duas vitórias sobre o rei de Arakan, e, aliado com os dominantes vizinhos, foi, por sua desmedida ambição de riquezas, atacar o rei de Tangú, e o levou prisioneiro para Siriam junto com o tesouro de que falámos, (mais de um milhão em oiro); mas o rei de Avá,

(1) Moraes Sarmento, autor do *Romancero Português*, publicou em verso um lindo romancinho sobre a volta de Ribeiro a Portugal, intitulado *O Massinga*.

para vingar a afronta feita ao seu vassalo, o rei de Tangú, cercou Siriam, aprisionou Filipe e o matou no meio de crueis tormentos em Avá.

Portugal perdeu esta nova conquista quasi tão depressa como a adquirira, devido à política dos nossos governantes e à ambição de Filipe de Brito.

O soberano de Portugal por sua carta de 12 de Setembro de 1608, dirigida ao vice-rei da India, aceitava a corôa dos reinos de Pegú'a pedido de Filipe de Brito Nicote.

Em Siriam existem ainda hoje ruínas duma igreja construída pelos portugueses em 1603, conservadas pelo govêrno inglês como monumento arqueológico. Esta igreja contava como fregueses, logo no principio, 3 mil convertidos (¹).

Aberta a sucessão pelo referido falecimento do vice-rei conde da Feira, achou-se o nome de André Furtado de Mendonça, (1609). Este intrépido guerreiro, querido dos soldados, antes de ser governador retemperou a glória da bandeira portuguesa no oriente com os seus brilhantes feitos; pois, conquistou em 1597 o reino de Jafnapatão, arrazou a fortaleza do pirata mouro Cunhale (Cunjé Ali Mercar?), que matava barbaramente os portugueses quando os aprisionasse, e o trouxe preso para Goa, --onde foi executado em 1600—, e, finalmente, defendeu herôicamente em 1606 a fortaleza de Malaca do rigoroso bloqueio dos holandeses. Começando a governar, cuidou de activar os preparativos para combater os inimigos do Estado; mas, antes de os concluir, e após três meses e oito dias de administração, teve de entregar o go-

(¹) A. Bocarro Dec. 13. J. A. Campos, *History of the Port. in Bengal* pag. 78-80. *Oriente Port.* vol. 5, pag. 205, Art. de Sr. Cónego F. X. Vas; e vol. 6 pag. 97, Art. do Sr. J. Ferreira Martins. *Hist. de Portugal* de P. Chagas, vol. 5 pag. 204.

vêrno ao vice-rei seu sucessor, que acabava de chegar.

Pirard, referindo-se a André Furtado, escreve : « todos os reis da India folgaram muito de que êle fosse governador e lhe enviaram embaixadores e presentes. Aprestou muitas armadas e fortificou muitas fortalezas ; em soma êste fidalgo era amado de Deus, dos reis e do povo e semelhantemente dos capitães e soldados, mas não da nobreza, porque não era ladrão nem ambicioso, e não era afeiçoado a quem roubava a el-rei Em menos de três meses fêz mais do que outros em muitos anos. »

Rui Lourenço de Távora, (1609-12). No seu govêrno os ingleses, que já tinham começado a commerciar no oriente, vieram encetar luta conosco. Nuno da Cunha em Surrate pelejou desvantajosamente com quatro naus inglesas ; foi mais feliz contra os índios D. Francisco Rolim, capitão de Chaúl, que derrotou Abdul Kariman, que lhe inquietava a fortaleza.

A-pesar-das repetidas vitórias que os nossos arrancavam aos indígenas, o prestígio do nome português ia-se apagando de todo. Desde que appareceram as naus de Inglaterra e Holanda, e os seus marinheiros mediam forças conosco às vezes com próspera fortuna, os reis do oriente pediam contra nós o auxílio desses novos aliados e procuravam abater o nosso império, e, se o não conseguiram desde logo, cavaram-lhe ao menos a ruína, tornando-a inevitável e próxima.

O vice-rei D. Jerónimo de Azavedo, que succedeu a Rui Lourenço de Távora (1612-17) prevendo o resultado dessas alianças com os nossos implacáveis adversários, e da confiança que os naturais depositavam neles, resolveu desassombrar os mares de tão perigosos rivais e com uma poderosa armada foi acometer quatro naus inglesas junto a Surrate ; mas soffreu tão briosa resistência, que teve de retroceder e abandonar a empresa.

Ao mesmo tempo Diogo de Mendonça Furtado, depois de dispersar no Aquém uma frota de 500 vasos malaios, era, por seu turno, batido por 8 naus holandesas.

Êstes desastres foram-nos funestos mais pelo seu efeito moral, do que pelos prejuízos materiais que nos causaram. Contudo a cidade de Cogo, no reino de Cambaia, foi tomada e destruída pelos nossos em 1614, e igual sorte teve, também, a cidade de Pôr, 40 léguas distante de Diu. expugnada por Gaspar de Melo e Sampaio.

Filipe II. porém, logo que soube dos desastres. nomeou o conde do Redondo para suceder a D. Jerónimo com a ordem de o mandar preso para Lisboa e assim se cumpriu; e o govêrno de Madrid, que. para acudir às suas finanças, ordenara, por alvará de 2 de Maio de 1614, se pusessem em almoeda no oriente as capitánias das fortalezas e os cargos públicos, sequestrou os bens ao vice-rei, preso no Castelo de S. Jorge.

Convém registrar muito a propósito que a venda dos cargos que teve lugar durante esta governação até 18 de Novembro de 1617, somou em xerafins 643, 091! ⁽¹⁾

O conde do Redondo, D. João Coutinho, que governou de 1617 a 1619, foi mais prudente do que o seu antecessor: em vez de empreender guerras, procurou alcançar vantagens por meios pacíficos e, enviando um embaixador ao mogol, imperador de Delhi, pediu-lhe que fechasse os portos do seu domínio às embarcações holandesas. Não foi atendido o pedido, mas conseguiu-se ao menos que o mogol desistisse do

(1) Vid. *Instrução do M. de Alorna* part. 2.^a pag. 53., nota.

intento, em que estava, de assaltar Diu e Damão, e que desse liberdade aos barcos mercantes portugueses retidos nos portos do seu domínio.

Por falecimento do conde do Redondo succedeu em via Fernão de Albuquerque, (1619-22) homem inteligente e honesto, embora bastante velho e, por isso, mais inclinado aos ócios da paz.

•O facto mais notável e tristemente importante, que se deu a êste tempo, foi a perda de Ormuz em 1622, mas não por culpa do governador.

Perda de Ormuz

O govêrno da metrópole, avisado de que os ingleses envidavam todos os esforços para nos desapossar de Ormuz, mandou que Rui Freire de Andrade fosse construir uma fortaleza para a defesa dessa cidade, na ilha de Queixome, território pertencente ao Xá da Pérsia, e vigiasse o estreito para vedar aos ingleses o comércio da sêda. O governador desaprovou o plano, prevendo que os seus resultados nos seriam desastrosos; todavia, para cumprir as determinações superiores, Rui Freire levantou a fortaleza e começou a perseguir os galeões britânicos que iam aos portos do Xá carregar as sêdas. Êste príncipe, vendo-se com razão lesado nos seus interesses, e injuriado no seu poder, tratou de se desafrontar; ligou-se com os árabes e os ingleses e reuniu um formidável exército para arrasar a fortaleza de Queixome e conquistar Ormuz. Rui Freire, em defesa, renovou as proezas dos antigos heróis, mas foi debalde; depois de algumas vitórias, teve de succumbir, assoberbado pela superioridade numérica das fôrças inimigas, e Ormuz caiu em poder dos ingleses. ⁽¹⁾ A perda desta cida-

(1) Vide Luciano Cordeiro, *Como se perdeu Ormuz*—interessante monografia publicada em 1896—e um artigo crítico sobre a

de influir poderosamente no desmoronamento do nosso império oriental e arrastou consigo também a de Mascate, com a qual se foram todos os estabelecimentos na costa da Arábia até ao Mar Vermelho.

Durante as administrações de D. Francisco da Gama, vice-rei pela segunda vez (1622-27) e seu sucessor fr. Luís de Brito, bispo de Meliapor e eleito de Cochim, isto é, desde o Janeiro de 1622 até o Julho de 1628, a não ser a construção da fortaleza de Mormugão, não houve nenhum facto digno de memória. Por falecimento dêsse bispo, aberta a via de sucessão, appareceram nomeados Nuno Alvares Botelho, D. Lourenço da Cunha e Gonçalo Pinto da Fonseca, que governaram juntos poucos meses e também nada fizeram.

Em 1629 chegou à India D. Miguel de Noronha, (1629-35) conde de Linhares, com o título de vice-rei e applicou os seus cuidados a levantar construções e fundar estabelecimentos correspondentes às necessidades da época.. Erigiu à sua

Estabelecimentos e construções custa o hospital da Piedade na cidade de Goa, deixou na melhor perfeição a casa da pólvora, levantou a igreja de S. Lourenço na fortaleza da Aguada, fortificou Bardês e a ilha de Goa e lançou a grande ponte que põe em comunicação Pangim com Ribandar. ⁽¹⁾

No primeiro ano do seu govêrno, uma imponente armada do rei de Aquém, com 19 mil homens, veio cercar Malaca, que era governada por Gaspar de Melo e Sampaio. Os portuguezes receberam auxílios do rei de Johor, nosso aliado, e, depois de terem defen-

mesma, de Ismael Gracías no *Universal*, de 1 sboa, n.º 1807, de 6 de Maio de 1897.

⁽¹⁾ Esta ponte conta 44 arcos para a passagem das águas, sendo 38 do lado de Pangim, 3 no meio e 3 em Ribandar.

dido tenazmente o convento da Madre de Deus, que fôra atacado, abandonaram-no deitando-lhe fogo. Fizeram depois algumas sortidas vantajosas, em que tomaram muitas armas ao inimigo. Na continuação da resistência, chegou Nuno Alvares Botelho, enviado pelo vice-rei com socorro à cidade. Inverteram-se então os papeis, passando os sitiados a sitiadores : os navios portugueses, dando bateria ao inimigo de dia e de noite, aniquilaram totalmente a armada invasora e obrigaram o seu general a entregar-se.

Em 1631 appareceu em Coullão uma nau com bandeira até então desconhecida nêstes mares : era o balsão farpado de Dinamarca. Atacada de improviso pelos nossos, essa embarcação opôs longa e vigorosa resistência ; mas teve de ceder ao número e ao valor dos portuguezes e foi aprisionada.

O conde de Linhares governou com bastante severidade, creando porisso alguns inimigos poderosos. Na manhã de 12 de Outubro dêssê ano appareceu na praça do Mandovi um boneco enforcado, representando o vice-rei com uma roca na cinta, e trazendo pregado um pasquim injurioso em forma de processo condenatório, accusando-o de injusto, corrupto e co-barde.

Das sindicâncias não se apurou um só culpado ; mas a indignação foi geral, e o povo de Goa, associando-se às autoridades, reprovou a vilania e propôs que se levantasse uma estátua ao vice-rei em reconhecimento dos seus relevantes serviços, honra que êle próprio recusou (1).

Ao conde de Linhares, que deixou o govêrno em 8

(1) Vid. a *Descrição geral das moedas* por Texeira de Aragão, pag. 216, onde se encontra também transcrito o pasquim ; e *Instr. do M. de Alorna*, nota à pag. 58.

de Dezembro, succedeu **Pedro da Silva**, (1635-39) e a este, **António Teles de Menezes** (1639-40); aquele foi vítima da epidemia que assolou a cidade de Goa, e este viu o Estado muito perseguido pelos holandeses.

Em 1640 veio governar a Índia **João da Silva Telo de Menezes** (1640-46), conde de Aveiras, com o título

**Perda de
Malaca**

de vice-rei. Em agosto dêsse ano os holandeses sitiaram Malaca com 1.200 homens da sua nação e grande número de indígenas; foi este o

último cêrco daquela nossa importante possessão. O vice-rei, porque tinha que acudir a muitas partes, mandou em socorro apenas uma galeota com alguns soldados sob o comando do capitão **Luís da Costa**. Os portugueses, encerrados dentro dos muros, resistiram, por cinco meses e meio, aos ataques mais violentos dos inimigos, que eram muitos, ferozes e a cada passo revezados; e, quando de todo lhes faltaram as munições, os alimentos e a esperança de serem socorridos, entregaram Malaca aos sitiantes em 1641.

Em 1640, pouco depois da chegada do Conde de Aveiras, os holandeses animados pela falta de guar-

**2.º bloqueio
de Goa pelos
holandeses**

necimento das fortalezas portuguesas do oriente e ligados com os estados inimigos, vieram pela segunda vez, com uma frota de 12 navios, bloquear

a barra de Goa, apoiados do lado da terra pelas investidas do exército de **Adil-Khan**; e os portugueses apenas puderam sustentar-se na defensiva.

Em 1643, activando os seus esforços de conquista, os holandeses começaram a bombardear a fortaleza de **Mormugão**. O vice-rei, não confiando nos poucos recursos que tinha para bater o inimigo, invocou o auxílio divino, fizeram-se preces em todas as igrejas de Goa e foi hasteado na praça um estandarte, bordado em damasco encarnado, pelas freiras de **Santa Mó-**

nica, tendo de um lado a imagem de Nossa Senhora da Conceição e do outro a do Cristo crucificado. A insígnia alentou o espírito abatido da nossa tropa, que combateu com ardor repelindo o inimigo. (¹)

Em Ceilão tentaram os portugueses expulsar os holandeses que ocupavam a fortaleza de Gale ; e num combate, a que se arriscaram com fôrças muito inferiores às do inimigo, sofreram terrível derrota, perdendo mais de 300 homens ; e teriam nesta ocasião perdido também a ilha, se o governador D. Filipe Mascarenhas não tivesse rapidamente fortificado a cidade de Colombo e não tivesse pedido socorro ao vice-rei, que lh'o mandou com grossas quantias de dinheiro.

Nêste tempo a patriótica revolução do 1.º de Dezembro sacudiu de Portugal o jugo dos Filipes, elevando ao trono o heróico duque de Bragança, D. João 4.º.

O govêrno dos Filipes, como acabámos de ver, foi bastante nocivo ao domínio português no oriente. Verdade seja que, depois de o rei D. Filipe II de Castela assumir a regência de Portugal, os dois govêrnos se conservaram separados e privativos nas respectivas possessões, provendo-se tão sòmente em portugueses os cargos públicos das províncias portuguesas, conforme as promessas feitas por aquele soberano às côrtes de Tomar. Mas os Filipes não mandaram para a India senão homens que lhes fossem afeiçoados e dêsses não eram muitos os que possuissem a antiga alma portuguesa, o valor, esforço, lealdade e carácter lusitano. Por aqui pode avaliar-se, com a simples noção dos factos, quão obnóxios foram para o

(¹) O estandarte conserva-se ainda em grande acatamento no extinto convento de Sta. Mónica,

império português oriental os longos sessenta anos do regime castelhano.

CAPÍTULO XIV

1646-1666—Continuação da decadência do império português

Antes de referir os sucessos dêste período, importa lembrar como os ecos da heróica restauração de 1640 chegaram à Índia.

Logo que D. João 4.º se empossou do trono de Portugal, escreveu ao vice-rei da Índia, que era então o conde de Aveiras, e ao tribunal da Relação duas cartas, annunciando êste facto e ordenando que o fizessem *aclamar, jurar e obedecer como Rei natural e verdadeiro que era*. Em março de 1641 saíram de Lisboa as primeiras naus da Índia, comandadas por Manoel de Liz e Bartolomeu Gonçalves trazendo essas ordens. Nas alturas do Cabo Verde, Manoel de Liz pôde adiantar-se e fazendo a aclamação de D. João 4.º em Moçambique, seguiu logo para a Índia; mas, receando encontrar esquadras holandesas, que, por êste tempo, infestavam os mares, aprou a Onor, donde enviou para Goa num pequeno barco seu filho André de Liz, creança de 9 anos, inteligente e simpática, com as cartas del-rei, em companhia de Francisco da Silva Souto-Maior. Desembarcaram os dois emissários em Pangim e, enquanto o menino, animado pelo entusiasmo próprio da sua idade, levantava clamorosos vivas a D. João 4.º, que o povo escutava com espanto e júbilo, Francisco da Silva apressou-se

a ir por terra comunicar a notícia ao conde de Aveiras em Goa. O intrépido menino foi rio acima ter com o vice-rei, a quem entregou as cartas que trazia, instando-o a reconhecer logo a independência de Portugal e a legitimidade do duque de Bragança. Sorriu-se o vice-rei da gentileza do infantil embaixador, cuja sedutora eloquência o moveu a convocar sem perda do tempo as autoridades e principais pessoas da cidade e propôr-lhes em substanciosa e patriótica fala o reconhecimento de D. João 4.º, e, efectivamente, a 11 de Setembro de 1611, realizou-se em Goa a aclamação do novo soberano com grandes demonstrações de rigosijo público. A 20 de Outubro já fôra D. João 4.º reconhecido em todas as praças do oriente português.

**Aclamação de
D. João 4.º
em Goa**

Em 1642 regressou Manoel de Liz a Lisboa, onde foi muito recompensado, sendo o enlêvo de todos na côrte seu filho André, que andava todo satisfeito e ufano com o hábito de Cristo, que o conde de Aveiras lhe conferira e que el-rei lhe confirmou.

O conde de Aveiras entregou o govêrno a 30 de Dezembro de 1645 a D. Filipe Mascarenhas, nomeado por D. João 4.º, com o título de vice-rei (1646-51). D. Filipe fôra governador de Ceilão e prestara importantes serviços à administração desta ilha. A sua índole disciplinadora, porém, não agradou aos fidalgos de Goa, cujos costumes iam cada vez relaxando-se mais.

Numa manhã appareceu enforcado em um poste próximo do palácio vice-real um boneco com as insígnias de vice-rei; e, depois de rigorosa sindicância, foram remetidos presos para Lisboa alguns nobres, como suspeitos de serem os autores do ultraje. D. Brás de Castro, capitão de Daugim, dotado de um character inquieto e ambicioso, que se achou compro-

metido no caso, conseguiu escapar-se refugiando-se para o território vizinho, donde voltou mais tarde.

O naufrágio da armada da Índia em 1646 e algumas lutas insignificantes com soberanos do Malabar encheram o resto do seu govêrno.

D. Filipe tendo notícia de que falecera na viagem o vice-rei que o vinha render, conde de Aveiras (segunda vez despachado para a Índia), entregou o govêrno às pessoas designadas na primeira via de successão, que mandou abrir.

(1651-52) Os nomeados foram D. Francisco dos Mártires, Francisco de Melo de Castro e António de Souza Coutinho, que governaram até 6 de Setembro de 1652.

Nêsse dia tomou posse do govêrno da Índia o vice-rei D. Vasco Mascarenhas, conde de O'bidos (1652-53)

**Acontecimentos
deploráveis em
Ceilão**

Na sua administração houve acontecimentos deploráveis em Ceilão. Os holandeses ambicionavam ardentemente a ilha; Manoel Mascarenhas

Homem, que a governava, ou por descuido ou por indisciplina dos subordinados, não tomou devidas precauções contra êsses inimigos e êles conseguiram apoderar-se das terras e pôrto de Calitur ou Kulture, próximo de Colombo, e ao mesmo tempo o rei de Kandi, aliado dos holandeses, começou mover-nos hostilidades. Nêste estado de cousas, em 5 de Novembro de 1652, uma divisão portuguesa insubordinou-se, depôs Manoel Mascarenhas Homem do cargo de capitão geral, acusando-o de estar vendido aos holandeses e elegeu uma junta para governar provisoriamente a ilha.

Durante a revolta os inimigos fizeram progressos na occupação da ilha; mas, logo que ela se serenou, o capitão-mór do campo, Gaspar Figueira da Serpa, com 400 homens cercou e bateu vitoriosamente os holandeses, tomando-lhes o entrincheiramento, que tinham

construido entre Calitur e Colombo, cuja guarnição foi obrigada a capitular, entregando-se prisioneiros cento e dez holandeses, quarenta jaus e trezentos singaleses : e João Botado de Seixas, acometendo com bravura a gente do rei de Kandi, que se ia apoderando das nossas terras, conseguiu pô-la em debandada. Contudo Calitur ficou nas mãos dos holandeses.

A êste tempo a indisciplina, que reinava entre os militares de Goa, havia transformado esta cidade num verdadeiro ninho de piratas. O conde de O'bidos, levado de espírito justiceiro, encetou a mais enérgica reforma ; isto foi bastante para os insubordinados fidalgos da cidade se revoltarem contra êle e moverem uma sedição, cujo principal caudilho foi o referido D. Brás de Castro.

No dia 22 de Outubro de 1653, às 6 horas da manhã, na ausência do conde de O'bidos, que se achava nos Reis-Magos reunin-se no terreiro da Sé uma turba de facciosos e descontentes, dos quais uns, subindo a torre da cathedral, picaram o sino grande, e outros, invadindo as casas do cabido, arrastaram para fora os membros desta corporação. Em seguida, com grande aparato marcial entraram nas casas do senado e da relação e levaram à força os vereadores e os desembargadores, juntamente com o cabido, à sala do palácio dos vice-reis, onde entre entusiásticos vivas a el-rei e à nação pediram a deposição do conde de O'bidos e a abertura das vias de sucessão.

**Sedición em Goa
e deposição do
Conde de Óbidos**

O secretário José das Chaves Souto-Maior, que, para escapar à fúria dos amotinados, estava recolhido em sua casa, foi violentamente conduzido ao convento de S. Francisco, afim de abrir o cofre das vias de sucessão ; e, quebrado o cofre de pau para se tirar o

de ferro, que ficava dentro, dirigiram-se com êste ao paço do vice-rei, onde deviam ser lidas as provisões. Arrombado o cofre, as cartas que encontraram, foram as que touxera o conde de Aveiras, que o govêrno mandava inutilizar, substituindo-as por outras que o conde de O'bidos trazia consigo.

Infelizmente ainda estas não podiam ter execução por haverem falecido todos os que nelas eram indicados, excepto Manoel Mascarenhas Homem, que vinha desapossado do seu cargo de capitão de Ceilão e se achava em Cochim. Os sediciosos, então, exigiram, que na conformidade duma cláusula, que se lia em todas as patentes, fôsse chamado, para provisoriamente assumir o govêrno, o conselheiro mais antigo. Êste cargo era occupado por D. Brás de Castro, que então de propósito ficara na sua residência em Daugim, donde foi conduzido pela turba para ser investido na posse do govêrno.

O conde de O'bidos foi preso no forte do Cabo e dali enviado para o reino.

D. Manoel Mascarenhas, parente do vice-rei e capitão general da armada do Norte, oferecia-se para o restabelecer no poder; mas o conde de O'bidos, por sua filantrópica timidez, não querendo ser causa de revolução e do derramamento do sangue, não o aceitou; e assim ficou governador sem contestação D. Brás de Castro, um soldado indisciplinado, da mais completa incapacidade administrativa e sem prestigio, senão o que lhe dava a falsa popularidade, que só podia conservar transigindo com a cobiça dos desordeiros.

D. Brás de Castro, dando conta ao govêrno da metrópole da deposição do conde de O'bidos e da sua exaltação ao poder, em 2 de Janeiro de 1654, tentou justificar-se, alegando que fôra inteiramente extranho a esta comoção e constrangido a aceitar o go-

vêrno sob o risco de ser immediatamente vítima do furor do povo ⁽¹⁾.

No govêrno de D. Brás, que durou quási dois anos, o facto mais notável que houve foi que cinco galeotas portuguezas, que tinham ido em socorro de Ceilão, derrotaram três grandes naus holandesas, que as vieram atacar.

Em Agosto de 1655 chegou D. Rodrigo Lobo da Silveira, conde de Sarzedas, (1655-56) nomeado vice-rei e tendo tomado por si a posse do govêrno, como se êste estivera vago, prendeu immediatamente na fortaleza da Aguada, em execução das ordens que trazia da côrte, D. Brás de Castro e mais seis fidalgos, seus cúmplices na deposição do conde de O'bidos; os quais todos, depois de sequestrados os seus bens, foram remetidos para Lisboa; mas, estando na continuação de dar providências para extinguir os resultados da sedição, faleceu em Goa a 3 de Janeiro de 1656, não sem suspeitas de haver sido envenenado pelos facciosos.

Por sua morte, não aparecendo vias de successão, juntaram-se os três estados (clero, nobreza e povo) e elegeram para governador Manoel Mascarenhas Homem, que, tomando posse a 14 de Janeiro de 1656, passou a capturar os numerosos partidários de D. Brás de Castro, que se achavam espalhados em vários pontos da India desempenhando altos cargos, e os mandou para o reino, onde não acharam o mais leve castigo, como era já tradição do govêrno portuguez.

No govêrno de Manoel Mascarenhas perdemos a

(1) E' interessante esta carta que se tem publicado em varios escritos. Vide *O Pregoeiro da Liberdade*, de Bombaim, n.º 8, vol. 1.º, *Goa sob a Dominação Portuguesa*, por Bruto da Costa, pag. 56 e seg., e T. de Aragão, vol. 3.º, pag. 135.

ilha de Ceilão. Os holandeses, não desistindo do seu propósito de se apossarem dessa riquíssima ilha, puseram um cêrco apertado à cidade de Colombo. António de Sousa Coutinho, comandante da fortaleza, pediu socorro para Goa e a-pesar de ter poucos recursos e setenta anos de idade, opôs uma resistência heróica. Em 12 de Novembro de 1655 deu-se o primeiro e terribilíssimo assalto geral, em que o inimigo foi repellido com consideráveis perdas. Em desforra, os sitiadores redobram o bombardeamento da cidade, causando-lhe enormes e sucessivos prejuízos, que os sitiados mal podiam reparar. Ultimamente resolveram entrar na cidade pela cava, acometendo-a repetidas vezes. Os portuguezes obraram, então, prodígios de valor, batendo-se debaixo do chão com inexcedível bravura contra o inimigo poderoso e valente.

Entretanto a sorte dos sitiados tornou-se tristíssima. A fome cresceu horrorosamente, a ponto de os obrigar a comer carne humana, a peste veio dizimar a guarnição, restando apenas noventa homens estropeados, que pareciam esqueletos ambulantes, e o socorro não chegava; porque a armada que saíra de Goa com destino para Colombo, havia retrocedido, visto haver sido batida pelo inimigo e aprisionado o seu comandante Simão de Sousa. Nestas desesperadas circunstâncias António de Sousa Coutinho aceitou a capitulação e o inimigo fêz sua entrada na cidade em 12 de Maio de 1656. Tínhamos perdido Colombo e com êle a ilha de Ceilão para a não tornarmos a haver.

Depois de 22 de Maio de 1657, conjuntamente com Manoel Mascarenhas Homem (¹), governaram,

(¹) Manoel Mascarenhas Homem tem jazigo na capela-mór da

voltando de Ceilão, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Continho; aos quais seguiu, em Junho de 1661, um novo governo provisório, composto de Luís de Mendonça Furtado e D. Pedro de Lencastre, que terminou em 14 de Dezembro de 1662.

O governo de Lisboa, absorto nos cuidados da metrópole, já não o pensava na Índia; o que fez que aqui este sistema fatal das juntas, mais das vezes compostas de homens senis e sem grande prestígio, se prolongasse infelizmente o tempo bastante para se perder quasi tudo o que nos restava no oriente.

Em 1661 os holandeses tomaram-nos Coulaõ, defendida com certo valor por um official chamado Fernando dos Santos. Em 1662 bloquearam e tomaram-nos por assalto Cranganor, depois duma briosa resistência que lhes opôs Urbano Fialho Ferreira.

Perda de Cranganor, Cochim e outras praças

Nesse mesmo ano puseram um rigoroso cêrco à cidade de Cochim, que, havia quatro anos, hostilizavam. Inácio Sarmento de Carvalho, que defendia esta cidade com bravura, expôs para Goa repetidas vezes o mau estado em que se achava a fortaleza e o risco que corria de ser tomada, não se lhe acudindo a tempo. Os nossos dois governadores, que eram incapazes de servir bem o Estado, e que passavam o tempo em contínuas disputas, não o atenderam. Além disto, Luís de Mendonça Furtado, inimigo pessoal de Inácio Sarmento, aproveitou-se da sua estada no poder para contrariar possivelmente todos os seus

igreja do convento do Pilar em Goa-Velha, na parede do lado da epístola, ficando vis-à-vis, do lado do evangelho, o jazigo do capitão Lopo Barriga, seu genro. Vide Ismael Gracías, *Inscripções e epitaphios*, pag. 10.

pedidos e requisições ; e não teve pêjo de sacrificar os interêsses da pátria a mesquinhas paixões pessoais.

Neste tempo chegava a Bombaim o governador, depois vice-rei, António de Melo e Castro (1662-66). Este, não podendo vir immediatamente a Goa, ordenou aos governadores provisórios que mandassem para Cochim todo o socorro que podessem, deixando o que se lhes pedira de Mombaça, que o governador geral tomava à sua conta. Mas Luís de Mendonça, contra as ordens superiores, teimou em mandar para Mombaça 5 navios com socorro, enviando para Cochim apenas duas almadias com 500 balas e poucos barris de pólvora ; o que era suficiente para se consumir em duas horas ! Luís de Mendonça, que nunca dera na Índia senão provas de insubordinação, não era capaz de proceder melhor nesta crise. Não lhe confiassem o govêrno da colónia, se não queriam essa pouca vergonha.

António de Melo e Castro, pouco depois de chegar a Goa e tomar posse do govêrno (16 de Dezembro de 1662), a-pesar de encontrar os cofres públicos já completamente esvaziados pelos governadores seus antecessores, arranjou e mandou nos fins do mesmo mês 8 navios com provimentos para Cochim ; antes que êstes lá chegassem, os holandeses deram um assalto decisivo à fortaleza e, não obstante a vivíssima resistência, conseguiram entrar na cidade. Ainda assim, Inácio Sarmento postou-se com alguma gente à boca duma rua e combateu vitoriösamente com o inimigo ; mas, vendo que era impossível prolongar por muito tempo uma luta tão desigual, capitulou com a' condição de ser transportado a Goa com a guarnição e os moradores que o quisessem seguir. Foi isto em 6 de Janeiro de 1663.

Assim terminou o nosso domínio em Cochim, cujos soberanos, desde o comêço da descoberta, sempre se

distinguiram pela sua nunca interrompida amizade e lealdade para com o governo português, a despeito da quási permanente guerra, que por êsse motivo lhes fêz o seu vizinho e nosso inimigo figadal, o rajá de Calicut. Duram ainda hoje em Cochim memórias de portugueses ilustres ⁽¹⁾.

Após a queda de Cochim caíu a praça de Cananor governada por António Cardoso, que, apenas recebeu intimação do almirante holandês para se render, entregou-se cobardemente. Em seguida os holandeses foram-se apoderando, a uma e uma, das praças que ainda possuíamos na costa do Malabar e que se renderam quási sem resistência.

Outro facto notável que se deu nesta época foi a entrega da ilha de Bombaim aos ingleses. Como se não bastasse a guerra para nos privar das colónias, o governo de Portugal, firmando, em 23 de Junho de 1661, o tratado de paz e casamento da infanta D. Catarina com Carlos 2.º, de Grã-Bretanha, deu como dote ao soberano inglês, além da cidade e fortaleza de Tánger na Africa, o pôrto e a ilha de Bombaim na India; e isto, segundo resa o art. 11.º do tratado, “para que El-rei de Grã-Bretanha estivesse melhor aparelhado para assistir, defender e amparar os vassallos do rei de Portugal naquelas partes, da fôrça e invasão dos holandeses.” Por êste tratado cedia Portugal aos ingleses todos os territórios portugueses, então em poder dos holandeses, que êles lhes pudessem conquistar, e concedia-lhes tam-

**Cessão da ilha
de Bombaim
aos ingleses**

(1) Vide Cunha Rivara, *Inscrições portuguezas em Damão*, no *Chronista de Tissuary*, 2.º vol., pag. 76, 96 e 112.—e o folheto *Inscrições portuguezas* que se encontram na igreja de S. Francisco de Cochim, trasladadas pelo bispo D. João Gomes Ferreira, e publicadas em Lisboa no anno de 1892.

bém o direito de estabelecer feitorias no meio das nossas colónias da A'sia e América. A Inglaterra prometia defender Portugal e seus domínios como a si própria e restituir-nos todos os territórios que os holandeses nos tomassem depois de assinado o tratado. Para a execução dêste tratado, António de Melo e Castro, vindo de Portugal em 1662 a bordo de uma nau inglesa, trazia a ordem de dar posse de Bombaim ao procurador do rei da Inglaterra.

Chegando, porém, o governador à ilha de Anjoane e, tendo notícia de que os holandeses haviam sitiado Cochim, pediu ao general inglês (Lord Malborough), que lhe fôsse em socorro com as naus do seu comando, como parecia que devia fazer, uma vêz que se acabava de negociar uma boa e sólida amizade entre a coroa de Portugal e a de Inglaterra; o inglês, porém, recusou-se. Chegados a Baçaim, repetiu o governador as suas instâncias ao general Abraham Shipman, que vinha de Surrate para tomar posse e ficar governando Bombaim, mas nada conseguiu. Protestando, então, contra a recusa dos ingleses, que vinha a ser uma prévia infracção do tratado, António de Melo e Castro não quis entregar Bombaim e, dando conta do seu procedimento ao govêrno superior, acrescentou os inconvenientes que traria ao Estado a entrega daquela praça, lembrando-lhe, ao mesmo tempo, a troca desta em dinheiro, que a Fazenda da India e os habitantes se ofereciam a pagar em quantia que se convencionasse.

Perdida assim a esperança de tomar a almejada posse por bem, determinaram os ingleses tomá-la com mão armada e expediram alguns navios de guerra ao pôrto de Bombaim; mas, vendo que os nossos fortes se achavam bem apercebidos com a artilharia, que António de Melo, prevendo o perigo, fizera enviar de Baçaim, recuaram. As naus malogradas foram des-

cansar, em Angediva à espera de melhor ensejo, e ali morreu o general Abraham Shipman, substabelecendo a procuração do rei de Inglaterra em Humphrey Cook, a quem os documentos portuguezes chamam Inofre Coque.

De Angediva despachou o inglês uma das naus a queixar-se a Portugal; a côrte, sem esperar pela justificação do governador, mandou precipitadamente ordens terminantes para a entrega de Bombaim e, receando que António de Melo opusesse novas dúvidas à execução delas, enviou poderes suficientes ao Vedor da Fazenda da India, Luis Mendes de Vasconcelos, e ao Chanceler da Relação de Goa, Sebastião Alvares Migos, para dar posse da ilha, avisando o governador, na carta de 16 de Agosto de 1663, de que mandaria proceder contra quem impedisse o cumprimento das suas ordens com a demonstração que o caso pedisse.

Ainda assim, António de Melo houve meio de demorar a entrega por mais um ano; porque esperava que o governo de Portugal acordasse à sua voz e atendesse ao que elle e o conselho do Estado em Goa lhe haviam representado; mas finalmente, esgotados todos os pretextos, assinou a ordem fatal em 14 de Janeiro de 1665 e a 18 de Fevereiro effectuou-se a entrega. Dois meses depois chegava a resposta de el-rei mandando suspender a entrega de Bombaim e aceitando o alvitre de a comprar, segundo a indicação do governador. Era já tarde ⁽¹⁾.

Entrega de Bombaim

Tomada a posse contra a expressa e manifesta vontade dos habitantes de Bombaim, que mais de uma vez quiseram revoltar-se, seguiram-se as conseqüências que António de Melo receava; pois, os primeiros

(1) Vide a nota final A.

passos dos ingleses foram a invasão dos nossos direitos, dos de seus novos súbditos e do nosso território. “A ilha de Mahim foi-nos tomada sob o pretexto de que na vasante se passava para ela por uma restinga a pé enxuto ; os nossos católicos foram ameaçados na sua fé e principalmente na sua Igreja ; os foreiros e o Estado obrigados a pagar, não os foros estipulados, mas rendas *ad libitum* ; os aforamentos firmados com a assinatura do vice-rei uão reconhecidos.” (Tomaz Ribeiro). Contra todas estas infracções protestou em 26 de Maio de 1665 o capitão da fortaleza do Norte Inácio Sarmiento de Carvalho. O protesto nada influíu no ánimo de Inofre Coque ; mas ia produzindo uma sublevação dos norteiros contra os novos dominantes, a que António de Melo obistou, prometendo-lhes o resgate da sua cidade a dinheiro, como se estava contratando.

Em seguida, os ingleses empregaram todos os meios para ampliar o seu comércio e aniquilar a importância política de Portugal no oriente ; e, tendo por certo que a amizade com os hindus lhes franquearia o comércio, forneceram aos maratas em 1739 armas e munições de guerra, com que estes nos expugnaram as importantes praças de Salsete, Baçaim e Chaúl, reduzindo a perda delas à extrema pobreza as principais casas de Goa ⁽¹⁾.

Em Outubro de 1666 tomou posse do govêrno o vice-rei João Nunes da Cunha, conde de S. Vicente, conhecido pelas famosas cartas que escreveu a el-rei ⁽²⁾.

(1) J. Gerson da Cunha, *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*, 1876.

(2) Para amostra damos a seguinte carta, por vezes citada quando se trata das cousas da Índia.

“Senhor.—A Índia se vê de muito longe, e se ouve muito tarde, e assim nada me espanta da forma, com que muitas ordens se

O conde de S. Vicente era instruído ⁽¹⁾. bravo e enérgico. Foi com uma famosa armada ao estreito de Ormuz bater os árabes e tomar Mascate, mas os grandes temporais malograram-lhe a empreza. Contudo, trabalhou sempre para restaurar possivelmente a importância de Portugal no oriente.

Em 1668 Sivagi, na continuação de constituir o seu império marata ⁽²⁾, tentou conquistar a cidade de

expedem, e do mal que muitas ordens se guardam ; já um grande ministro disse que a jurisdição dos reis de Portugal se não extendia mais que até Santarém, que dêste termo para diante tudo era dos corregedores das comarcas ; na India se estende, o que o vice-rei pode, até Bardez e Salsete, daqui por diante tudo é jurisdição dos capitães das fortalezas, e nos rios ainda ninguém teve jurisdição, e assim tomara saber quem havia de lançar esta oitava parte, se quatro maticas de fóros se não cobram, e que hade importar esta contribuição *em terras incultas*, nem a oitava parte é nada, nem a *India está como se pinta*, e com dizer a v. magestade que todo este estado tem menos portuguezes que Alhos Vedros, tenho encarecido as suas misérias bastantemente ; os gentios não tem fazendas e *os canarins apenas cullivam o que comem* ; das pedras não se tira mel, nem do seixo durissimo o azeite, estes milagres são para Deus, v. magestade deve mandar á India quem lhe facilite impossiveis ; que eu não sei mais que chorar as misérias, que vejo, e conhecer difficuldades, em tudo o que obro ; se isto nasce de mim, venha outro, *se isto nasce dos povos*, tenha v. magestade piedade deles, porém está tal a India que se hade ter compaixão das pedras, porque não ha homens de que ter lástima, e dêste deserto ha agricultores, que esperam tirar fruto. A Real Pessoa de v. magestade Deus guarde.—Goa, 26 de Junho de 1669.—*Conde de S. Vicente.*”

(1) Deixou vários manuscritos sobre matemáticas e genealogias, e algumas poesias ; imprimiram-se em 1666 o *Panegirico ao serenissimo rei D. João 4.º*, e o *Epilome da vida e acções de D. Pedro*, etc.

(2) Nos meados do século XVI Sivaji, levantando o estandarte de revolta contra a dominação maometana, farrancou ao Grão-mogol e a Bijapur algumas provincias e fortalezas, com que constituiu o reino marata com a capital em Raigad, donde foi mais tarde transferida para Satará. Tendo sido morto por Aurangzeb o

Goa por estratagemas. Introduziu disfarçadamente nos arrabaldes da cidade, em ocasiões diferentes e sob vários pretextos, 400 a 500 soldados em pequenos troços com o projecto de, depois de duplicado o número, tomarem de surpresa, alta noite, um dos passos e o receberem dentro da fortaleza antes que o exército portuguez acudisse em defesa. Mas, em Outubro dêsse ano o vice-rei, tendo conhecimento ou suspeita do plano, mandou proceder à uma rigorosa busca nos arredores, prendeu todos os 400 ou 500 maratas e provavelmente lhes extorquiu a verdade. Em seguida, chamou o embaixador de Sivagi e, dando nêle, com a sua própria mão, duas ou três bofetadas, ordenou pô-lo nas fronteiras junto com todos os prisioneiros.

Sivagi, para vingar o malôgro da tentativa e a vergonha do castigo, reuniu um exército de 10 mil homens de infantaria e mil de cavalaria, e, ameaçando marchar sobre Goa, avançou até Vingurlá; mas, tendo achado os portuguezes bem preparados para a resistência, regressou em Dezembro para Rajgad.

Este facto, que não encontramos nas crônicas portuguezas, vem relatado em uma carta de Mr. Gyfford existente entre os documentos recolhidos da feitoria de Surrate, e donde se infere que o império marata, que mais tarde nos havia de arrancar o Baçaim, logo ao

seu filho e sucessor Sambaji, subiu ao trono Xaú, filho dêsse, o qual, fraco e dissoluto como era, relegou todos os cuidados da administração no seu habil ministro (Pexvá) o bráhmãne Balaji Vixvanath, que fêz o cargo de ministro hereditário na sua família. Os Pexvãs posteriores tornaram-se tão poderosos, que eclipsaram completamente o poder real, e chegaram a estender o domínio marata a quasi toda Índia. Tinham a sua côrte em Purnem. Os reis maratas usavam o título de *Ciátrapati*, i. é., "senhor do sombreiro", e estavam habilitados a pôr em campo 150 a 200 mil homens montados.

nascer movia hostilidades ao govêrno português ⁽¹⁾.

No meio dos trabalhos em proveito da India, o conde de S. Vicente adoeceu gravemente e, contando apenas 39 anos de idade faleceu em Goa a 6 de Novembro de 1668, sendo considerada a sua morte uma perda nacional. Foi sepultado na igreja de Bom Jesus, junto ao altar de S. Francisco Xavier.

Pelo seu falecimento, aberta a via de sucessão, acharam-se designados para o substituir António de Melo e Castro (parente do penúltimo vice-rei), Luís de Miranda Henriques, capitão de Diu e Manoel Côrte-Real de Sampaio, conselheiro do Estado. Na administração dêstes, não houve nada de notável, a não ser a derrota, que uma esquadra portuguesa infligiu a uma armada árabe no estreito de Ormuz em Agosto de 1669.

No govêrno do vice-rei Luís de Mendonça Furtado de Albuquerque, conde de Lavradio, (1671-1677) que principiou em 20 de Maio de 1671, permitiu o rei de Canará aos portugueses que levantassem feitorias muradas em Onôr, Barcelor e Mangalore e ainda em 1678, no govêrno do vice-rei D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, immediato sucessor de Luís de Mendonça, consentiu a construção não só de feitorias, mas também de igrejas católicas em Batalalá, Caliampur e outras partes do seu domínio. Contudo nada disto obistou à torrente da decadência que seguia o seu curso.

Tendo D. Pedro de Almeida embarcado para Moçambique, por ordem da côrte, em 27 de Janeiro de 1678, ficaram governando a India D. fr. António Brandão, Arcebispo Primaz, e Antonio Pais de Sande ; mas, tendo o arcebispo falecido em 6 de Julho dêsse ano, continuou o outro a governar sòzinho, em consequência de um assento da junta dos três estados até

(1) Vid. J. Sarkar, *Shivaji and his times*, pag. 280-281.

12 de Setembro de 1681. Nesse dia tomou conta do governo Francisco de Távora, (1681-86) conde de Alvor, que não foi muito feliz.

Em 24 de Novembro de 1683 o marata Sambaji, filho e sucessor de Sivaji, acometeu a ilha de S. Estêvão com uma força de 20 mil homens

Invasão do marata Sambaji

e, aproveitando a incúria das sentinelas, tomou de surpresa o forte passando à espada a guarnição. A no-

tícia da invasão levou terror para a cidade e o conde de Alvor, reunindo à toda a pressa 400 soldados, apresentou-se no dia imediato ao inimigo. Começado o conflito, caíram, ao primeiro fogo do marata, quasi 40 soldados nossos, uns mortos, outros feridos; e muitos dos restantes, querendo fugir da cavalaria inimiga, que lhes vinha ao encontro, abandonaram o campo para se acoutarem dentro da cidade, mas em tal confusão, que alguns, ao atravessar o rio, foram arrastados pela corrente. O vice-rei ousou, contudo, com alguns soldados opôr viva resistência, mas vendo que o inimigo ia ganhando as posições, recolheu-se à cidade. Na noite expediu uma flotilha em defesa; Sambaji porém, havia já abandonado a ilha e, com ela, todas as provisões de guerra, para ir acudir às fronteiras dos seus estados, que haviam sido invadidos por um numeroso exército dos mogois. Se não fôra esta coincidência, Goa talvez caísse em poder dos maratas, que já haviam cercado as praças de Rachol, Tivim e Chaporá e assaltado Margão. Incontestavelmente o poder português na Índia havia chegado à máxima declinação ⁽¹⁾.

Nesta ocorrência é digno de menção especial o

(1) Vid. *A Invasão de Goa pelo Marata em 1683*, por I. Gracias. *Or. Port.* vol. 8.º pag. 59 e seguintes.

devoto procedimento do vice-rei, que, reconhecendo a insuficiência dos seus meios de resistência, antes de marchar ao encontro do inimigo recorreu ao auxílio de S. Francisco Xavier, e, abrindo-lhe o túmulo, lhe entregou nas mãos o seu bastão, a sua patente e um papel escrito por seu próprio punho, em que, em nome de el-rei de Portugal, lhe pedia que salvasse o Estado e o tomasse sob a sua salvaguarda, como patrono e defensor dos portuguezes no oriente. O inesperado aparecimento do mogol nestas críticas circunstâncias e a retirada de Sambaji foram geralmente attribuídos à miraculosa intervenção de S. Francisco Xavier. Era o A'tila parando às portas de Roma, na conceituosa frase dum ilustre prelado.

O conde de Alvor, receando que o Sambaji se apoderasse da ilha de Angediva, para servir de ponto de reunião às suas embarcações, com que assolasse a nossa costa, fortificou a ilha e fêz aí muitas obras de utilidade pública; reformou a fortaleza de Rachol, depois de se defender do cêrco pôsto pelos maratas, e mandou levantar como barreiras contra as incursões dêsses inimigos um forte em Colvale e dois em Tivim respectivamente chamados *Forte de Assumpção* e *Forte do meio* como auxiliares ao *Forte novo de Tivim*, construído em 1635 pelo conde de Linhares, e ligou estes entre si e com o de Colvale por meio de uma rija muralha protegida por um profundo fôssso primitivamente cavado para unir o rio Mandovi com o de Chaporá.

**Fortificações
em diversos
pontos**

O conde de Alvor, por causa da insalubridade da cidade de Goa e sobretudo para evitar nova invasão dos maratas, ouvida a Junta dos três estados, resolveu transferir a capital para Mormugão ⁽¹⁾; o que

(1) Cunha Rivara, *Tentativa da Mudança da Cidade de Goa*

concorreu para apressar a queda da cidade, como atraz está dito.

O seu sucessor D. Rodrigo da Costa, (1686-90) governou até 1690 passando depois o govêrno a D. Miguel de Almeida. Por seu falecimento a 9 de Janeiro de 1691 entraram na governança, por via de sucessão, (1691-93) D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre e Luís Gonçalves Cota; o segundo, porém, morreu logo em Junho do mesmo ano e foi substituído pelo arcebispo D. fr. Agostinho da Anunciação em virtude de uma carta declaratória do govêrno da metrópole.

Em 28 de Maio de 1693 tomou posse do govêrno da India o vice-rei D. Pedro António de Noronha, (1693-98) conde Vila Verde, e restabeleceu no ano immediato o prestígio das armas portuguezas (que haviam sido quasi sempre infelizes nas lutas com os maratas), derrotando em Rajapur a esquadra de Sambaji e trouxe para Goa como trofeus 32 canhões inimigos, que pode aproveitar (1).

Não foi menos feliz diplomáticamente. Pelo tratado que fêz com o Xá de Pérsia conseguiu não só a construção duma nova feitoria e o pagamento da metade dos direitos da alfândega, mas também a promessa de nos auxiliar o Xá na reconquista de Mascate.

Durante êste govêrno os portuguezes exerceram também influência em Bassorá; pois não só tiveram ali feitoria com os empregados pagos pelos habitantes, mas também a cidade pagava por ano um tributo de 5 mil e 500 patacas.

Ao conde de Vila Verde succedeu Antonio Luis Coutinho, (1698-1701), que governou três anos, e com

para Mormugão, no *Cronista de Tisuary*, 1.º e 2.º vols.

(1) *Bombay Gazetteer, Savantvady*, pag. 195 nota 7.

autorisação superior abrindo as vias de sucessão entregou o govêrno ao arcebispo D. fr. Agostinho da Anunciação, e D. Vasco Luis Coutinho.

CAPÍTULO XV

Sinopse do desmoronamento do império luso-indiano, e a decadência da cidade de Goa.

O soberbo império luso-indiano, fundado e engrandecido pelos heróis, que assombraram o mundo com os seus feitos épicos, após um século apenas de duração desmoronou-se tão rapidamente como fôra conquistado. E' verdade que os germens da ruína já se manifestavam cada dia mais visíveis ainda no período da sua maior grandeza, mas a política da Espanha contribuiu poderosamente para lhe abreviar a decadência, precipitando os acontecimentos.

Filipe 2.º da Espanha e 1.º de Portugal mandou fechar em 1594 o pôrto de Lisboa aos commerciantes dos Estados europeus inimigos da Espanha, que vinham buscar os géneros orientais ; e os principais inimigos do Leão Castelhana, que, abusando da sua força, zombava das nações vizinhas, eram a Inglaterra e a Holanda.

A disforra, que estas tiraram, foi a nossa completa ruína ; pois, fundaram duas companhias poderosas para commerciar no mar das Indias orientais : a Companhia Inglesa instituida em 1600 pela célebre rainha Isabel, e a Companhia Holandesa,

**As companhias
inglesa e ho-
landesa**

que se organisou em 1602 ; cada uma com o fundo de muitos milhões de cruzados, e ambas armadas de grande poder militar e político.

Mas, em quanto a companhia inglesa tratava de se organizar e obter uns privilégios, a holandesa adiantou-se e veio arrancar-nos o comércio e também os nossos territórios, que considerava, para todos os efeitos, como espanhois, principiando logo, desde 1595, a invasão dos mercadores holandeses a arruinar o monopólio mercantil português. No decurso desta guerra luso-holandesa ainda alguns reis indianos, discontentes ou resentidos, apoderaram-se de algumas das nossas feitorias e fortalezas.

A força portuguesa, embora fizesse prodígios de valôr, não podia lutar com êsses príncipes formidáveis em poder e opulência, menos ainda resistir em diversos pontos aos ataques, cada dia mais freqüentes, das poderosas armadas holandesas, que encontravam muitas vezes o terreno já preparado, infelizmente, pelos êrros e desacertos de alguns governantes portugueses obcecados pela sórdida cubiça, e sobretudo pelas injustiças, violências e barbaridades praticadas por alguns capitães das fortalezas, que haviam atraído profunda aversão dos asiáticos ao domínio português ⁽¹⁾.

Daí uma série de desastres, a-pesar de lutas e defesas homéricas, sendo acolhidos pelos indígenas com braços abertos os novos chegados, fossem o que fossem.

Em 1607 os holandeses conquistaram os nossos estabelecimentos das Molucas e de Sumatra, e em 1618 fundaram a cidade de Batávia em Java, que se tornou o centro do comércio das *Ilhas das especiarias*, rivalizando em pouco tempo com Malaca.

(1) *Instrução do M. de Alorna*, part. 3.^a pag. 53.

No mesmo ano de 1607 perdemos no Pegu a fortaleza de Siriam e o reino de Massinga. Em 1622 o Xá da Pérsia, ajudado pelos ingleses, tomou-nos a opulenta cidade de Ormuz, da qual se dizia = Se o mundo fôra um anel, Ormuz seria a sua pedra preciosa = ; e a esta perda se seguiram as outras como a de Mascate e de todos os estabelecimentos da costa da Arábia até ao Mar Vermelho. Em 1632 o Grão Mogol Xá-Jahan, resentido por os portuguezes lhe terem recusado o socorro pedido ao tempo em que, como príncipe rebelde, andava fugitivo na província de Bengala, e indignado com as piratarías cometidas por alguns dêles no pôrto de Chitagong ou Catigão, destruiu-nos a feitoria de Hugli, no pôrto de Bandel, que Nuno da Cunha havia fundado, entabulando relações comerciais com essa riquíssima província, chamada então o *paraíso da Índia* ; e matou mil portuguezes, levando prisioneiros para Agra quatro mil, incluindo mulheres e crianças, que, só depois de um ano, conseguiram regressar, ficando, porém, o comércio quási aniquilado ⁽¹⁾.

Em 1635 os holandeses, atacando o tráfico da China, occuparam a ilha Formosa e destruíram os nossos estabelecimentos ; em 1639 conquistaram-nos Baticálá, e depois Trincomale e Gale ; em 1640 tomaram-nos Malaca depois de vinte e cinco meses de cêrco ; em 1656-58 arrancaram-nos Manaar, Jafna e toda ilha de Ceilão, quando já não restavam dentro das rôtas muralhas de Colombo se não noventa e quatro soldados estropiados e famintos ; e no meio desta tempestade que nos ia varrendo de tantos portos e fortalezas, bloquearam-nos duas vezes a cidade de

(1) M. Stephens, *Hist. de Port.* pag. 264 ; e *History of the Portuguese in Bengal* by J. Campos pag. 44.

Goa. em 1603 e 1640, bombardeando pela segunda vez a fortaleza de Mormugão, donde foram felizmente repellidos.

Em 1661 a ilha de Bombaim foi cedida à coroa inglesa. Entre os anos de 1661-63 caíram sucessivamente em poder dos holandeses as nossas fortalezas de Barcelor, Mangalore, Onor, Coulão, Cranganor, Cananore, Cochim e outras da costa do Malabar ; e os estabelecimentos de Negapatão e S. Tomé de Meliapor na costa do Coromandel. Em 1699 os mouros tomaram-nos Mombassa depois de três anos de cêrco e morte do capitão.

Assim dilacerado e repartido o nosso império, os restos que nos ficaram no oriente, ao principiar do século XVIII, foram a província de

**Território res-
tante no princi-
pio do século
XVIII**

Goa, compreendendo o arquipélago das Ilhas, as penínsulas de Salcete e Bardês e a ilha de Angediva ; a província do Norte, a província de Moçambique, a feitoria de Surrate, a cidade de Macau ⁽¹⁾ e o arquipélago de Timor e Solôr. Olhemos agora para o estado a que se reduziu a capital do império.

A luta dos holandeses conosco, que durou quasi 70 anos e nos tirou a maior parte das possessões, influiu poderosamente nos destinos da cidade de Goa ; pois os holandeses absorveram todo o nosso comércio do extremo oriente, e os ingleses, desde 1615, o da Pérsia e da India do noroeste, sendo repetidas vezes apre-zados no mar, pelos corsários holandeses, os navios portugueses que se encontrassem carregados. Estas

⁽¹⁾ A cidade de Macau foi fundada em 1557 no território cedido aos portugueses pelo imperador Kia-Tsing, sendo-lhes permitido commerciar com China e Japão ; mas como esse comércio ao tempo não tinha atingido proporções muito importantes, os holandeses deixaram os portuguezes tranqüilos em Macau.

calamidades contribuíram, mais que tudo, para a decadência e pobreza da *áurea* Goa, onde a corrupção dos costumes, que reinava desenfreada, já era de si bastante para minar a sua prosperidade.

Ao mesmo tempo a febre epidémica, que afligira a cidade 50 anos atrás, tornou a desenvolver-se em 1635 com incrível violência, espalhando terror e desolação por toda a parte. O govêrno não podia, em vista do tesouro esgotado pelas despesas da guerra, tomar medidas para atalhar os progressos da moléstia, que foi, portanto, reduzindo e empobrecendo a população.

No meio disto, os holandeses, que haviam bloqueado a barra de Goa em 1603, tornaram a aparecer em 1640 e bloquearam a cidade, retirando-se, contudo, em 1643 sem causar grave dano.

Mas nem a epidemia, nem a decadência do domínio portuguezs poderam abater de vez a grandeza e magnificência externa da cidade. Pois, a despeito da miséria por que passou a capital da Índia portuguesa no fim do primeiro quartel do século XVII, esplêndidos edificios, na cidade e nos subúrbios, atraíam a atenção dos estrangeiros, assim como se admirava a ostentação e o luxo dos seus habitantes, aliás já reduzidos à pobreza e indigência. Tavernier, que esteve em Goa em 1648, admira o esplendor da cidade, mas diz que muitos dos habitantes europeus que na ocasião da sua primeira visita em 1642 eram ricos e tinham de renda anual 2.000 coroas (500 libras), haviam chegado agora ao estado de mendigarem secretamente; e, contudo, não deixavam a sua vaidade, que era notável principalmente nas mulheres, as quais iam de palanquins para solicitar o auxílio da caridade, acompanhadas de escravos para transmitir suas mensagens às pessoas cujo socorro imploravam.

No terceiro quartel do mesmo século havia ainda

na cidade, segundo os viajantes Filipe Baldeus, Dellon e dr. John Fryer, que a visitaram, um grande número de europeus, muçulmanos e pagãos de diferentes países ; algumas lojas, ao longo da rua principal, cheias de sêdas, porcelana e outros artigos; os escravos eram vendidos, como dantes, em leilão ; a cidade apresentava uma aparência nobre, mas já tinha muitos edifícios em estado ruinoso, e os habitantes tentavam ostentar-se a despeito da sua crescente miséria.

Depois de 1675, Goa decaiu rapidamente e em 1683 escapou de cair em poder do marata Sambaji, que a investira com uma força enorme, começando a obra de saque e pilhagem, e que fôra obrigado a retirar-se para acudir aos seus estados repentinamente atacados pelos mogois, como dissemos. Pouco tempo depois a cidade sofreu a escassês de provisões, que, conjugada com a epidemia e a decadência do comércio, a reduziu à miséria e ruína. As famílias mais opulentas retiraram-se para os subúrbios e aldeias vizinhas de Guadalupe (Batim), S. Lourenço, Naroá, Chorão e outras ; e muitos dos edifícios particulares, que adornavam a cidade, arruinaram-se por falta de necessários reparos.

Nestas circunstâncias, tanto por causa da insalubridade, como pelo receio de nova invasão dos maratas, o vice-rei conde de Alvor, conformando-se com o parecer da maioria da Junta dos três estados, congregados, em 12 de Janeiro de 1684, na fortaleza de S. Tiago de Banastarim, resolveu abandonar a cidade e transferir a sede do govêrno para a península de Mormugão. Aprovada esta resolução pelo govêrno da metrópole, começaram em 1685 as obras da nova cidade sob a direcção do jesuíta padre Teotónio Rebelo, a quem sucedeu o padre Manoel de Carvalho, também da Companhia de Jesus.

**Transferência
da capital para
Mormugão**

Entretanto, o conde de Alvor, concluído o período do seu governo, regressou a Portugal, e o seu sucessor D. Rodrigo da Costa, seguindo o voto unânime de todos os seus conselheiros, mandou suspender a construção da nova cidade. Mas esta suspensão não foi aprovada pelo governo da metrópole, que estava persuadido, segundo lhe informara o conde de Alvor, de que, se não se transferisse a capital da Índia para Mormugão, Goa cairia em poder dos maratas; porque a cidade não estava suficientemente fortificada e as fortificações da ilha eram tão extensas, que requeriam numerosa força para as defender no caso do ataque inimigo. D. Rodrigo recebeu portanto ordens terminantes para recommençar e prosseguir a obra, applicando-lhe as rendas provenientes do imposto do tabaco. Estas ordens foram executadas pelo governador, embora com grande repugnância, e foram sucessivamente levantando-se alguns edificios. Em 1693 chegou o vice-rei conde da Vila Verde com instruções não só para apressar os trabalhos da cidade, mas para se mudar, com todas as autoridades eclesiásticas e civis, para a nova capital. O vice-rei, porém, achando difficeis de executar essas ordens, fixou a sua residência em Panelim, arrabalde da cidade. Seguiu-lhe o exemplo o arcebispo e a maior parte da nobreza.

Durante 15 anos subseqüentes, vieram ordens de Portugal, repetidas vezes, para demolir os edificios públicos da cidade e applicar os seus materiais à construção dos novos em Mormugão, assim como para os vice-reis transferirem a sua residência para esse lugar. Estas ordens, geralmente, não foram executadas sob diversos pretextos. As insistências da côrte partiam principalmente do conde de Alvor, nomeado em 1692 presidente do conselho ultramarino, posição que muito lhe facilitava levar avante a construção da nova cidade começada sob os seus auspícios.

Durante o vice-reinado de Caetano de Melo e Castro deu-se impulso à obra, e, por alvará de 17 de Dezembro de 1703, construíram-se vários edifícios, entre os quais podem ser mencionados o palácio, o hospital, o convento de freiras, a alfândega, a casa de pólvora e a de moeda e um edifício para a Relação. Caetano de Melo transferiu para essa península a sua residência em 1703; mas pouco tempo ali permaneceu. Passados alguns anos, quando o conde de Alvor deixou de ser o presidente do conselho ultramarino e consequentemente cessou de influir no govêrno da metrópole, as obras da cidade de Mormugão ficaram suspensas em 1712 por determinação régia. Assim acabou essa frenética tentativa de erigir uma nova capital, que custou ao Estado nada menos de 160,000 xerafins e que serviu simplesmente para apressar a queda da cidade de Goa.

Os habitantes da cidade concorreram, também da sua parte, para a ruína dela; pois, logo que ouviram que o conde de Alvor propusera a mudança da capital, deixaram arruinar as suas casas, uns porque difficilmente podiam acudir às despesas de reparação, outros de propósito para venderem os materiais e obterem os meios de subsistência. Em sua consequência, a maior parte dos edifícios da cidade começaram a cair. O senado no intuito de conservá-los nomeou um official para os inspecionar duas vezes ao mês e obrigar os proprietários a cuidar deles, não se permitindo a ninguém destruir seu prédio, inteiro ou em parte, sem motivo plausível. Estas medidas salutaras foram aprovadas pelo vice-rei D. Rodrigo da Costa, mas não só não foram confirmadas pelo govêrno de Lisboa, pelo contrário, vieram ordens para demolir os edifícios da cidade e com os seus materiais construir novos em Mormugão. O povo tirou vantagens destas ordens; pois, segundo informava para Portugal o vice-

rei António Luís da Câmara Coutinho, em 20 de Dezembro de 1699, os habitantes alegando que iam construir casas em Mormugão, obtinham licença para demolir as da cidade; mas destruídas estas, não faziam mais que vender os materiais em seu proveito. Em conclusão, o vice-rei observava que, emquanto a cidade estava já arruinada, Mormugão permanecia no mesmo estado como dantes. Em resposta el-rei ordenava que não permitisse a ninguém demolir seu prédio na cidade, sem que fosse obrigado a construir novo em Mormugão. Então os proprietários recorreram ao stratagemma de deixar as casas em parte destelhadas durante o inverno, para que o tempo e o clima consumassem a destruição independentemente da licença ou despesas.

Segundo escreve Gemelli Carreri, que visitou Goa em 1695, a capital da India estava reduzida a um estado miserável. Não havia na cidade mais que 20 mil habitantes. Os portuguezes europeus eram poucos, mas os seus descendentes numerosos; e os mulatos constituíam um quarto da população. Muitos dos naturais eram sacerdotes, advogados e solicitadores. A maior parte dos mercadores eram hindus e muçulmanos que viviam apartados dos cristãos. Os europeus, embora decaídos da sua primitiva grandeza, tinham ainda a vaidade de andar de palanquins com escravos atrás pegando sombreros por cima deles. Estes escravos compravam-se na cidade por 15 ou 20 coroas por cabeça.

Poucos anos depois, não se via na cidade senão desolação e ruína em todos os pontos, estradas desertas, edificios desmoronados e três quartos da população gemendo sob o pêso da indigência. Somente os conventos e igrejas com poucos edificios públicos estavam em pé para atestar a passada grandesa. O vice-rei conde da Ericeira, por seu alvará de 22 de

Agosto de 1719, intentou conservar as poucas casas que ainda existiam na proximidade dos edificios religiosos e desobstruir as ruas cobertas de ruínas ; mas foi inutil. A destruição da cidade completou-se. Foram construidos, porém, magníficos prédios nos arredores e principalmente na margem do rio.

Em 1739 o território de Goa foi de novo atacado pelos maratas e a cidade esteve no risco de cair nas suas mãos. Os frades, as freiras e a parte desvalida da população refugiaram-se em Mormugão. Nesta conjuntura chegou o novo vice-rei e conseguiu repeller os invasores. Mas estes continuaram a mover-nos hostilidades, até que se concluiu a paz em 1759 e se cantou um *Te Deum* solene na catedral. Durante o período das perturbações e desastres, o vice-rei Conde de Sandomil pretendeu transferir a capital para Mormugão, mas, reconhecendo os embaraços e os inconvenientes, escreveu a el-rei que o melhor meio de providenciar contra as invasões dos maratas era construir uma nova cidade entre Pangim e Cabo.

No último quartel do século 18.^o segundo referem os viajantes Anquetil du Perron, Edward Ives e o holandês Jacob Canter Visscher, a cidade era um montão de ruínas e quasi abandonada, ao passo que nos arrabaldes e na margem do rio havia belas casas construidas com os materiais das que outraza adornaram a capital, com os respectivos pomares e jardins, que davam subsistência aos proprietários. Os europeus não tinham actividade para o comércio, mas eram muito amigos de títulos pomposos. Goa era já um fardo pesado para o govêrno, custando nada menos de 300,000 piastras cada anno e exigindo a fôrça de 2 mil soldados europeus para a defesa. Estes soldados eram miseravelmente pagos, e os capitães recebiam o sôlido de doze xerafins por mês e viviam somente de arroz e peixe. A frota que se achava

fundeada no mar da India, estava reduzida a poucos navios de guerra. Mas cada navio tinha um capitão de mar e guerra, um grande número de capitães, tenentes e porta-bandeiras, todos com sôlido insignificante. Contudo, a ostentação reinava como no estado florescente. Os fidalgos, além dum séquito de negros, armados de compridas espadas, levavam ao lado dos seus palanquins, em vez de um, dois ou três sombreiros, ornados de franjas pendentes e botões de prata, cujos portadores eram também negros, vestidos de fato vermelho.

Em 1 de Dezembro de 1759, o governador mudou a sua residência de Panelim para Pangim, acompanhando-o várias pessoas importantes. Desde este momento os subúrbios foram gradualmente abandonados. Neste mesmo ano os jesuítas foram expulsos de Goa. Os seus magníficos edifícios foram declarados propriedade do Estado, que os votou ao desprêso e abandono. O comércio, que era limitadíssimo, ficou aniquilado e a população, em poucos anos, se reduziu a uns 1600 habitantes.

Foi neste estado da cidade que o marquês de Pombal concebeu o projecto de a reedificar, como se vê das famosas *Instruções* que deu ao governador D. José Pedro da Câmara. Começou a obra da reconstrução em 1777, e empregou-se todo o esforço para levar avante a tentativa. Na escassês de meios o govêrno lançou mão de impostos, e as comunidades agrícolas foram obrigadas a contribuir com determinada quantia de dinheiro e com certo número de operários para a erecção de casas na cidade. Assim as comunidades das Ilhas pagaram 100 mil xerafins, as de Bardês 140 mil e as de Salsete 156 mil. Chegaram a restaurar-se as ruas que ficavam na margem do rio. Como os operários recusas-

**Tentativa da
reedificação da
cidade**

sem ir à cidade por medo da epidemia, que continuava a grassar com violência, eram arrastados pelos soldados e obrigados a trabalhar sob a inspecção da força armada, comandada pelo brigadeiro Henrique Carlos Henriques. Dos 1625 operários importados de Salsete 665 adoeceram e 58 morreram em menos de 5 meses. Contudo o govêrno da metrópole, surdo às reclamações do povo, não só insistia no prosseguimento da obra, mas tratava de fazer povoar a cidade. Todos os fidalgos e funcionários públicos tiveram ordens para fixar a sua residência na capital sob pena de perderem as suas regalias e vencimentos. Poucos, porém, as executaram e chegaram a reparar as suas casas.

Finalmente o govêrno, convencido da impossibilidade de reedificar a cidade, abandonou a emprêsa, depois de ter despendido inútilmente 396 mil xerafins, que tirou ao povo, além do dinheiro que saíu do tesouro público !

Mais tarde o vice-rei D. Frederico Guilherme de Sousa encontrou a cidade em estado completamente ruinoso, como se lê num ofício por êle dirigido ao ministro em 4 de Fevereiro de 1780.

“Achei a cidade de Goa, diz o vice-rei, em deplorável estado ; ruas inteiras sem casas, e os seus terrenos reduzidos a palmares ; outras em que se não vê mais que ruínas. As casas antigas, que existem, estão ameaçando a maior ruína, e com dificuldade se repararão pela pobreza e miséria dos senhorios delas, não existindo na sua magnificencia mais que a Sé, os conventos das religiões, e as novas moradas de casas, ainda que incompletas, de que em outra carta refiro a V. Ex.ª, demonstrando-se pelos seus vestígios a grandeza da mesma cidade nos antigos tempos, e a suma decadência dela no tempo presente.

“Goa tem oitenta e sete casas velhas e pequenas,

algumas de sobrado, e outras térreas, além das novas moradas de casa incompletas. O mais distrito é de palmares; aonde se acham espalhadas sem ordem trezentas e cincoenta casinhas ou choupanas térreas, cobertas de folhas de palmeiras, em que moram os rendeiros dos palmares, taverneiros, cafres, mulatos, e outra gente pobre" (1). Hoje encontram-se em pé na velha cidade dez edifícios religiosos, um palácio patriarcal e umas 4 ou 5 casinhas particulares.

CAPÍTULO XVI

Vitórias e Calamidades

Caetano de Melo e Castro, (1702-1707) vice-rei, não obstante a sua prolongada enfermidade, tentou erguer a Índia do seu progressivo abatimento, sendo solícito em castigar a audácia do Bounsuló, inimigo permanente e insidioso do Estado.

A fortaleza de Amoná, fronteira à ilha de S. Estevão, occupada pelas tropas de Kemá Saunto Bounsuló 2.º, impedia a navegação do rio visinho, pelo qual se transportavam certas provisões para a nossa ribeira das naus (2). Caetano de Melo resolveu-se a ir em

(1) T. de Aragão—Descrição geral das moedas, vol. 3.º, pag. 333.

(2) Kemá Saunto Bounsuló, 1.º chefe do distrito de Vari, depois Saunto-Vari, e feudatário de Bijapur, lançou mão de algumas terras e proclamou-se independente em 1627, elevando o seu território a Dessaiado. Quando cresceu o poder de Sivagi, fundador do império marata, Lakam Saunto fêz, em 1658, aliança com este e foi confirmado como Sar-Dessai da Praganá de Kudal.

pessoa sôbre essa fortaleza e, em 4 de Julho de 1705, investiu-a tão valorosamente, que a levou à escala sem morte de nenhum dos seus e acabou todas as defensões dentro da mesma fortificação, a qual, depois de ganhada, mandou demolir e arrasar para não deixar em pé um receptáculo em que o Saunto pudesse outra vez introduzir sua gente. Poucos meses depois, Caetano de Melo marchou para Bicholim, sitiou duas fortalezas dominadas pelo Kemá e, com a persistência da artilharia, obrigou o inimigo a fugir, mandando em seguida demolir as fortalezas tomadas.

Em ambas essas acções distinguuiu-se uma *mulher-soldado*. Era D. Maria Ursula de Abreu de Alencastre, natural do Rio de Janeiro, filha de João de Abreu de Oliveira; a qual veio do reino na monção de 1700, tendo de idade 18 anos, com o nome suposto de Baltazar do Couto Cardoso, com o qual se matriculou na Casa da India. Esta heroína casou em Goa com Afonso Teixeira Arrais de Melo, natural de Vila Real, que também veio na referida monção com a patente de capitão do forte de S. João Batista, nas Ilhas de Goa, e em cuja companhia ela tinha militado como praça de soldado na fortaleza de Chaúl. O govêrno portugûes, em reconhecimento dos serviços que essa dama prestou em Amoná, Bicholim, Tivim e Chaúl, concedeu-lhe em aforamento durante a sua vida dois pedaços de palmares, sitos na cidade de Chaúl. ⁽¹⁾

(1) Cunha Rivara, *Heroína brasileira* no *Boletim do Govêrno*, n.º 59 de 1861,—e Ismael Gracías no *Boletim Oficial* n.º 99 de 1890 e no artigo *Brazileiros notaveis em Goa* no *Almanac Popular brasileiro* para 1898, pag. 139.

Em Maio de 1706 Caetano de Melo tomou as ilhas de Corjuém e Ponelém ao mesmo Kemá Saunto e fortificou-as.

**Conquista de
Corjuém e Po-
nelém**

Além destes factos o govêrno de Caetano de Melo foi também illustrado por uma vitória naval. O general Francisco Pereira da Silva tinha-se recolhido a Goa da expedição ao estreito da Pérsia com algumas perdas. Os árabes, animados com isto, vinham hostilizar-nos a costa da India em fôrça de nove fragatas com 3 mil homens de desembarque. Caetano de Melo expediu uma armada de sete fragatas sob o commando de Jorge de Sousa e Meneses. O inimigo foi atacado nas águas de Surrate e, a-pesar-da resistência que apresentou, foi obrigado a fugir vergonhosamente deixando duas das suas embarcações em poder dos nossos e perdeu neste conflito mais de setecentos homens, entrando neste número o próprio general.

No govêrno de Caetano de Melo construíram-se em Mormugão vários edificios, nos termos do alvará de 17 de Dezembro de 1703, como atrás está dito, e no mesmo ano o vice-rei transferiu para êsse logar a sua residência, mas pouco tempo ali permaneceu, ficando as obras da nova cidade suspensas em 1712 por determinação régia.

Durante o vice-reinado de D. Rodrigo da Costa, (1707-1712) tiveram os portuguezes lutas insignificantes com piratas e com alguns régulos da costa indiana, que despresavam cada vez mais o nosso poder, desde que as outras nações europeias influíam na India mais do que nós e, principalmente, desde que os próprios maratas haviam afrontado com successo as nossas armas.

A D. Rodrigo succedeu Vasco Fernandes Cesar de Meneses, (1712-17) 1.º conde de Sabugosa, que, decidido a manter a nossa influêcia e o respeito das nossas

armas, deu ao rajá do Canará, em 1713, uma lição severa. Efectivamente o rajá do Canará, que pelos tratados era obrigado a dar-nos arroz para Goa por um certo preço, intentou libertar-se dessa obrigação e, pretextando que os navios portugueses lhe haviam feito umas ofensas, decidiu-se a fazer-nos guerra. Vasco Fernandes Cesar, sem se assustar com as poucas fôrças de que dispunha e com o poder que lhe diziam ter o soberano inimigo, expediu uma esquadra de onze navios com 350 homens sob o comando de um bom official práctico, José Pereira de Brito, da illustre casa de *Covinha* (Paredes de Coura). Esta esquadilha, chegando a Cumptá, queimou onze navios do inimigo e na altura de Onor tomou três navios, que vinham da Pérsia carregados de cavalos. Em seguida as tropas portuguesas desembarcaram em Barcelor, queimaram algumas aldeias e tomaram à escala viva a própria cidade. Daí passou Pereira de Brito a Caliampur, cidade defendida por sete baluartes bem artelhados, tomou de assalto a fortaleza e apoderou-se de toda a artelharia. De Caliampur passou para uma outra cidade chamada Molequim, onde, não conseguindo tomar o forte, lançou fogo à povoação. Finalmente bombardeou Mangalore e tendo arrasado pagodes e muitas povoações na costa do Canará regressou a Goa.

Este enérgico procedimento de Vasco Fernandes obrigou o soberano do Canará a pedir a paz, que lhe foi ditada com onerosas condições. O terror, que espalharam essas vitórias, fêz também entrar na obediência os outros rajás vizinhos de Goa, pagando o tributo que nos deviam.

Vasco Fernandes teve também de lutar com os piratas, que nos inquietavam desde 1707, acometendo

Pirata Angriá as embarcações e causando graves prejuizos ao comércio. Dêstes pira-

tas o mais temível era Kanoji Angriá *Serquel*, que de pequeno cabo do marata se fizera, por meio de corso e saques, um grande poder independente no Concão, tendo por capital Vijayadrug ou Guiriém, com o acampamento principal, bem fortificado, em Alibag no Kolabo, próximo da nossa fortaleza de Chaúl. O vice-rei mandou, para reforçar a guarnição desta fortaleza, alguma tropa sob o comando de António Cardim Froes, que sustentou um combate naval com os poucos navios da armada do pirata metendo um deles a pique.

Em 1713 Kanoji aliou-se com o rajá marata, inimigo dos portugueses, e tornou-se mais insolente. O vice-rei enviou uma esquadilha, que, não conseguindo desalojá-lo do Kolabo lhe bloqueou a barra causando-lhe grande dano e abatendo um tanto a sua importância marítima.

Vasco Fernandes mandou construir um forte em Quitula, bairro de Aldoná, fronteiras de Bardês e regressou ao reino entregando o govêrno ao arcebispo primaz D. Sebastião de Andrade Pessanha, (1717) indicado na via de sucessão.

Em 16 de Outubro de 1717 começou o auspicioso govêrno do valoroso e justiceiro conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, (1717-20).

No seu vice-reinado, D. Lopo José de Almeida ganhou uma vitória notável, reduzindo a cinzas a cidade de Porpatane, que se recusava, havia 19 anos, a pagar tributo ao govêrno português. Em 1718 socorreram as nossas armas com êxito um sultão malaio, que implorara o nosso auxílio; e finalmente em 1719 o almirante António de Figueiredo Utra destroçou uns poucos de navios árabes à vista de Bandar-Congo.

O conde da Ericeira recebeu embaixadas da Pérsia

e do Grão-Mogol ⁽¹⁾ ; começou a construção da fortaleza superior de Chaporá, animou a agricultura e a indústria e administrou pronta justiça.—Depois da sua retirada para Portugal foi queimado o *bambual*, que tinha mandado plantar para servir de barreira à província de Salsete, à custa das aldeias, fintadas para êsse fim em 20 mil xerafins.

Ao conde da Ericeira succedeu o vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro, (1720-23).

O corsário Kanoji Angriá mostrava-se novamente arrogante e insolente acometendo embarcações portuguesas e británicas, até que um dia apresou um navio inglês, que vinha de Madrastra trazendo um milhão de rupias.

Para vingar este insulto o governador de Bombaim, John Child, confederou-se com o vice-rei Sampaio em Novembro de 1720, para, de mão comum, destruirem o corsário ; o que deu logar a um grande recrutamento em Goa ⁽²⁾ e à derrama de uma finta sôbre as aldeias.

As tropas combinadas atacaram a fortaleza de Vi-

(1) Grão-Mogol é o título porque é conhecido entre os portugueses o imperador mogol de Delhi. Este império foi fundado pelo tártaro Babar, descendente de Taimur-Lang (Tamerlão) e chegou ao seu maior apogeu no tempo de Akbar o grande, abrangendo quasi toda a Índia e estendendo-se pelo noroeste até Afeganistão. Akbar manteve relações amistosas com o nosso govêrno e recebeu na côrte nma missão religiosa que, a seu pedido, lhe foi mandada de Goa sob a direcção do padre Rodolfo Aquaviva. Este imperador era casado com uma dama portuguesa de nome Juliana.

(2) A propósito deste recrutamento, refere F. N. Xavier que, tendo uma viuva, residente no palmar Jambo de Panelim, requerido ao vice-rei que dispensasse de ir para o Kolabo seu filho, por ser único, tivera o seguinte jocoso despacho= Francisco José de Sampaio, único filho de seu pai, também para Kolabo vai= *Instr. do M. de Alorna*, pag. 24 nota 42.

jayadrug, e, não conseguindo tomá-la, queimaram 15 navios do pirata, que estavam no pôrto. Dois anos depois foram sitiar a fortaleza de Alibag e, logo ao primeiro assalto, o vice-rei recebeu embaixadores do *Pærvá* Bagi Rau propondo a paz, ou que elle socorreria o Angriá. Como a força coligada era muito menor que a do inimigo, e a proposta da capitulação era para nós vantajosa, o vice-rei assinou o tratado de paz no dia 9 de Janeiro de 1722 ; o qual, porém, não foi ratificado pelos ingleses por não conseguirem as suas pretensões. ⁽¹⁾

O vice-rei faleceu em Goa a 13 de Julho de 1723 ; e poucos anos depois, faleceu também Kanoji ; mas os seus filhos, Sambaji, Tulaji, Manaji e outros, estabelecidos uns em Guiriem, e outros no Kolabo, continuaram as piratarías, como veremos.

De 1723 a 1725 não houve nada de importante. Governou poucos dias D. Cristóvão de Melo só, e, depois, juntamente com o arcebispo D. Inácio de Santa Tereza e o Chanceler Cristóvão Luís de Andrade.

João de Saldanha da Gama (1725-32), que principiou a governar em Outubro de 1725, viu o seu vice-reinado illustrado por mais de uma vitória.

Fondú Saunto Bounsuló, cujos estados ficavam próximos de Goa, confiado na protecção dos maratas, começou a mover-nos hostilidades ; mas o vice-rei escarmentou-o ; pois a fragata portugueza *Palma* e outros navios pequenos queimaram-lhe algumas embarcações, e as tropas em terra incendiaram-lhe umas aldeias. No meio desta guerra, um filho do Bounsuló, por nome Nagobá, rebelou-se contra o pai,

⁽¹⁾ *Dicionário Hist.*, anexo á *Viagem de duas mil Léguas* ; e Rev. Nairne, *Hist. of the Konkan* pag. 81-96.

e o vice-rei, auxiliando a rebelião, tomou a fortaleza de Bicholim, que entregou a Nagobá, dando-lhe por auxiliares alguns artelheiros portugueses, a-pesar da attitude ameaçadora dos maratas.

Outro facto que iluminou o govêrno de João de Saldanha da Gama foi a restauração de Mombassa.

Em Dezembro de 1727 saíu de Goa uma expedição comandada por Luís de Melo de Sampaio, que, depois de receber a vassalagem do sultão de Pate, desembarcou perto de Mombassa e começou a bombardear a cidade com tal êxito, que o governador da fortaleza capitulou com a guarnição árabe entregando tudo, armas e riqueza, fortaleza e cidade ao comandante português ⁽¹⁾. Estas praças, porém, logo no ano de 1730 caíram de novo nas mãos dos árabes, tentando socorrê-las de novo o mesmo Luis de Melo de Sampaio por ordem do vice-rei.

João de Saldanha retirou para Portugal em Janeiro de 1732, entregando o govêrno à junta composta do arcebispo primaz, D. Inácio de Santa Tereza, D. Cristóvão de Melo e Tomé Gomes Moreira, (1732), que governaram alguns meses e fizeram pazes com os maratas, que invadiam as províncias do norte de Goa; mas essa paz durou pouco.

Em 7 de Outubro de 1732 principiou o calamitoso govêrno do conde de Sandomil, D. Pedro Mascarenhas, 1732, que durou quási nove anos.

Neste infeliz govêrno os maratas, provavelmente instigados pelos ingleses, atacaram de novo nossas possessões e nos tomaram a província do Norte.

Esta província compreendia, no princípio do século XVII, a grande ilha de Salsete, com algumas praças

(1) Vide Cunha Rivara, *Restauração de Mombassa*, no *Cronista de Tisuary*, 3.º vol., pag. 11, 32, 57, e 81.

e povoações fortificadas, sendo mais notáveis a de Banderá a oeste, onde se erguia a casa-forte dos jesuítas; e na costa oriental, a de Thaná, capital da ilha e pôrto muito importante pelo seu comércio; compreendia também as ilhas de Bombaim, Caranjá, Elefanta e outras, formadas pelo rio de Thaná; e na terra firme Chaúl, Bassaim, Surrate, Damão, Diu e numerosas aldeias, fortificações e serras ao norte da Índia.

Província do Norte

A formosa cidade de Bassaim, que era a capital da província, fundada pelo governador Nuno da Cunha na margem de um rio e cercada de forte muralha com onze baluartes, possuía igrejas, mosteiros, hospitais, Misericórdia, ruas direitas e praças grandes com grosso comércio e numerosos solares de mui prosperados fidalgos, alguns dos quais, senhores de muitas aldeias, recebiam avultadas rendas em ouro ⁽¹⁾. Pela sua importância política e comercial era esta cidade denominada *a Corte do Norte*.

Desde 1534 a província foi governada por uma autoridade intitulada o *General do Norte*, que tinha um palácio magestoso em Bassaim e dilatada jurisdição administrativa, fiscal e militar, mas dependente do vice-rei ou governador geral da Índia. Embora a cessão da ilha de Bombaim ao soberano inglês Carlos 2.º, em 1661, tivesse tirado à província uma parte da sua extensão, não lhe havia diminuído absolutamente a sua importância; pois, Bombaim era ao tempo um pôrto tão insignificante, que Carlos 2.º o arrendou à Companhia Inglesa das Índias Orientais por 10 libras ao ano.

(1) Diz a tradição que havia fidalgos que recebiam de rendas um arrátel de ouro por dia.

No maior auge, pois, da prosperidade da província do Norte o poderoso Bajirau, *Pexvá* ou ministro sobe-

Perda de Bassaim e da província do Norte

rano do marata, alegando o pretexto de terem sido recebidos com palavras injuriosas os seus embaixadores pelo general do Norte D. Luís Botelho, mandou em Fevereiro de 1739, um exército formidável, comandado pelo seu irmão Chimnaji Apá, o qual tendo-se apossado, por surpresa, da fortaleza de Thaná, ainda incompleta, sitiou Bassaim com o mais apertado cêrco. Os sitiados opuseram, por três meses, uma resistência verdadeiramente heróica; mas, quando viram o seu número reduzido apenas a sessenta, e sem nenhum género de munições, capitularam, saindo da cidade com todas as honras de guerra.

O último general da província foi Caetano de Souza Pereira, havendo sido mortos, durante esta guerra, os seus dois predecessores.

Bassaim caiu em poder do marata em 16 de Maio de 1739 e, com a queda da capital, perdemos todas as nossas possessões do norte, menos Damão, Diu e a feitoria do Surrate, (capitulação de 17 de Maio de 1739). Bassaim foi encorporado afinal nos domínios da Grã-Bretanha, e conserva ainda vários edifícios e monumentos da sua antiga grandeza.

No mesmo ano de 1739 e, quasi ao mesmo tempo em que foi invadido o norte, um outro general marata, Venkata Rau, cunhado do referido *Pexvá* Bagirau, vindo por Sanguem à testa de um exército numeroso, entrou, a 23 de Janeiro, na província de Salsete, e, tomado o forte do monte de Margão ⁽¹⁾ e o de Cuncolim, foi destruindo e saque-

Invasão do marata em Salsete e Bardês

(1) O forte de Margão, construído para a defesa da aldeia à

ando aldeias e povoações, e finalmente sitiou a fortaleza de Rachol. E logo, em 5 de Março, os Sardesais de Kudal, aliados do marata, Ramchandra Saunto Bounsuló e seu tio Jayrama Saunto Bounsuló, (regente na menoridade do sobrinho), invadiram a província de Bardês, passando a fio de espada em Aldoná, 4 companhias de granadeiros, inclusivè o seu comandante, João Malhão de Brito, e, tendo-se retirado, depois de um ano, em virtude do ajuste de paz feito pelo Estado em Março de 1740, voltaram em 21 de Fevereiro de 1741 com tropas mais numerosas. Desta vez os Ranes de Satari, que tinham a obrigação de defender as fronteiras, facilitaram-lhes ⁽¹⁾ a passagem pelas aldeias *extra muros*, ⁽²⁾ e não por Aldoná, que, a êste tempo, já tinha o seu cais protegido por uma guarnição com a respectiva tercena fortificada. Os Bounsulós occuparam todas as fortalezas de Bardês, menos a de Agnada e dos Reis-Magos; saquearam as igrejas, e queimaram as casas roubando e assolando tudo o que queriam.

Como o conde de Sandomil não tivesse fôrça sufficiente para expulsar o inimigo, as duas províncias sofreram e gemeram, por espaço de quási dois anos, sob o domínio violento e brutalmente opressivo dos invasores, denominados em Goa *Pundas* (bandidos), não obstante os sacrificios que as Câmaras gerais faziam, de lhes pagar valiosas somas em dinheiro para obterem a pacificação; pois Venkata Rau, depois de ter recebido, como pagamento da primeira prestação do ajuste público de paz feito em 27 de Abril de 1739,

custa da câmara geral em 1738, foi destruído pelo marata em 1739. *Bosq. Hist. das Com. P. 2.ª*, pag. 34.

⁽¹⁾ *Bol. do Governo* de 1852, pag. 100.

⁽²⁾ As aldeias *extra muros* eram Nadorá, Revorá, Pirna, Sirçaim e Assonorá.

a importância de dois laques de rupias e mais um laque por ajuste particular em utilidade dos cabos, não evacuou Salsete, como devia nos termos da capitulação, mas levantou apenas o cêrco de Rachol, conservando em seu poder as fortalezas de Margão e Cuncolim e a aldeia de Assolnã, nem obrigou o Bounsuló a deixar Bardês, conforme se ajustara na mesma capitulação; porque exigia imperiosamente o pagamento das restantes duas prestações, 5 mil rupias. ⁽¹⁾

Nesta situação humilhante e aflitiva estava o povo de Salsete e Bardês, quando lhe sorriu a fortuna com a chegada do novo governador.

Entretanto, em 1739, um successo brilhante iluminou por momentos o quadro sombrio desta tristíssima administração. A nau *Vitória*, que fôra mandada, sob o comando de António de Brito Freire, aos portos do sul para trazer mantimentos para o abastecimento de Goa, foi atacada por uma armada do pirata Angriá composta de 7 palas e 10 galvetas. O combate durou dia e meio; mas António de Brito portou-se com tal firmeza e valor, que o inimigo foi repellido com grandes perdas e o navio voltou triunfante para Goa ⁽²⁾. Pouco tempo, porém, durou a glória dêste successo; pois em 1740 o pirata Sambaji Angriá pôs fêcho a esta desgraçada época destruindo a frota portuguesa e apoderando-se do seu material.

Do govêrno do conde de Sandomil ficou na administração pública um documento memorável: o regi-

⁽¹⁾ *Oriente Port.*, vol. 4.º, pag. 124.

⁽²⁾ O vice-rei deu conta desta acção à côrte em carta de 8 de Fevereiro de 1740, que é interessante e se acha publicada à pag. 2 do *Catálogo dos Livros do Assentamento da Gente de Guerra*, por Ismael Gracias.

mento das comunidades, de 15 de Junho de 1735, o segundo diploma fundamental e orgânico daquelas antigas e utilíssimas associações, sendo o primeiro o Foral de 1526, dado pelo vedor Afonso Mexia, e cujo original foi, ha pouco, descoberto pelo sr. Danvers na Torre do Tombo, de Lisboa. (1)

CAPÍTULO XVII.

1741-1750—Campanha contra o marata e sucessos felizes

-Os negócios da India andavam mal. Os maratas iam invadindo as nossas províncias e apoderando-se dos nossos territórios. Próxima se antolhava a nossa total ruína. Nestas circunstâncias el-rei D. João 5.º, para ver se restabelecia na India o prestígio do nome portuguez, nomeou de novo para vice-rei o Conde da Ericeira, (1741-42) que grangeara no oriente merecida reputação, e que recebeu com a nomeação de vice-rei o título de marquês de Loureçal.

Efectivamente o marquês veio à India com 6 naus de guerra, trazendo 4 batalhões e 16 peças de artilharia, dando cada uma 20 tiros por minuto, da invenção do official dinamarquês Frederico Weinholtz (2),

(1) Cit. obra *Report on the Portuguese Records*.

(2) Sobre estas peças leiam-se os artigos de Cunha Rivara na *Imprensa*, de Ribandar, n.ºs 29 a 33, 34 e 37 a 40, sendo também interessante a nota de Texeira de Aragão à pag. 297 do seu livro atrás citado.

e tomou posse do govêrno em 18 de Maio de 1741 ; mas não pôde encetar logo, como desejava, a campanha contra os inimigos, que se tinham apoderado das províncias de Salsete e Bardês, tanto pela vizinhança do inverno, como por causa dos doentes e convalescentes da guarnição das naus.

No dia 12 de Junho, em que cessou de chover, é que se pôs em movimento o nosso exército. Junta-ram-se em Chorão, no cais de Carepa, 4 batalhões de infantaria, comandada pelo general de Bardês Manoel Soares Velho e uma companhia de granadeiros com um corpo de sipais e, antes de amanhecer o dia 13, passaram à ilha de Corjuém sem opposição. Nesta estreita passagem de Carepa a Corjuém viraram-se infelizmente duas embarcações e afogaram-se 56 granadeiros, não só por inércia sua, mas também pela confusão com que as outras embarcações os procuravam socorrer.

Desembarcando o general, tomou de assalto a fortaleza de Corjuém e, deixando-lhe uma guarnição, marchou immediatamete ao forte de Colvale, que achou circumvalado de uma trincheira com muita artilharia ; acometeu-o sem hesitação e, depois de sofrer uma vigorosa resistêcia, conseguiu assaltá-lo e rendê-lo. Em um e outro forte haviam os inimigos aberto uma porta falsa sôbre o rio, pela qual se salvaram alguns em grande desordem, perecendo outros, afogados no rio. Marchou logo o tenente-coronel D. Luís de Pierrepont, que viêra de Lisboa com o vice-rei, a atacar o forte de Chaporá, que achou abandonado ; pois, após a derrota de Colvale, o inimigo havia evacuado não só êste, mas todos os restantes fortes de Bardês. Em seguida o vice-rei assinou pazes honrosas com o Bounsuló, propostas por êste, obrigando-o a todas as despesas da guerra e fazendo-o

tributário do Estado, (11 de Outubro de 1741).

Restaurada a província de Bardês, o vice-rei pôs cêrco à fortaleza de Pondá, pertencente ao marata, e que era constante ameaça às nossas terras, e conseguiu tomá-la. Logo depois tomou-lhe também as fortalezas de Sanguém e Supém, obrigando-o com estas derrotas a evacuar Salsete, e tudo isto no curto espaço de um ano, que tanto durou o seu governo, terminado pela sua prematura morte (1742). O marata, a-pesar-de derrotado e expulso de Salsete, não cessou de nos hostilizar, senão depois de ter sido concluída com êle a paz definitiva, que foi em 1759, sendo cantado na Catedral um solene *Te Deum*. O Bounsuló, porém, infiel ao tratado que tinha assinado, inquietou-nos sempre até 1819, em que o seu território foi incorporado nas possessões inglesas. No governo do marquês de Louriçal foram adjudicadas a Salsete as aldeias de Mulém, Parodá e Talavordá, cedidas ao Estado pelo rei de Sunda em 1742, com a cláusula de lhes serem conservados os seus antigos usos e privilégios.

Seguiu-se-lhe o governo provisório composto de D. Francisco de Vasconcelos, bispo de Cochim, D. Lourenço de Noronha e D. Luís Caetano de Almeida, que nada fizeram.

Só no princípio de 1748 providenciou el-rei D. João 5.^o ao governo do Estado da Índia, nomeando vice-rei D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal (1744-1750), que se distinguira nas batalhas de Saragoça e de Vila Viçosa e trouxera a salvamento a Portugal através da Espanha, o corpo do exército que operara, na Catalunha.

D. Pedro de Almeida recebeu sucessivamente os títulos de conde de Assumar e de marquês de Castelo Novo, e vindo à Índia logrou restabelecer a glória das nossas armas.

O Bounsuló, pela facilidade com que tinha podido apossar-se da província de Bardês em 1739, passando a fio de espada em Aldonã 4 companhias nossas de granadeiros, pela errada disposição do respectivo comandante, tinha-se ensoberbecido de tal modo, que, esquecendo-se tão depressa do castigo infligido pelo marquês de Lourçal em Colvale, não cuidou senão em quebrantar a paz, infestando as nossas costas com as suas costumadas piratarías, represando as nossas embarcações que saíssem do porto, e saqueando por duas vezes a província de Pondá, que, segundo o tratado, eramos obrigados a defender ao rei de Sunda.

O marquês de Castelo Novo, que, ao chegar à Índia, encontrara perdida a fortaleza de Pondá, resolveu tomar uma outra praça que garantisse a terra firme de Goa contra as repetidas invasões do Bounsuló ou de outros régulos aliados dos maratas.

Dirigiu-se, portanto, contra Alorna, uma das praças mais fortes que tinha o inimigo, e investiu-a na madrugada de 5 de Maio de 1746. O ataque foi violento e ensanguentado, tendo por fim conseguido os nossos entrar impetuosamente através do constante fogo dos adversários que foram obrigados a desamparar este recinto e recolher-se ao castelo que ficava dominante. Nessa entrada caíram mortos muitos dos nossos, ficando gravemente ferido, o intrépido coronel Pierrepont, encarregado de dirigir a campanha, a quem uma bala de pedreiro levou a barriga da perna e que transportando-se contudo em um palanquim, continuou a dar ânimo à acção. O marquês de Castelo Novo mandou escrever ao governador da praça, Gomá Saunto, primo do Bounsuló, que se rendesse, se queria salvar a vida sua e de toda a guarnição. O governador, porém, respondeu com arrogância que

**Tomada de Alor-
na e outras
praças**

esperava pelos portuguezes para os tratar da mesma sorte como em Aldonã. O vice-rei ordenou então dar assalto ao castelo. Na escalada houve larga e perigosa disputa. Quási todos os officiaes das quatro companhias dos granadeiros, que tentaram subir, foram mortos, uns pelo fogo que os inimigos faziam intenso a seu salvo das seteiras, outros precipitados das escadas, que derribavam por meio de compridos paus. Contudo os nossos bravos soldados, não recuando diante do máximo perigo, conseguiram com grande arrôjo entrar no castelo e passaram à espada toda a guarnição incluindo o Gomá Saunto.

Esta emprêsa foi altamente favorável ao prestígio das nossas armas e o marquês aproveitou o efeito produzido para tomar, quási sem resistência, mais algumas praças. Pois, tomou a de Bicholim, que o inimigo abandonou percebendo que o vice-rei ia atacá-la; a de Avaró, no Dessaiado de Manerim, a de Tiracol e finalmente a de Rarim ou Reddi.

A notícia destas vitórias produziu em Portugal um verdadeiro entusiasmo, como era de esperar; pois se não fossem essas conquistas não tardaria muito que os portuguezes bloqueado: em Goa pelos maratás, sem communicações com a terra firme, sem esquadras poderosas que a sustentassem, tivessem que abandonar para sempre o oriente. D. João 5.^o, querendo, portanto, reconhecer os importantíssimos serviços do general vitorioso, concedeu-lhe, por um decreto extremamente honroso, o título de marquês de Alorna para elle e seus descendentes.

Pouco depois, em 3 de Dezembro de 1748, o marquês de Alorna foi, com uma armada, atacar a fortaleza de Neutim, situada em um monte altíssimo na borda do mar e que era a última que o Bounsuló possuía na costa de Saunt-Vari.

Aproximando-se as nossas embarcações da terra e,

disparados alguns tiros de artilharia em troca dos que o inimigo nos enviava, a bucha duma das nossas peças ateou fogo na palha do monte de tal sorte, que um cabo, de nome Ismal Khan, sem esperar por ordem, saltou com alguma gente em terra e investiu a praça. O inimigo, atônito, sem poder vêr com o fumo o que lhe sucedia, supôs ter desembarcado toda a gente da armada e, receando o mesmo estrago que em Alorna, cego de medo, abriu as portas e se pôs em precipitada fuga. Arvorou-se em um instante a bandeira portuguesa na praça e Ismal Khan foi desculpado do castigo, que o seu irregular procedimento merecia, em atenção ao bom resultado que deu.

Em seguida, o marquês de Alorna mandou ainda atacar a trincheira que tinha o Bounsuló em Carlim e conseguiu tomá-la.

O Bounsuló, vendo que já não tinha logar na costa onde recolher as suas embarcações, e receando que os portugueses passassem, o que era facil, de Carlim a Vaddi onde costumava residir, entrou numa espécie de desesperação. Mandou publicar por todas as aldeias que toda a gente se retirasse para os Gates e, logo que esta começou a abalar, barbaramente a roubou, dizendo que, se os portugueses o haviam de fazer, melhor era que êle se aproveitasse. Desta desesperação passou a fazer o último esforço e veio uma noite com uma força de 1500 homens surpreender as duas praças de Alorna e Rarim; mas foi repellido.

Ao marquês de Alorna, portanto, se deve verdadeiramente a conservação dos restos do nosso poder na India, que teríamos de abandonar por não podermos viver apertados entre os maratas e holandeses, se não fossem conquistadas essas praças, que nos permitiram respirar com mais desafogo. O marquês de Alorna desejava ainda restabelecer o nosso antigo domínio

em Meliapor quasi extinto ; mas a falta de recursos e outras circunstâncias lho não permitiram. (1)

(1) E' interessante a história da cidade de Meliapor, que foi três vezes portuguesa.

Em 1522 depois de terem sido descobertas na povoação de Meliapor as reliquias do Apóstolo S. Tomé, os portugueses, que já eram senhores do lugar, fundaram ali e fortificaram uma cidade com a denominação de *S. Tomé*, sendo cunhadas em comemoração dêsse descobrimento, moedas de ouro com a effigie do mesmo apóstolo, vulgarmente conhecidas pelo nome de *Santomés*, velhos e novos.

Esta cidade, que tinha um pôrto muito vantajoso para o commercio da India, foi tomada pelos holandêses em 1662, ao tempo em que era capitão da praça Laureço Ferreira de Brito. Mas, nos princípios do século XVIII, voltou à posse do Estado, e havendo sido extinto o lugar de capitão da fortaleza em 1706, a provisão de 8 de Maio de 1708 incumbiu do governo o senado da mesma cidade.

Depois de 1742 o Grão-Mogol assenhoreou-se dela provavelmente sem encontrar opposição ; pois a este tempo o dominio portuguez era ali quasi nominal ; mas, decorridos poucos anos, Meliapor tornou a hastear a bandeira portuguesa pela terceira vês e contudo é hoje possessão inglesa. Vejamos como.

D. António José de Noronha ou fr. António da Purificação, natural de Goa-Velha e descendente, por bastardia, do Conde dos Arcos, franciscano observante e vigário de N. Senhora da Luz, em Meliapor, tendo travado relações de amizade com Dupleix, governador geral de Pondichéri, de quem se dizia parente próximo por afinidade, conseguiu, pela poderosa influéncia dêsse governador, ser nomeado Commissário Visitador das missões do distrito de S. Tomé e praticou nesta situação os maiores abusos e até violências.

Suspensão de visitador e, segundo se diz, expulso da Ordem, D. António deixou a vida clerical e foi auxiliar o governador francês nas suas empresas militares contra os ingleses, prestando-lhe bons serviços pelo seu valor e índole belicosa.

Nestas alturas o nababo de Arcot reconheceu a Dupleix pelo importante auxilio, que este lhe dera para derrotar um seu inimigo, doon, na qualidade de vice-rei do Grão-Mogol, a cidade de S. Tomé e suas 30 aldeias e junções à companhia francesa, sendo dado o govêrno dêsse território e suas alfândegas a D. António, que tomou posse do lugar e arvorou no baluarte de Meliapor a bandeira portuguesa, participando immediatamente o facto ao vice-

Concluído o seu brilhante govêrno em 27 de Setembro de 1750, o marquês de Alorna regressou ao reino. São famosas as instruções que sôbre o govêrno político, social e económico da Índia deixou ao seu sucessor, e até a implantação do regime republicano se observava no acto da posse dos governadores o cerimonial ou programa, que para êsse fim promulgou. ⁽¹⁾

-rei por carta de 18 de Agosto de 1749. O vice-rei, congratulando-se com D. António pela notícia recebida, e no intuito de levantar S. Tomé do abatimento em que se achava, deu por assentado que o govêrno dessa cidade pertencia ao rei de Portugal; e não podendo por várias dificuldades mandar de Goa para ali um governador, e achando inconveniente constituir como governador D. António, que não passava de um simples religioso franciscano, nomeou-o *Procurador da nação portuguesa na cosla do Coromandel* para cuidar dos reais interesses.

Mas, antes que a patente chegasse às mãos do nomeado, os ingleses, na noite de 14 de Outubro de 1749, atacaram com numerosa tropa a cidade de Meliapor.

D. António defendeu-a vigorosamente com 20 homens e 4 peças de artilharia por espaço de 8 horas, causando algumas perdas aos assaltantes, que finalmente se apoderaram da cidade e conduziram D. António prisioneiro para Londres.

O vice-rei protestou contra a invasão e deu parte ao govêrno superior, que nunca resolveu a questão de S. Tomé.

Não serão inoportunas aqui mais duas palavras sôbre o aventureiro. D. António, conseguida a liberdade passou a Paris, onde foi recebido com muita consideração por Luis XV, que o nomeou bispo de Halicarnasso. Voltando de Paris com êste título para Pondicheri, prestou ainda importantes serviços militares aos francezes, maratas e mouros, sendo condecorado pelo Grão-Mogol com o título de nababo *Xamadur Bahadur Dilavarjenga*. (a)

Em 1762 regressou a Goa e tomou parte na conquista de Pondá, como veremos.

(a) Quer dizer, *espada invencível do coração guerreiro*. Vid. Ismael Gracías, *O Bispo de Halicarnasso*.

(1) As instruções foram publicadas em Goa no ano de 1836 por Frederico Leão Cabreira (edição rara) e reimpressas com interessantes notas e o cerimonial a que nos referimos, por F. N. Xavier em 1856.

CAPÍTULO XVIII

1750-1772—Conquistas e desastres; várias providências e reformas

Em Setembro de 1750 veio governar a Índia Francisco de Assis de Távora (1750-54), 3.º marquês de Távora, com o título de vice-rei. Continuando a gloriosa época do seu antecessor, o marquês de Távora combateu o Bounsuló e os maratas, obrigando-os a levantar o sítio que aquele por terra e êstes por mar haviam pôsto à fortaleza de Neutim. Mandou uma expedição contra o pirata Manaji estabelecido no Colabo, que infestava os mares da vizinhança de Din; arrazou-lhe a fortaleza de Neubadel e queimou as embarcações que se achavam no pôrto.

Pouco tempo depois, teve de guerrear também com o rei de Sundém ou Sunda, nosso antigo aliado. (¹) Pois êste rei, contravindo ao que estava disposto no tratado de paz ajustada conosco em 1742, concedeu licença aos ingleses para estabelecerem uma feitoria em Karvar. O marquês de Távora, reclamando contra a infracção do tratado, representou ao Sunda, por intermédio do pe. Diogo do Amaral, da Companhia de Jesus, missionário em Sivansar, que o estabelecimento dos ingleses na nossa vizinhança havia de prejudicar os interesses do Estado, constituindo-se charmariz e valhacouto dos nossos desertores, como era nesse tempo a ilha de Bombaim, além de aniquilar o nosso pequeno comércio de côco e sal que se exporta-

(¹) Vide a nota final B.

vam pelas boiadas para os Gates. O rei de Sundém prometeu formalmente não admitir os ingleses no seu território; mas não cumpriu a promessa, e, continuando esta negociação por tempo de quasi dois anos, foi cometendo novos insultos, que parecia indecoroso sofrer.

Desejando pois reprimir o orgulho dêsse rei e de seus ministros, o marquês de Távara declarou-lhe guerra em 17 de Maio de 1752 e, não podendo durante o inverno, que já principiara, ir atacar a fortaleza de Karvar, como projectava, juntou

**Guerra ao rei
de Sundém**

as tropas em Rachol e mandou invadir-lhe as províncias de Pondá e Zambaulim. Não tardou a apparecer um embaixador do Sunda, que, entrando em conferências, prolongou-as de propósito por tempo de vinte dias, no fim dos quais constou ao marquês que algumas embarcações inglesas tinham vindo de Bombaim à enseada das galés com socorro de gente, armas e munições para as fortalezas de Piro e Ximpém (Karvar).

O marquês mandou então retirar da cidade o embaixador em 24 horas, guarneceu as fronteiras da província de Salsete, que era mais exposta, e no dia 30 de Outubro com uma armada tripulada por 880 portuguezes partiu para a enseada das galés.

**Tomada das
fortalezas do
Sunda**

Em 3 de Novembro atacou a praça de Piro, que era bem fortificada e que, se julgava, seria uma conquista importante como anteparo aos ingleses. A defesa não foi fraca, porque, além do fogo vivíssimo que a praça fazia, vinham de revés constantes tiros dum patacho e duas manchúas, que estavam no rio de Karvar, causando grande estrago às nossas companhias de granadeiros. Contudo conseguiram as nossas tropas escalar as murallas, passando a fio

de espada alguns dos defensores, que não tinham podido fugir.

Guarnecida a praça de Piro, foi o marquês de Távora acometer a de Ximpém. Esta respondeu ao nosso fogo com poucos tiros e levantou logo a bandeira branca. O marquês aceitou a capitulação, permitindo que a guarnição se retirasse desarmada.

No dia imediato atacou e tomou o forte de Coném, que, por ser inútil, mandou demolir, depois de lhe tirar a artelaria com que estava guarnecido ; e apoderou-se dos navios pertencentes ao rei de Sunda, que encontrou fundeados no rio de Karvar.

Voltando a Goa, o marquês de Távora fêz invadir de novo as províncias de Pondá e Zambaulim até 1754, em que lhe foi pedida a paz, que aceitou impondo onerosas condições.

Concluído o seu brilhante govêrno, o marquês de Távora regressou ao reino, onde, poucos anos depois, êle com sua espôsa e filhos, acusados do crime de lesa-magestade, foram martirizados e executados na praça de Belém a 13 de Janeiro de 1759. Por êste motivo não existe o retrato do vice-rei Francisco de Assis de Távora nas salas do palácio do govêrno em Pangim, pois foi arrancado por uma ordem régia !

No govêrno do marquês de Távora foi desmembrada do Estado da Índia a província de Moçambique, por carta régia de 9 de Maio de 1752.

**Separação de
Moçambique do
Estado da Índia**

Ao marquês de Távora sucedeu o conde de Alva, D. Luís Mascarenhas (1754-56), vice-rei, cujo govêrno principiou em 20 de Setembro de 1754. D. Luís era homem ilustrado, mas tão desconfiado, que se tornava indeciso e vingativo.

O seu primeiro cuidado foi restabelecer relações amigáveis com os dominantes vizinhos do Es-

tado. Em Outubro fêz pazes com o Bounsuló cedendo-lhe, na conformidade das ordens superiores, as praças de Rarim e Neutim, e em Novembro renovou por seis meses o armistício que já havia com o rei de Sunda e que era mal respeitado de parte a parte.

Feita a paz com o Bounsuló, foi o vice-rei tomar posse de Tiracol, que tinha sido conquistado pelo marquês de Alorna, e mandou proceder ao balizamento das nossas fronteiras do norte.

Infelizmente, porém, duraram pouco estas alianças. O Bounsuló, pondo-se atrás dos piratas, começou investir os nossos navios mercantes, e o Sunda, a quem pelo tratado de paz havíamos entregue as terras de Pondá, Sanguém e Zambaulim, recusou entregar-nos em compensação, como devia, o Chandarnate e as três aldeias contíguas : Mulém, Talavardá e Parodá.

O conde de Alva intentava marchar contra o Sunda e tomar à força essas aldeias. Nestas circunstâncias o pirata Tulaji Angriá, atacado a um tempo pelos ingleses e pelo marata, pediu-lhe auxílio contra êles.

Ora os ingleses, poucos meses antes, nos haviam tomado a cidade de S. Tomé de Meliapôr e todos os dias se divertiam em mandar ao vice-rei o rol duma dívida problemática, afecta à consideração das respectivas côrtes, alentando entretanto a audácia dos maratas na nossa fronteira e retendo em Bombaim, por frívolos pretextos, os nossos oficiais da marinha, além de protegerem os nossos desertores que se acoutavam nessa cidade. Já êstes motivos impelião o vice-rei para tomar a desforra da arrogância inglesa.

Nisto chegaram a Goa dois enviados plenipotenciários de alguns príncipes coligados contra Naná Farnavis, poderoso ministro do pexvá Balagi Baji Rau, chefe dos maratas, solicitando o vice-rei a que entrasse na coligação em que estavam comprometidos o rei Mogol, a princesa marata Tará Bai Rani, o na-

babo de Savanur, Sambaji Rajá, Tulaji Angriá e outros. Exigia-se ao vice-rei por ora vender armas e provimentos e depois, acesa a guerra, enviar socorro aos coligados.

Segundo o tratado de paz de Puriém, celebrado em 1740, não só não podíamos socorrer o Angriá, pelo contrário tínhamos expressa obrigação de auxiliar o marata com a nossa armada, quando êle contendesse com êsse pirata. Todavia, como o Naná se portara conosco audacioso e fementido, entendeu o vice-rei dever castigá-lo, dando ao mesmo tempo uma lição aos ingleses, sem romper ostensivamente a aliança nem com êstes nem com aquele; entrou, portanto, a seu modo secretamente, na coligação e, contra a opinião do arcebispo Neiva Brum e outros conselheiros, enviou ao Angriá o auxílio pedido. Em seguida escreveu ao Naná, contra quem expedira aquele socorro, oferecendo-lhe um presente de duas peças de damasco amarelo, quatro arráteis de tabaco *amostrinha* e duas caixas de prata, e noticiou-lhe que andava tratando das pazes com o Angriá.

Esperava o vice-rei que os coligados viessem ajudá-lo e generalizando a guerra, pudesse êle um dia reaver para a coroa portuguesa as presas, que os ingleses nos tinham feito. Mas errou no cálculo; os coligados desapareceram e, principiada a guerra nos campos de Carapetan, os ingleses e os maratas viram com assombro os nossos esquadrões, os únicos que se conservaram firmes diante dos aguerridos generais do Naná, passando-nos por desleais.

Apareceram logo reclamações inglesas e o vice-rei, incapaz de sustentar briosamente a sua posição, retirou imediatamente o socorro ao Angriá (socorro que lhe custara 240,000 rupias) sob o pretexto de que êste abusara das nossas tropas, levando-as à batalha de Carapetan, quando haviam sido mandadas sómente

para a defesa da praça de Guiriém ou Vigiadrug e deu ao inglês e ao Naná as mais reverentes desculpas e as mais inaceitáveis explicações. Mas, nem os ingleses, nem os maratas se iludiram; pelo contrário o vice-rei perdeu o prestígio da sua palavra e se colocou no desprezo dos adversários e na desconfiança dos amigos.

**Triste resultado
da desconfiança
do vice-rei**

Nestas condições a substituição repentina do embaixador do Sunda, que estava ultimando as pazes e com quem o vice-rei se entendia, azedou a questão e excitou os ânimos dos dois govêrnos. Os nossos navios mercantes foram desfeiteados pelas autoridades do Sunda em Cabo de Rama e nos mais portos do sul. Em Pondá o subedar (governador do Sunda) extorquiu os rendimentos da nossa alfândega e come-teu outros insultos.

Entretanto o Naná tomou a praça de Guiriém, apri-sionou Tulagi Angriá e vencendo os nababos, com quem o vice-rei mantinha, porventura, relações secre-tas, enviou um exército de 15 mil homens cercar Sun-dém.

Ao conde de Alva pareceu que a sua fortuna lhe oferecia um ensejo favorável para se resgatar com uma acção de crédito, vingando-se do Sunda e, ao mesmo tempo, congraçando-se com o Naná; e, sem mais declarações, quebrando o tratado de paz, em virtude do qual, (embora mal cumprido), íamos recebendo algum dinheiro em prestações, marchou com a maior parte das tropas contra Pondá, fortaleza e terras do rei de Sunda. Mas, precipitou-se no abis-mo. Poucos dias antes, o rei de Sunda, atacado pe-los maratas, tinha capitulado, entregando-lhes a praça de Pondá, que as tropas de Naná guardavam justa-mente na ocasião da marcha do conde de Alva. Logo que os nossos se aproximaram da praça e viram

com surprêsa, em vez de poucos soldados tímidos do Sunda, temíveis exércitos maratas, retrocederam e se puseram em debandada, mas com tal mêdo e em tal desordem, que, julgando-se perseguidos de perto pelas lanças inimigas, muitos se precipitaram ao rio e morreram afogados. Foi êste desastre em 1 de Junho de 1756.

Já o conde de Alva, contra o seu desejo e por uma fatalidade, se tinha constituido inimigo declarado dos maratas, provocando-os com a sua presença em Pondá ; decidiu-se, portanto, a continuar a guerra e marchou de novo com um numeroso exército para Pondá e no dia 28 de Junho, às 11 horas da manhã, estacionado num oiteiro abriu fogo sôbre a praça de Morgôro, situada no alto duma montanha. O projecto do vice-rei era tomar a praça, batendo-a em brecha.

Pela meia tarde houve incêndio na fortaleza e viu-se a muralha desguarnecida ; uma parte das nossas tropas, que se tinham instalado no bazar, precedentemente tomado, ao pé do monte, sob o comando do tenente-coronel António Mourão de Miranda, julgaram ocasião oportuna para tomar de assalto a fortaleza e por sua audaciosa imprudência começaram a escalada. No momento do ataque uma chuva torrencial apagou o incêndio, reapareceram os maratas e esmigalharam os assaltantes. O vice-rei correu com suas tropas em auxílio e ainda estas foram esmagadas. O tenente-coronel Mourão de Miranda e outros poucos que escaparam a esta catástrofe puseram-se em desordenada fuga.

**Desastre de
Pondá e assassi-
nato do vice-rei**

Para complemento da desventura, o conde de Alva, que descia o monte abaixo, sôsinho e vagaroso, recebeu pelas costas dois tiros e caiu morto, sendo o seu cadáver transportado no dia seguinte à cidade, onde foi sepultado. Aberta a sindicância, não se descobri-

ram os autores dêste covarde assassinato ; mas é provável que tenham sido os próprios soldados portugueses, que, tendo tentado assaltar a fortaleza sem ordem do vice-rei, receavam castigo severo como responsáveis pelo mau successo da empresa.

Durante êste govêrno os dessais de Satari, que se haviam revoltado, foram perdoados (1755), e ratificaram o juramento de fidelidade. O vice-rei concedeu aos habitantes das Novas Conquistas, que já se regiam por leis especiais, a liberdade de construirem pagodes e viverem na sua religião. Esta medida, de grande alcance político e tão útil para o aumento da população e desenvolvimento da agricultura, foi-lhe reprovada pelo govêrno da metrópole, que mandou destruir os pagodes e perseguir a gentilidade.

Depois da desastrosa morte do conde de Alva, governaram, por vias de successão, o arcebispo de Goa D. António da Neiva Brum da Silveira, João de Mesquita Matos Teixeira e Filipe de Valadares Souto-Maior (1756-1758).

No seu tempo o Bouusuló, quebrando mais uma vez as pazes, invadiu as províncias de Perném, Sanquelim e Manerim ; o povo de Goa lutou com a fome; os roubos eram freqüentes e a tropa estava em completa insubordinação. Os governadores João de Mesquita e Filipe de Valadares andavam sempre em desinteligência por causa dos interesses próprios, em que só cuidavam, e o arcebispo, fazendo o papel de conciliador, apenas conseguia que os seus dois companheiros não chegassem a vias de

Abusos de autoridade

facto. Deram-se nêste período tantos abusos de autoridade e prevaricações, que a administração pública

chegou a um estado lamentável. Em presença dêstes factos, Mesquita e Valadares, no govêrno do seu successor, o conde da Ega, foram chamados a Lisboa por ordens terminantes do ministro, o marquês de Pom-

bal ; mas, não só não foram castigados, pelo contrário Filipe de Valadares, em quem recaía a principal responsabilidade e que, por isso, fôra conduzido prêso, soube excitar a benignidade real por tal forma, que, passados poucos anos (1764), voltou a Goa, restituindo-se-lhe as honras tiradas com os bens que haviam sido sequestrados e tornou a governar a India por via da sucessão em 1774. Filipe de Valadares era muito rico e o ouro que levara da India tão fortes razões alegou em favor da sua causa, que o justificou plênamente ainda aos olhos do marquês de Pombal !

Em 23 de Setembro de 1758 tomou posse do governo da India Manoel de Saldanha de Albuquerque, conde da Ega, vice-rei (1758-65).

Em obediência à carta régia de 29 de Março de 1758 o conde da Ega proibiu a entrada dos jesuitas no palácio dos vice-reis da India e excluiu-os de todas as incumbências seculares que pertencessem ao real serviço. Cumprindo ainda as ordens recebidas da metrópole pôs em estado de sítio a cidade de Goa, cercando de tropa e juizes, na madrugada de 26 de Setembro de 1759, a casa professa do Bom Jesus, S. Paulo novo e S. Paulo velho, S.

Prisão dos Jesuitas

Rosalia, hospital real e outras casas pertencentes aos jesuitas, sendo á mesma hora todos prêsos e encarcerados incomunicáveis em S. Paulo novo e em Rachol. Os jesuitas presos eram 127, e, sempre vigiados, mudaram por vezes de cárcere até 19 de Dezembro de 1760, em que embarcaram para o reino. Os seus bens foram confiscados para a Fazenda. (1)

(1) Dos 127 presos, 39 eram professos e 88 de simples voto, 29 ainda não professos, 36 coadjutores espirituaes e 33 coadjutores tem-

Em 31 de Dezembro de 1759 o vice-rei mudou a sua residência do palácio de Panelim para o de Pangim, que a Câmara de Goa lhe mandara restaurar com grande dispêndio dos cofres do município ; e transferiu para o palácio de Panelim o hospital real, demolindo o antigo edifício, que ficava ao pé do arsenal. A áurea Goa, que se tornara insalubre e caíra em ruínas, foi abandonada aos padres e monges. O conde da Ega construiu o forte de Mandur.

Nêste tempo o marata, desprezando o tratado de paz, que poucos dias antes fizera conosco, entrou a infestar as costas de Goa com as suas armadas e aprezar as nossas embarcações. O conde da Ega não tendo obtido a satisfação que pedira, enviou uma grossa fôrça a Pondá sob o comando do coronel (depois brigadeiro) Henrique Carlos Henriques e mandou bloquear a memorável praça de Mordongoro (Mardan Goddo).

Teve parte notável nesta campanha o célebre fr. António da Purificação ou D. António José de Noronha, natural de Goa, frade franciscano, bispo eleito de Halicarnasso, que, tendo seguido a vida militar, como está dito na pag. 207, fôra nomeado pelo conde da Ega comandante do corpo de sipais de Pondá.

Durante o bloqueio de Mordongoro o conde da Ega havia transferido a sua residência para as casas de campo do velho fidalgo D. João José de Melo, vedor

porais. Foram enviados para Lisbon a bordo da nau *N. S.^{ra} da Conceição e S. Vicente Ferreira*. Vide a cit. *Immensa em Goa*, pags. 80-88. No *Boletim do Governo* n.^o 3 á 11 de 1862 foi publicada por Cunha Rivara a relação das fazendas confiscadas aos jesuitas, seus rendimentos e pensões.

da Fazenda e conselheiro do Estado, situadas em Dandim, extremo sul da ilha de Tissuari, afim de mais perto dirigir e vigiar as operações.

Os defensores do Mordongoro mostraram a princípio certa constância, mas, depois de catorze dias de sítio, levantaram a bandeira branca e entregaram a praça por capitulação em 31 de Maio de 1763, aceitando,

Conquista de Pondá

entre outras, a condição de saírem de Pondá: Concluída a capitulação, o vice-rei mandou arrasar a fortaleza para evitar as inúteis e consideráveis despesas, que seriam precisas para a sua conservação; assenhoreou-se de toda a província, cujas câmaras lhe vieram render vassalagem oferecendo-lhe frutas do país, e nomeou D. António José de Noronha general da província de Pondá. ⁽¹⁾

Em seguida apoderou-se também de Zambaulim e Canácona, incluindo a fortaleza do Cabo de Rama. Mas o govêrno de Portugal, não podendo sustentar tantas conquistas novas, que demandavam remessas de dinheiro da metrópole para as defender, ordenou ao conde da Ega que entregasse algumas das praças aos seus antigos possuidores: e assim o conde da Ega foi obrigado a entregar ao rei de Sunda as fortalezas de Piro e Ximpém e ao Bounsuló as de Bicholim e Alorna.

Foram êstes os serviços militares que o conde da Ega prestou na India e que eram assás dignos de consideração; contudo, por afastar-se por vezes das

(1) Vid. I. Gracías *O Bispo de Halicarnasso* pag. 62. O fr. António ou D. António, quando general da província de Pondá, assumia nos seus *bandos* o título de=Nababo Dilavargenga Xamatur Bahadur=, título, com que fora agraciado pelo Grão Mogol.

instruções do govêrno da metrópole e mostrar-se autoritário, azedou os ânimos por tal forma, que, descrente pelo desgosto, foi obrigado a pedir para a metrópole que o substituissem no govêrno da Índia. Sabendo que o vinha render o conde da Louzã, antes de ter a notícia do seu falecimento em Moçambique, mandou abrir, sem a devida autorização, as vias de sucessão e, entregando o govêrno (em 19 de Outubro de 1765) aos que nelas eram indicados, regressou ao reino em companhia do secretário do Estado Belchior José Vás de Carvalho. Chegados a Lisboa, foram logo ambos presos e conduzidos à torre do Outão, onde o secretário ficou detido por tempo de um ano e o conde pouco mais de dous anos.

No libelo formado pelo procurador régio em 138 artigos de acusação, baseados na queixas dos governadores que sucederam ao conde da Ega, era êste increpado de abusos de autoridade, com transgressão de leis e ordens régias, dilapidação dos dinheiros públicos, extravios nos bens sequestrados à Companhia de Jesus, etc. O secretário, considerado conivente, foi absolvido pela Relação de Lisboa. Manoel de Saldanha prometia provar a sua inocência e a maldade dos caluniadores, mas não chegou a conseguí-lo em vida, obtendo em 1779, oito anos depois do seu falecimento, a condessa, sua viuva, a decisão favorável do processo e a reabilitação da memória do nobre fidalgo.

Em 19 de Outubro de 1765 começaram a governar (1765-68) provisoriamente D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira, arcebispo de Goa, João Batista Vás Pereira, Chanceler do Estado ⁽¹⁾ e D. João José de

(1) Foi êste desembargador que mais queixas dirigiu a S. M. contra o vice-rei conde da Ega e seu secretário.

Melo, vedor geral da Fazenda. Êste govêrno propôs várias reformas diminuindo a despesa pública, (1765-68).

D. João José de Melo, que fazia parte dêsse govêrno, foi nomeado governador da India por uma carta régia e tomou posse em 12 de Março de 1768.

Em 1771 o govêrno da metrópole, convencido de não poder restaurar na India o nosso antigo império, substituiu, como demasiadamente pomposo, o título de vice-rei pelo de governador e capitão general dos Estados da India. **Extinção do cargo de vice-rei e de vários outros** Sôbre êste ponto e principalmente sôbre a antiga ostentação, que ainda cercava a primeira autoridade portuguesa no oriente, D. João de Melo, quando vedor da Fazenda, havia enviado para a metrópole várias propostas judiciosas e económicas; e parece que foi esta uma das causas que mais influíram para a sua nomeação.

Conforme as ordens vindas do ministério, foram neste govêrno extintas as recebedorias de Salsete e Bardês, a Casa dos Contos de Goa e a companhia de cavalos da guarda do vice-rei. Foram suprimidos vários cargos do palácio e reduzido o antigo ordenado dos vice-reis, que era de 24,466 xerafins, a 20 mil xerafins. Em lugar do tribunal dos Contos foi creada a Junta da real fazenda, dando-se-lhe um novo método de escrituração. Foi suprimido, também, o lugar de capitão da cidade e foram adoptadas muitas medidas tendentes a melhorar o estado financeiro do país sem desorganizar os serviços.

Em 1772 uma esquadilha portuguesa, composta de uma nau, denominada *Sant'Ana*, e outras embarcações, que fôra para o pôrto de Mangalor, afim de transportar o tributo do arrôs das páreas, foi batida e aprisionada pela armada marata na proximidade de Calismpur. D. João José de Melo expediu em so-

corro uma fragata, que, tendo encontrado a armada inimiga nas alturas de Assolná (Salsete), conseguiu libertar as embarcações prêsas menos a nau *Sant'Ana*, cujo comandante, Francisco da Costa Ataíde, e a restante guarnição, ficaram prisioneiros por alguns meses no pôrto de Guiriém.

Pelo falecimento de D. João de Melo tomou conta do govêrno, por via de sucessão, **Pilipe de Valadares Souto-Maior** (1774), que governou poucos meses. Neste tempo foi expedido em Lisboa o alvará de 15 de Janeiro de 1774, dando nova organização à administração civil, política e ecónomica da Índia portuguesa.

Em Setembro de 1774 chegou à Índia D. José Pedro da Câmara, o último dos governadores nomeados por el-rei D. José, (1774-79).

Em execução das instruções que trazia, foram neste tempo extintos os tribunais da Relação e da Inquisição em Goa. Começou a

Extinção dos tribunais da Relação e da Inquisição em Goa

reedificação da cidade de Goa e foram de facto restauradas algumas ruas que ficavam na margem do rio, sob a direcção do brigadeiro Henrique Carlos Henriques e à custa de $\frac{1}{2}$ por cento que se lançou de contribuição para esta despesa sôbre o rendimento líquido dos afazendados das Ilhas, Salsete e Bardês, imposto que foi estabelecido sòmente por tempo de dez anos e que ainda hoje subsiste, percebendo-o as respectivas câmaras municipais. Em 28 de Setembro de 1776 foi decretada a criação dos celeiros públicos para abastecer de cereais os cultivadores nos anos de escassês. O governador regressou à metrópole em Maio de 1779. Em 24 de Fevereiro de 1777 faleceu el-rei D. José subindo ao trono sua filha primogénita D. Maria 1.^a.

Antes de cerrar êste capítulo cumpre fazer menção

do grande ministro de el-rei D. José I, que, durante o seu longo consulado, atendeu com uma direcção verdadeiramente paternal aos negócios da India. São muitas, complexas, importantes e radicais as reformas promulgadas pelo marquês de Pombal para a restauração do poder português no oriente, além do cuidado e escrúpulo que pôs sempre na escolha dos altos funcionários do Estado. Seria longo enumerar essas reformas, das quais as mais notáveis foram : a lei de 2 de Abril de 1761, pela qual se declararam os indígenas da Asia portuguesa perfeitamente iguais, perante a lei, aos portugueses nascidos no reino, e se estabeleceram penas contra os que conservassem e fomentassem as distinções de castas e outras,—antecedendo assim por mais de meio século o preceito contido na Carta Constitucional portuguesa ; e as famosas *Instruções*, dadas em 1774 ao governador D. José Pedro da Câmara e ao arcebispo primás D. Francisco de Assunção e Brito, que vieram do reino na mesma monção,—instruções que abrangem a administração civil, política, militar, financeira, judicial e eclesiástica, constituindo, a bem dizer, um código indiano, documento da grandeza de vistas e do saber enciclopédico do marquês de Pombal. “ Diríeis ao lêr as instruções—escreve o erudito Lagrange, que em 1841 as publicou, acompanhando-as de elucidativas notas,—que o marquês tinha visitado a India e que não só alcançara exacto conhecimento da topografia do país, senão de muitas das necessidades particulares de cada aldeia e dos seus remédios applicáveis.”

Influência da administração do marquês de Pombal

A energia e actividade da administração pombalina teve um generoso reflexo na India, e bastam, para a glorificar, aquelas instruções, com as leis paralelas, que profundamente modificaram o regime da gover-

nação pública, e ainda hoje são citadas com respeito. ⁽¹⁾

CAPÍTULO XIX

1779-1807—Reconquista dos territórios do marata ; uma tentativa de conjuração ; entrada dos ingleses em Goa.

D. Frederico Guilherme de Souza, (1779-86) nomeado governador e capitão general da Índia, tomou posse em 26 de Maio de 1779.

Descendente duma casa nobilíssima, D. Frederico era o tipo de verdadeiro fidalgo; vivia em Goa na maior grandeza, e as provisões que sua mãe lhe enviava todos os anos eram para uma vida principesca. No fausto e liberalidades consumiu avultadas quantias, a ponto de lhe não chegarem os seus ordenados e os rendimentos de sua casa, empenhando-se por tal modo, que, por um alvará, lhe foi concedida licença para levantar do cofre dos órfãos dinheiro para pagar as suas dívidas, hipotecando várias propriedades.

Em 8 de Dezembro de 1782 com uma fôrça de mais de dois mil homens reconquistou a província de San-

⁽¹⁾ Vide *Instrucções de El-rei D. José 1.º* etc. anotadas pelo secretário do governo Cláudio Lagrange Monteiro Barbuda e publicadas na Imprensa Nacional em 1841. Sua Alteza o senhor infante D. Afonso Henriques, o último vice-rei da Índia portuguesa, mandou, por sua portaria de 20 de Maio de 1896, fazer na mesma imprensa uma nova edição desse famoso livro, comemorativa do centenário do heroico feito de Vasco da Gama.

quelim, e a 25 de Maio de 1783 foi retomada a praça de Alorna por uma divisão de 5712 combatentes de diversas armas.

A D. Frederico Guilherme de Souza succedeu Francisco da Cunha e Menezes, cujo govêrno principiou em 3 de Novembro de 1786.

Francisco da Cunha (1786-94) empregou os seus esforços para melhorar a administração pública, preparando-se, ao mesmo tempo, para bater o Bounsuló, que havia então suspendido as armas com o projecto de se levantar em breve com novas hostilidades.

Por outro lado, o nababo Tipú, Sultão de Maissur crescendo cada dia em poder e soberba, depois de reconquistar as terras do Canará e de Sunda, ameaçava senhorear-se das nossas possessões, para onde se havia refugiado o rei de Sunda, que, também de sua parte, se preparava para recuperar o seu reino, em que entravam as províncias que, depois de entregues por ele ao marata, haviam sido por nós conquistadas.

Nestas críticas circunstâncias, no dia 5 de Agosto de 1787, António Eugénio Toscano, escrivão da comunidade de Aldoná, veio denunciar ao governador que uns clérigos intentavam sublevar os naturais da terra para expulsarem dela os europeus e constituírem-se em govê no independente. Segundo resam os documentos offici is, o plano fôra urdido pelos padres Caetano Francisco Cout^o, natural de Pangim, e Jose António Gonçalves, natural da Piedade, (1) que, descontentes por o arcebispo Santa

Tenta
conju
P...
da
dos

(1) O pe. Caetano Francisco Couto fôra governador do bispado de Cochim, cargo de que havia sido destituído pelo arcebispo Santa Catarina; e o pe. José António Gonçalves fôra pároco da

Catarina lhes não dar os cargos a que aspiravam, tinham ido a Lisboa, no intuito de obterem algum dos bispados sufragâneos, que se achavam vagos, e haviam regressado a Goa sem os terem conseguido. A influência clerical, as promessas e o espírito do patriotismo atraíram um grande número de prosélitos. Esta denúncia, a que o governador não ligara a princípio importância nenhuma, foi confirmada no mesmo dia pelo comandante da legião de Bardês e por um sumário, que em seguida enviou o arcebispo Santa Catarina, contendo as declarações e depoimentos perante êle dados, no dia 31 de Julho, pelo padre Pedro Caetano José Lobo, de Bastorá, vigário de Tivim, e, três dias depois, por mais dois clérigos.

Presume-se que os meios de levar a efeito a conspiração consistiam em corromper as legiões de Pondá e Bardês e a companhia dos auxiliares por intermédio de alguns oficiais, que já haviam abraçado o partido da rebelião. E o fim da conjuração, conforme a sentença, *era formar uma nova república em que os chamados naturais, por um conselho da Câmara geral, governassem e usassem da Soberania.*

O governador tinha às suas ordens em Goa nesse tempo força de 7140 homens, incluindo 2540 europeus dividida em seis corpos, de maneira que cada uma das referidas legiões era composta de 1120 praças sendo muitas delas europeias.

Em consequência destas denúncias, que davam a conspiração por muito adiantada, a ponto de ser o dia 10 de Agosto o aprasado para o rompimento, o governador expediu imediatamente ordens para diversos pontos com devido segredo, a fim de serem presos os

indivíduos indigitados como os principais conspiradores. Foram efectivamente presos quarenta e sete, entrando neste número 17 padres e 7 officiaes; (1) mas não se encontrou nas buscas nenhum papel compromettedor, nem dinheiro, nem armas. O padre José António Gonçalves e mais oito dos conjurados poderam escapar.

Instaurou-se logo o processo e, pela sentença de 9 de Dezembro de 1788, baseada principalmente nas confissões dos reus, foram condenados à pena última 15 reus seculares, 5 a degredo, 5 à pena de açoutes, sendo absolvido apenas um : João de Sousa, de Onor.

Dos clérigos capturados foram havidos por inocentes e mandados soltar três, António Filipe Vás, vigário de Moirá ; e os dois padres congregados, Sebastião Batista e Pedro Delgado ; e os restantes catorze re-

(1) Os padres presos foram : Manoel da Expectação, vigário de Pondá ; João Alvares de Souza, vig. de Pomburpá ; Miguel Alvares de Souza, vig. de Pilerne ; Vicente Alvares, (estes três irmãos) ; Caetano Francisco da Silva, vig. de S. Lourenço de Linhares ; José Manoel de Menezes, da Piedade, vig. de Guirim ; António Filipe Vas, vig. de Moirá ; Sebastião Batista e Pedro Delgado (ambos da congregação do Oratorio) ; Caetano Francisco Couto, de Pangim ; Matias Bernardo Fonseca, de Chorão ; Luís António Gonçalves, menorista, da Piedade, irmão do pe. José António Gonçalves, que tendo noticia da prisão dos seus confederados fugiu para além das raia do Estado ; Luís Caetano de Souza, de Moirá ; José António Vas, de Anjuna ; João Batista Pinto e Jorge Dias, de Candolim, e Diogo Benedito Lobo, de Serulá. Os officiaes foram Pedro Luís Gonzaga, de Nerul, e Manoel Caetano Pinto, de Candolim, tenentes da legião de Pondá ; Inácio Caetano Toscano, de Aldoná e Nicolau Luís da Costa, tenentes da legião de Bardôs ; David Francisco Viegas, cirurgião-mór da legião de Pondá ; Francisco Pereira, cirurgião ajudante da mesma legião, e Inácio Caetano Lopes, de Mandur, capitão de auxiliares. Estes officiaes e mais um sargento, 2 cabos e 1 soldado, pertencentes à legião de Pondá, e 4 paisanos foram suppliciados na praça do Mandovi em Goa, atrás do convento de S. Caetano. -

metidos para Lisboa onde uns faleceram, outros foram perdoados de qualquer pena em que podessem estar incursos ; e apenas um, o padre Manoel da Expectação, vigário de Pondá, foi julgado inocente em vista das informações do arcebispo. ⁽¹⁾

Cumpre notar que no plano desta conjuração entravam, também, alguns filhos da Índia, nêsse tempo residentes em Lisboa, sendo os mais proeminentes os padres Caetano Vitorino de Faria e José Custódio de Faria naturais êste de Candolim e aquelle de Colvale, tendo ambos levado uma vida singularmente aventureira.

Caetano Vitorino de Faria, depois de ter cursado estudos eclesiásticos e recebido ordens menores, casara com Rosa Maria de Souza, filha única de Alexandre de Sousa, por alcunha *Concró*, de Candolim, e vivia em casa do sogro, que era abastado. Sete anos depois do casamento, passados em constantes dissensões domésticas, separaram-se os dois cônjuges e, obtidas as necessárias licenças, Caetano Victorino ordenou-se de presbítero e Rosa de Sousa professou no mosteiro de Santa Mónica, de Goa. ⁽²⁾ Dêste matrimónio nasceram-lhes, a 31 de Maio de 1736, um filho, que foi José Custódio de Faria. O pe. Caetano foi com o filho, já de 15 anos de idade, para Roma, onde o rapaz fêz o seu curso eclesiástico no colégio da Propaganda e se doutorou em Teologia.

⁽¹⁾ Os clérigos perdoados, que regressaram a Goa na monção de 1807, foram Jorge Dias, Caetano Francisco da Silva, Miguel Alvares, Vicente Alvares, Matias B. da Fonseca, Diogo Benedito Lobo, João Batista Pinto e Luis António Gonçalves.

⁽²⁾ Caetano Victorino foi ordenado pelo arcebispo Neiva Bruin em 1767; e Rosa de Sousa entrou no mosteiro em 3 de Janeiro de 1764, tomando o nome monástico de *Rosa de Sta. Maria*; e faleceu em 11 de Novembro de 1795.

Saindo de Roma, pai e filho vieram para Lisboa, onde o pe. Gaetano gozou de grande consideração, chegando a ter entrada no paço real e a ser favorecido de el-rei D. José e da rainha D. Maria 1.^a sendo até consultado nas cousas da Índia, mórmente nas eclesiásticas. Foi afinal prêso, por ocasião da conspiração de Goa, no convento dos Paulistas, onde assistia, e ignora-se por quanto tempo teria estado prêso. O certo é que não chegou a voltar à Índia.

Quando em 1788 chegou à Lisboa a notícia da conjuração o pe. José Custódio emigrou para França, onde foi conhecido pelo título de *l'Abbé Faria*. Aqui tomou parte activa na revolução de 1789, marchando contra a Convenção em 10

O abade Faria

vendémiaire, à frente dum trôço de amotinados. Professou a filosofia nos liceus de Marselha e outras cidades. Em Paris adquiriu certa reputação de magnetizador e iluminador. Morreu de apoplexia fulminante ⁽¹⁾. Dêste extraordinário tipo de padre, magnetizador, físico, professor e revolucionário, que alcançou em França uma verdadeira celebridade, aproveitou Alexandre Dumas, fazendo-o representar um papel importante no seu famoso romance, *O Conde de Monte-Cristo*, dando-lhe mais antes uma feição imaginativa que histórica.

Ha na Índia uma corrente de opinião que nega a

(1) Depois do seu falecimento publicou-se uma obra sua, que tem por título *De la cause du sommeil lucide, ou l'étude de nature de l'homme par l'abbé Faria, brahminc, docteur en theologie*. Paris. 1819, 8.^o Em 1906 o Dr. Gelásio Dalgado, nosso patricio, publicou em Paris o seu precioso livro intitulado *Memoire sur la vie de l'abbé de Faria*, onde, à pag. 56 e seguintes, confronta os episódios da vida do abade Faria real com os do abade Faria romantico, explicando a lenda.

existência desta revolta, dando por caluniosa a acusação, por tirania os castigos e por inocentes e mártires do despotismo os condenados e encarcerados. O seu principal fundamento é que as confissões dos réus, em que se baseou a sentença condenatória, foram efeito dos tormentos, a que todos êles haviam sido submetidos e consequentemente não podem fazer prova em favor da existência da conspiração. Haveria, conforme esta opinião, quando muito uma combinação política entre os influentes para propugnarem pela execução das ordens vindas do soberano para igualar os filhos da India aos da metrópole ⁽¹⁾.

No último quartel do século XVIII esteve em Goa o poeta Bocage, inimitável engenho
 O poeta Bocage em Goa que, depois do grande Camões, honrou a Musa portuguesa na India.

Manoel Maria Barbosa Hedoís du Bocage, natural de Setubal, da idade de 21 anos, veio à India na monção de 1786 junto com o governador Francisco da Cunha e Menezes, despachado no pòsto de guarda-marinha. No ano de 1787 matriculou-se na antiga aula real da marinha de Goa, mas não fêz exame por causa legítima; repetiu a matrícula no ano imediato e não frequentou as lições. Em 25 de Fevereiro de 1789 foi nomeado pelo dito governador tenente de infantaria do regimento de Damão, para onde foi em 8 de Março subsequente. Dois dias depois de chegar àquella praça, ausentou-se sem motivo, nem participação ao comandante, sabendo-se muito depois que se dirigira para Macau, donde regressou a Lisboa ⁽²⁾.

(1) Cunha Rivara. *A Conjuração de 1787 em Goa*, — e Bruto da Costa, *Goa sob a Dominação portugueza*, pags. 77 a 85.

(2) F. N. Xavier, artigos no *Archivo Universal*, n.º 20 de

Na India deu largas à sua veia humorística e são conhecidas as suas produções poéticas, algumas de improviso, feitas à sombra das palmeiras de Goa, enaltecendo as belezas do oriente ou satirizando os costumes da sociedade em que viveu. ⁽¹⁾ A' conjuração de 1787 referiu-se o poeta numa epístola ao seu amigo Josino.

No mesmo ano de 1788, o Bounsuló, atacado pelo rei de Colapur, viu-se na necessidade de pedir mais uma vez a aliança dos portugueses e, pelo tratado de 29 de Janeiro de 1788, cedeu-nos a província de Perném, enviando-se-lhe da nossa parte um auxílio de 1200 homens sob o comando do marechal do campo Francisco António da Veiga Cabral. Em 1771 Pondá passou de facto para o domínio português em virtude do tratado de 17 de Janeiro, feito com o rei de Sunda.

Francisco da Cunha, recebida a exoneração, que havia solicitado, entregou o governo ao seu successor. Francisco António da Veiga Cabral, que já era tenente general, nomeado governador, tomou posse a 22 de Maio de 1794. A sua governação (1794—1807) foi assinalada pela entrada dos ingleses em Goa

O governo inglês da India, a título de defender as nossas possessões contra os franceses, queria, a mais tempo, introduzir suas tropas em Goa e não tinha conseguido. Em 1798 appareceu em Goa o almirante inglês Rainier com uma esquadra,

**Tropas inglesas
em Goa**

1861, e na *Ilustração Goana*, 1.º volume dos livros do assentamento da gent
Teófilo Braga no *Occidente*, n.º 602
bro de 1895.

α. 47-49,—cit. *Catalogo*
rra, pag. 33-34,—e
25 de Setem-

⁽¹⁾ F. N. Xavier, *A Manteigui*, n.º 1.º *Ilustração Goana*, 1.º vol.

declarando ao governador que elle tinha a ordem de coadjuvar a defesa de Goa no caso de necessidade. Veiga Cabral rejeitou o socorro com agradecimento e o almirante saiu do porto; mas, pouco depois, um commissário do governo inglêz, veio, como enviado plenipotenciário, residir na capital da India portugueza, a pretexto de querer tratar de alguns negócios com o governador. Finalmente no dia 6 de Setembro de 1799, pretextando ter chegado noticia de que saíra de Brest uma poderosa esquadra franceza, vieram de Bombaim, sem requisição nem pedido do governo portuguez, e entraram em Goa três batalhões e dois destacamentos incluindo a artilharia, sob o commando do coronel William Clarke.

Veiga Cabral, que era homem de acanhada intelligência e desmedido orgulho, assustou-se a principio com a invasão; mas, quando William Clarke começou a afagar-lhe a vaidade, pedindo-lhe todos os dias o santo e a senha como seu subordinado e mandando as suas tropas fazerem-lhe continência, o nosso governador, satisfeito com estas honras, não escrevia para Lisboa senão elogiando os regimentos inglezes.

O governo de Portugal, porém, desgostoso com o facto, ordenou a Veiga Cabral que empregasse todo o esforço para fazer sair quanto antes as tropas inglesas sem quebra da nossa amizade com a Inglaterra. O marquês de Wellesley, que era então governador da India britânica, instado por Veiga Cabral, mandou retirar de Goa algumas forças, mas, pouco depois, voltaram estas ainda aumentadas. Ao mesmo tempo as praças de Damão e Diu eram occupadas por soldados ingleses. Veiga Cabral officiou mais de uma vez ao marquês de Wellesley fazendo-lhe que, por noticias recebidas da India, sabia que a India portugueza não corria o minimo perigo e que, portanto, fizesse retirar as tropas inglesas; mas, o marquês lhe respondia

que a India, pelo contrário, estava agora em maior perigo e que por isso tinha maior necessidade do auxílio dessas tropas. Veiga Cabral resignou-se enfim a ser socorrido contra vontade, colocando-se servilmente em posição secundária por tal forma que, para satisfazer as exigências de William Clarke, não teve dúvida de mandar incorporar as tropas portuguesas com as inglesas e nomear o próprio William major-general do exército português; o que, além de ser uma inconveniência, excedia a esfera das suas atribuições.

Preparado assim o terreno, William propôs abertamente a Veiga Cabral abdicar o poder e retirar-se à vida particular, mediante 70 mil rupias anuais. Este, acordando então do seu sonho vaidoso, percebeu o laço em que ia cair e repeliu a proposta com energia. Entretanto chegou a notícia de ter sido assinada a paz de Amiens, que restituiu à Europa a tranquillidade completa e só então o marquês de Wellesley, cedendo aos instantes officios de Veiga Cabral, mandou enfim retirar as suas tropas.

Em Dezembro de 1802 com os mesmos pretextos tornaram a entrar em Goa os regimentos ingleses e acamparam no Cabo, onde até construíram um cemitério que ainda hoje existe; em Novembro de 1804 não obtendo pela astúcia o que desejavam, empregaram baionetas e apossaram-se da praça da Aguada, ficando inteiramente senhores do porto. Veiga Cabral, pelo seu carácter irresoluto aceitou impassivelmente todos os factos com manifesta quebra da dignidade nacional e a-pesar-de ter dado exuberantes provas da sua incapacidade para o govêrno da India, foi reconduzido por mais três anos no mesmo lugar e agraciado com a gran-cruz da ordem militar de S. Bento de Aviz!

Em 30 de Maio de 1807 é que entregou o poder ao seu sucessor.

CAPÍTULO XX

1807-1837—Implantação do regime constitucional em Goa, revoluções e contra-revoluções

Restabelecimento do título de Vice-rei Bernardo José Maria de Lorena, conde de Sarzedas, (1807-16) sobrinho do infeliz marquês de Távora, Francisco de Assis, veio governar a Índia com o duplicado título de vice-rei e capitão-general. A sua posse, que se realizou na igreja do Bom Jesus em 30 de Maio de 1807, foi muito festejada pelos habitantes da cidade, por verem restabelecido o título de vice-rei, suprimido em 1774 com geral descontentamento da nobreza de Goa.

Retirada dos ingleses Os ingleses ainda ocupavam com mais de três mil homens o Cabo e a praça da Aguada, mas o conde de Sarzedas procedeu com êles sempre com dignidade transigindo apenas no que as circunstâncias o obrigassem. Em Novembro de 1810, em virtude das reclamações que o govêrno de Portugal dirigira ao gabinete de Londres, começaram os nossos aliados a evacuar o território português, mas só a 2 de Abril de 1813 saiu o último regimento inglêz da praça da Aguada. ⁽¹⁾

Em 1811 o dessai do território de Uspá, Haryá Apá Gaunço, começou a facilitar pelo seu dessaiado a

(1) Vide a nota final C.

passagem aos salteadores bounsulós ou *mundlas*, que por ali se internavam nas províncias de Perném e Bardês e praticavam muitos roubos

**Inquietação
dos Bounsulós
e dos ranes**

e assassínios, arrebatando às vezes alguma pessoa da família dos roubados e exigindo grossas somas para o seu resgate. O conde de Sarzedas dirigiu logo ao dessai uma advertência, que não surtiu efeito ; pois, o dessai em vez de coibir a passagem aos ladrões, impediu a ida das nossas rondas ao seu território para os prender, e, pouco depois, fomentando a rebelião dos ranes e dessais de Satari e Ervalém, deu-lhes favor e abrigo no seu território e finalmente êle próprio capitaneou o roubo duma porção de gado pertencente a commerciantes portuguezes, que vinha descendo dos Gates por aquele dessaiado.

O conde de Sarzedas não podendo suportar tantas afrontas, mandou fazer represálias contra o dessai, embaraçar a estrada de Ramagat e Betxi, onde o dessai percebia certa contribuição em dinheiro e cortou as relações amigáveis e commerciaes entre Goa e o dessaiado de Uspá. A sar-dessaína Durgá Bai Bounsuló, viuva e administradora da Praganá de Cudale, do Bounsuló, figurando-se protectora do dessai de Uspá, queixou-se das represálias portuguezas ao conde de Sarzedas, que lhe deu em resposta a resenha das malfeitorias do seu protegido, declarando que no futuro procedería com maior rigor, se a sar-dessaína lhe não regulasse a conduta com prudência. O dessai de Uspá, aterrado com a attitude do vice-rei, pediu-lhe perdão dos agravos feitos e o restabelecimento da amisade, que o conde de Sarzedas lhe concedeu com a condição de não tornar a dar passagem pelas suas terras aos bounsulós.

Não passara, porém, um ano que o dessai assinara o acôrdo ; em Novembro de 1815 alguns ranes das

aldeias extra-muros de Bardês (Nadorá, Revorá e Pirna) rebelaram-se contra o Estado, e não só tiveram bom acolhimento no dessaiado de Uspá, mas com alguma gente dêste dessaiado entraram em Bardês, roubaram numa nonte a igreja de Revorá, feriram e mataram muitos e levaram comsigo entre os prisioneiros o próprio pároco da igreja, o padre Aleixo Lobo, natural de Serulá, que foi deixado em Avaró, terra da jurisdição da sar-dessaína Durgá Bai, donde não voltou senão comprando o seu resgate por 5 mil xerafins, pagos ao dessai de Uspá. (1) Sabido isto, o conde de Sarzedas cortou novamente todas as relações com o dessai, mandou marchar tropas contra êle e queimar-lhe algumas aldeias, e autorizou os comandantes de Perném e Bardês a moverem-lhe toda a sorte de hostilidades.

Nêste estado de cousas, o conde de Sarzedas teve de entregar o govêrno da India ao seu sucessor o conde do Rio Pardo.

No govêrno do conde de Sarzedas foram creadas cinco cadeiras de latim, sendo uma nas Ilhas e duas em cada um dos concelhos de Salsete e Bardês (2); foi transferida a alfândega da cidade velha para Pangim (1811); o tribunal da Inquisição, que havia sido restabelecido em 1779, foi pela segunda e ultima vez extinto em 1812 (3); e fa-

**Extinção do tribu-
nal da Inquisição
pela última vez**

(1) O padre Lobo foi mais feliz do que os seus companheiros na desgraça; porque fez valer a sentença obtida em 1819 contra os seus agressores no govêrno de D. Manuel de Portugal e Castro e por êste meio recuperar tudo o que havia perdido. *Bpl.* 1852. pag. 76.

(2) Vid. cit. *Noticia historica e Legislação da Instrucção publica.*

(3) Dellon, *Narração da Inquisição de Goa*, trad. de M. V. de Abreu.

leceu o arcebispo Santa Catarina. assumindo o governo da diocese o bispo de Macau. D. fr. Manoel de S. Galdino. que era seu coadjutor.

Começa agora a benéfica e justa governação do vice-rei D. Diogo de Sousa. conde do Rio Pardo, que tomou posse em 29 de Novembro de 1816.

O conde do rio Pardo aliava à prudência e bom senso zelo e energia. Adoptando uma política conciliadora com os vizinhos, nunca transigiu em assuntos que offendessem a dignidade nacional.

Informado da série de roubos, assassinatos e outras malfetorias praticadas pelo dessai de Uspá, e, determinadamente, do arrebatamento do padre João Mateus de Ataíde, de Siruká, de Usneá Porobo, de Pomburpá, e de muitos outros, o conde do Rio Pardo intimou ao dessai que sob pena de severo castigo, restituísse em 24 horas e sem mais réplica os vassallos prisioneiros e, no praso de 30 dias, toda a fazenda roubada a êles e ao vigário de Revorá. O dessai não obedeceu, mas deu uma resposta recheada de evasivas e de protestos de amizade, que lhe foi devolvida como indigna de ser aceita pelo govêrno portugûês; e, em seguida, o vice-rei expediu uma fôrça de 2.000 homens às ordens do bravo coronel João Caetano Galego da Fonseca, conhecido em Goa pelo nome concanim de *hat-katrô*, maneta, por ter perdido uma mão. Em Janeiro de 1817, a nossa tropa atacou e tomou a casa-forte de Uspá, cuja guarnição, vendo frustrada a sua resistência, fugiu para os matos. O vice-rei mandou arrasar a praça por não poder ser conservada com guarnição sufficiente e levantar uma fortificação próxima ao rio de Alorna. O dessai, depois de andar alguns meses embrenhado nos matos, solicitou o perdão, que o vice-rei lhe concedeu, impondo condições onerosas e bem garantidas.

Tomada da casa-forte de Uspá

Pouco tempo depois desta brilhante campanha, levantou-se o dessai de Zambotim e procedendo do mesmo modo como o de Uspá, praticou um roubo atroz em Verém (Bardês), nas casas do negociante Dandó e vedou a passagem, pelo seu distrito, aos portugueses que comerciavam com os Gates. Mas não foi preciso que as nossas tropas o fossem bater. Algumas medidas, que o conde do Rio Pardo adoptou, cortando todas as comunicações com êle, e o castigo exemplar que foi infligido a uns cinco salteadores presos, foram bastantes para que o dessai, aterrado, pedisse perdão, restituindo prontamente um prisioneiro que levava da casa roubada em Verém.

No fim do mesmo anno a sar-dessaína Durgá Bai, ofendida por quererem os portugueses levantar uma fortaleza em Manerim no dessaiado de Uspá, de que ella se julgava soberana, mandou, pelo seu dessai Sambaji Saunto, praticar roubos e atrozidades hostilidades na aldeia portugueza de Tiracol. O conde enviou contra a praça de Karim uma expedição sob o commando do marechal Manoel Godinho de Mira. O nosso exército sitiou a praça 'causando-lhe com a artellaria notáveis estragos; mas por falta de gente própria para os ataques e por causa da moléstia que acometeu alguns officiaes, foi obrigado a levantar o assédio.

Em 1818 foram transferidos para Pangim o tribunal da Relação, a junta da Fazenda, a Contadoria geral e outras repartições públicas; e em 1820 foram demolidos por estarem muito arruinados o palácio da Inquisição e o antigo palácio dos vice-reis na velha cidade. O conde do Rio Pardo reorganizou e disciplinou o exército, cortando vários abusos que o desvirtuavam, e para lhe facilitar a instrução fundou a *Academia militar de*

Actos notaveis
da administra-
ção

Goa ⁽¹⁾; organizou a segurança pública acabando com a pesada ditadura que a nobreza exercia sobre os povos de Goa, e introduziu reformas úteis em todos os ramos da administração, do que resultaram avultadas economias para a Fazenda. Por estas e outras inúmeras medidas, que decretou em benefício do país, principalmente pelos actos da sua severa justiça, e pela protecção que dispensou às classes desvalidas, foi considerado como *as delícias da India Portuguesa* ⁽²⁾.

Contudo, em Setembro de 1821 revoltou-se a tropa e depôs o vice-rei. Foi o caso:

Chegaram a Goa alguns periódicos ingleses e cartas particulares vindas de Bengala e Bombaim, trazendo a notícia de que el-rei D. João 6.º, que se achava no Rio de Janeiro, sancionara uma nova constituição política, proclamada pela revolução patriótica do Pôrto, e que nas côrtes de Lisboa se projectava declarar beneméritos da pátria os que nas províncias ultramarinas a proclamassem. Alguns espíritos exaltados, descontentes com a governação do conde do Rio Pardo, que lhes havia reprimido os abusos e as prepotências, apoiados por outros, que pelo seu sincero patriotismo almejavam uma nova era da regeneração e a liberdade política do país, formaram o projecto de proclamar a mesma constituição em Goa.

O vice-rei, porém, inflexível na observância da lei, não se resolvia a adoptar a nova forma de govêrno sem que recebesse de Lisboa ordens officiais que esperava; e, entretanto, já havia tomado providências para abafar qualquer movimento que porventura viesse perturbar o sossego do país; mas foram baldados os

(1) Vide cit, *Noticia historica e Legislação da Instrucção publica.*

(2) M. V. de Abren, *O Governo do Vice-rei Conde do Rio Pardo.*

seus esforços. O tenente-coronel de artilharia, Joaquim Pereira Marinho, o físico-mór António José de Lima Leitão, o médico indiano, Bernardo Peres da Silva, e mais alguns indivíduos, combinados com os desembargadores da Relação e com os dois marechais do exército, Joaquim Manoel Correia da Silva e Gama e Manoel Godinho de Mira, promoveram uma insurreição militar.

No dia 16 de Setembro, às duas horas e meia de madrugada, quando o vice-rei ainda estava a dormir, al-

Deposto o vice-rei; e proclamada a constituição

guns regimentos cercaram o palácio do govêrno, levantando vivas à constituição, e os dois marechais, os dois desembargadores presentes, e o físico-mór, acompanhados de um

trôço de soldados, entraram no palácio arrombando as portas e intimaram ao vice-rei, que encontraram já vestido do seu uniforme de capitão-general, que o povo e a tropa queriam a constituição e que o seu govêrno estava assim findo. O vice-rei limitou-se a responder-lhes que nestas circunstâncias êle nada tinha que dizer.

Sendo prêso, foi mandado escoltado, mas com o maior respeito, para o palácio do Cabo, tomando contas do govêrno uma parte dos principais chefes da revolta. O conde do Rio Pardo ficou recluso no Cabo até 2 de Outubro, em que embarcou para Bombaim.

Se a ambição e os despeitos não andassem adiante do patriotismo, os nossos liberais teriam esperado poucos dias e conseguido o regimen constitucional independentemente da revolução militar e da deposição do vice-rei, que o país nunca pediu e que o deixou engolfado numa completa anarquia.

Em Fevereiro de 1822 o conde do Rio Pardo, que continuava a estar em Bombaim, voltou a Goa sendo recebido com as honras devidas à sua alta dignidade,

e jurou a constituição ; e em Março partiu para a Rio de Janeiro na charrua *Luconia*, em que viera o seu sucessor.

1.^a Junta Provisional

De 17 de Setembro a 3 de Dezembro de 1821

Deposto o benemérito vice-rei conde do Rio Pardo e proclamada a constituição, instalou-se a *Junta Provisional do Governo*, composta de cinco membros: o conselheiro Manoel José Gomes Loureiro, os marchais Manoel Godinho de Mira e Joaquim Manoel Correia da Silva e Gama e os desembargadores Gonzalo de Magalhães Teixeira Pinto e Manoel Duarte Leitão; ficando excluídos da lista o arcebispo de Cranganor D. fr. Paulo de Aquino, que então residia em Goa ⁽¹⁾, e o físico-mór Lima Leitão, os quais deviam, também, fazer parte do govêrno, constituindo-se a junta de sete membros, na forma do que se achava acordado entre os conjurados.

Esta exclusão criou descontentes, que desde logo começaram a conspirar.

Em 1 de Outubro a junta provisional convocou uma assembleia composta das câmaras municipais de Salsete, Bardês e Ilhas, chefes dos corpos militares, ecclesiásticos e magistrados, a qual resolveu que, se viesse nomeado o sucessor do conde do Rio Pardo

(1) Foi depois sagrado em 4 de Março de 1825 pelo Arcebispo S. Galdino na igreja do Colégio de S. Tomas de Aquino.

com o simples título de capitão-general ou de vice-rei, ou outra qualquer patente passada na forma do costume, não fôsse reconhecido como governador, mas que lhe fôsse oferecida apenas a presidência da junta provisional; e que fôsem eleitos deputados às côrtes, sendo excluídos do voto "os gentios".

Em 18 de Outubro a junta publicou uma promoção concedendo postos de acesso a alguns officiaes militares, preterindo os outros que se julgavam com igual direito, e no dia immediato declarou beneméritos da pátria não só os que tinham concorrido para se proclamar a constituição, mas todos os militares, pelo fundamento de terem mostrado adesão e fidelidade à causa da regeneração; e dissolveu a *guarda nacional*, que tinha creado logo depois da revolução, conservando os vencimentos em réis fortes sómente às praças europeias. Todas estas medidas aumentaram o número dos descontentes e comprometeram a estabilidade da junta.

Neste estado de cousas, a legião de Bardês, tendo sabido que a junta projectava dar uma nova organização à tropa, dissolvendo alguns regimentos, revoltou-se e saindo dos seus quartéis de Colvale, na noite de 23 de Outubro, sob o comando do tenente-coronel Joaquim José Pinto de Gouveia, dirigiu-se a Verém, outra banda de Pangim, apoderou-se da praça da Aguada e do forte dos Reis-Magos e ameaçou vir atacar a capital.

A junta provisional, depois de fazer alguns preparativos para a defesa da cidade, tratou de indagar positivamente o motivo da revolta e, sabendo que era o receio da dissolução que impelira a legião de Bardês a fazer aquele movimento precipitado, mandou um emissário a Verém, o brigadeiro António de Melo Souto-Maior Teles com a portaria de perdão aos revoltosos e para lhes assegurar da parte do govêrno

que os boatos da reorganização não tinham fundamento ; com o que todos se recolheram aos seus quartéis.

No dia 25 de Outubro, foram presos, por ordem da junta, o físico-mór Lima Leitão, o tenente-coronel Marinho e alguns oficiais do exército, e foi nomeado o desembargador António Monteiro da Rocha para proceder a uma devassa em Bardês sôbre os motins ocorridos em algumas das tropas.

Nos fins de Outubro, a junta reorganizou o exército dissolvendo as duas legiões de Pondá e Bardês formando de toda a fôrça 7 batalhões de infantaria e um regimento de artilharia; com o que ficaram diminuídos 1318 combatentes.

Entretanto a devassa de inconfidência fazia numerosas prisões e crescia o descontentamento em todas as classes, mesmo entre os que haviam concorrido para a exaltação da junta.

Nestas circunstâncias chegou a 25 de Novembro D. Manoel da Câmara, nomeado, antes de ser proclamada a constituição, no reino, governador e capitão-general da India. Os influentes do partido descontente foram logo persuadí-lo a não fazer parte da junta provisional, pretextando incómodos de saúde, até que, por meio duma nova revolução, substituíssem essa junta por outra ; o que realmente conseguiram em poucos dias.

Segunda Junta Provisional

De 8 de Dezembro de 1821 a 18 de
Outubro de 1822

Oito dias depois da chegada do novo governador effectuou-se a deposição da junta provisional, cuja vida os despeitados minavam ha muito tempo.

O tenente-coronel Marinho e o físico-mór Lima Leitão, a-pesar de estarem prêsos, êste na Aguada e aquelle no forte de Naroá, puderam entrar em combinações secretas entre si e, ajudados de vários indivíduos militares e paisanos, fizeram rebentar uma nova revolução, concorrendo para isso ainda o elemento popular.

Na noite de 2 de Dezembro, alguns corpos militares marcharam sôbre a capital sob o comando do brigadeiro António de Melo, pondo-se à testa do regimento da artilharia, de que era comandante, o tenente-coronel Marinho, que na mesma noite se evadira da prisão, e, cercadas as casas dos três principais membros da junta governativa, esperaram até que amanhecesse o dia 3, em que uma deputação juntamente com a câmara municipal de Salsete, que trazia uma representação assinada por um grande número de pessoas principais dêsse concelho, foram pedir a D. Manoel da Câmara que tomasse a direcção para se instalar uma nova junta provisional, segundo o espirito da constituição portugueza, que todos haviam jurado.

D. Manoel appareceu no palácio, acompanhado de numerosos officiaes militares e de quasi todas as notabilidades do país e, reunidos em assemblea o arcebispo primaz e outros altos funcionários e as câmaras municipais das Ilhas, Salsete e Bardês, convidados para a instalação do novo govêrno, declararam extinta a junta eleita em 16 de Setembro e elegeram outra, composta de D. Manoel como presidente, e dos vogais D. fr. Paulo de Aquino, arcebispo de Oraganor; António de Melo, brigadeiro; João Carlos Leal, desembargador; Lima Leitão, físico-mór, que, em consequência da ordem de soltura, voltou da Aguada e assinou a acta da eleição.

A nova junta, logo depois da sua instalação, mandou retirar as escoltas que cercavam as casas dos membros

da junta transacta e deu por terminada a devassa aberta pelo desembargador Rocha, pondo em liberdade todos os indivíduos que se achavam presos em resultado dela.

Em 8 de Dezembro foi convocada uma assemblea mais ampla, que confirmou a eleição da junta, feita em 3 de Dezembro, combatendo assim a opinião que atacava a sua legitimidade ; e deliberou que fosse abolida como anticonstitucional a diferença do soldo entre as praças europeias e indígenas e que fôsseem creadas companhias de granadeiros, uma em cada batalhão e a de bombeiros na artilharia (¹).

A 22 de Dezembro começou a imprimir-se, numa tipografia trazida de Bombaim e montada no andar inferior do palácio do govêrno, uma folha official com o título de "Gazeta de Goa," cuja redacção foi incumbida ao dr. físico-mór Lima Leitão (²).

Em 14 de Janeiro de 1822 reuniu-se uma assembleia dos eleitores sob a presidência do padre Paulo António Dias da Conceição nos paços do senado da Câmara de Goa e ele- **Primeiros deputados**
geu deputados às côrtes Bernardo Peres da Silva, Constâncio Roque da Costa e o dr. António José de Lima Leitão ; os quais chegaram a Lisboa em 1823 justamente quando el-rei D. João 6.º, restaurando o govêrno absoluto, dissolvia

(¹) M. V. de Abreu, *Relação das Alterações politicas de Goa*, desde 16 de Setembro de 1821 até 18 de Outubro de 1822.

(²) Francisco João Xavier, *Breve Noticia da Imprensa Nacional*. A *Gazeta de Goa* foi o primeiro periódico neste Estado. Desde então o jornalismo tem sido uma árvore frondosa, havendo curiosas publicações para a sua história, de Cunha Rivara, Ismael Gracías e António Maria da Cunha. Em Maio de 1898 Silva Leal publicou em Lisboa, comemorando o centenário da India, um opúsculo intitulado *Jornaes indo-portuguezes*, onde não são infelizmente poucas as inexactidões.

as côrtes. Bernardo Peres protestou contra essa dissolução e Constâncio Roque da Costa dirigiu a elle algumas representações em benefício do país ⁽¹⁾.

Para substituir o dr. Lima Leitão na junta provisional foi eleito o capitão de mar e guerra Joaquim Mourão Garcês Palha. Esta eleição, feita por uma assembleia composta de elemento official, sufocando os votos do povo e desatendendo as representações da câmara de Bardês e de vários proprietários,—bem assim alguns outros actos da junta contrários à constituição jurada e que redundavam particularmente em prejuizo dos interesses dêsse concelho, exacerbaram o espirito público por tal forma, que os influentes de Bardês, incitados pelos membros e partidários da junta deposta, começaram a convocar reuniões em diversas aldêias para se tratar do assunto.

O govêrno, receoso de qualquer movimento, mandou ac desembargador João Maria de Abreu Castelo Branco abrir devassa de inconfidência em Bardês ; em resultado da qual foram pronunciados o tenente-coronel José de Assa, comandante das milícias de Bardês (europeu e cunhado do marechal Godinho), o padre Pedro António Ribeiro (natural de Pilerne e professor de philosophia no colégio por êle estabelecido nessa freguezia), o padre João Mariano Cardoso, natural de Candolim e vigário encomendado de Pangim, o advogado Eusébio Mariano Goes, de Calangute, e várias outras pessoas. Além disto o govêrno desarmou o

(1) A relação de todos os deputados às côrtes, eleitos pelos círculos da India até 1873, encontra-se em M. V. de Abreu, *Noticia de alguns filhos distinctos da India Portuguesa*. Vide um artigo publicado a pag. 200 do *Almanaque Annuario recreativo para 1898*, sob a epigrafe: *Os nossos deputados às côrtes desde 1877*. No cit. livro *Goa sob a Dominação portugueza* vem a lista completa até 1897.

regimento das milícias de Bardês composto de oficiais e soldados naturais dêste concelho, colocando em Guirim (ponto central) um forte destacamento.

A pronúncia e as escoltas para a captura dos pronunciados agravaram extrêtamente o desgosto dos bardesanos, levando os indiciados quási ao desespero.

Pois, na noite de 9 de Maio de 1822 uns 500 homens mal armados e divididos em dois grupos, capitaneados um pelo tenente-coronel José de Assa e o outro pelo padre Pedro Ribeiro, marcharam sôbre o quartel de Colvale, esperando tomar de surprêsa, ou talvez, em virtude de alguma combinação precedente, o batalhão ali estacionado e com o seu auxílio derrubar a junta governativa e constituir uma outra. Mas não só não conseguiram o fim, pelo contrário, o tenente-coronel Assa com 112 homens, entrando neste número alguns eclesiásticos, foram ali presos, tendo escapado os outros com o padre Pedro Ribeiro, que se refugiou em Malvane. Os presos foram postos à disposição do juiz da devassa, que terminou pronunciando 40 dêles, quási todos da classe ilustrada de Bardês inclusive 8 padres (¹).

O facto de se encontrarem entre os amotinados o cunhado do marechal Godinho, membro da junta anterior, e alguns clérigos, fêz persuadir a tropa de que o movimento era inspirado pelo marechal e pelo arcebispo S. Galdino.

Em sua consequência, no dia 16 de Maio apresen-

(¹) Ficaram estes políticos presos por um ano e 8 meses tendo passado ultimamente das diferentes prisões para a praça da Aguarda, encontrando-se entre êles os mais fogosos entusiastas Eusébio Mariano Goes, José Paulo Lobo, António Filipe Rodrigues e Caetano Xavier Furtado.

O pároco de S. Matias, António José de Sá, que também fôra pronunciado, homiziou-se.

tou-se diante do palácio do govêrno toda a força militar da capital com 6 peças carregadas à metralha, exigindo que a junta expulsasse de Goa em 24 horas os principais motores da insurreição de Bardês, alegando que estas e outras perturbações, desde 3 de Dezembro, cançavam a tropa com marchas e contramarchas e deixavam em grande susto as famílias principais do país.

O govêrno, cedendo a esta exigência, mandou sair do território portugûes os indivíduos indicados pela tropa e que foram o marechal Correia, o tenente-coronel Luís Manoel Correia de Melo, o conselheiro Loureiro e os desembargadores Magalhães, Rocha e Abreu, ficando salvos, por empenho do arcebispo de Cranganor, o marechal Godinho e o arcebispo S. Galdino, que, a-pesar disto, teve de ir, pouco depois, fixar a sua residência em Sunquerim ⁽¹⁾.

Depois desta violenta medida, contra a qual protestaram os expulsos, os quatro membros da junta, queixando-se de coacção, ofereceram a sua demissão mais duma vez ; mas a tropa não a aceitou. Era já francamente a vontade da tropa que mandava.

A expulsão dos desembargadores e doutros funcionários do país, longe de pôr termo às desordens, veio a ser uma renhida questão entre o exército e os partidários dos deportados, a qual, principiando por manifestos e protestos, produziu uma grande exaltação dos espíritos, que deu em resultado novas deportações e finalmente a morte do capitão Luís Prates de Almeida e Albuquerque, official-maior

**Assassinato de
Luís Prates**

(1) Pela desastrosa expulsão de quasi todos os magistrados a junta provisional nomeou os advogados Cipriano Silvêrio Rodrigues Nunes, Joaquim Mariano Alvares, e André Francisco de Bragança, ouvidores das Ilhas, Salsete e Bardês respectivamente.

da Secretaria Geral e redactor da *Gazeta de Goa*; o qual, por sustentar doutrinas liberais e ter redigido um protesto condenando o movimento de 16 de Maio, caiu no desagrado do exército e foi assassinado b̃rbaramente pela companhia dos granadeiros a 15 de Julho, em pleno meio dia, quando aquele bravo official se recolhia de Pangim para a sua residência em Ribandar, passando pela frente do quartel dessa companhia a poucos passos do palácio. Do processo instaurado por êste facto não resultou culpa a ninguém ! (1)

Finalmente, em consequência dum decreto das côrtes e de provisão régia, dissolveu-se a segunda junta provisional a 18 de Outubro de 1822 e principiou a governar sósinho D. Manoel da Câmara (1822-25), que, em Novembro de 1823, tendo recebido a notícia do restabelecimento do regímen absoluto em Portugal, assumiu o govêrno sob a antiga forma, que exerceu tranquillamente, com o título de vice-rei, até a sua morte, ocorrida no Cabo no dia 16 de Novembro de 1825.

Durante a gerência dêste govêrno, os desembargadores expulsos que residiam em Malvane partiram para Lisboa, e voltaram os officiais deportados e o arcebispo S. Galdino; foram também postos em liberdade todos os presos políticos, sendo aplicada aos pronunciados a amnistia concedida por decreto de 5 de Junho de 1824.

**Amnistia aos
presos e pro-
nunciados**

D. Manoel prendeu os ranes e os sar-dessais de Querim e Gululém na praça da Aguada, por causa

(1) Cit. *Relação das Alterações politicas*, — J. C. Barreto Miranda, *Quadros historicos de Goa*, caderneta 3.ª — e várias outras publicações.

das desordens que praticaram, e destruiu-lhes as casas-fortes na província de Satari ; instituiu as lotarias da Misericórdia e o monte-pio militar como estabelecimento particular ⁽¹⁾.

(1825-27)—Depois da morte de D. Manoel da Câmara governaram por via da sucessão o arcebispo D. Fr. Manoel de S. Galdino, o chefe de esquadra Cândido José Mourão Garcês Palha e o desembargador Ouvidor Geral António Ribeiro de Carvalho, até ao dia 9 de Outubro de 1827.

CAPÍTULO XXI

1827-1851—Transformação de Pangim em uma vila ; regime de prefeitura, revoltas, desordens e dois governos

D. Manoel de Portugal e Castro, (1827-35), que, dois anos depois da sua posse, teve o título de vice-rei, principiou a governar a Índia em 9 de Outubro de 1827.

Empregou todos os seus esforços em melhorar as condições higiénicas e materiais da cidade de Pangim, nivelando o terreno e aterrando os esteiros e as várzeas de arroz, que conservavam águas estagnadas no centro da povoação.

Foram no seu tempo construídas algumas pontes,

(1) Vide adiante o governo do vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro.

duas das quais, sôbre o braço do rio na extremidade ocidental da capital, conduzem ao amplo passeio arborizado, chamado o *campo de D. Manoel* e vulgarmente conhecido pelo nome de *Campal*, que foi o último pântano que o vice-rei mandou entulhar e aformosear.

Abriam-se, também, largas praças e ruas marginadas com alguns edificios particulares e públicos, entre os quais se podem mencionar o vasto quartel militar, a casa da alfândega com o seu cais, a fonte denominada *Cabeça de vaca* e a antiga cadeia pública, de dois andares, sôbre o quartel dos granadeiros, edificio que foi demolido em 1891, levantando-se em seu lugar as casas, onde, presentemente funciona o tribunal da 1.^a instância.

D. Manoel creou cinco escolas de instrução primária ⁽¹⁾, reorganizou o exército e, melhorando o sôlido dos officiaes, obrigou-os a terem o curso de mathematica da Academia militar, para serem promovidos a 1.^a patente. Fundou a biblioteca pública de Nova Goa, sendo o seu fundo constituido com os livros dos extintos conventos ⁽²⁾. Organizou um corpo volante de seis companhias de sipais incluindo a dos mouros, que guarnecia a sala do palácio em occasiões de cortejos; e aggregou à Fazenda pública o monte-pio militar ⁽³⁾.

Várias providências

(1) Cit. *Noticia e Legislação da Instrucção publica.*

(2) O *Relatorio da Bibliotheca Publica de Nova-Goa*, dado pelo bibliotecário Ismael Gracias em 15 de Setembro de 1892 (suplemento ao *Boletim Oficial*, no.º 123 do mesmo anno), dá desenvolvida noticia da fundação e progresso desse utilissimo instituto, único no seu género em todo o ultramar português.

(3) Extinto o monte-pio militar da India por decreto de 30 de Abril de 1874. Em Goa têm-se fundado muitos estabelecimentos de beneficência e mútuo auxilio, sendo o mais antigo o monte-pio

Este vice-rei, embora tivesse empregado na execução das obras de Pangim a melhor boa vontade e talvez as mais activas diligências, não ficou isento de graves acusações, e uma censura official o increpou de haver despendido os dinheiros públicos sem a devida economia e fiscalização, pedindo-lhe restritas contas do seu procedimento. Pode-se dizer, porém, que foi D. Manoel quem creou a antiga vila de Pangim ⁽¹⁾.

A 18 de Outubro de 1827 foi jurada na cidade de Goa a carta constitucional de 1826 e aclamado D. Pedro 4.^o rei de Portugal. Pouco depois D. Manoel, aceitando, sem nenhuma preocupação política, o regímen que se estabelecera no reino,

**Juramento da
carta constitu-
cional em Goa**

geral de Goa, fundado em 1861 pelo nosso eminente compatriota, Bernardo Francisco da Costa.

(1) D. Manoel de Portugal e Castro, logo no comêço do seu govêrno receou que *no futuro ficasse totalmente abandonada e destruída a cidade de Goa*, sem haver outra que a substituísse. Para prevenir tão grande mal escolheu como centro das novas edificações Pangim, pobre logarejo da aldeia de Taleigão, onde ocultava na beira do rio a fortaleza do Idal-Khan, que servia de residência aos governadores. Isto importava a mudança da cidade, e escassos eram os meios de que dispunha D. Manoel para empresa tão gigantesca. Em vez de esmorecer redobrou de energia, e depois de nivelar os outeiros, os esteiros, as várzeas; entulhar os charcos donde emanavam gases mefíticos, principiou a construção de famosos edificios para as repartições públicas, quartéis, escolas, formando ruas espaçosas, praças, cais, etc., para o que recorreu ao cofre do senado da câmara das Ilhas, ao das comunidades agrícolas e ao da fazenda pública, despendendo nas obras o total de 878.574 xerafins (réis 140:571\$840).

.....O próprio senado da Camara, na conta que deu para a côrte em 1830, diz que tais obras eram inúteis, caprichosas e até supérfluas, feitas com pouca economia e sem fiscalização. A censura official, também, não se fez esperar, increpando-o de haver exorbitado e pedindo-lhe restritas contas do seu procedimento. Cit. T. de Aragão *Descrição das moedas* — Vol. 3.^o, pag. 64 e 65.

aclamou D. Miguel, mas apenas teve conhecimento de ter entrado em Lisboa o exército libertador, fêz a aclamação da rainha constitucional D. Maria 2.^a, a 10 de Janeiro de 1834. D. Manoel reconhecia como soberano legítimo todo o príncipe que subia ao trono.

Em Janeiro de 1835 veio governar a Índia Bernardo Peres da Silva, natural de Neurá, das Ilhas de Goa, homem inteligente, honesto e apreciado pelos seus serviços ao país como médico e como deputado às côrtes ⁽¹⁾. A sua nomeação foi devida ao seguinte facto:

Bernardo Peres, tendo sido eleito, pela segunda vez, deputado às côrtes pela Índia em Dezembro de 1827, chegou a Lisboa ao tempo em que D. Miguel, proclamando-se rei absoluto, dissolvia as côrtes.

O deputado protestou, como da primeira vez, contra essa dissolução e, perseguido pelo govêrno, emigrou para Plymouth na Inglaterra. Uma vez ali, sabendo que na reunião dos três Estados, convocada pelo usurpador, um frade irrequieto se apresentara com impudência como procurador dos povos de Goa, publicou um enérgico e substancioso protesto, que, ecoando por todas as côrtes europeias, lhe valeu um renome distinto ⁽²⁾. De Plymouth seguiu para o Rio de Janeiro, onde passou a vida dando lições do ensino primário.

(1) De Bernardo Peres da Silva existem biografias escritas por Júlio Gonçalves na *Ilustração Goana*,—Barreto Miranda no *Archivo Pittoresco*,—M. V. de Abrên na cit. *Noção de alguns filhos distinctos da Índia Portuguesa*,—e por Ismael Gracías no *Directorio Goano* de 1896.

(2) Este protesto está intercalado pelo autor no seu folhêto publicado no Rio de Janeiro em 1832 sob o titulo *Dialogo entre um doutor em philosophia e um portuguez da Índia sobre a constituição politica de Portugal*.

Firmado o govêrno de D. Maria 2.^a, o duque de Bragança D. Pedro 4.^o, na qualidade de regente, querendo recompensar a inabalável fidelidade e adesão de Bernardo Peres à causa da rainha e da carta, nomeou-o *Prefeito* do Estado da India (¹), segundo a lei das prefeituras promulgada pela Regência da Terceira, com o ordenado de 20,000 xerafins e com a autorização para nomear ou demitir empregados de nomeação régia e fazer todas as reformas que entendesse.

Mas foi um passo errado : porque a India, dividida em castas e fracções inconciliáveis, debatendo-se ao tempo entre liberais e miguelistas, não podia eficientemente ser governada por um indígena, embora muito competente, e menos ainda aceitar as reformas radicais do govêrno da restauração, que Bernardo Peres vinha incumbido de executar. Era, pois, a administração erigida de sérias dificuldades (²).

O prefeito trouxera em sua companhia para a India, como pessoa de sua confiança, o coronel Fortunato de Melo (europeu), nomeado governador militar por sua proposta; e, logo que tomou posse do govêrno, a 14 de Janeiro de 1835, nomeou para secretário da prefeitura o seu ex-colega na deputação, Constâncio Roque da Costa, e para conselheiros, o marechal Joaquim Manoel Correia da Silva e Gama, o brigadeiro António de Melo e o comendador D. José Maria de Castro e Almeida, todos três representantes da primeira nobreza do país.

(¹) Corresponhia ao que se chama *governador civil*.

(²) O regime das prefeituras deu-se mal em todas as colónias, havendo revoltas e desordens em Cabo Verde, Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe; mas em parte alguma fez correr tanto sangue como na India.

Vid. *Colonias portuguezas* por P. Chagas, pag. 68.

Em seguida começou a fazer rasgadas reformas em todos os ramos da administração pública e, executando os decretos que trazia, mandou reverter os funcionários providos em nome de D. Miguel, fêz efectiva a extinção das ordens religiosas e do tribunal da Relação, nomeando para compôr o novo tribunal de segunda instância, denominado Junta da justiça, Manoel Maria Souto e Silva, ex-desembargador da Relação, e os advogados indígenas Casimiro António de Menezes e António Caetano Pacheco e os desembargadores da Relação eclesiástica, padres António José de Sá e Berardo Pereira ⁽¹⁾.

Reformas

Rebentaram logo os despeitos; e os lesados, unidos aos facciosos, secretamente auxiliados pelo governador militar Fortunato de Melo, cercaram com tropa a residência do prefeito em Panelim em a noite de 1 de Fevereiro, e, conduzindo-o sob custódia para a corveta *Infanta Regente*, proclamaram governador a D. Manoel de Portugal, que ainda se conservava em Goa, quem sabe se à espera dêste sucesso. Para a rápida explosão dos ódios concorreu muito a notícia da morte de D. Pedro 4.º, que um dos motores da revolta soube por jornais ingleses de Bombaim que recebia, notícia totalmente ignorada do prefeito.

Deposição do prefeito

D. Manoel assumiu efectivamente as rédeas do governo, mas, dois dias depois, convocando uma assembleia, fêz eleger em seu lugar o marechal do campo Joaquim Manoel Correia da Silva e Gama, a quem, na quali-

(1) P.º António de Sá era pároco da igreja de Parrá, chefe do partido popular de Bardés e jurisperito.

dade de primeiro conselheiro da prefeitura, pertencia, segundo a lei, o govêrno do Estado na falta do prefeito. D. Manoel, embora conivente com os sediciosos segundo todas as probabilidades, mas dotado de boas qualidades de espirito e de coração. não quis infringir a lei e ao mesmo tempo livrou o prefeito de maior desacato. fazendo-o partir, dias depois da deposição, para Bombaim.

Não foi mais feliz a administração do marechal Correia. Em 10 de Fevereiro o 1.º regimento de infantaria e o batalhão de artilharia, estacionados na capital e comandados respectivamente pelos majores Francisco António da Silva Pimenta (europeu) e Luís da Costa Campos, descendente duma principal família, fizeram um movimento contra-revolucionário, pedindo a reintegração de Bernardo Peres. que já se achava na cidade vizinha.

O marechal Correia reuniu logo as três câmaras municipais e todos os funcionários, e conformando-se com a deliberação tomada em assembleia, enviou uma deputação a Bombaim para convidar o prefeito a reassumir o govêrno.

Mas a maioria da tropa, que não queria o prefeito, revoltou-se em 3 de Maio e apoiada por Fortunato de Melo, já francamente adverso a Bernardo Peres, surpreendeu o arsenal em Goa, roubou os petrôchos e tendo marchado no dia immediato sobre a fortaleza de

Gaspar Dias, atacou o 1.º regimento ali aquartelado composto de praças na maior parte europeias e descendentes de europeus e o destruiu

**Carnificina de
Gaspar Dias**

todo, depois de cometer as maiores atrocidades, sendo nessa ocasião incendiada a praça e deportados os comandantes para os pontos muito afastados da capital. O batalhão de artilharia aquartelado no Cabo escapou à carnificina, vindo apresentar-se de-

sarmado ao governador militar, conforme êste lhe havia ordenado (¹).

Govêrno Provisional

**De 3 de Março de 1833 a 23 de Novembro
de 1837**

Logo depois do massacre de Gaspar Dias, os principais insurgentes reuniram-se no palácio de Pangim, depuseram o governador Correia e elegeram um govêrno provisional, composto do coronel graduado João Casimiro Pereira da Rocha de Vasconcelos, do físico-mór Manoel José Ribeiro e do frade capucho fr. Constantino de Santa Rita, pai dos cristãos.

Passados alguns meses, o falecimento dêste último deu lugar a compor-se o govêrno de cinco membros sendo agregados aos dois existentes o coronel João Cabral de Estifigue, o tenente-coronel António Maria de Melo e o desembargador Joaquim António de Moraes Carneiro. Pouco tempo depois, deixando de fazer parte do govêrno o desembargador Carneiro e tendo falecido o físico-mór Ribeiro, foram eleitos, para o preenchimento das duas vagas, o secretário do govêrno António Mariano de Azevedo, de origem brasileira, recentemente chegado de Lisboa e José António de Lemos, major engenheiro de Goa, e ambos êstes não se conformando com as deliberações tomadas pelos

(¹) O marechal Correia governou de 3 de Fevereiro a 3 de Março de 1835.

seus colegas, abandonaram o poder, ficando a gerência dos negócios a cargo dos três restantes.

Durante esta calamitosa e despótica governança por espaço de quasi três anos, o povo de Goa, como adeso à causa do prefeito, foi vítima da mais vergonhosa perseguição. A tropa cercava e invadia as casas particulares a pretexto de estar oculto nelas algum sedicioso ou algum armamento, roubava as joias e maltratava os habitantes. O terror espalhado e a falta de segurança pessoal obrigavam os principais cidadãos a emigrarem para o estrangeiro ou a viverem escondidos em sítios êrmos. Em suma, o país quasi todo gemia sob a opressão e violência.

Nesta situação, o prefeito que contava com o apoio do país e da guarnição da fortaleza de Tiracol, no intuito de vir reassumir a sua autoridade em Goa, saiu de Bombaim: à testa de uma expedição preparada nesta cidade e comandada pelo almirante americano Holborn; mas, colhido no trajecto por um ciclone, que lhe dispersou as embarcações, foi outra vez arribar a Bombaim.

Entretanto, poucos dias antes do malôgro da expedição, a fortaleza de Tiracol havia sido sitiada pela tropa revolucionária. A guarnição, não podendo lutar com a falta de mantimentos, decidiu-se a abrir as portas aos sitiantes, depois que um dos comandantes dos revolucionários, Francisco Vicente da Cunha, por alcunha o *Mata-tigres*, se comprometeu a salvar as vidas. Mas os revolucionários, desleais ao compromisso, apenas entrada a fortaleza, mataram todos os que nela encontraram, espetando em seguida as cabeças dos degolados defronte das respectivas casas. Mariano da Rocha, de Aldoná, e alguns paisanos notáveis de Bardês, que se tinham acolhido nessa fortaleza para defenderem a causa da

**Carnificina em
Tiracol e Gulu-
lem**

legitimidade, foram, também, ali decapitados.

Nessa ocasião, a tropa praticou igual carnificina em Gululém de Satari, numa fôrça que ali existia fiel ao prefeito. Era uma vesânia herodíaca.

Malograda, portanto, a tentativa de voltar para Goa, Bernardo Peres, acompanhado do seu secretário, passou de Bombaim para Damão, tomou posse do govêrno desta praça e da praça de Diu, que se haviam conservado fieis, ficando assim a India portugueza dividida em dois govêrnos entre si independentes, com o escândalo dos visinhos e grande regosijo dos ingleses, até à chegada do governador geral, o barão de Sabroso.

O mais notável é que, tendo havido últimamente desinteligências entre o govêrno provisional e o governador militar, que, segundo dizem, procurava avocar para si ainda as atribuições do poder civil, foi Fortunato de Melo, prêso por ordem do govêrno provisional, colhido numa cilada em casa de um seu amigo em Bicholim e remetido para Lisboa. Veio-lhe o castigo daqueles mesinos de quem se servira para depor Bernardo Peres, recebendo assim a inexorável pena de talião ⁽¹⁾.

Prisão do governador militar

(1) Vide cit. *Quadros históricos de Goa* caderneta 3.^a e *Goa sob a Dominação portugueza*. Durante essa calamitosa época de 1835 a 1837, publicaram-se muitos folhêtos e impressos de parte a parte, que será necessário consultar, quando se queira escrever a história completa e imparcial do tão tormentoso período. E' um importante e valioso subsidio a seguinte relação bibliográfica que Ismael Gracias publicou, sob a epigrafe *Luctas caseiras* no Almanaque *Valmiki* de 1887, e que foi transcrita no *Ultramar*, n.º 1529 de 21 de Julho de 1888:—

«I. Proclamação do prefeito Bernardo Peres da Silva, dirigida aos habitantes da India, seus concidadãos, na data de 10 de Janeiro de 1835, em que chegou a Goa a bordo da charrua *Princeza Real*.

Em Novembro de 1832, chegou à India o governador geral Simão Infante de Lacerda, (1837-38) barão

Manuscrito. Começa pelo seguinte texto do psalmista : *Lapidem quem reprobaverunt ædificantes, hic factus est in caput anguli. A Domino factum est istud. Et est mirabile in oculis nostris.*

II. Outra proclamação do mesmo prefeito, dirigida a seus compatriotas em 14 de Janeiro de 1835, dia da posse que tomou nos paços do senado de Goa. Manuscrito.

III. Proclamação de D. Manoel de Portugal e Castro (ex-vice-rei) aos habitantes do Estado da India, feita às 11½ horas da noite de 1.º de Fevereiro de 1835, em que o prefeito foi deposto e prêso a bordo da corveta *Salamandra* por uma facção militar. Manuscrito.

IV. Proclamação de Joaquim Manoel Corrêa da Silva e Gama, marechal de campo, 1.º conselheiro da prefeitura, chamando os povos à ordem e ao reconhecimento da legitima autoridade. 11 de Fevereiro de 1835. Manuscrito.

Em vista desta proclamação, congregou-se no palácio do governo em Pangim em 13 de Fevereiro, uma numerosa assemblea, na qual se deliberou e foi nomeada uma deputação que partiu logo a bordo da dita corveta para convidar o prefeito, que já então se achava em Bombaim, para reassumir as rédeas do governo.

V. Carta de um habitante de Goa a uns seus amigos e compatriotas, residentes em país estrangeiro, datada de 15 de Fevereiro de 1835 e assinada pelas iniciais F. R. T. G., referindo os sucessos havidos anteriormente. Começa pelo seguinte verso de Virgilio na Eneida XI:

Maxima res efecta viri : timor omnis abesto.

E conclue com algumas frases do *Contrato Social* de Rousseau. Folhêto pequeno de 12 pags. impresso sem declaração de typografia.

VI. Circular de Bernardo Peres da Silva, dirigida de Bombaim a 28 de Março de 1835, condenando o procedimento do governador militar Fortunato de Melo, e dos mais que concorreram para a sua deposição. In fólio, impresso sem designação da typografia.

VII. Carta de um habitante de Goa a uns seus amigos e compatriotas residentes em países estrangeiros, datada de Goa, 25 de Abril de 1835, e assinada pelas iniciais F. R. T. G. Começa pelos seguintes versos da Eneida II:

*Festinate viri, nam que tam sera moratur segnities?.....
O' socii, qua prima...fortuna salutis.*

de Sabroso, (1837-38) brioso official de cavalaria, que se distinguira nas campanhas da liberdade.

O seu governo, embora curto e atribulado, porque

Monstrat iter, quaque ostendit se dextra sequamur.

Defende a causa do prefeito. Parece-me que foi impresso; tenho apenas visto uma cópia à mão.

VIII. Proclamação de Bernardo Peres da Silva aos militares, datada de Bombaim a 6 de Maio de 1835. In folio impresso. Exemplares desta proclamação foram circulados em Goa com muito segredo, e na vila de Margão appareceu afixado um à porta da egreja em 14 do dito mês e anno, e tendo recaído fundadas suspeitas dêste facto no padre António Lourenço de Miranda, da mesma vila, foi êle prêso e autuado por ordem do juiz de Salsete, Salvador Filipe Alvares, em vista da portaria do governo provisional de 27 de Abril de 1835. Não sei os ultteriores do processo que se instaurou; possuo apenas um documento por cópia.

IX. Carta de um português estabelecido em Goa a um seu correspondente. Goa em Pondá, 20 de Junho de 1835. Assinada por L. V. F. Começa pelos versos 368 e 369 da Eneida II:

.....*Crudelis ubique*

Luctus, ubique pavor, et plurima mortis imago.

Advoga a causa do prefeito. Impresso de 14 pgs., não se declarando a tipografia.

X. Carta de um português estabelecido em Goa ao redactor da *Chronica* denominada *Constitucional* da mesma cidade, José Aniceto da Silva. Contém alguns documentos e defende a causa do prefeito.

E' assinada por Agostinho Pires Travassos, pseudónimo, segundo se diz, de D. José Maria de Castro e Almeida, e datada de Ribandar a 25 de Julho de 1835. Folheto impresso de 40 pgs. sem declaração da tipografia.

XI. Resumo histórico da rebelião que arrebentou em Goa no dia 1.º de Fevereiro de 1835, contendo uma sucinta e fiel exposição da sua causa e origem, dos successos que a precederam, dos crimes mais horrendos que no seu desenvolvimento, execução e progresso se perpetraram, e fielmente uma abreviada menção das pessoas, que nela mais figuraram.

Com 10 documentos, Bombaim, Impresso por José Francisco de Aguiar. Começa pelos seguintes versos do autor do *Triunfo de Natureza* :

Da verdade o trovão que o crime assusta.

o barão teve conflitos desagradáveis com o comandante da fragata *D. Pedro*, Joaquim Pedro Celestino

Lança por terra a máscara do engano.

Tem 48—VII pgs. além da folha do rosto.

XII. Manifesto do governo provisional dos estados da India Portuguesa, em nome de sua magestade fidelíssima, a rainha senhora D. Maria 2.^a, em XLIII capitulos, assinado em Pangim aos 21 de Julho de 1835 por João Casimiro Pereira da Rocha de Vasconcelos, presidente, Manuel José Ribeiro e Fr. Constantino de Santa Rita, com 52 documentos, impresso na tipografia do governo. O manifesto contém 7 paginas e os documentos 32. Entre estes documentos encontram-se as proclamações atraz mencionadas sob os n.^{os} II e III.

XIII. Refutação analítica do manifesto do governo intruso de Goa, intitulado Governo Provisional dos Estados da India Portuguesa em nome de sua magestade fidelíssima a rainha senhora D. Maria 2.^a, de 21 de Julho de 1835; contendo um exame circunstanciado e esmiuçada confutação de todos os fundamentos e razões em que os manifestantes pretendem apoiar a criminosa rebelião, e os subsequentes horribes atentados por elles perpetrados em Goa; seguida de documentos justificativos e peças officiaes, extraídos da secretaria da prefeitura e de outras repartições publicas. Por um emigrado de Goa. Bombaim. Na officina tipográfica de D. Gonçalves, por José Francisco de Aguiar. Consta de 156 paginas, além das do rosto e 3 de erratas e de 165 documentos em CLIX pgs. Entre os documentos encontram-se as citadas proclamações do prefeito Peres, de 10 e 14 de Janeiro de 1835 (n.^{os} XL e XXVIII).

Esta obra que saiu sem nome do autor, foi escrita sob a inspiração do prefeito e de seus partidários mais illustrados emigrados a Bombaim, por António Simeão Pereira, natural de S. Pedro de Pançim (Ilhas de Goa), redactor do "Pregoeiro da Liberdade", coadjuvado por Luiz Caetano de Menezes, natural de Pirna, que ao depois redigiu a "Abelha de Bombaim". Numa correspondência que publicou no "Boletim do Governo" d'êste estado, n.^o 21 de 12 de Abril de 1839, o juiz de direito das Ilhas José Joaquim Durães, pretendeu êste embalde tirar a António Simeão toda a paternidade da "Refutação", para a dar a Luiz Caetano de Menezes.

XIV. "Atalaia" contra os aristocratas de Goa, por um português na India, datada de Pangim a 16 de Novembro de 1835.

Soares, e com o juiz, servindo de presidente da Relação, Castro Neto, (os quais ambos se retiraram finalmente de Goa, abandonando os seus logares), ainda

Manuscrito. Começa pelos seguintes versos da "Henriada" de Voltaire :

Descends du haut des cieux, auguste verité ;

Répands sur mes écrits la force et la clarté.

O sr. Diogo Filipe de Andrade, honrado official-maior que foi da secretaria do governo geral deste estado, testemunha presencial de vários sucessos de 1835, disse-me que se attribuiam em tempo este veemente escrito a José Balbino de Lemos e Sá, que viera deportado para a India por motivos políticos, e em 1838 serviu o lugar de director da Imprensa Nacional ; mas afirma o sr. J. B. Catão da Costa, filho do secretario da prefeitura, que José Balbino era muito estimado da aristocracia que o manuscrito pretende verberar, e, porisso, é duvidosa essa paternidade. Possuo uma cópia da "Atalaia".

XV. "O Censor e o Investigador Português" em Bombaim, artigo datado de 26 de Maio de 1836, respondendo ao "Investigador" : fol. de 16 paginas, contendo um post-scriptum com data de 4 de Maio do mesmo ano. Traz o seguinte texto de sir E. Brydges :

"The business of just criticism is to expose charlatanism—not to degrade an incury or a rival".

XVI. Memorial de Bernardo Peres da Silva, deputado às côrtes, aos representantes da nação portugueza, assinado em Lisboa a 3 de Janeiro de 1839, relatando as ocorrências políticas de Goa, como em aditamento à Refutação Analítica (XIII) com 14 documentos. Impresso em 1841 na tipografia de João Antonio da Silva Rodrigues, rua da Condessa n.º 19—22 pgs.

XVII. Correspondência do desembargador Manuel Felicissimo Lousada de Araujo e Azevedo no «Paquete do ultramar», n.º 73 de 28 de Setembro de 1839, defendendo-se das acusações que lhe fez o «Investigador portuguez» de Bombaim.

XVIII. Resposta de B. P. da Silva à correspondência supra; folhêto de 10 pgs., Lisboa 7 de Outubro de 1839, na tipografia de Vieira & Torres, calçada de Santa Ana, n.º 74.

XIX. Memorial de Fortunato de Melo, coronel dos estados da India, aos senhores representantes da nação portugueza, defendendo-se das acusações que lhe foram feitas, e pedindo o julgamento de sua conduta. Com 14 documentos. Lisboa 1 de Fevereiro

assim acabou com a anarquia que reinava em Goa e com o escândalo da separação de Damão e Diu. Publicou a amnistia régia aos implicados nas alterações políticas ocorridas em Goa desde o Janeiro de 1835. Os emigrados e homiziados regressaram aos seus lares ('). Reorganizou administrativa e judicialmente

de 1840; folhêto de 40 pgs., impresso na tipografia da Academia das Belas-Artes, rua de S. José, n.º 8:

XX. Jornacs:

"Chronica Constitucional de Goa"—oficial—redigido por José Aniceto da Silva, 12 de Junho de 1830 a 3 de Novembro de 1873.

"O Investigador Portuguez em Bombaim", redigido por José Valerio Capela—6 de Agosto de 1835 a 28 de Dezembro de 1837. A respeito de J. V. Capela, encontram-se interessantes notícias no "Conimbricense" n.º 3952, artigo do seu erudito redactor e meu presado amigo o sr. Joaquim Martins de Carvalho, sôbre o qual escrevi uma correspondência que saiu no "Conimbricense" n.º 3978.

"O Echo da Lusitania", redactor o desembargador Manoel Felicissimo Lousada de Araujo, que fôra demetido pelo prefeito Peres, 7 de Janeiro de 1846 a 5 de Março de 1837.

O primeiro e o último eram órgãos do govêrno provisional e dos sediciosos; o segundo defendia a causa do prefeito."

(') Eis a relação nominal dos officiaes militares, empregados e cidadãos de diferentes hierarquias e classes sociaes de Goa, que se achavam fóra em vários pontos, uns deportados, outros emigrados e outros retirados em rasão das alterações políticas de 1835, e que regressaram no govêrno do Barão de Sabroso:—

Em Vingurlá: Joaquim Manoel Correia da Silva e Gama, marechal do campo;—Caetano de Souza e Vasconcelos, coronel de milicias de Moçambique, com sua mulher e 3 filhos;—António Lobo da Gama, capitão-tenente e governador que foi de Damão;—José da Costa Campos, capitão do corpo de engenheiros e lente da Academia Militar, com sua mulher, cunhada e 5 filhos;—José Joaquim Soares de Veiga, capitão de artelharria e lente da dita Academia;—Francisco da Costa Campos, capitão de artelharria e lente da Academia Militar, com sua mulher, cunhada e 5 filhos;—José Joaquim Soares de Veiga, capitão de artelharria e lente da dita Academia, com sua mulher, sogra e 7 filhos;—Francisco Xavier Soares da Veiga, 1.º tenente de artelharria, com sua mulher e 4 fi-

a Índia e restabeleceu a Relação de Goa na conformidade dos decretos do governo da Revolução de Setembro. No seu tempo começou a publicação de um jornal official denominado—*Boletim do Govêrno do Estado da Índia*—, cujo 1.º número saiu em 7 de De-

**Restabeleci-
mento da Rela-
ção e publica-
ção do Boletim
do Govêrno**

lhos;—Vitorino António Pereira Garcez e Victor Anastásio Mourão Garcez Palha 1.º e 2.º tenentes de artilharia;—Alberto Pereira Garcez, tenente do 1.º regimento da infantaria;—Ricardo de Melo Sampaio, Joaquim Pereira Garcez, Diogo Francisco Mourão Garcez Palha, todos tres alferes do dito regimento;—José Maria da Rocha, alferes secretario do batalhão de caçadores n.º 3.º;—Custodio da Rocha, alferes do forte de Arabó;—Francisco Pereira Garcez, aspirante a official de artilharia;—Bernardo Heitor da Silveira Lorena, penultimo conde de Sarzedas e tesoureiro geral do Estado, com sua mulher, uma prima e 3 filhos;—Jose Maria dos Remedios, natural de Murdã, ex-juiz de direito das Ilhas de Goa;—Camilo de Sá, de Betalbatim, ex-escrivão do dito juiz;—Caetano Francisco Pereira Garcez, escripturário da Contadoria geral e que em Damão serviu de secretário da Prefeitura, com sua mulher e um filho;—José Balbino de Lemos e Sá, europeu;—Vicente Felisberto da Cunha, de Ucassaim, escrivão da Camara agrária de Bardês;—Fortó, um dos mercadores da aldeia Tiracol, com sua mulher e familia,

Em Rarim: Caetano Vicente Lousado, tabelião.

Em Bombaim: António José de Melo Souto-Maior Teles, brigadeiro dos reais exércitos, com sua familia;—D. José Maria de Castro e Almeida, coronel que foi do 1.º regimento da infantaria, com sua mulher e familia;—Francisco Pereira da Silva, tenente-coronel do extinto regimento de milicias, com sua mulher;—Joaquim Manoel da Costa Campos, tenente do 1.º regimento da infantaria;—Cristovão de Melo de Sampaio, alferes do dito regimento;—José António da Costa, 2.º sargento da artilharia.

Em Piro: Camilo Dionisio Alvares, de Margão, médico.

Em Ervalcm: Zalba Ranes, sar-dessai de Gululem, com seus 4 filhos, mulheres e mais comitiva em número de 60.

Em Sorodô: Zalba Ranes, sar-dessai de Sanquelim, com seus brâmanes e sipais em número de 50.

zembro de 1837 sob a direcção do secretário do governo António Mariano de Azevedo.

Dispersos em diferentes pontos do Estado : José António Paulo Gomes, de Aldoná, capitão do extinto regimento de milícias de Bardês e lente da Academia Militar ;—António Manoel Pereira, de Benaulim, ex-procurador régio ;—Custódio Mariano Pinto, ex-juiz pedâneo de Revorá, Joaquim Salvador de Carvalho, de Camorlim, ajudante do professor do ensino primário de Colvale ;—Pascoal João Gomes, da Piedade, advogado ;—Vicente Simão de Souza, paisano ;—Pedro Martinho Alvares, de Aldoná, medico.

Em Damão : Bernardo Peres da Silva, Prefeito, com sua mulher e 6 filhos (a) ; Manoel Maria Souto e Silva, desembargador presidente do tribunal de 2.^a instância ;—Francisco Antonio da Silva Pimenta, major do 1.^o regimento da infantaria, com uma filha ;—João José Pereira Garcez, 1.^o tenente da artilharia ;—José Jaques Salinas de Benevides, 2.^o tenente da marinha de Portugal, deportado pelo usurpador para a India desde 1830 ;—Caetano da Cunha, de Arporá, tenente-quartel-mestre do batalhão de caçadores n.^o 2 ;—Joaquim Gabriel da Cunha, de Arporá, tenente do dito batalhão ;—Antonio Joaquim da Piedade Pereira, de Benaulim, alferes do batalhão de caçadores n.^o 1 ;—Pedro Paulo Pinto, de Candolim, alferes do 2.^o regimento da infantaria ;—José d'Almeida Salema, aspirante a official, com sua mulher, —Bento Gomes da Silva, *idem* com sua mulher e sogra ;—Manoel Antonio da Costa, 1.^o sargento, Salvador Antonio Leal e Joaquim Salvador Pereira, todos tres 1.^{os} sargentos do 1.^o regimento da infantaria ;—Joaquim José da Trindade, Filipe Teixeira e Manoel Maria Dóres, 2.^{os} sargentos do dito regimento ;—Francisco de S. Anna, Gaspar dos Remedios e Tomaz d'Almeida Carvalho, furrieis do dito regimento ;—Mariano José da Cruz, 2.^o sargento do 2.^o regimento da infantaria ;—Manoel Constancio de Souza, 1.^o sargento do batalhão de caçadores n.^o 3 ;—Joaquim Pascoal de Souza e José Nicolau de Souza, 2.^o sargentos do dito batalhão ;—Filipe Caetano de Almeida e Luis Henrique de Souza, furrieis do dito batalhão ;—Agostinho Xavier da Gama, 2.^o sargento do batalhão de caçadores n.^o 2.^o Alguns destes faleceram no exilio.

(Do *Boletim do Governo* n.^o 6 de 1 de Fevereiro de 1838).

(a) Peres regressando a Goa fixou a sua residência em Margão e em 1838 foi pela 3.^a vez eleito deputado e partiu para Lisboa, continuando a ser reeleito até a sua morte, ocorrida em 1844.

Em 13 de Junho o barão de Sabroso caiu desastrosamente do carro, fracturando um braço, e, tomando a doença o carácter de perigosa, entregou o poder ao conselho do govêrno em 28 de Setembro de 1838, e faleceu a 14 de Outubro do mesmo ano. O cadáver, depositado na casa das confrarias da igreja de Pangim, foi transportado com grande solenidade para o Carneiro do Convento de S. Caetano e depois para Lisboa.

O conselho do govêrno, que assumiu a direcção dos negócios do Estado no impedimento e depois da morte do barão de Sabroso (1838), era composto do arcebispo eleito D. António Feliciano de Santa Rita Carvalho, do coronel José Antonio Vieira da Fonseca, do juiz servindo de presidente da Relação José Câncio Freire de Lima e do escrivão deputado da junta da fazenda, Domingos José Mariano Luís, indígena, natural de Curca. Tendo falecido o arcebispo em 1 de Fevereiro de 1839, os outros três continuaram a governar até que chegou o decreto nomeando governador geral interino um deles, o coronel Vieira da Fonseca (1839), que ficou no poder até 14 de Novembro do mesmo ano.

Durante a gerência do conselho foi assassinado em Pangim o secretário geral do govêrno António Mariano de Azevedo, com dois tiros dados à traição, estando à uma janela das casas do official da armada Côrte-Real em a noite de 21 de Novembro de 1838. Ficaram impunes os autores dêste crime, a-pesar do processo que se instaurou; era fácil aliás apurá-los. O infeliz Azevedo era um homem enérgico e funcionário honestíssimo, que, não se conformando com as deliberações tomadas pelos seu colegas do govêrno provisional, havia abandonado o poder, como atraz está dito, e poucos dias antes tinha obtido licença para regressar ao reino, e a oligarquia domi-

**Assassinato do
secretário Azevedo**

nante, que o odiava profundamente, chegou a temer que o secretário pusesse a nú as cousas de Goa ⁽¹⁾.

Ao coronel Vieira da Fonseca succedeu no governo da India o barão do Candal, Manoel José Mendes, (1839-40) que, auxiliado pelo erudito secretário Claudio Lagrange de Barbuda, planeou notáveis reformas administrativas, mas faleceu logo em 18 de Abril de 1840.

Pelo prematuro falecimento do barão do Candal tornou a assumir a direcção do Estado o conselho do governo, presidido pelo coronel Vieira da Fonseca, sendo vogais, além dos retro-mencionados Lima e Luís, o vi-gário capitular António João de Ataíde, e os conselheiros José da Costa Campos, e Caetano de Souza Vasconcelos ⁽²⁾

A êsse tempo, renovaram-se as cubiçosas tentativas do governo britânico, sempre ávido de possuir Goa.

**Tentativas dos
ingleses de
possuir Goa**

O gabinete português em 1839 era presidido pelo visconde, depois mar-
quês, de Sá da Bandeira, que era o
ministro dos negócios estrangeiros.

“A 12 de março dêste ano lord Howard, representante da corte de St. James em Lisboa, apresentou ao visconde de Sá uma nota em que dizia, por ordem do seu governo, que as autoridades británicas de Bombaim

(1) Custódio Manoel Gomes, *Duas Palavras sobre a India Portuguesa*, pags. 12 a 13; —cit. *Goa sob a Dominação portuguesa*, pag. 102—e cit. *Brazileiros notáveis em Goa*. A casa, onde caiu assassinado o secretário Azevedo, era térrea e situada quasi á beira do rio; foi propriedade do general Assa Castel-Branco e agora, sobradada, passou a ser do Banco Nacional Ultramarino.

(2) Estes dois cidadãos foram os primeiros que representaram o elemento popular no antigo conselho do governo depois de organizada a junta geral do distrito na conformidade do Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836 e Lei de 29 de Outubro de 1840.

acusavam os funcionários portugueses de Goa, de haverem favorecido certos rebeldes que, fugindo do território inglês, se haviam retirado para o território indo-português. Acrescentava o embaixador inglês que, tendo o seu governo motivos para reclamar do de Portugal importantes somas, estava autorizado a propor como base desta negociação a cedência à Companhia das Índias Orientais, de Goa, Damão e Diu e de todos os mais territórios que a corôa portuguesa possuía na Índia. Logo no dia 30 respondeu o visconde de Sá que, em vista da correspondência oficial chegada de Goa, podia afirmar a lord Howard, que as autoridades de Bombaim estavam mal informadas, porque os funcionários portugueses, na suas relações com os indígenas fugidos, não tinham de modo algum infringido os tratados entre Portugal e a Grã-Bretanha, e que, quanto à proposta da cedência do território, tinha sido apresentada à Rainha, e S. M. ficara vivamente magoada, porque nunca podia esperar que uma tal idéa partisse do governo britânico, que era o mais antigo aliado do reino lusitano. Dizia mais que S. M. havia ordenado o ministro para declarar em seu nome que o governo nunca poderia admittir como base de qualquer negociação, fôsse esta qual fôsse, a cedência de territórios, que são monumentos de glória para a nação portuguesa e de perseverança de vários príncipes predecessores da Rainha, assim como das façanhas e coragem dos antigos navegadores e guerreiros portugueses.

“O barão da Ribeira de Sabrosa, sucessor do visconde de Sá na presidência do conselho e na pasta dos estrangeiros, recebeu igualmente de lord Howard uma nota, dizendo que o seu governo reputava a cedência de Goa e suas dependências na quantia de 500.000 libras, e que, se a sua anterior proposta fôsse rejeitada, a Inglaterra se reservava o direito de tomar

as medidas convenientes, se apparecessem casos idênticos aos que davam logar a essa reclamação. Sabrosa respondeu a lord Howard no sentido em que o havia feito o visconde de Sá e declarou mais que a proposta da côrte de Londres não poderia nunca ser admitida por govêrno algum portuguez, que tivesse a consciência de merecer êste nome. O que a Inglaterra não tinha podido obter pela força e pela traição nos princípios dêste século queria em 1839 conseguí-lo com dinheiro " (1)

Em 24 de Setembro de 1840 começou o govêrno interino de José Joaquim Lopes de Lima, (1840-42) que se achava em Goa servindo de intendente da marinha e do arsenal.

Lopes de Lima era homem inteligente e activo; reformou o sistema aduaneiro, organizou o conselho de saúde pública e o ensino primário e secundário; estabeleceu na capital escolas de in-

Actos notáveis glês, francês, história e do ensino mútuo; mandou leccionar na Escola Matemática e Militar os cursos de engenharia, artilharia, infantaria e pilotagem, suprimindo o de marinha; transferiu o hospital militar de Panelim para Pangim; renovou o antigo farol da Aguada (2); mandou abrir na cidade a rua denominada—4 de Abril—(hoje 31 de Janeiro); construiu o trapiche da alfândega principal (3); organizou o correio interno e fêz

(1) Ismael Gracías, *Carta Constitucional anotada*, prefácio, pag. XXVII a XXVII.

(2) O farol de Aguada é coevo da conquista. A princípio acendia-se sómente nas noites escuras do verão. Reformado em 1841, passou, desde Outubro do mesmo anno, a acender-se em tôdas as noites do verão, e desde 16 de Outubro de 1864, em tôdas as noites do anno. Alcança 26 milhas e tem a altura de 85,65 metros.

(3) O trapiche foi alargado no govêrno do general Macedo e

outros melhoramentos de reconhecido interesse público.

Contudo atraiu bastantes animadversões, porque não primava pela justiça ; era acusado de concussão franca, e, além de algumas reformas inúteis que fizera, creara ilegalmente alguns impostos fortes e vexatórios, e um batalhão em Quepém, onde construira quartéis com os materiais do extinto Convento de S. Domingos, de Goa, que mandara demolir para êsse fim. Além disto, para ocorrer às despesas ordinárias da província vendera a artellharia de bronze (fundida no nosso arsenal com as armas portuguesas em alto relevo) que talvez ainda pudesse servir, e contraira um empréstimo de 330 mil xerafins, apresentando contudo o orçamento de 1841 o *deficit* de 1.312,162 xerafins, que era quási o duplo do antecedente. ⁽¹⁾

Finalmente em 1842, Lopes de Lima largou o govêrno cedendo a uma revolta e fugindo covardemente do seu posto. Foi o caso.

O govêrno da metrópole mandara para a India, sob o comando do major Francisco Maria Magalhães, um batalhão organizado em Portugal, denominado *batalhão provisório*, com o fim de reprimir a tropa local, que se mostrava cada vez mais insubordinada.

Como Lopes de Lima não gostasse do batalhão, que lhe servia de obstáculo a muitas pretensões, quis retalhá-lo em destacamentos e ordenou que a quarta companhia partisse para Macau e alguns oficiais fôsem em comissão para Timor em companhia do comandante Magalhães, a quem nomeara governador desta nossa possessão, nesse tempo dependente do govêrno da India.

Conto e acrescentou-se-lhe um cais-ponte de madeira, no govêrno do general Vasco Guedes.

(1) *Bosquejo das Poss. Port.* Vol. 1.º pag. 95.

A companhia mostrou má vontade de obedecer; chegou ainda a embarcar depois de algumas transigências do governador; mas na noite de 26 de Abril desembarcou, uniu-se a outras com-

Revolta do batalhão provisório

panhias estacionadas no quartel de Pangim e, na madrugada de 27, o batalhão todo, levantando o grito de revolta, cercou o palácio. O governador intimidou-se, convocou os comandantes da tropa local e, percebendo que êstes recusavam dar-lhe o apoio que desejava, entregou o poder ao conselho do govêrno, apesar das reflexões em contrário, e partiu para Bombaim, onde procurou o auxilio dos ingleses para recuperar a sua autoridade em Goa; mas não conseguiu.

Lopes de Lima, homem de talento e illustração, mas mal intencionado e de instintos sanguinários, que manifestou depois no govêrno de Coimbra, morreu miseravelmente em 1859 na viagem de Solor para Lisboa a bordo dum navio em que ia preso por ordem régia.

O conselho do govêrno que lhe succedeu (1842) revogou as ordens do governador interino e apaziguou a revolução. Este conselho era presidido por António Ramalho de Sá presidente da Relação, sendo vogais o brigadeiro António José de Melo Souto-Maior Teles, o vigário capitular António João de Ataíde e os conselheiros electivos José da Costa Campos e Caetano de Souza Vasconcelos.

Pertencia também ao mesmo conselho, como escrivão da junta da Fazenda, António Maria Bouyrat, que se escusou de tomar parte no govêrno.

A noticia da desordem occorrida em Goa occasionou em Portugal a nomeação do novo governador geral, que foi o conde das Antas Francisco Xavier da Silva Pereira.

O conde das Antas, chegado a Goa em 16 de Setembro de 1842, encontrou tudo na mais completa ordem. Começando a governar, fêz algumas refor-

mas, de que resultaram economias para a fazenda; extinguiu o batalhão creado por Lopes de Lima em Quepém e dois corpos do exército, aumentando duas companhias na infantaria; reduziu o batalhão provisório e as escolas primárias, creou uma escola promiscua e duas primárias em Damão e quatro nas capitais das Novas Conquitas. Extinguiu a casa dos catecúmenos e a da moeda.

Reformas e outros actos notáveis

Por autorização superior ordenou a venda das propriedades pertencentes às extintas ordens religiosas, exceptuando a casa e cêrca dos conventos do Cabo e de S. Caetano e da casa professa do Bom Jesus.

Por alvará de 22 de Março de 1843 foi a povoação de Pangim elevada à categoria de cidade com a denominação de Nova-Goa, onde o conde das Antas mandou erigir um monumento na *praça das sete janelas* ⁽¹⁾ para ali ser transferida a estátua

Elevação de Pangim à categoria de cidade

do grande Afonso de Albuquerque do frontispício do recolhimento da Serra, na velha cidade, edificio que já em 1841 tinha começado a ser demolido pelo seu mau estado ⁽²⁾.

Em 25 de Abril de 1843 mandou o conde das Antas abrir no palácio do govêrno perante a câmara municipal das Ilhas a carta de prego que lhe nomeava successor, a quem logo entregou o govêrno e no dia immediato embarcou para Lisboa.

O successor designado na carta de prego ao conde

(1) Assim chamada, porque cada um dos torreões do quartel, que a defrontam, tem sete janelas. Actualmento é esta praça denominada *a praça de Afonso de Albuquerque*. Nova Goa comprehende Pangim, Ribandar e a antiga cidade de Goa, sendo Pangim o bairro principal.

(2) Cit. memoria *Telas e Esculpturas*.

das Antas era Joaquim Mourão Garcez Palha, (1843) descendente de europeu ⁽¹⁾, que governara Diu e fizera parte do govêrno dêste Estado em 1821

Joaquim Mourão creou a escola de marata em Pangim, restabeleceu o curso de marinha, que Lopes de Lima suprimira, dissolveu as duas companhias que restavam do batalhão provisório e tomou algumas providências úteis ao país.

Em 20 de Maio de 1844 começou a paternal, justiça e económica governação do conselheiro José Ferreira Pestana, (1844-51) ministro e secretário de Estado honorário e lente de matemática na universidade de Coimbra. Findo o triénio, foi o conselheiro Pestana reconduzido no govêrno da India por mais três anos, pelo que os povos deram em várias freguezias solenes acções de graças.

Em 1846 Lopes de Lima, que já estava em Portugal e que não havia desistido da sua pretensão de tornar a governar a India, tentou deslocar Pestana, insinuando uma revolta militar em Goa por intermédio de seus amigos que tinha aqui, e de uns quatro officiaes superiores, 2 europeus e 2 descendentes, que, por terem praticado roubo no cofre dos armamentos, quando comandantes de corpos militares, haviam sido condenados por sentença do conselho de guerra, confirmada por accordão do Supremo Conselho de justiça militar de 14 de Fevereiro de 1846, à perda da respectiva patente e a indemnisar a Fazenda nacional, sendo publicado o accordão junto com a sentença no *Bol. do Gov.* de 13 de Março do mesmo ano ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Cit. *Catalogo do assentamento da gente da guerra*, pg. 24.

⁽²⁾ - Enquanto o processo instaurado contra os poderosos comandantes seguia os trâmites legais no Conselho de guerra, foi

A revolta devia rebentar no dia 29 de Outubro, dia em que todos os batalhões costumavam apresentar-se em parada na capital pelo aniversário natalício de D. Fernando 2.º; mas descoberta a tempo pelo inteligente secretário geral Custódio Manoel Gomes, foi habilmente sufocada pelo governador sem a mais leve alteração do sossego público.

Segundo se deduz dos documentos da época, os principais agentes de Lopes de Lima em Goa para promover a revolta eram o seu primo José Cândio Freire de Lima, juiz servindo de presidente da Relação, e o seu amigo António Maria Bouyrat, que viera despachado em comissão de Escrivão deputado da Junta da Fazenda de Goa, estando ainda em exercício o proprietário, sendo o fim principal da sua missão abrir uma sucursal do Cabralismo, como fêz fundando aqui sob a sua chefia semi-oficial o partido chamado *Chafarica*, denominando-se então *Patulêa* o partido popular, que apoiava o Governador. A nomenclatura vinha do que passava em Portugal.

A revolta abortou, como dissemos, e Pestana continuou impávido nos seus deveres, e foi ainda reconduzido no Governo. (¹)

assaltada à mão armada em Salvador do Mundo (Bardês), na noite de 8 de Setembro do mesmo ano (1844) a residência do juiz substituto, Aleixo Casimiro Lobo, que, como auditor, tinha em seu poder e estava estudando os autos originaes do referido processo. O auditor, suspeitando que o principal objectivo do assalto fôsse os autos, fugiu com eles. Os assaltantes queimaram os papeis que encontraram, mas o processo, que escapou, chegou ao seu termo. “Este atentado, que indicava estarem em movimento os elementos que assassinaram o secretário Azavedo, não acabaram Pestana nem o seu secretário.” *Goa sob a Domin. Port.*, pag.178.

(¹) Vid. *Duas Palavras sobre a India* por Custódio Manoel Gomes; e *Goa sob a Domin. port.* 173-181.

O conselheiro Pestana concluiu o modesto monumento à memória do grande Afonso de Albuquerque, cuja inauguração foi festejada com a maior pompa em 29 de Outubro de 1847, fêz alguns melhoramentos materiais na cidade e tratou bastante da viação pública; aboliu a bárbara usança dos *enganchados* ⁽¹⁾; creou a escola do ensino primário para meninas, a de filosofia e retórica na capital, e a de francês em Margão. Foi nesta época estabelecida no hospital militar a escola médico-cirúrgica, com quatro anos de curso e 2 de farmácia, e em cada um dos corpos militares se abriram aulas regimentais dirigidas pelos respectivos capelães.

No meio de seus trabalhos Pestana viu-se na necessidade de lutar com as pretensões do govêrno britânico, como se vai vêr: Em 1844 revoltou-se contra

(1) « A festa que os gentios intitulam *Zatrá* ainda se pratica no Decan e Concão acompanhada de uma espectacular penitência chamada dos *enganchados*. Armam em dois mastros uma espécie de sarilho, que uma manivela faz girar; em cada extremidade do tal sarilho estão dois ganchos de ferro que furam uma porção de pele distendida das espaldas dos pacientes, e assim levantados dão no ar um certo número de voltas, batendo as palmas e procurando mostrar nas visagens, não só resignação no martirio, mas até prazer! No territorio da India portuguesa foi absolutamente proibido este repugnante sacrificio em portaria de 6 de Dezembro de 1844; no govêrno de Pestana, vinte e dois anos depois ainda os grãocares de uma aldêa das Novas Conquistas requereram permissão para fazerem a festa dos *enganchados* alegando que desde a sua supressão haviam succedido naquella aldêa as maiores calamidades, e para terminarem era indispensavel se lhes concedesse tão *inocente* exercicio!.....O requerimento foi-lhes indeferido, mas a pretensão ficou de remissa para occasião que julguem mais oportuna. » Vid. Cunha Rivara, *Jornada ás partes do sul em 1863*, publicada no *Instituto Vasco da Gama*, n.º 19, 1873, pag. 152.

os ingleses a tribu dos *Hondús* em Saunto-Varim, território ligado ao de Goa pelo norte; e os revoltosos, ao abrigo das florestas, mataram um grande número de oficiais ingleses montados; mas, não podendo continuar a combater com um exército de 12 mil homens que os perseguia, entregaram as armas à tropa portuguesa, que por causa desta insurreição guardava as nossas fronteiras.

Pestana mandou recolher os refugiados com suas famílias num aquartelamento próximo da capital, onde eram vigiados, sendo-lhes tirados todos os meios de voltarem para a terra in-

Contenda com o
governo inglês e a
diplomacia do nos-
so governador

O governador de Bombaim e o governador geral de Calcutá requisitaram que os *Hondús* fôsem entregues às autoridades inglesas, ao que Pestana respondeu que, visto estarem sob a protecção da bandeira portuguesa, não podia, segundo o direito das gentes, satisfazer a requisição. Continuaram as instâncias em tom ameaçador, alegando principalmente a mortandade que os rebeldes lhes haviam causado; e finalmente veio de Calcutá o coronel Outram para fazer embarcar à força os refugiados e transportá-los em um vaso de guerra, que foi fundear à pequena distância do palácio do governo em Pangim em atitude hostil.

Pestana, porém, conduziu-se nesta questão tão habilmente, que, replicando às ameaças inglesas em frases delicadas mas energicas, e correspondendo à altivez do emissário de Calcutá com maneiras afáveis e obsequiosas, mas insistindo sempre nas razões da sua negativa, conseguiu terminar a contenda mantendo o direito da hospitalidade e ao mesmo tempo a inviolabilidade do território português. O comissário regressou muito reconhecido à cortezia do nosso go-

vernador e do secretário geral Custódio Manoel Gomes. O govêrno de Bombaim retirou as tropas que defendiam as fronteiras inglesas, poupando assim maiores despesas.

Em 1847, noventa e dois dos refugiados pediram perdão ao govêrno de Bombaim, e os amnistiados regressaram para Saunto-Varim. Mas Fondú Saunto e filhos, que não foram incluídos na amnistia e estavam em Goa sob vigilância, fizeram distúrbios ao longo das matas de Saunto-Varim e Canará, e roubaram várias casas e alfândegas em Belgão; pelo que foram pela justiça portuguesa degredados para Timor.

Muitos anos depois, tendo pedido perdão ao govêrno inglês, foram, em 1861, perdoados com a condição de pagarem 550 mil rupias por indemnisação da revolta de 1844,—e pagaram.

Em 1877 Saunto-Varim foi incluído nos estados menores da presidência de Bombaim ⁽¹⁾.

Aos esforços dêste governador e do secretário geral Custódio M. Gomes foi devido o estabelecimento da companhia comercial de Goa, que contava mais de 400 associados interessados no bem do comércio e no progresso da indústria.

Durante o seu prolongado govêrno de quasi 7 anos, Pestana procurou melhorar o estado financeiro do país sem novos impostos, tratou com igualdade todas as classes dos povos sem faltar à justiça, e, banindo as práticas vexatórias, fêz cumprir com exactidão as leis existentes. Foi jústamente cognominado *Tito, delicias da India*.

(1) *Bombay Gazetteer, Sarant-Vadi*, vol 10, pag. 446; e *As Colónias portuguezas*, art. de V. Esteves.

CAPÍTULO XXII

1851-1870—Revoltas, desenvolvimento da instrução pública e melhoramentos materiais

Em 15 de Janeiro de 1851 entrou a governar o barão, depois visconde, de Vila Nova de Ourém, José Joaquim Januário Lapa, par do reino e ministro e secretário de Estado honorário (1851-55).

Os primeiros actos da sua governação prometiam fazer entrar a India num caminho de regular prosperidade ; mas veio logo a revolta dos ranes de Satarí, capitaneada por Dipú ou Dipagi Ranes, em 27 de Janeiro de 1852, que lhe consumiu todo o tempo e muito dinheiro da fazenda pública ⁽¹⁾.

Durante a administração do visconde de Ourém deu-se também mais um facto notável, que alterou a tranquillidade pública espalhando terror.

Em 19 de Novembro de 1854 começou a eleição municipal, e na assemblea da Piedade (ilha de Divar) havendo renhida disputa entre os dois partidos políticos, o partido popular ganhou contra o governamental a eleição da mesa definitiva. No dia 20, correndo os trabalhos eleitorais, appareceu no local o capitão Joaquim Pereira Garcês, acompanhado de dois jovens, Tabordas, todos os três filiados no partido do governo, mas não recenseados naquela assemblea. Ao sol-pôsto, recolhida a urna e guardada em um cofre fechado a três chaves num compartimento ligado à igreja, o capitão Garcês exigiu que uma das chaves fôsse en-

(1) Das revoltas de Satarí, falaremos em um capítulo especial.

tregue ao eleitor de sua confiança, porque receava que os mesários adulterassem a urna durante a noite; e, como o presidente lhe respondesse que a lei designava as pessoas em cujo poder deviam ficar as chaves, e portanto não podia satisfazer a sua exigência, Garcês começou a ditar ao regedor da paróquia um officio requisitando tropa para vigiar o cofre. Os populares, persuadidos de que essa requisição tinha por fim o roubo da urna com o auxílio de fôrça armada, tocaram o sino da igreja a rebatê, e unindo-se aos numerosos jornaleiros, que acudiram à voz do sino, agrediram os três forasteiros, espancando

Morte de um capitão

bàrbaramente o capitão Garcês, que poucas horas depois faleceu no escaler, em que ia transportado para o

hospital militar.

Chegada a notícia do assassinato ao palácio, foi expedida na mesma noite uma numerosa escolta, que fechou todas as passagens da ilha, sendo presos no dia seguinte alguns proprietários e jornaleiros.

Nestas alturas, em que a justiça já começara a tomar contas do crime, a 4 de Dezembro immediato, dois batalhões, o de Mapuçá e o de Pondá,

Revolta militar

saindo dos seus quartéis sem ordem superior, se postaram, o primeiro na ilha de Divar, para onde marchou

simultaneamente uma fôrça de sipais também sem ordem superior, e o segundo na velha cidade de Goa defronte da ilha de Divar, com manifestas demonstrações de que queriam vingar a morte do capitão Garcês, arrasando essa ilha e decapitando os principais influentes do partido popular de Goa.

O visconde de Ourém, logo que teve conhecimento do facto, dirigiu-se immediatamente ao sítio onde estava a tropa e fêl-a recolher aos seus quartéis. Este acto de energia cativou os povos.

Como o visconde não tivesse castigado os agentes dessa revolta, e, pelo contrário, os propusesse em poucos dias para os postos superiores, houve quem suspeitasse que êsse motim tivesse sido promovido às ocultas pelo próprio visconde, com o fim de simplesmente aterrar os povos e haver a glória de ter sufocado uma revolta. Ainda não está bem elucidado êste ponto.

O visconde de Ourém a-pesar-de lutar com as dificuldades da guerra de Satarí fêz muitos benefícios ao país. Organizou o liceu nacional de Nova-Goa abrangendo as seis aulas Actos notáveis existentes do ensino secundário, latim, filosofia, história, inglês, francês e marata (1); creou a escola normal para a habilitação do magistério primário, a aula de inglês em Mapuçá, duas de latim em Salsete e Bardês, duas do ensino primário para o sexo feminino nas capitais destas províncias e uma de ensino promiscuo em Diu. Abriu em Pangim a rua denominada "Rua nova de Ourém" que só se concluiu em 1879, e mandou construir a excellente fachada da fonte Fénix no bairro das Fontainhas e a casa para a escola médico-cirúrgica, ligada ao hospital.

Por motivo de doença, e usando da faculdade que lhe havia sido concedida, entregou o poder ao conselho do govêrno a 6 de Maio de 1855 e regressou a Lisboa.

O conselho, que assumiu as rédeas do govêrno depois da retirada do visconde de Ourém, era presidido pelo bispo eleito de Cochim e vigário capitular do

(1) P.^e Filipe Neri de Sousa, *Anuario do lyceu nacional de Nova Goa*, no qual se acha comprehendida toda a historia deste estabelecimento desde os seus primórdios até 1890.

arcebispado de Goa D. fr. Joaquim de S. Rita Botelho, sendo vogais o brigadeiro do exército dêste Estado Luís da Costa Campos, o escrivão interino da Junta da Fazenda Francisco Xavier Peres, e os conselheiros electivos Bernardo Heitor da Silveira e Lorena e Vitor Anastácio Mourão Garcês Palha.

Durante a sua gerência suspendeu-se o levantamento de Satarí, como diremos ; foi estabelecida a escola de francês em Mapuçá e começou a funcionar a escola de física, química e história natural ⁽¹⁾.

A 3 de Novembro de 1855 principiou a governar a India Antónlio Cesar de Vasconcelos Correia, visconde, e depois conde, de Tôrres Novas (1855-64).

Este illustre general, coadjuvado pelo seu douto secretário Cunha Rivara, pôs têrmo definitivamente à sublevação de Satarí restituindo aos dessais e aos ranes os seus privilégios que o visconde de Ourem lhes havia tirado. Lutou com as dificuldades que sobrevieram com a celebração da concordata de 1857 entre a cúria romana e o govêrno português sôbre o real padroado no Oriente, concordata que não teve execução por não poder ser determinada a circunscrição das dioceses sufragâneas ⁽²⁾. Nesta época realizou-se na velha cidade a imponente cerimónia religiosa da exposição do corpo de S. Francisco Xavier (a 3 de Dezembro de 1859), concorrendo milhares de católicos de toda a India ⁽³⁾.

O conde de Tôrres Novas deu impulso à instrução pública, ordenou várias obras sanitárias e de aformo-

(1) M. V. de Abreu, *Breve noticia da creação e exercicio da aula de principios de phisica, chimica e historia natural*.

(2) Cunha Rivara, cit. artigos *Jornada ds partes do sul em 1863 no Instituto Vasco da Gama*, 2.^o vol.

(3) F. N. Xavier, *Resumo historico da vida de S. Francisco Xavier*, 2.^a ed.

seamento na capital, regularizou o bairro das Fontainhas e abriu estradas nas províncias, sendo a mais notável a que vai de Verém a Sunquervale. Em Novembro de 1857, de acôrdo com o governo da presidência de Bombaim, estabeleceu a primeira linha de telégrafo elétrico de Belgão a Goa ⁽¹⁾.

Vários melhoramentos

Pelos melhoramentos com que dotara o país durante o triénio da sua administração havia sido reconduzido no governo por mais seis anos.

Por êsse tempo faleceu em Lisboa el-rei D. Pedro 5.º, de saudosa memória, e subiu ao trono seu digno irmão D. Luís 1.º, cuja aclamação em Goa se realizou a 1º de Maio de 1862.

Ao conde de Torres Novas succedeu o conselheiro José Ferreira Pestana, (1864-70) nomeado pela segunda vez governador geral da India, tendo tomado posse em 24 de Dezembro de 1864.

Depois de cinco anos de governo justiceiro, conservador e pacífico, o conselheiro Pestana teve o desgosto de ver triunfar uma revolta militar em Goa, conhecida pelo nome de revolta de Volvoi. O governo da metrópole, querendo reorganizar por decreto de 2 de Dezembro de 1869 o enorme exército da India, que, sem proveito nenhum, absorvia mais de metade do rendimento total dêste Estado, extinguiu algumas companhias em cada um dos batalhões. Em 1 de Fevereiro de 1870 Pestana ordenou a execução dêste decreto. O resultado foi a revolta de quatro batalhões, que, saindo dos seus quartéis de

Revolta de Volvoi

(1) Inaugurada em Pangim na tarde de 13 de Fevereiro de 1859.

Margão, Pondá, Bicholim e Mapuçá, foram acampar em Volvoi ⁽¹⁾.

(1) A propósito do exército da Índia convém dar aqui uns ligeiros traços sobre a sua organização.

A Índia portuguesa não teve tropas regulares e permanentes senão desde 1670 em diante. Até então a gente de guerra vinha de Portugal nas monções (3 mil homens), e o que faltasse para as expedições empreendidas, os fidalgos e capitães o tomavam do país.

As tropas que guarneciam as províncias, praças e embarcações, se denominavam *Terços*, seguindo nisto o sistema e a nomenclatura usada em Portugal.

Em 1670 veio para aqui um batalhão de infantaria com o seu *mestre de campo* e quatro capitães, e formaram-se quatro companhias que passaram a servir no arraial de Salsete. *Foi este o princípio do exército permanente no Estado da Índia*, diz Cunha Rivara.

Francisco José de Sampaio e Castro (1720) informou a el-rei ter criado, para obviar as grandes faltas de gente, quatro *Terços* de auxiliares de 600 homens cada um, *com patentes e numbramentos sem soldo e só com alguns privilégios*. O conde de Sandomil elevou o número dos *Terços* a seis, que mais tarde passaram a ser três.

Em 20 de Agosto de 1733 teve lugar na Índia o primeiro recrutamento para a tropa regular; e dois anos depois organizaram-se as companhias de cavalaria e artilharia, e mais tarde as companhias de sipais.

Por decreto de 17 de Março de 1750 as tropas de guarnição foram organizadas em regimento, e em virtude dêsse decreto, o marquês de Alorna organizou dois regimentos de infantaria cada um de 19 companhias. Em 1773 foi creado mais um regimento de infantaria e um de artilharia.

O marquês de Pombal mandou constituir a legião de Pondá num efectivo de 1,200 homens em dois batalhões de 12 companhias a 50 homens cada uma; e em 1785 foi creada a legião de Bardés alterando-se a de Pondá e subindo, por ordem superior, em 1790, o completo de cada legião a 1,747 praças.

Ao tempo do Conde do Rio Pardo (1816-1821) a força militar de Góia era de dois regimentos de infantaria, duas legiões, cada uma com sua companhia anexa de cavalaria dois batalhões de caçadores e um regimento de artilharia, montando a 6,920 o número de praças de tropas regulares, além de 296 sipais dos par-

O governador comunicou por telégrafo a notícia do movimento ao govêrno da metrópole e, preparando-se para domar os insurgentes, deu providências para a segurança da capital, para o que contava com a guarda municipal e artilharia, que não haviam tomado parte na revolta ; mas, quando percebeu que não podia confiar nêstes corpos, cedeu em tudo aos revoltosos, aceitando as condições que êstes lhe ditaram. Foi isto vergonhoso para a autoridade ; mas Pestana, velho e cansado como estava a êsse tempo, não podia nesta crise restabelecer doutro modo a ordem e tranquillidade pública, como seria para desejar ⁽¹⁾.

Em consequência desta revolta, Pestana foi exonerado e partiu para Lisboa depois de entregar o govêrno ao seu sucessor.

Durante o seu govêrno entraram em execução os importantes decretos de 1869, obra do peregrino engenho do ministro Rebelo da Silva, sendo o mais notável a reforma das instituições administrativas (1 de

tirdos dos Dessais com o sôldo pago pelo Estado, e obrigados a servir em tempo de guerra.

Mas depois de passar por várias organizações ultimamente, em 1851, estava fixado o efectivo do exêrcito da India em 3,135 individuos, comprehendendo: um official general, um corpo de 12 engenheiros, um regimento de artilharia de 653 praças e um corpo de guarda municipal de 161, estacionados na capital com as respectivas filarmônicas: e fóra da capital a infantaria, que contava 2,308 praças, e era dividida em quatro batalhões;—o de caçadores n.º 1 em Margão; o de infantaria n.º 2 em Pondá; o de infantaria n.º 3 em Bicholim; e o de caçadores n.º 4 em Mapuçá, tendo cada batalhão anexa a sua filarmônica.

O decreto de 2 de Dezembro de 1869, que dava uma nova organização ao exêrcito da India, marcando-lhe o efectivo de 2,694 homens, deu lugar à revolta militar de Volvoi em 1870, e depois à de Marcela em 1871; e essas revoltas motivaram a extinção do exêrcito.

(1) Cit. *Goa sob a Dominação portugueza*.

Dezembro), alterando-se o Código Administrativo de 1842, que também entrara aqui em vigor no anterior govêrno de Pestana, em 6 de Agosto de 1847 ⁽¹⁾.

CAPÍTULO XXIII

**1870-1898—Extinção de exército da India ;
Tratado luso-britânico ; e construção da
linha férrea de Mormugão**

Januário Correia de Almeida, visconde (depois conde) de S. Januário empunhou as rédeas do govêrno a 7 de Maio de 1870.

O visconde de S. Januário, homem inteligente e enérgico, coadjuvado pelo abalizado secretário geral o poeta Tomás Ribeiro, ia melhorando a administração do Estado e aumentando-lhe a receita, sem todavia deixar de favorecer a classe militar, a quem a reorganização do exército havia prejudicado. Nestas circunstâncias os quatro batalhões que se tinham revoltado na governação anterior, vendo que a metrópole demorava a execução das promessas do governa-

**Revolta de
Marcela**

dor Pestana, decidiram-se a recorrer de novo ao mesmo meio, e a 22, 23 e 24 de Setembro de 1871 sublevando-se sucessivamente, foram postar na velha cidade de Goa e depois em Marcela. O governador, que contava com o apoio da guarda municipal e artelharia,

⁽¹⁾ Ismael Gracías, *Carta organica annotada*, 2.^a ed.

armou imediatamente a capital para a defesa construindo barricadas na proximidade do palácio e colocando nas bocas das ruas algumas peças de artilharia e no oiteiro da Conceição dois morteiros, além de estabelecer na ponte de Ribandar uma obra de fortificação, e improvisar no Mandovi duas canhoneiras bem guarnecidas e municionadas; fechou as escolas, chamando os alunos militares para fazerem serviço nesses corpos, telegrafou para o ministério e dirigiu ao mesmo tempo aos habitantes da India portuguesa uma enérgica proclamação, prometendo empregar todos os meios para manter ileso o princípio da autoridade.

O govêrno da metrópole tratou logo de organizar um batalhão expedicionário e, entretanto, mandou para a India a corveta de guerra, *Estefânia*, e o batalhão de caçadores n.º 1 estacionado em Setubal, pondo-se à testa da expedição um príncipe da família real, o infante D. Augusto. A notícia destas prontas medidas e a attitude enérgica do governador produziram um efeito tão salutar, que os insurgentes, apenas foram intimados a recolher-se dentro de seis horas para os seus quartéis, sob pena de, no caso contrário, ficarem sujeitos ao máximo rigor das leis, todos se retiraram submissos à ordem da autoridade, restabelecendo-se a breve trecho o sossego público (30 de Setembro de 1871).

Muito depois de apaziguada a revolta, a 9 de Novembro entrou a barra de Goa a corveta *Estefânia*, comandada pelo capitão de mar e guerra, José Baptista de Andrade, e a 10 de Dezembro o vapor *Necra*, trazendo o infante D. Augusto ⁽¹⁾, o batalhão de ca-

(1) E' o primeiro príncipe europeu que veio a Goa. Vieram depois : o príncipe de Gales, Alberto Eduardo, que chegou aos 27 de Novembro de 1875, no govêrno do general Tavares de

çadores n.º 1 e o novo governador, o general Joaquim José de Macedo e Couto, em substituição do visconde de S. Januário, que foi transferido para a província de Macau e Timor.

O indulto prometido pelo visconde aos revoltosos não foi concedido pelo govêrno superior.

Dentre os melhoramentos realizados no govêrno do visconde de S. Januário os mais notáveis são :

A reforma postal, introduzindo-se o sêlo para a franquia das correspondências ⁽²⁾; a criação dos escrivães vitalícios das confrarias; o estabelecimento do imposto aduaneiro de 3% *ad valorem* sôbre as importações, com destino às obras públicas, que tomaram incremento; a fundação do *Instituto Vasco da Gama*, sociedade literária e científica, inaugurada em Pangim no dia 22 de Novembro de 1871, comemorando o 373.º aniversário da passagem do ínclito herói pelo cabo das Tormentas, quando veio descobrir a Índia ⁽³⁾.

(1871-75) Joaquim José de Macedo e Couto tomou posse do govêrno da Índia a 12 de Dezembro de 1871; por-

Almeida;—D. Carlos de Bourbon (ramo de Hespanha), que esteve aqui em 25 e 26 de Fevereiro de 1885, no govêrno do visconde de Paço de Arcos;—D. Miguel de Bragança (pretendente português), incógnito, que esteve em Mormugão no dia 2 de Fevereiro de 1893, com o título de duque de Newa, no govêrno do contra-almirante Teixeira da Silva;—e o infante D. Afonso Henriques, que desembarcou em Pangim no dia 13 de Novembro de 1895. Vide Ismael Gracías, *O infante D. Augusto em Goa*, prólogo.

(2) Os sêlos postais dêste Estado entraram em circulação em 1 de Outubro de 1871.

(3) No *Ultramar*, n.º 1924 de Dezembro de 1897 se lê um artigo de Ismael Gracías, fazendo a minuciosa história dêste Instituto e na *Era Nova*, n.º 11 de 12 de Janeiro de 1898 a relação nominal de todos os seus sócios fundadores e correspondentes.

tador e encarregado de dar cumprimento aos decretos de 11 de Novembro antecedente, entre os quais avultava o da extinção do exército da Índia e o da organização da força armada, executou-os todos sem o mais ligeiro óbice. Foram, pois, dissolvidos os quatro batalhões revoltados, sendo submetidos a julgamento em conselho de guerra os respectivos comandantes, e reduzida a força militar da Índia a uma bateria de artilharia e algumas companhias de polícia, além de um batalhão expedicionário de Portugal; foi extinta a escola matemática e militar e estabelecido um instituto profissional ⁽¹⁾ e um corpo de fiscalização aduaneira.

**Extinção do
exército da
Índia**

A 3 de Março de 1872 chegou à barra de Goa o transporte *Índia* conduzindo o novo batalhão expedicionário e no dia 24 embarcou no mesmo vapor o infante D. Augusto, com o batalhão de caçadores n.º 1, de regresso a Lisboa, tendo publicado na véspera amnistia aos revoltosos em nome de el-rei D. Luís 1.º.

O govêrno do general Macedo e Couto foi inquietado pelas quadrilhas de salteadores nas Novas Conquistas, que sucessivamente se iam formando, mas que a energia do governador e dos seus delegados concelhios pôde extirpar. Realizaram-se poucos melhoramentos materiais, porque todo o tempo era pouco para as providências contra a salteagem e o banditismo.

Ao general Macedo e Couto sucedeu o general João Tavares de Almeida (10 de Maio de 1875), cujo govêrno foi de simples expediente. Tavares de Almeida

⁽¹⁾ Começou a funcionar no ano lectivo de 1872-73 e findou no de 1892-93, por ter sido extinto por decreto de 31 de Outubro de 1892.

era homem liberal e justo, mas ultra-conservador e viera já achacoso de Lisboa. Morreu a 24 de Julho de 1877 no palácio de Pangim.

Assumiu a administração um conselho governativo o primeiro que se constituiu nos termos do art. 8.º do decreto orgânico de 1 de Dezembro de 1869. Era composto do arcebispo primaz D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, presidente, e dos vogais—o presidente da Relação, conselheiro João Ferreira Pinto, que nos seus impedimentos foi substituído pelo juiz, conselheiro João Caetano da Silva Campos, o coronel Francisco Xavier Soares da Veiga e o secretário geral Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão. Durou a sua gerência desde 24 de Julho até 12 de Novembro de 1877.

Nesse dia tomou posse o governador António Sérgio de Souza (1877-78), visconde de Sérgio de Souza, que apresentou o prospecto duma administração de largos horisontes, mas veio a falecer no palácio do Cabo a 3 de Maio de 1878.

Tornou a governar o conselho, sendo desta vez composto do mesmo arcebispo e do mencionado juiz Silva Campos, e mais tarde do presidente da Relação conselheiro Tomas Nunes da Serra e Moura, do coronel Soares da Veiga, e do secretário geral interino António Sérgio de Souza, substituído depois pelo secretário geral Pinto de Balsemão. Este conselho teve de conjurar a epidemia da cólera em Goa e fez os preparativos da solene exposição do corpo de S. Francisco Xavier.

A 2 de Dezembro de 1878 tomou posse de governador o contra-almirante Caetano Alexandre de Almeida Albuquerque (1878-82) e no dia seguinte abriu-se a exposição do corpo de S. Francisco que se encerrou a 6 de Janeiro de 1879.

O governador Albuquerque foi incansável em ordenar obras de saneamento em Pangim, a abertura de

estradas vicinais em Salsete e Bardês e vários outros melhoramentos de subido alcance. Administrador enérgico, justo e zeloso, o seu triénio é notável pelos seguintes factos:

A execução do tratado luso-britânico de 26 de Dezembro de 1878, **Melhoramentos
notáveis**
a que logo nos referiremos.

A iniciação dos trabalhos da linha férrea de Mormugão (contrato de 18 de Abril de 1881).

A navegação fluvial interna nos rios de Goa por lanchas a vapor, que principiou no dia 22 de Março de 1880.

A coordenação das leis peculiares das comunidades em um regimento, o que foi um valioso serviço àquelas seculares e beneméritas associações.

As conseqüências do tratado de 26 de Dezembro de 1878, podemos resumil-as em poucas palavras. Convenções aduaneiras, monetárias, de extradição, de aliança económica, a linha férrea, em fim, vieram estreitar os vínculos entre as duas Índias, irmanadas pelo clima, pela raça e pelas origens históricas ⁽¹⁾. Entretanto, como todas as medidas radicais, o tratado

(1) Durante este tratado "o comércio esteve libertado das peias aduaneiras; mas faltava sal para o adubo da terra. Tivemos também, como conseqüência dêle, o quebra-mar do pórtio de Mormugão e o respectivo caminho de ferro, que põe este territorio em comunicação, com o visinho; e desde então já não ha obstáculo para continuarem permutações nos meses de Junho, Julho e Agosto com o estrangeiro, como acontecia dantes. O que porém, é certo é que as despesas feitas neste melhoramento, estão muito em cima das forças dêste país, que não pode satisfazer o juro do capital gasto e o governador Caetano de Albuquerque reconhecendo que esta colónia não podia aguentar com as despesas das expropriações, conseguiu que a metrópole as satisfizesse." — *Goa sob a dom. port.*, pag. 232.

ocasionou protestos, mesmo uma crise que se pôde conjurar com providências paralelas, avultando a reforma tributária de 1 de Setembro de 1881, obra do eminente ministro Júlio de Vilhena, que remodelou *de fond en comble* todo o sistema de impostos e contribuições d'êste Estado ⁽¹⁾.

Em 10 de Abril de 1882 tomou posse o governador Carlos Eugénio Correia da Silva, (1882-86), visconde de Paço de Arcos, que funcionou efectivamente até 2 de Abril de 1885 e virtualmente pelo ilustrado e enérgico secretário geral José Maria Teixeira Guimarães, até 4 de Fevereiro de 1886. Durante êste período, executou-se sucessivamente a reforma tributária de 1 de Setembro de 1881 e foram atendidos vários melhoramentos locais, entre outros a organização dos correios com a introdução de bilhetes e vales postais ⁽²⁾. Inagurou-se, também, em 31 de Outubro de 1882 uma primeira parte da linha férrea de Mormugão e o bairro alto da cidade, denominado Guimarães.

Pela exoneração do governador visconde de Paço de Arcos, assumiu (1886) as rédeas do govêrno o conselho presidido pelo arcebispo primaz D. António Sebastião Valente, sendo vogais o presidente da Relação, conselheiro José de Sá Coutinho, o coronel José Inácio de Brito, e o secretário geral José Maria de Teixeira Guimarães, que funcionou até 11 de Abril de 1886, em que tomou posse o conselheiro Francisco Joaquim Ferreira d'Amaral, (1886). Foi breve a sua gerência que prometia muito, tendo apenas regulado novamente a adminis-

⁽¹⁾ Alterado em alguns pontos pelo commissário régio Jevés Ferreira, por sua portaria de 20 de Julho de 1896.

⁽²⁾ Os bilhetes postais começaram a circular em 14 de Novembro de 1882; e a emissão dos vales principiou no 1.º de Maio de 1884.

tração e economia das comunidades e das mazanias dos pagodes (30 de Outubro de 1886). A 2 de Novembro partiu para Europa, entregando o govêrno no dia antecedente ao conselho governativo composto dos mencionados arcebispo primaz, presidente da Relação e coronel, servindo de secretário geral interino Francisco João Xavier.

Este conselho durou até 16 de Dezembro, em que tomou posse o governador contra-almirante Augusto César Cardoso de Carvalho, (1886-89). A sua administração terminou efectivamente em 28 de Abril de 1889 em que embarcou para o reino, entregando o govêrno ao secretário geral Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque e virtualmente em 24 de Maio seguinte, em que se instalou o conselho governativo, presidido pelo referido arcebispo, a esse tempo elevado ao título de Patriarca das Indias Orientais, sendo vogais o presidente da Relação José Joaquim Borges de Azevedo Enes, o coronel Brito e o secretário geral Mousinho de Albuquerque.

Durante este período foi inaugurada e começou a funcionar a linha férrea; executou-se a reforma fazendária de 20 de Dezembro de 1888; reorganizou-se o correio e iniciaram-se várias estradas municipais.

Em 16 de Junho de 1889 tomou posse o governador general Vasco Guedes de Carvalho e Mezezes, (1889-91). A-pesar da sua administração ter sido turvada por acontecimentos político-eleitorais, foi assinalada pela exposição do corpo de S. Francisco Xavier, que foi soleníssima (3 de Dezembro de 1890 a 1 de Janeiro de 1891) ⁽¹⁾; e por uma exposição agrícola e industrial, que foi coroada de brilhante resultado

(1) Vide a *Noticia historica* desta exposição, por Viriato de Albuquerque.

(7 de Dezembro de 1890 a 6 de Janeiro de 1891).

A 10 de Março de 1891 tomou posse do govêrno o general **Francisco Maria da Cunha**, (1891-92), que funcionou efectivamente até 11 de Dezembro dêsse ano e virtualmente pelo secretário*geral, conselheiro **João Manoel Correia Taborda**, até 4 de Março de 1892. Foi quem lançou os primeiros lineamentos da escola de artes e ofícios, ora extinta (1898).

Denunciado em 1891 o tratado luso-britânico de 1878, findou a sua vigência em 14 de Janeiro de 1892, tornando-se ao regimen aduaneiro anterior.

Sucedeu o conselho governativo composto do mencionado patriarca das Indias, do presidente da Relação conselheiro **Luís Fisher Berquó Poças Falcão**, do coronel **Raimundo Maria Correia Mendes** e do secretário geral **Taborda**; o qual funcionou até 28 de Março de 1892.

Nesse dia tomou posse o governador contra-almite **Francisco Teixeira da Silva**, (1892) que deu execução às novas reformas aduaneiras, do abeári e das obras públicas. Entretido igualmente com as eleições políticas, foi transferido, em 13 de Março de 1893, para o govêrno da província de Moçambique, para onde embarcou a 9 de Abril, entregando o govêrno ao conselho composto do presidente da Relação **Poças Falcão**, do coronel **Luís Carneiro de Souza e Faro**, e do secretário geral **Taborda**, o qual funcionou até 2 de Julho de 1893. Durante o govêrno do contra-almirante **Teixeira da Silva**, foi promulgada e executada a reforma da instrução secundária e primária, de 31 de Outubro de 1892.

A 2 de Julho de 1893 entrou no govêrno o capitão-tenente da armada **Rafael Jácome de Andrade**, (1893-94) o qual em 30 de Julho de 1894 largou o exêrcicio nas mãos do secretário geral **Taborda**, sucedendo-lhe um conselho governativo, composto do mencionado Patriarca, do juiz da Relação **Francisco António**

Ochoa, do coronel Luís Carneiro e do referido secretário geral Taborda. Este conselho entregou o govêrno em 8 de Novembro de 1894 ao general de divisão, Ellesbão José de Betencourt Lapa, (1894-95) visconde de Vila Nova de Ourém (filho do antigo governador dêste título).

O facto mais notável do seu govêrno foi a revolta dos soldados maratas, que, não querendo marchar para a província de Moçambique, como ordenara o ministro da marinha Ferreira de Almeida, saíram do **Revolta dos soldados maratas** quartel em massa na noite de 13 para 14 de Setembro de 1895 (1) e foram acampar no antigo forte de Nanuz em Satarí, onde se lhes juntaram os ranes e aldeões, de índole irrequieta e que não estavam satisfeitos com a forma por que se estavam distribuindo as terras daquela província. Esta revolta, assim engrossada, causou muitas depredações e levou para toda a parte o terror, até que veio de Lisboa uma expedição para a debelar, comandada por S. A. o infante D. Afonso, que desembarcou em Pangim no dia 13 de Novembro. Foi substituído o governador Ourém pelo seu antecessor Rafael de Andrade, que tomou posse a 14 de Novembro (1895-96).

A expedição, depois de ouvir uma missa campal, celebrada no domingo, 24 de Novembro, no campo de D. Manoel pelo patriarca das Indias, e que foi a primeira solenidade dêste género em Goa, marchou

(1) Eis o n.º das praças que se revoltaram :

1.º cabo.....	1
2.ºs cabos.....	6
Soldados.....	289
Corneteiros.....	2

Total..... 298

no dia 25 para Satari, onde se conservou até Dezembro, pondo em retirada os revoltosos.

Durante este governo, o país todo esteve sob o pôso da opressão. O governador visconde de Ourém, pouco depois da revolta dos militares e a sua junção aos ranes, tinha declarado suspensas as garantias constitucionais em todo o território de Goa (note-se que o 1.º visconde de Ourém diante da revolta de Dipú Ranes as tinha suspendido unicamente nas províncias de Bicholim, Satari, Pondá e Embarbagem); à tão violenta providência succederam outras não menos violentas, mas dispensáveis, do novo governador, espalhando o sobresalto e terror em todas as povoações, em todas as famílias e lares. Mas vamos à origem desta alteração política que amargurou a India.

Nos últimos meses da governação anterior, *O Brado Indiano*, jornal redigido pelo bispo scismático Francisco Xavier A'lvares, natural de Vernã e residente em Pangim, temperamento exaltado, publicou alguns artigos em linguagem veemente, agredindo certos funcionários europeus de um modo bastante desabrido, que produziu nêstes irritação surda.

O administrador do concelho das Ilhas, que era um dos agredidos, longe de processar o redactor pelo crime de abuso da liberdade da imprensa, prendeu-o como *sedicioso*, por haver recebido umas anónimas denunciando um projecto de sedição, e, depois de o ter vexado com o encerramento em um calabouço imundo, o remeteu com o respectivo processo ao juiz de direito. Foi isto na primeira dezena de Setembro de 1895.

O juiz, que era europeu, não encontrando elementos do crime de rebelião, pôs em liberdade o prêso; e, dois ou três dias depois, julgou e absolveu o seu advogado Sertório Coelho, que também havia sido detido admi-

nistrativamente no mesmo calabouço talvez como cúmplice no mesmo crime.

Alguns amigos particulares de cada um dos prêsos receberam-nos, quando restituídos à liberdade, com entusiasmo de momento, o que provavelmente representava um protesto contra as prisões, que êstes julgavam arbitrárias enquanto não estavam suspensas as garantias constitucionais.

Nesta conjuntura ocorreu a referida revolta dos soldados maratas, reforçada depois pela vigésima insurreição dos ranes de Satari, visando cada uma a um objectivo bem diferente e definido; em sua consequência tendo sido exonerado o visconde de Ourém, veio governar a India Rafael de Andrade ⁽¹⁾.

No início mesmo da nova governação, o grupo de funcionários europeus, que havia sido atingido pelo *Brado Indiano*, ligando os ataques da imprensa com os factos, que, por uma fatalidade, se lhes seguiram immediatamente, viu no seu conjunto, não à luz do critério, mas pelo prisma das aparências, uma *sedição* nativista provocada pelo referido periódico, e envolveu nesta numerosos filhos da India, grandes e pequenos, tanto os supostos colaboradores daquele jornal, como os que nunca o leram e ainda os que sempre o detestaram.

A intriga trabalhou nesta terrível obra incançavelmente, algumas cubiças e malquerenças se acenderam, e a India, que sempre foi cordialmente portuguesa, passou de repente por *sediciosa*, sem que tivesse havido nela a mínima convulsão nem sombra de movimento popular contra a autoridade estabelecida.

Rafael de Andrade, inspirando-se nas ideas dos que o cercavam, participou ao govêrno central a exis-

(1) Diremos em outro lugar o que se passou em Satari.

tência da sedição, mandou vários funcionários civís e militares nascidos na Índia, uns para Moçambique e outros para Damão e Diu, e exonerou alguns empregados públicos muito prestantes e encanecidos no serviço ⁽¹⁾.

Nomeou um conselho de guerra permanente, que enchia as cadeias de prêsos como implicados na sedição e revolta. Organizou uma ronda volante, que, por não respeitar o direito de propriedade do Dessai de Sunda, provocou o levantamento dêsste Dessai com uma nova quadrilha de salteadores aliada dos ranes já sublevados. Proibiu divulgar a

**Providências
violentas**

(1) Não nos é possível dar a relação nominal dos oficiais militares e empregados públicos de diferentes hierarquias afastados para pontos distantes de Gôa, nem dos que foram prêsos, exonerados ou obrigados a emigrar; mas referir-nos-hemos a uns poucos que chegaram ao nosso conhecimento. Dr. Rafael Pereira, chefe do serviço de saúde, foi transferido para Cabo Verde, coronel João de Melo Sampaio, reitor do Liceu Nacional, e Ismael Gracías, professor do mesmo liceu e oficial da secretaria geral, foram mandados para Damão; Bernardo F. da Costa, antigo deputado da nação e inspector da instrução primária, para Diu; José António Pereira de Azambuja, professor da escola normal, para Moçambique; Caetano Francisco Henriques, administrador do concelho de Bardês exonerado e prêso na Canhoneira *Rio Lima* por alguns meses e seu sogro, o advogado Inácio Caetano de Carvalho, visconde de Bardês, teve de emigrar e conservar-se por muito tempo na Índia Britânica para fugir da violenta perseguição que se lhe movia, sendo considerado o principal instigador da revolta dos Ranes seus antigos clientes. Não se fala dos que foram detidos por poucos dias.

A história desta sedição e revolta, com os respectivos episódios tristes e alegres, fa-la-há a posteridade, e só então os factos, hoje ainda contemporâneos, hão de aparecer em toda a sua luz.

Entretanto, podem encontrar-se muitas informações no livro *Goa sob a dominação portuguesa* e em vários folhetos contemporâneos.

notícia de tudo o que passava nas repartições públicas sob pena de demissão de quem a divulgasse, ou de todos os empregados da repartição, no caso de não se descobrir o divulgador.

Suspendeu a publicação de todos os jornais, sendo ainda apreendidos os jornais portugueses, que viessem de Bombaim. Dissolveu a junta de saúde composta de três facultativos distintos, filhos da Índia, constituindo uma nova junta presidida por um facultativo europeu nomeado chefe dos serviços de saúde, embora de graduação militar inferior à daqueles seus colegas, ao qual deu também a superintendência de um *hospital de sangue*, montado no rez-do-chão do palácio do governo em Pangim.

Entretanto os ecos da Índia chegaram a Lisboa: as cartas de oficiais expedicionários e outros europeus de ténpera verdadeiramente portuguesa, informando suas relações e os jornais de Portugal de que a imprensa indiana não contribuíra por forma nenhuma para a deserção dos soldados nem havia em Goa cousa alguma que indicasse sedição ⁽¹⁾; o clamor dos pre-

(1) O capitão de estado maior, Garcia Rozado, escreven a este respeito na *Revista do exército e armada* o seguinte “Mas se esses desertores eram guiados ou inspirados por uma sedição de nativos, não se comprehende que, estando na capital, não procurassem assenhorear-se dela, ou ao menos, dos dinheiros públicos e dos odiados funcionários europeus. Além disto, todos viram pelas descrições dos jornais, que os soldados saíram tumultuariamente do quartel para o largo fronteiro, onde, dentro em pouco, com algumas praças de polícia (indígena) compareceu o administrador do concelho (Gomes da Costa), sabedor do ocorrido primeiro do que ninguém, e que, esgotados outros recursos, procurou dominar os discólos dirigindo contra eles algumas descargas, limitando-se os desertores, a-pesar-de se terem apossado das suas armas, a seguir na direcção de Ribandar, podendo aquêlê funcionario—contudo um dos mais violentamente agredidos na imprensa—acompanhá-los ainda durante grande extensão, com o fim de con-

judicados ; a morte de Bernardo Francisco da Costa, ocorrida na praça de Diu, para onde havia sido oficialmente mandado por espírito de perseguição ; os artigos do *Universal*, jornal do deputado pela India Constâncio Roque da Costa, que se publicava em Lisboa, em defesa dos interesses indianos, e varios outros factores reviraram a opinião pública da metrópole, e Rafael de Andrade foi substituído pelo infante D. Afonso Henriques com o título de Viso-rei (1896), conferindo-se-lhe os poderes do executivo, que desempenhou desde o dia 19 de Março até 27 de Maio de 1896, dando aos povos a esperança da paz e dum melhor futuro, promulgando diferentes providências de largo alcance e tendo na despedida concedido em nome de el-rei amnistia aos revoltosos.

Sua Alteza regressou com a expedição no dia 29 de Maio, tendo no dia 27 entregue o govêrno ao conselheiro João António de Brissac das Neves Ferreira (1896-97) nomeado comissário régio, também, com os poderes do executivo, por decreto de 22 de Maio de 1896.

O conselheiro Neves Ferreira governou desde 27 de Maio de 1896 até 3 de Março de 1897. No uso das atribuições do executivo reorganizou a instrução secundária e publicou vários e importantes decretos, que uma ordem régia posterior mandou denominar portarias. O que, porém, deslustrou a sua administração foi a portaria de 29 de Maio de 1896, com que a estreou, mandando passar pelas armas os indivíduos que fôsem encontrados em flagrante delicto de roubo ou de homicídio, portaria, cujos tristes efeitos foram ainda agravados por ódios locais, causando muitas

vencê-los a recolherem ao quartel, sem ter sido vítima de qualquer violência ". Vid. *Goa sob a Domin. port.* p. g. 265-266.

vítimas, e que contrasta frisantemente com a generosidade com que Portugal, adiante de muitas nações, aboliu a pena de morte.

Restabeleceu o exército indiano (que havia sido extinto em 1871 depois da revolta de Marcela) formando quadros exclusivos para europeus, outros para êstes e seus descendentes, e o terceiro para todos. Êste numeroso exército, pelo qual estavam militarizadas até as administrações das matas, dos prédios nacionais e das aldeias, contava 170 oficiais, custando a despesa anual de 287 contos ou 967.500 rupias; e por isso esta organização não foi aprovada pelo govêrno superior.

Com a retirada do comissário régio ficou governando o mencionado secretário geral Taborda (1897), assumindo o poder em 13 de Maio de 1897 um conselho governativo composto do referido Patriarca, do juiz da Relação Ochôa, depois substituído pelo presidente do mesmo tribunal, Abel Augusto Correia de Pinho, do coronel João de Melo de Sampaio e do referido secretário geral. Êste conselho governou até 18 de Agosto de 1897.

CAPÍTULO XXIV

(1897—1925) Pacificação de Satarí e
varios melhoramentos.

No dia 19 de Agosto tomou posse o governador geral Joaquim José Machado (1897—1900), cujos primeiros actos, recebidos com geral aplauso, foram a concessão definitiva da amnistia em portaria de 9 de Setembro

de 1897, firmando a pacificação completa do Estado da Índia, e o levantamento da suspensão imposta ao jornalismo pelo governador R. de Andrade.

Em seguida à pacificação de Satarí o general Machado promulgou a sua reforma administrativa e abriu estradas indispensáveis para o progresso daquela província e para a manutenção da ordem pública; conseguindo ao mesmo tempo que o govêrno britânico, a-pesar-de não existir tratado de extradição, lhe fizesse a entrega de 25 prisioneiros *pathans*,—autores dos importantes roubos praticados em pagodes das Novas Conquistas em 1897 e 1898,—e de alguns assassinos todos refugiados no território inglês.

Continuando a trabalhar criou a escola de tiro *Infante D. Afonso* e o ginásio do batalhão de infantaria.

Construiu e abriu à exploração a linha telegráfica da capital à Ponda, Sanquelim e Valpoi; a qual pouco depois foi prolongada até Mapuçá, e hoje se encontra extendida por quasi todos os concelhos de Gôa.

Deu excepcional impulso aos trabalhos de viação, construindo principalmente no concelho de Bardês, uma rede de estradas, que ao presente facilitam a circulação da vida e o movimento rápido das populações rurais.

Melhorou consideravelmente a imprensa nacional.

Por motivos de economia extinguiu a *escola de artes e ofícios*, conservando-lhe o que tinha de utilidade prática,—as oficinas de encadernação, serralharia e carpintaria.

Criou a repartição de *agrimensura* para proceder ao levantamento da carta corográfica e agrícola dêste Estado e à organização do cadastro geral, com o fim de proporcionar ao país o melhor meio de definir os limites da propriedade e evitar as demandas prolongadas sobre as usurpações dos terrenos.

Criou também a repartição dos *serviços hidráulicos* em benefício da agricultura; e modificou alguns impostos.

Transferido para o govêrno da província de Moçambique por decreto de 22 de Março de 1900, fêz entrega do govêrno em 3 de Abril dêsse ano ao conselho governativo, composto do conselheiro presidente da Relação Abel de Pinho, e do coronel João de Melo de Sampaio, estando ausente por motivo justificado o patriarca D. António Sebastião Valente, e com licença na metrópole o secretário geral Taborda.

Eduardo Augusto Rodrigues Galhardo, (1900-905) coronel de infantaria do exército de Portugal, depois general de brigada, transferido por D. de 22 de Março de 1900, do govêrno de Macau para o da Índia, tomou posse na igreja do Bom Jesus a 13 de Maio dêsse ano.

Depurou com enérgicas providências o Satarí dos elementos de perturbação e desordem, que prejudicavam a tranquillidade pública, sendo, depois de suspensas as garantias constitucionais em todos os concelhos das Novas Conquistas em 14 de Fevereiro de 1902, prêsos e degredados os desordeiros para Timor.

Melhorou muito o edificio do Liceu Nacional, ampliando-lhe as aulas e os corredores contíguos; e propôs a remodelação da nossa instrução secundária, que foi aprovada provisoriamente por port. ministerial de 31 de Dezembro de 1900.

Prestando atenção às escolas primárias, ordenou a construção de novos edificios para algumas, distribuindo-lhes mobília indispensável.

Regularizou o serviço do lazareto dos Reis-Magos e tomou várias medidas para evitar a importação da peste bubónica e da cólera em Gôa, sendo construída uma enfermaria-lazareto no planalto de Morinugão; e empregou os seus melhores esforços pelo saneamento

da vila de Mapuçá, cruelmente invadida pela referida peste bubónica ⁽¹⁾.

Em 30 de Novembro de 1901 foi celebrado o contrato entre o governo português e o Banco Nacional Ultramarino para o privilégio de emissão de notas e obrigações prediais no Ultramar, recebendo o banco todos os rendimentos públicos e os depósitos judiciais, e comprometendo-se, como tesoureiro gratuito do Estado, à pagar nas localidades, onde tiver caixas filiais ou agências, as despesas públicas até ao limite dos fundos do mesmo Estado que tenha em caixa ou na agência local.

Realizou-se também em 1902 a entrega da exploração da linha férrea *West India P. Railway* à companhia *Southern Maratha*.

Foram decretadas novas tabelas de portes e taxas de correspondências postais; e regulamentou-se o registo civil dos habitantes não cristãos do Estado da Índia.

Foi elaborado na secção da estatística da secretaria geral o censo da população dêste Estado referido a 1 de Dezembro de 1900, trabalho que, tendo reunido uma valiosa soma de informações e de mapas estatísticos, foi louvado em port. régia.

Atendendo ao desenvolvimento do pôrto de Mormugão, reduziu os direitos de tonelagem, estádio e acostagem das embarcações, e, conforme as circunstâncias, ainda o imposto de *Wharfage*, visando atrair ao pôrto navios a vapor, que o ponham em directa comunicação com os portos europeus, e aumentar o tráfego pela linha férrea.

(1) Durante esta governação deu-se em 3 de Dezembro de 1901 um lamentável sinistro marítimo, afundando-se a lancha à vapor *Gôa* na travessia de Verém à Pangim causando cerca de 80 vítimas.

Reorganizou a *Comissão Arqueológica Permanente da Índia Portuguesa*, dando vigoroso impulso aos trabalhos de conservação dos monumentos históricos, sendo inserida no orçamento do Estado uma verba para êsse fim e publicando-se logo o 1.º número do *Oriente Português*, revista dessa comissão.

Regressou à metrópole em 11 de Junho de 1905, entregando o govêrno ao secretário geral Dr. Francisco Maria Peixoto Vieira, que depois o passou para as mãos do conselho governativo, composto do patriarca Valente, Alfredo Augusto de Mendonça David, presidente da Relação, general José Emílio Santana da Cunha Castelo Branco e o referido sec. geral.

Arnaldo de Novais Guedes Rebelo (1905-1907) coronel de artilharia, nomeado por D. de 5 de Agosto de 1905, tomou posse no Bom Jesus a 8 de Novembro do mesmo ano.

Tendo-se descoberto nas Novas Conquistas, em Fevereiro de 1905, o primeiro jazigo de minério de manganés e publicado no *Bol. Of.* de 22 de Dezembro dêsse ano o decreto de 29 de Dezembro de 1898, que fixava os direitos e obrigações dos manifestantes de minas, apareceram numerosíssimos manifestos atraídos pelo preço muito elevado que atingiu o manganés durante os anos de 1906 e 1907. O governador nestas circunstâncias teve de criar uma repartição especial destinada a tratar dos assuntos de minas, ao cargo do director dos serviços de agrimensura.

Depois de 1907 essa *febre do manganés* declinou por causa da grande baixa no preço dêsse minério. Contudo continuaram a registar-se muitos manifestos de jazigos de carvão, óxido de ferro, manganés e mica.

Autorizado pelo govêrno superior, pôs em execução neste Estado, por port. de 18 de Abril de 1906, o regime vigente da instrução secundária modificado pelo decreto de 29 de Agosto de 1905, com todas as

disposições complementares constantes dos decretos posteriormente publicados, sendo, depois da representação do governador, adaptado ao liceu da Índia por decreto de 23 de Agosto de 1906.

Reduziu os impostos de tonelagem e os emolumentos sanitários dos portos da Índia.

Retirou-se para a metropole em 10 de Abril de 1907, entregando o govêrno ao conselho governativo composto de António Augusto Barbosa Viana, juiz servindo de presidente da Relação, Cesar Augusto Roncon, coronel, e Francisco Maria Peixoto Vieira secretário geral.

José Maria de Souza Horta e Costa (1907-10), major de engenharia do exército de Portugal, nomeado por decreto de 14 de Fevereiro de 1907, tomou posse na igreja do Bom Jesus em 9 de Maio do mesmo ano.

Durante a sua governação em 1908, foram abertas muitas estradas nas Novas Conquistas e algumas em Bardês, Salcete e Ilhas, entrando neste grupo a Avenida *Aires de Ornelas*, importante melhoramento de Panjim até ao Campal; e como complemento da rede de viação, Horta e Costa mandou construir as pontes de Quepém, Sanguém, Sanquelim, Bicholim, Banastarim, Borim e Baga. Das poucas que foram concluídas a de Banastarim caiu e ainda não foi reconstruída.

Em 25 de Janeiro de 1908 faleceu no convento do Alar o 1.º Patriarca das Índias, D. António Sebastião Valente. E em 1 de Fevereiro (sábado) foram assassinados no Terreiro do Paço, em Lisboa, el-rei D. Carlos e o príncipe Luís Filipe.

Em 1909 concluíram-se as obras do grande reservatório de captação das águas de chuva em Chimbél e a canalização de abastecimento em vários pontos da cidade. Utilíssimo melhoramento sem dúvida; mas infelizmente na prática não tem dado os resultados benéficos que se esperavam durante a estação calmosa,

em que a cidade se afflige por absoluta escassês das águas.

No pôrto de Mormugão por autorização do govêrno central foram executadas importantes obras, em que se gastaram perto de 11 laques de rupias, sem novo encargo para o Estado da India, com o duplo fim de prolongar o molhe de defesa e de aumentar a extensão de acostagem no cais de embarque e desembarque.

Prestando atenção especial à exploração mineira, Horta e Costa, na hipótese de que a baixa do preço que tinha experimentado o manganês seria temporária, e o grande número de jazigos que se descobriam, (pois já havia 425 manifestos) poderiam provavelmente produzir uma considerável quantidade dêsse minério em Goa e afluir capitais ao nosso país, organizou definitivamente a secção de minas, de modo a dar o mais rápido andamento aos processos de concessões e à resolução de questões pendentes, requisitando para Lisboa um engenheiro de minas.

Relativamente à agricultura ordenou com autorização superior a execução das obras hidráulicas do canal de Parodá, feitas pelo Estado e do reservatorio de Bondvol, na freguezia de Santa Cruz, custeadas pela respectiva comunidade, iniciando-se os trabalhos de irrigação dos campos, o que prometia melhorar as duas novidades.

Durante esta governação em 5 de Outubro de 1910 foi proclamada a República e por decreto de 10 dêsse mês Horta e Costa foi exonerado.

Como o regime republicano modificou profundamente a administração colonial ⁽¹⁾ e para mais, esta-

(1) Em 27 de Julho de 1917 foi decretada a carta orgânica do Estado da India, constituindo este Estado um organismo administrativo e financeiro autónomo, sob a superintendência e fisco-

mos em plena actualidade, limitamo-nos a recolher apenas os nomes dos nossos governadores, as datas da respectiva posse e a duração do seu govêrno.

O bacharel **Francisco Manoel Conceiro da Costa**, juiz de direito da comarca de Salcete, nomeado governador geral por D. de 10 de Outubro de 1910, tomou posse no palácio do govêrno em Pangim em 12 do mesmo mês e tendo governado quasi 7 anos retirou-se para a metropole em 2 de Julho de 1917, fazendo entrega do govêrno ao secretário geral **Peixoto Vieira**, que o passou em 18 do referido mês para o conselho governativo composto de **Francisco Peixoto de Oliveira e Silva** presidente da Relação, coronel médico **Francisco António Wolfango da Silva**, chefe dos serviços de saude e **Peixoto Vieira** secretário geral.

José de Freitas Ribeiro, capitão de fragata, nomeado governador por decreto de 12 de Junho de 1917, tomou posse no palácio de Pangim em 24 de Novembro do mesmo ano, e governou até 16 de Junho de 1919, em que regressou para a metrópole tendo entregue o govêrno ao capitão-tenente **Augusto de Paiva Bobela da Mota**, nomeado governador geral interino por decreto de 23 de Maio de 1919, o qual governou até 12 de Novembro do mesmo ano.

Jalme Alberto de Castro Moraes, capitão-tenente-médico, nomeado governador por decreto de 23 de Maio de 1919, tomou posse no palácio do govêrno em Pangim em 12 Novembro; e governou até 6 de Abril immediato de 1925, em que entregou o govêrno ao secretário geral e presidente do conselho legislativo **Francisco M. Peixoto Vieira** e regressou à metropole.

lização da metrópole, sendo o principal órgão da administração, depois do governador geral, o conselho do govêrno, posteriormente transformado em conselho legislativo e executivo.

Em 8 de Julho de 1925 tomou posse do governo o capitão de fragata **Mariano Martins** nomeado, por D. de 30 de Abril, governador geral da Índia.

CAPÍTULO XXV

Território português no oriente nos princípios do século XIX

O território que nos restou do vasto império luso-indiano nos princípios do século XIX, compreendia, além de Goa, Damão e Diu, a feitoria de Surrate e as terras de Macau, Timor e Solor, achando-se a área de Goa recentemente ampliada com a definitiva anexação das Novas Conquistas.

Mas o decreto de 20 de Setembro de 1844 creou a província de Macau, Timor e Solor, independente do Estado da Índia; e em 1880 foi extinto o privilégio da feitoria de Surrate.

Diremos duas palavras sobre esta feitoria, fazendo em seguida uma sinopse da aquisição das Novas Conquistas.

Feitoria de Surrate

Surrate passara desde 1573 ao domínio do grande Akbar, tornando-se um importante empório comercial e possuindo ali os portugueses uma feitoria.

Ha quem diga que este estabelecimento português em Surrate principiara em 1611, por virtude de um tratado celebrado entre o vice-rei Rui Lourenço de Távora e o imperador de Delhi, Jehangir, sendo no-

meado feitor António Pais da Rua ⁽¹⁾; mas, parece que não se fêz efectivo este tratado, pois que o documento mais antigo da concessão da feitoria, publicado por Cunha Rivara, é o *firman* do Grão-Mogol, de 1714.

Dos vários privilégios alcançados dêsse imperador pelo govêrno portuguez, o mais importante era o de não pagarem os mercadores portugueses à alfândega de Surrate (britânica) mais de 2 por cento dos direitos, quer na importação quer na exportação dos artigos do seu comércio, direitos que mais tarde (1719) foram elevados a 2½ por cento. Além disto, a alfândega portuguesa de Surrate recebia 2 por cento para a representação nacional e sustentação da nossa bandeira, que o imperador permitira arvorar na feitoria. Esta prerogativa era vantajosa para as mercadorias portuguesas, que chegavam a vender-se mais baratas, tendo, por isso, mais procura do que as outras, despachadas pela alfândega inglesa conforme as suas pautas muito elevadas (7 a 20 por cento).

Com esta generosa protecção do mogol a nossa feitoria prosperou e chegou a ter alta importância politica e commercial no gôlfo de Cambaia, especialmente na época em que afluíam ao seu pôrto navios que transportavam fazendas e riquezas do oriente e do occidente. Em 1795 foi a feitoria elevada à categoria de consulado geral de Bombaim e Surrate. O seu pessoal era composto de um director da feitoria com atribuições de agente consular, um escrivão e um *marfatia* ou recebedor, sendo o primeiro nomeado pelo govêrno da metrópole e pagos todos pelo Estado da India.

Quando, mais tarde, começou a florescer a cidade de

(1) Dr. M. de Carvalho, *Questões da India*, pag. 447.

Bombaim, atraindo todo o comércio para o seu pôrto, era visível a decadência de Surrate; contudo, esta feitoria produzia um pouco mais de 600 mil rupias ao ano. Daqui se pode ver a sua importância e valia comercial. Em 1800 os ingleses tomaram posse total de Surrate e seus territórios; e o seu governo, que a princípio confirmara o nosso privilégio, retirou-o em 1841 por um novo regulamento; mas o nosso patricio António Bernardo Pereira, ao tempo director da feitoria, reclamou e conseguiu recuperá-lo em 1844; o privilégio continuou por alguns anos, até que, em consequência do *tratado luso-britânico* de 1878, foi extinto por P. P. de 12 de Janeiro de 1880.

Desta maneira acabou um dos monumentos da nossa maior glória no domínio estrangeiro.

A casa onde funcionou a feitoria por arrendamento perpétuo, é hoje habitada por uma família parse, talvês descendente do primitivo proprietário. Lord Curzon, vice-rei da India inglesa, na sua última visita a Surrate mandou colocar na parede interna do edificio, em memória do nosso estabelecimento, uma lápide de mármore com a inscrição = *Portuguese Factory* =. Da antiga igreja dos capuchinhos, que foi a paróquia da feitoria, hoje completamente demolida, foram transferidas para uma capela de construção moderna, algumas lápidas com inscrições e entre elas aparece a de António Bernardo Pereira, falecido em 1862.

Anexação das Novas Conquistas

A região das Novas Conquistas, que se estende do Cabo de Rama até a fortaleza de Tiracol e se achava dividida em 10 províncias, anexou-se definitivamente ao Estado da India nos fins do século XVIII.

A província de Pondá foi conquistada em 1763 pelo

vice-rei conde da Ega. Mas só passou de facto ao domínio portuguêz em virtude do tratado de 17 de Janeiro de 1791, feito com o rei de Sunda, Savai Bassava Linga, seu legítimo senhor e nosso fiel aliado, a quem e aos seus sucessores foi garantido o usufruto das suas propriedades de Canácona e a pensão ánuua de 20 mil xerafins paga pelo Estado, a qual foi mais tarde reduzida a 12 mil xerafins. Pelo mesmo tratado o rei de Sunda cedeu à coroa portugueza todos os direitos que tinha às cinco províncias de Zambaulim, ou Panch-Mahal, Canácona e a aldeia do Cabo de Rama, províncias que em 1763 haviam sido militarmente occupadas pelo conde da Ega para não caírem em poder do marata.

A província de Bicholim foi pela última vez conquistada em 1781 pelo vice-rei D. Frederico Guilherme de Souza ao Bounsuló que nos cedeu depois a província de Perném pelo tratado de 29 de Janeiro de 1788, mas com uma condição secreta, que motivou por vezes reclamações daquelle potentado.

A província de Satari foi tomada pelo marquês do Castello Novo em 1746, juntamente com a de Bicholim, quando o Bounsuló, aterrado com a derrota soffrida em Alorna, a abandonara; e foi reconquistada em 8 de Dezembro de 1782 pelo referido vice-rei D. Frederico.

Como o Satari é afamado pelas suas sublevações, não será deslocado falarmos delas neste capítulo.

Satari e as suas principais insurreições.

A província de Satari ⁽¹⁾ tem cêrca de 20 mil habitantes pela maior parte hindus pobres e semi-

(1) Satari quero dizer uma provincia de 70 aldeias, cujo numero chega hoje a 86.

selvagens, que, em seu lamentável atraso de civilização, conservam as suas tendências para o roubo e o assassinato (1).

Até esse ano de 1746 o Satari era feudo dos Sardessais Ranes de Sanquelim e Gululém, súbditos do Bounsuló.

Os ranes, família de origem nobre e génio belicoso, tendo-se rebelado, como por vezes o faziam, contra o seu soberano, para se evadirem ao pagamento das contribuições que lhe deviam, declararam-se finalmente súbditos do rei de Portugal sob condições feudais, assinando o auto de vassalagem no tratado de 20 de Outubro do mesmo ano de 1746, e ficando o Estado com o encargo de lhes pagar 80 sipais para a defesa do dessaiado (2):

(1) O padre Francisco de Sousa refere no *Oriente Conquistado* tom. 1.º pag. 286 que alguns desses povos das Novas Conquistas chegaram a pedir licença para saírem a roubar as terras vizinhas menos fortes, «pagando esta regalia em relação à importância do roubo».

(2) Para o sustento da gente armada foi concedido aos Sardessais pelos antigos dominantes do Concão uma espécie de soldo, chamado *Accas*, pago pelos foros das aldeias ou em direitos das alfândegas. Este encargo passou para os cofres do Estado da Índia, que despendiam nisto, por 27 *dessaiados*, 33162 xerafins e 13½ tangas=5.306\$32 escudos, tendo sido, em 1785, elevado o número dos sipais a 296 e mais tarde a 372, formando 6 Partidos. Posteriormente a verba das *Accas* foi reduzida a 4.000\$00.

Pela posse das *Accas* os Sardessais são obrigados a prestar o serviço militar. *Collecção de Bandos* apud *Glossário* do Mon-senhor Dalgado; e cit. Aragão.

Além dos Partidos dos sipais, havia nas Novas Conquistas o corpo do *Sonodo* de Perném e Satari constituido de 481 praças, que recebiam um pequeníssimo soldo em tempo de paz, garantido por Port. de 26 de Janeiro de 1801 e que se lhes aumentava quando fôsse[m] chamadas ao serviço activo.

O *Sonodo* não era um corpo absolutamente regular. As suas praças não usavam uniformes nem o governo lhes fornecia o equipamento.

O govêrno portuguez, segundo todas as informações, favoreceu a rebelião e promoveu o tratado, porque os ranes, desavindos com o Bounsuló, serviam de Larreira às incursões dêste régulo nas terras de Salsete ⁽¹⁾.

O Bounsuló, nesta situação, acabou por ceder aos portuguezes a soberania da província e de povos inquietos que o moiam, pelo tratado de 25 de Outubro de 1754, e os ranes assinaram, em 30 de Maio dêsse ano, em seu nome e no de seus descendentes e súbditos o primeiro têrino de *obediência, vassalagem e fidelidade perpétua* ao rei de Portugal sob as referidas condições feudais ⁽²⁾.

Mas, como houvesse sido mal definida a cessão feita pelo Bounsuló, que, certamente, não podia ceder senão só os seus direitos e nada mais, o govêrno portuguez, não se contentando com a suzerania, procurou tomar a posse definitiva e completa. Os ranes revoltaram-se pugnando pelo seu direito aos foros ou rendimentos da província que até então percebiam, e à cobrança dos impostos aduaneiros pela raia, de que percebiam também uma parte ⁽³⁾; mas submeteram-sê e, per-

A Fazenda pagava à gente do *Sonodo* 8853 xerafins por ano, ou sejam 18 xerafins por cabeça. Hoje o orçamento consigna a verba de 230\$000. A palavra *Sonodo*, (*Sanad*), aplicada à essa exótica milícia, quer dizer alvará ou diploma pelo qual se reconhece direito a certa paga por serviços militares debaixo de certas condições. Vid. *Bosquejo das Poss. port.* por O. Soares, vol. 1.º, pag. 84 e 107 e seguintes; e *Glossário Luso-Asiático* do Mons. Dalgado.

(1) Vid. *Memórias dos estabelecimentos* por Gomes Loureiro; e *Descrição das moedas* por F. de Aragão.

(2) *Gabinete Literário das Fontainhas*, 3.º vol.

(3) Uma parte dos diretos da alfândega pertencia aos ranes e outra parte à Fazenda, e ao govêrno a soberania da província. *Alt. Memórias* por G. Loureiro.

doados, ratificaram o juramento de fidelidade e vassalagem, em 18 de Janeiro de 1755. O govêrno da Índia comprometeu-se, pelos bandos de 6 de Agosto e 12 de Setembro de 1763, e de 7 de Setembro de 1781, a conservar-lhes as mercês tais como as possuíam, e com as mesmas condições que existiam ao tempo dos antigos dominantes, incluindo a obrigação de servirem ao Estado na ocasião de guerra ⁽¹⁾.

Depois destas concessões era de esperar que os ranes fôsem sentinelas vigilantes das fronteiras portuguesas e colaborassem, sendo preciso, na defesa do país; mas elles, pelo contrário, rompendo tão depressa os seus compromissos e rebelando-se a pretexto de que a sua pretensão à soberania de Satari não estava ainda definida, agregavam-se ao próprio Bounsulô todas as vezes que este potentado nos fizesse guerra ou ajudasse nossos inimigos ⁽²⁾.

O govêrno, para acabar com os litígios acêrca dessa pretensão, resolveu reconquistar a província; o que se effectuou em 8 de Dezembro de 1782, sob o govêrno do capitão general D. Frederico Guilherme de Souza, tendo marchado para êsse fim 2.400 homens, afora a cavalaria.

Contudo, ainda depois da conquista definitiva, os ranes, insistindo na sua idea de serem senhores di-

⁽¹⁾ Entre as mercês, a título de *mocassós* e *inamas*, os Sardessais possuíam Gululém e outras aldeias, livres de fôro e de encargos, doadas pelo soberano em recompensa dos serviços militares nas raias da província de Satari, que serviam de chave ao comércio dos Gates, que transitava pela alfândega de Sanquelim; —e *cottubanas* que eram terras com o fôro limitado, perpétuo e inalterável. Vid. *Instruções de El-rei D. José*, 3.^a parte, pag. 37 e 57; *A Índia Port.*, vol. 2, pag. 2 e cit. *Descrição* por T. de Aragão, pag. 25, vol. 3.^o e *Bosq. hist. das Com. Voc. e Instrução de M. de Alorna*, parte 1.^a, pag. 41.

⁽²⁾ Vid. *Instruções D'Elrei D. José*, pag. 37, *Notas*.

rectos e dominantes de Satarí, e organizando, com a poderosa influência que exercem sôbre o povo e principalmente sôbre os chamados *gñocares* das comunidades outrora extintas ⁽¹⁾, numerosas e temíveis quadrilhas de salteadores, revoltaram-se, até o ano de 1822, catorze vezes, a princípio em demanda do seu suposto direito aos rendimentos das aldeias e das alândegas, e ainda depois que lhes foi concedida a percepção das rendas públicas, por pretextos fúteis ⁽²⁾; e saquearam, durante cada uma dessas prolongadas desordens, as povoações inofensivas e inermes das províncias vizinhas, ainda das Velhas Conquistas, incutindo terror em todas elas pelas suas correrias, roubos e assassinatos, como se todo o povo da Índia devesse ser responsável pelo mal que lhes sucedia. Nestas circunstâncias, o govêrno ficava obrigado a

(1) Desde que os dominantes anteriores aos portugueses, com successivas extorsões extinguiram as comunidades de Satari (menos a de Pissurlem), os *gñocares*, reduzidos à condição de servos de gleba e quasi escravos dos poderosos ranes e dessais, antigos senhores donatários desta província, hoje portuguesa, vivem numa extrema miséria; porque cultivando as terras, « quanto produzem é para pagar a renda ao Estado, contribuindo aos ranes, dessais, narcornins, bottos, etc. que muitas vezes, depois da colheita das searas, não lhes deixam o necessário para sua alimentação » Vid. *As Comunidades de Goa* por A. E. de Almeida e Azavedo.

O povo de Satari tem sido explorado por todos, ou na qualidade de colono ou na de *manducar*, ou nas suas relações com os estranhos. *Restauração Social do Estado da Índia* por José do Nascimento Pinheiro, pag. 14-15.

(2) Vid. cit. *Instrucções D'Elrei D. José.*, pag. 37 *Notas*.

Os levantamentos de Satari tiveram lugar: em 1755; em 17 de Dezembro de 1797; 8 de Julho de 1806; 1 de Setembro de 1807; 19 de Maio de 1809; 1 de Janeiro, 25 de Maio e 14 de Julho de 1813; 2 de Junho e 31 de Outubro de 1814; 24 de Setembro de 1816 e 27 de Agosto, 18 de Outubro e 16 de Novembro de 1822; Julho de 1823; em 1845, 1850, 1852, 1869, 1895, 1901 e 1912.

despender muito dinheiro e actividade para os bater inutilmente nas florestas de Satari, onde se escondem sempre que se insurgem, fazendo dali fogo com pontaria segura e escarnecendo do poder.

Até aqui o govêrno, depois de perseguir os revoltados por algum tempo, punha têrmo à situação transigindo com êles e perdoando-lhes os atentados sob o juramento de fidelidade perpétua, que ratificavam dissimuladamente em todas essas ocasiões e repetiram ainda em 1822. Mas quando, logo depois do restabelecimento do regime absoluto em Portugal, novamente se sublevaram em Julho de 1823, o vicerei D. Manoel da Câmara castigou-lhes severamente a ousadia e a deslealdade; pois deu baixa aos 296 sipais dos Partidos, que se haviam revoltado contra o próprio Estado que os pagava para a defesa do dessaiado; e, feito o inventário, mandou recolher nos cofres da Fazenda todos os rendimentos da província conquistada, que os ranes indevidamente desfrutavam (¹).

Responderam a esta providência com nova revolta em Setembro de 1824. D. Manoel da Câmara prendeu os mais inquietos e encarcerou-os na fortaleza da Aguada até 1827, mandando proceder à devassa pelos roubos, assassinatos e incêndios que haviam praticado.

Desde êste ano (1827) e devido a essas enérgicas medidas do govêrno, entrou de facto a província na administração do Estado tendo-lhe sido nomeado um administrador fiscal.

Os ranes propuseram acção judicial contra a Fazenda acêrca dos referidos rendimentos, e prevalecendo a opinião que lhes era favorável, (pois havia opiniões diversas sôbre a justiça que assistia aos ranes neste litígio) o seu direito foi confirmado pelo acórdão

(¹) Cit. *Instrucções D'Elrei D. José*, 3.^a parte, pag. 37.

da Relação de 30 de Agosto de 1883 ⁽¹⁾.

Mas o vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro, como regedor das justiças, votou contra o referido acórdão, demonstrando que aos ranes erradamente se attribuíra êsse direito, pois que a coroa portuguesa era a única senhora da província, dos feudos e senhorios pelo direito da conquista.

Poucos anos depois, a reforma aduaneira de 1841 suprimiu 4 alfândegas das sete estacionadas nas Novas Conquistas, as quais todas andavam arrendadas por 47.655 xerafins e que sendo devidamente administradas e fiscalisadas, deviam render muito mais; e conservou sómente as de Sanguém, Doromarogo e Sanquelim, estabelecendo na alfândega principal da capital um sistema de centralização e unidade, fiscalização e vigilância; e livrando os povos das opressões e arbitrariedades, que faziam os rendeiros hindús na cobrança dos direitos, das prepotências dos Dessais e Mercenários na arrecadação dos seus direitos e das alcavalas que se tinham arrogado nas Novas Conquistas ⁽²⁾.

Daí em diante o prejuizo causado pelo cancelamento do acórdão e pela execução da reforma aduaneira serviu por algum tempo aos ranes de melhor pretexto para, ao menor descontentamento, acirrarem contra o govêrno os ânimos dos satarienses naturalmente combativos, e repetirem as sublevações a curtos intervalos, com depredações ensanguentadas ou provocarem desordens entre si com armas na mão, em que a tropa era também obrigada a intervir.

Vamos referir as mais salientes destas revoltas.

⁽¹⁾ *A Índia Portuguesa* por Lopes Mendes, pag. 14, vol. 1.º. Vid. Cit. *Instr.* 2.ª parte, pag. 37, *Nota*.

⁽²⁾ Vid. Cit. *Instrucções*, pag. 22-24. *Notas*.

Em 1845 Bapú Rau e seus sócios, tendo sido pronunciados pelo poder judicial como autores de vários roubos e barbaridades praticadas em Satari, Candear e outros pontos, rebelaram-se immediatamente e roubaram com mão armada alguns postos militares e fiscaes. O chefe foi apreendido e prêso na cadeia de Pangim, sendo perdoados os consócios. Passados poucos anos, os perdoados roubaram (1850-1851) as egrejas de Carambolim e de Tivim, as casas de Diogo João de Gouveia, de Chorão, do Bôtto Babló, de Volvoi, de Joaquim da Piedade Mascarenhas, de Loutolim, e de Xembú Dondo, de Bicholim, ferindo os moradores, queimando cruelmente dois filhos menores dêste último e incendiando tudo o que não pudessem levar (¹).

Em 30 de Março de 1851, havendo sido apreendidos, pelo comandante militar de Sanquelim, dois dêstes salteadores, com uma parte do roubo, denunciaram nominalmente, como autores dos roubos e devastações, os ranes Apá e Balbi, de Corqui e outros; e em 1852 o superintendente de Sundar Varim (India inglesa) apreendeu em Bandém alguns dêstes salteadores com uma parte dos diversos roubos praticados nêste Estado e o comunicou ao govêrno remetendo alguns efeitos (²).

Enquanto se passavam êstes factos, um novo e estrondoso levantamento veio alarmar o país e o affligiu por muito tempo ; pois em 26 de Janeiro de 1852 rebentou a célebre revolta capitâneada por Dipu ou Dipagi Ranes.

O governador visconde de Ourém, espírito activo e reformador, na persuasão de que procedia com justiça,

(¹) Vid. *Bol. do Gov.* de 1852, pag. 79.

(²) *Bol. do Gov.* de 1852, pag. 76-77, 100.

creou alguns impostos e extinguiu os já referidos privilégios e isenções, de que, sob o título de *mocassós*, *inamas* ou *Cotubanas*, gozavam desde a antiguidade os dessais de Bicholim e Satari, acrescentando algumas medidas tendentes a reprimir as velhas práticas seguidas pelos habitantes das Novas Conquistas.

O descontentamento creado pela promulgação destas providências, algumas menos justas, e ainda mais pelos abusos dos que as punham em execução, deu em resultado esta audaciosa revolta de Satari, que absorveu a melhor parte da governação do visconde e muito dinheiro do tesouro público.

Os revoltosos, comandados por Dipu Ranes, apos-
saram-se engenhosamente do forte
Revolta de de Nanuz ⁽¹⁾ e, organizando qua-
Dipu Ranes drilhas de salteadores, começaram a
assaltar e roubar.

Marchou contra elles uma pequena fôrça de 40 homens inclusivè um alferes, sob o comando de um capitão do exército de Portugal, e que, logo na primeira escaramuça, foi derrotada, ficando feridos o alferes e 4 soldados, e morto um cabo.

Nos princípios de Fevereiro foi expedida outra mais numerosa composta do corpo municipal, do 2.º batalhão de infantaria, de um troço do 4.º batalhão de caçadores e de 550 sipais de Peruém. Os ranes, conhecidos dos caminhos e esconderijos, embrenha-

(1) E' assaz engenhosa a maneira porque Dipu Ranes se apossou do forte de Nanuz. Era comandante dêste o tenente Francisco de Assis Beza, com quem Dipu mantinha estreitas relações de amizade. Certo dia, convidou-o para uma caçada de javalis num mato distante. Beza saiu com a sua gente e melhores armas para o sítio designado, enquanto Dipu, por outro lado, entrava no forte com os seus ranes, e vestido do uniforme do comandante vedou-lhe a entrada.

ram-se no mato cerrado e impenetrável, donde não só faziam tiro certo contra a tropa, mas um dia ainda se apossaram das armas da guarnição que guardava o posto de Quelaundém.

Era impossível continuar a luta com o inimigo, que, sendo tenaz no ataque, era invisível para o castigo. O governador propôs pazes a Dipu Ranes sob a promessa de perdão e de algumas concessões ; mas a proposta não foi aceita e os revoltosos, longe da tropa, saquearam Combarjua, levando consigo dois membros da família Quencró, e assaltaram Sanguém e Quepém à vista da tropa, que, sendo em menor número, foi obrigada a fugir.

Em consequência destes factos, foram suspensas as garantias constitucionais nas províncias de Bicholim, Satari, Pondá e Embarbacém ; foi ordenado o empréstimo forçado de 600 mil xerafins para acudir às despesas da guerra ; e o próprio visconde de Ourém, com a maior parte do exército (3 mil homens de linha e mil sipais), marchou para Satari em 15 de Setembro de 1852. Depois de percorrer Nanuz e alguns sítios, o visconde foi buscar o inimigo, que desaparecera, até as montanhas de Caranzol e, vendo que era impossível alcançá-lo, regressou a 4 de Outubro e distribuiu a força por diferentes pontos do país para abrigar as povoações contra os assaltos.

Contudo os ranes, surgindo dos seus esconderijos, continuaram com as excursões, ora atacando de surpresa a força pública, ora arrebatando consigo um ou mais membros de famílias ricas para lhes exigirem grossas quantias de dinheiro pelo resgate.

Entretanto José Paulo de Oliveira Pegado, antigo militar que conhecia bem os ranes, foi, com a devida autorização, entender-se com Dipu em Março de 1854 e conseguiu que este viesse, no dia 4 desse mês, ao palácio do Cabo tratar pessoalmente com o gover-

nador das condições de submissão, tendo Dipu conservado em Gangém, como refens, três filhos de Pegado, com ordem de serem mortos no caso de não regressar até o dia 11. Mas como o visconde de Ourém lhe tivesse recusado audiência, por não ter vindo acompanhado dos seus subchefes e principais sequazes, Dipu regressou a Gangém e activou as hostilidades pondo em sobresalto todo o país ; o que durou até ao fim da administração do visconde.

Logo que êste entregou o poder ao conselho do govêrno, Dipu Ranes solicitou o perdão, que lhe foi concedido, assinando êle e os seus sequazes, em Sonaulim, perante o comandante da província, a 2 de Junho de 1855, o têrmo de submissão ao govêrno português ⁽¹⁾.

O visconde de Torres Novas mandou, em consequência dêsse têrmo, por port. de 10 de Maio de 1855, restituir-lhes os *mocassós* e outros privilégios, que haviam sido abolidos, e promoveu Dipu Ranes a capitão de sipais, seu sobrinho Apagi a alferes e seu parente Rangui a tenente, estabelecendo-lhes soldos módicos.

Parecia que a província de Satari estava pacificada para sempre, mas não succedeu assim: pois, como se essas concessões, feitas diante de circunstâncias poderosas, fôsem estímulo para obter outras iguais ou melhores, houve pretextos para novas revoltas; e à primeira destas deu origem o seguinte episódio romântico.

Em 1868 pouco mais ou menos, um bôto, sacerdote hindu, raptou uma ranes viuva e, para se livrar da terrível vingança que o esperava do pai e do irmão da

⁽¹⁾ *Bol. do Gov.* de 1858, pag. 251. Lopes Mendes, *A India portuguesa*, vol. II, pag. 2 e 14.

raptada, denunciou à justiça os dois ranes como autores de um assassinato perpetrado, talvez pelo próprio bôto, num mato vizinho, tendo o cuidado de ensaiar bem três testemunhas, que juraram ter visto os dois ranes cometerem o crime.

A justiça, fundando-se nos depoimentos, condenou os supostos assassinos a trabalhos públicos no arsenal de Gôa, e a sentença passou em julgado. Os dois ranes, inocentemente condenados, como bem dizia a opinião pública, entraram na prisão dissimulando a sua raiva, e, logo que puderam, evadiram-se, levando consigo alguns companheiros da grilheta e, entre êles, o mais valente e terrível salteador de Satari, de nome Custobá; organizaram-se em quadrilha, e um belo dia atacaram o bôto e o despedaçaram; mas, saciados os seus instintos de vingança, não descansaram: seguiram logo caminho de rebelião contra o Estado,

Revolta de Custobá

e praticaram por muito tempo salteagens, assassinatos e incêndios, inutilizando todos os esforços da nossa tropa; pois, êstes bandidos procuram sempre ligar relações com algum indivíduo da tropa, que os persegue, e recebem aviso dos espias para se pôrem a salvo.⁽¹⁾ Até que o chefe dos bandidos, o famigerado Custobá, foi morto de surpresa ao sair, de noite, de uma casinha, a 13 de Junho de 1871; e a quadrilha, que ainda se dividira em dois bandos, foi finalmente extinta, sendo morto também no mesmo ano Galé Xabá, chefe duma das guerrilhas, estando a dormir em Quepém, com um tiro no ouvido, dado por um outro salteador. Assim se conseguiu salvar a vida e a fazenda dos

(1) Tais serviços são religiosamente recompensados com quinhão nos roubos. T. de Aragão, Cit. *Descrição*, vol. pag. 18.

cidadãos pacíficos (¹).

Êstes sucessivos actos de traição inesperada, procedentes das suas íntimas relações, parece que abateram um pouco o espírito revolucionário dos salteadores, que por uns 20 anos não deram novidade importante.

Em 1895, porém, uma revolta militar dos maratas impulsionou-lhes o instinto e da junção dos dois elementos nasceu de novo o flagelo dos bandidos que atormentou horivelmente o país.

Antes de entrarmos na história dêste levantamento de Satari vejamos qual era a situação política interna da província.

Segundo o sistema especial da administração financeira, que vigorou em Satari até 1896, o Estado arrendava uma parte das terras—vanganas—em licitação e a contribuição dos altos e dos arecaís era fixada por louvados nomeados pelas partes e pelo fisco.

Êste sistema tinha o inconveniente de não interessar o colono pela cultura das vanganas, que andavam em constante giro de uns para outros, nem fixar a população ao logar que habitava, para poder, constituindo uma associação de agricultores em cada aldeia, valorizar a terra e melhorar suas condições económicas.

A produção dos altos ficava à mercê dos peritos, que oprimiam ou favoreciam o produtor conforme os movesse o zêlo da Fazenda ou do interesse próprio. A reclamação dos prejudicados não era atendida, provocando descórdias intestinas.

Os gãocares e os *roitos*, que viviam numa extrema pobreza, discontents com esta situação sempre precária, pediram (por 1880) em aforamento as respec-

(¹) Vide : T. Ribeiro, *Jornadas*, 2.^a parte, pag. 22; e T. de Aragão, *Descrição geral das Moedas*, vol. 8.^o, pag. 19.

tivas aldeias, prometendo como fôro a renda actual e mais uma quarta parte.

Mas despertaram-se as ambições de indivíduos estranhos a Satari, ricos e poderosos, entre outros de alguns narcornins ⁽¹⁾ e comerciantes do bazar de San-quelim, que requereram em aforamento, em seu nome e no de supostos gãocares, as melhores e mais extensas terras, ainda as que haviam sido desbravadas pelos gãocares e *roítos*.

Daqui nasceu uma pendência que durou 16 anos e em que os narcornins, protegidos pelos funcionários da localidade e pelos altos personagens da capital, levaram sempre a melhor, vexando os habitantes de Satari.

Em Setembro de 1895 estavam ainda pendentes os recursos e protestos dos gãocares, e o administrador já designara repentinamente para os fins dêsse mês a entrega dos aforamentos aos narcornins.

O visconde de Ourém que a êste tempo era o governador da India e conhecera bem o banditismo de Satari no govêrno de seu pai, mandou suspender as entregas; mas esta providência, que era apenas um expediente oportuno, não melhorava a situação dos gãocares nem os interesses dos ranes; andavam portanto uns e outros descontentes ⁽²⁾.

Nesta conjuntura, na noite de 13 para 14 do mesmo Setembro fugiram dos quartéis de Pangim 298 soldados maratas com armas e munições, revoltados contra uma ordem ministerial, que os obrigava a marchar para Africa sem saberem para quanto tempo nem

(1) O narcornim era em Satari o escrivão privativo de comunidade, e depois regedor.

(2) Vid. *Apostamentos para a Historia da Revolta de 1895*, pelo visconde de Bardès, pag. 23 e seguintes.

com que vantagens, e foram acampar no antigo forte de Nanuz em Satari, onde, depois

Revolta de Dadá Ranes que lhes foi denegada a amnistia e a dispensa do serviço militar que solicitavam, fizeram levantar os ranes e os aldeões e, juntando-se-lhes sob o comando de Dadá Ranes, começaram a assaltar e roubar.

O govêrno enviou contra os revoltosos uma fôrça de 90 praças, que infelizmente se deixou aprisionar por êles e concorreu para engrossar a revolta.

No dia 14 de Outubro, e bem de dia, os revoltosos a toçue da *Xinga* invadiram o concelho de Bardês. Seriam 800 a 900 homens armados. De caminho para Mapuçá arrombaram os cofres da igreja de Tivim ; e, entrando na vila, prenderam, sem encontrarem resistência, o destacamento que a guarnecia, o presidente da câmara municipal e o recebedor da Fazenda, e roubaram os cofres do município, da Fazenda e de algumas corporações, guardados no edifício da câmara, e de caminho para Dargalim o cofre da comunidade de Colvale.

A população inerme, surpreendida e aterrorisada, não ousou resistir ao inimigo tão numeroso. Pouco depois os bandidos praticaram muitos roubos ferindo e matando impunemente os que reagissem. Mas é de justiça deixar consignado que quando o govêrno autorizou a organização das vigias aldeãs, os briosos habitantes de Aldonã, já armados, destruíram uma quadrilha de 35 salteadores aliados dos ranes, que veio pela ilha de Corjuém, na noite de 29 de Outubro imediato, roubar a igreja da freguesia, sendo mortos 16 bandidos e presos quatro, pelo que foram oficialmente louvados ⁽¹⁾. Dêste esplêndido resultado se

(1) *Bol. Of.* de 7 de Novembro de 1895. pag. 788.

vê que o assalto à vila de Mapuçá também teria sido repellido, se a êste tempo estivessem organizadas as vigias.

Logo depois das depredações de Mapuçá, o govêrno proclamou a lei marcial em todo o território de Goa e expediu contra os revoltosos uma fôrça regular—450 homens mais ou menos—, que foi obrigada a retroceder com a mais lastimável precipitação, deixando em poder do inimigo duas peças de campanha, que se disse terem-se rachado e inutilizado ao sustentar o fogo no combate havido em Gutném ou Cudném, mas o facto é que, alguns dias depois, foram encontradas ambas em muito bom estado no forte de Nanuz, quando foi abandonado pelo inimigo ⁽¹⁾.

Para a defesa da capital foram levantadas barricadas em diversos pontos e armaram-se os funcionários públicos e os proprietários.

A revolta continuou praticando depredações e espalhando terror por todo o país, até que, para a debellar, veio de Lisboa, em 13 de Novembro, uma expedição sob o comando do infante D. Afonso, e foi substituído o visconde de Ourém pelo seu antecessor Rafael de Andrade.

A expedição marchou para Satari no dia 25 de Novembro e ali se conservou quási um mês, e, obedecendo às ordens do governador, arrasou algumas aldeias, pondo em retirada os revoltosos, que foram todavia, em número de quási 300, atacar as povoações dos concelhos de Pondá, Canácona e finalmente Sanguém, donde foram repellidos com valente derrota por uma dúzia de briosos soldados nativos postados ao abrigo de uma trincheira.

(1) *Goa sob a Dominação Portuguesa*, pag. 260; e *Apostamentos para a História da Revolta de 1895* pelo Visconde de Bardês, pag. 35.

O infante D. Afonso que succedeu a R. de Andrade promulgou providências conducentes a paz e, na sua despedida concedeu amnistia aos revoltosos (27 de Maio de 1896). Estes porém não quizeram aproveitar o perdão concedido e continuaram os assassinatos e roubos.

O comissário régio Neves Ferreira, mandou por port. de 29 de Maio de 1896 passar pelas armas todos os indivíduos que fossem encontrados em flagrante delito de roubo ou de homicídio. Os efeitos desta portaria foram agravados pelos ódios locais, e houve scenas de sangue horrorosas. Os ranes, porém, conservaram-se quietos em expectativa. Mas, quando Raugi Ranes, parente de Dadá, foi prêso pelo administrador de Bardês e, de caminho para Mapuçá, fuzilado pela escolta que o conduzia, renovaram as hostilidades e assaltando a casa dos Braganças (Pangués) em Nadorá, inimigos de Raugi, arrebataram desta família dois membros masculinos, cujo destino nunca mais se soube ⁽¹⁾.

A revolta terminou finalmente no govêrno do general Joaquim Machado com a nova concessão da amnistia a 9 de Setembro de 1897, seguindo-se-lhe, providências correlativas para atalhar os seus inconvenientes.

Após a pacificação de Satari o general Machado conseguiu, por uma convenção provisória com o govêrno do território britânico, prender alguns assassinos e salteadores de Satari, refugiados na Índia inglesa, os quais foram entregues e julgados em Goa, cortando assim aos ranes a esperança de lá se internarem, como costumavam, quando perseguidos por ocasião das revoltas, e tornarem ao exercício dos seus

(1) Vid. *Goa sob a Dominação Portuguesa*, pag. 281-283.

feitos logo que pudessem. (1)

Além disto, promulgou um conjunto de medidas tendentes a fazer uma distribuição equitativa das terras pertencentes ao Estado pelos povos da província, por meio de um fôro módico, tornando definitiva a enfiteuse decorridos 20 anos, para assim subtrair os concessionários à exploração dos ranes, ainda respeitados pelo povo como senhores da terra.

Para minar mais profundamente a nefasta influência dêstes e assegurar a ordem, foi organizado o comando militar com séde em Valpoi, dividido em 6 circunscrições, sendo confiada cada uma destas a um sargento, *chefe da circunscrição*, com atribuições militares e civis, imediatamente subordinado ao comandante militar, o que fôz desaparecer para sempre as extorsões dos influente locais, que depois da colheita das searas não deixavam ao miserável *gãocar* ou colono o necessário para a sua alimentação e davam logar a descontentamento e desordens.

As circunscrições foram ligadas entre si com a séde do comando e com os concêlhos limítrofes por meio de estradas, cuja falta retardava o movimento rápido da tropa, quando houvesse necessidade de marchar para manter a ordem.

A' sombra destas benéficas providências, adoptadas pelo general Machado, era de esperar que o Satari iôsse progredindo com o andar do tempo, civilizando-se os ranes pelo trabalho honesto e pacífico, e ganhando amor pelo seu solo que é fecundíssimo e regado por copiosos mananciais; mas, entretanto, ja se revoltou mais duas vezes.

Em Novembro de 1901 o tenente Bastos e Silva, secretário do comando militar e comandante da com-

(1) *Restaur. social e econ. do Est. da Índia* pag. 18.

panhia da 2.^a linha, composta de ranes e chamada a companhia de sipais do senhor Infante, foi traiçoeiramente morto a tiro de espingarda pelos mesmos ranes, surdamente revoltados contra o rigor da instrução intensiva militar. Por êste crime, suspensas as garantias constitucionais nas Novas Conquistas, em 14 de Fevereiro de 1902, foram presos Dadá Ranes e outros da companhia e, sendo julgados em conselho de guerra extraordinário, na fortaleza de Agoada, foram degredados para Timor, governando o Estado da India, o general Rodrigues Galhardo, que, com esta enérgica medida, manteve, sem alarme, o prestígio da autoridade e a tranquillidade geral.

Em 1912 novamente se insurgiram os ranes por o govêrno não ter atendido à sua reclamação contra as alvidrações de terrenos cultivados, que alegavam terem sido muito alteadas nesse ano por ordem do comandante militar de Satari. O governador Couceiro da Costa, empregando o melhor da sua actividade, requisitou uma companhia de *landins*, que veio auxiliar a nossa tropa, e, perseguindo com esta fôrça os bandidos, conseguiu finalmente acabar a insubordinação com a prisão dos seus chefes e principais consócios na canhoneira *Sado*, donde, com todas as formalidades legais, saíram deportados para a ilha do Príncipe. Foi mais uma providência de saneamento, que, levantando mais alto o prestígio da autoridade, garantiu ao país uma situação normal duradoura (1).

São estas as sublevações e desordens mais salientes que tem havido na província de Satari, umas reclaman-

(1) Nesta revolta fazia parte da quadrilha dos ranes um cristão, lavrador de palmeiras, natural de Ozri, de Sanque'im, vulgarmente chamada Custuló (Custodio), que se salientou nas atrocidades e foi morto em Assonorá. Era gëocar da comunidade agrícola de Ucassaim.

do a reivindicação dos supostos direitos à província, outras provocadas pelas extorsões dos poderosos do lugar, ou pelas medidas menos justas do govêrno, e outras, finalmente, por pretextos fúteis; mas todas, menos as de 1755 e de 1901, acopanhadas de roubos, incêndios, barbaridades, mutilações e assassinatos praticados pelos sublevados e produzindo sempre forte abalo nos cofres do Estado.

CAPITULO XXVII

Instrução pública

Ao tempo da conquista havia em Goa entre os hindus o ensino da lingua marata, acompanhado de operações fundamentais de aritmética com a táboa de multiplicação de inteiros e fracções. Leccionavam-se também as primeiras noções da lingua canaresa, que era usada na escrituração das actas das comunidades agrícolas e de vários documentos, alguns dos quais ainda existem.

Poucos se dedicavam ao ensino superior dos *xastras*, que, entre as sciências positivas, exigidas pelas necessidades da religião e da vida social, compreendiam a medicina indiana. O dr. Garcia da Orta em 1542 e o holandês Linschotten em 1583 encontraram em Goa médicos hindus peritos em curar várias doenças e muito recorridos ainda pelos portuguezes ⁽¹⁾.

(1) « Ha em Goa muitos médicos gentios que passeiam muito graves com chapéus de sol, como os portuguezes, o que a outros gentios não é permitido, a não ser a embaixadores e alguns ricos mercadores. » Linschotten *Viagem às Indias Orientais*.

Eram vestígios da cultura ariana que se difundira pela Índia. ⁽¹⁾

A instrução portugueza pública começou em 1541, no seminário da Santa Fé, anexo depois ao colégio de S. Paulo.

Em 1545 o vice-rei D. João de Castro, em obediência às ordens do governo central, mandou abrir escolas para se doutrinareem os meninos e aprenderem a ler, escrever, contar, canto e órgão, por todas as ilhas de Goa onde houvesse cristãos, extendendo-se mais tarde por Salsete e Bardês.

Estas escolas, chamadas paroquiais, cuja criação, conforme o *Oriente Conquistado*, foi devida aos piedosos esforços de S. Francisco Xavier, e que ainda hoje existem, mantidas, como sempre o foram, pelas comunidades agrícolas, confrarias ou fábricas das igrejas e dirigidas pelo respectivo mestre-capela sob a inspecção do pároco da freguesia, são os primitivos institutos públicos da instrução primária neste Estado ⁽²⁾.

O ensino secundário e superior era ministrado nos colégios das ordens religiosas fundados a partir de 1541 ⁽³⁾ onde eram admitidos à primeira matrícula

⁽¹⁾ *Goa sob a Dominação Port.* por A. A. Bruto da Costa, pag. 224; e *A Educação e o Ensino na Índia Port.* por Menezes Bragança, pag. 2-13.

⁽²⁾ «As escolas paroquiais sãs núcleos proveitosos, tanto para a difusão do ensino em geral e para o esplendor do culto, como por que neles recebem a primeira instrução artística os que se dedicam à profissão de músicos, não somente satisfazendo as necessidades do país, mas principalmente encontrando vantajosa colocação na Índia Britânica e até na Africa Oriental.” Ismael Gracías, *Censo da População do Estado da Índia* de 1900, pag. 62.

⁽³⁾ Fóra dos colégios das Ordens religiosas e em virtude da Provisão Régia de 8 de Março de 1564, o vicerei D. Antão de Noronha criou na Sé de Goa “um mestre de gramática para ensinar aqueles moços filhos de portugueses, que aprendem para andarem na dita Sé, e nela se ordenaram de ordens para serviço de Nosso

os que viessem habilitados no programa das referidas escolas. A língua portuguesa aprendia-se juntamente com a latina, que se cursava por 5 ou 6 anos, e dava ingresso nos cursos de filosofia e teologia, que se professavam geralmente em todos os colégios.

Depois da extinção da companhia de Jesus (1759) foram, em obediência às instruções pombalinas, estabelecidos os seminários de Chorão e de Rachol (1761) sendo incumbidos da sua direcção os congregados de S. Filipe Neri. Em 1774 foi suprimido o seminário de Rachol, como veremos, mas restabelecido em 1781; e neste mesmo ano, por uma carta do secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, foi criado mais um seminário na casa professa do Bom Jesus, sendo entregues todos os tres seminários aos padres Vicentinhos ⁽¹⁾ italianos, mandados a India para a educação do clero. Os italianos foram expulsos em 1790 por não quererem admitir os regulamentos ordenados pelas autoridades civil e ecclesiástica, e substituídos pelos Vicentinhos portugueses de Rilhafoles, dos quais falecendo uns e retirando-se outros foi suprimido o seminário do Bom Jesus, sendo novamente confiada a direcção dos restantes dois aos Oratorianos ⁽²⁾.

Em 1772 o marquês do Pombal, no intuito de promover no país, ao lado do ensino ecclesiástico ou con-

Senhor, com 20 mil reis por ano.” *O Cron. de Tiss.*, vol. 3.º, pag. 53.

⁽¹⁾ Da Congregação de S. Vicente de Paula, chamados também *Lazaristas*, por se terem estabelecido primitivamente em uma casa, pertencente a ordem militar de S. Lázaro.

⁽²⁾ Para se fechar o seminário da Casa do Bom Jesus concorreram também outras causas; uma grande parte da casa foi devorada por um incêndio; o sítio tornou-se epidémico, e a Fazenda achou-se em apuros. Vid. *Mitras Lusitanas*, pag. 303.

greganista, ministrado nos seminários e colégios das ordens religiosas, (que subsistiam depois da supressão dos jesuitas), a instrução pública secular, instituiu, por alvará de 6 de Novembro, uma cadeira de portugûes e outra de latim na vila de Pangim e um grupo de 5 escolas de portugûes, latim, grego, retórica e filosofia na cidade de Goa, como havia feito no reino.

Procedendo-se ao concurso por provas, nos termos das instruções recebidas pelo ouvidor geral dêste Estado, foram nomeados (incluindo os que deviam servir em Pangim) para as cadeiras de portugûes Caetano Ventura de Saldanha, clérigo, e José António Martins; para as de latim Domiciano Francisco da Costa, clérigo, e Luís António Gonçalves; para a de retórica o advogado Vitorino Pereira, e para a de filosofia frei António de Assunção, religioso de S. Agostinho. A todos êstes professores foram passadas cartas de provimento por 6 anos. A cadeira do grego não foi provida ⁽¹⁾.

A rainha D. Maria I, querendo estender o ensino official secular às províncias de Salsete e Bardês, criou em 1778 mais 4 cadeiras, sendo duas de portugûes e latim, colocadas em Margão, e outras duas das mesmas disciplinas em Mapuçá, elevando assim o número das cadeiras a dez.

Todos os dez professores eram pagos pelo cofre do *Subsidio Literário*, importando as despesas em 8 mil xerafins, o que seria um quarto da receita que produzia o imposto do subsídio. Mas o governador Veiga Cabral, achando suficientes os dois seminários, mandou por port. de 4 de Janeiro de 1808 suspen-

(1) *Noticia Hist. e Legisl. da Instr. Públ.* por Filipe, Nery de Sousa, pag 33 e seg.; e *A Educação e o Ensino* por Menezes Bragança.

der os ordenados dos professores, pelo fundamento de que a real Fazenda tinha de acudir a outras despesas mais indispensáveis, ficando consequentemente fechadas as escolas, que haviam funcionado por 20 anos. Deve-se notar que os seminários eram pagos pela folha do confisco dos bens dos jesuitas e não pelo subsídio literário.

Os professores reclamaram para o govêrno superior, mas o governador informou-lhe que essas escolas, além de serem dispendiosas, não eram freqüentadas, e que, aos professores, que não fossem ocupados em algum emprêgo civil ou eclesiástico, se devia pagar a quarta parte do ordenado que percebiam antes da sua suspensão; e em sua consequência foi confirmada a supressão de todas as escolas. Contudo, pouco depois, o govêrno central fêz saber à Junta da Fazenda que não se devia distrair do seu destino a dotação escolar, mas que primeiro tinham de ser pagos os professores e só depois as sobras podiam ter outra aplicação ⁽¹⁾.

Em seguida, um alvará régio de 9 de Setembro de 1799 recomendava ao govêrno dêste Estado e ao prelado diocesano estabelecer escolas do ensino primário, latim, grego e outras disciplinas, mas não foi executado. Ainda subsistia o pretêxto das dificuldades do tesouro.

Decorridos longos 8 anos, o vice-rei conde de Sarzedas, fundando-se nesse alvará, criou em 1808 cinco cadeiras de latim, instalando-se uma destas na velha cidade de Goa; duas em Salsete, nas freguesias de Majordá e Chinchinim, e duas em Bardês, nas freguesias de Mapuçá e Candolim. Os professores providos

(1) Cit. *A Educ.* por Menezes Bragança, pag. 76.

foram : o pe. Diogo António Colaço, na cadeira da velha cidade; o pe. Bernardo António Xavier Gomes, na de Majordá. Deodato Francisco Alemão, na de Chinchim; Pedro Paulo de Gouveia, na de Mapuçá, e o p.^o Custodio Francisco Xavier Pereira, na de Candolim. Até esta época era no curso de latim que se ministravam os elementos da língua e gramática portuguesa; e era preciso conhecer bem a língua latina, em que se escreviam os livros de texto de todas as disciplinas até nos cursos superiores. Dêste modo o resultado foi cultivar-se mais o latim do que o português, que ficava sendo apenas uma língua de comunicação.

Em 1831 D. Manoel de Portugal e Castro, vendo por experiência própria que era raríssimo o papel, dentre os muitos que diáriamente se lhe apresentavam, que fôsse escrito conforme as mais triviais regras da gramática e ortografia portuguesa, reorganizou o ensino, dando-lhe uma orientação relativamente melhor; pois, suprimindo duas dessas cadeiras, que estavam vagas por falecimento dos respectivos professores. colocou as restantes três em Pangim, Margão e Mapuçá, sob a inspecção dos respectivos ouvidores e creou 6 escolas primárias com seus professores e ajudantes em Ribandar, Pangim, Margão, Pondá, Bicholim e Colvale, subordinando-as à fiscalização dos comandantes dos aquartelamentos. As nomeações dos professores foram feitas mediante concurso, preferindo-se na igualdade de circunstâncias alguns europeus deportados para aqui pela usurpação.

A êsse tempo já se sentia na Índia o impulso dado à instrução pública na metrópole pela revolução de Setembro (1836), de que saíra a reforma da universidade, a organização das escolas médico-cirúrgicas, a criação dos liceus e de vários institutos e a refor-

ma e a liberdade do ensino primário ⁽¹⁾.

Dêste salutar impulso dimanaram sucessivas providências oficiais, que difundiram crescentemente e melhoraram a instrução pública neste Estado.

Em 1840 o governador interino Lopes de Lima, iniciando a aplicação da reforma de 1836, estabeleceu na capital uma escola normal de ensino mútuo pelo método de Lancaster, chamada por isso *Lancastriana* ⁽²⁾, três aulas de ensino secundário: francês, inglês e história universal e geografia, como veremos; e no ano seguinte criou em diversas freguezias das Velhas Conquistas 49 escolas do ensino primário, pagas pelas comunidades agrícolas, encargo que pouco depois foi transferido para o Estado pelo conde das Antas.

O mesmo conde, sucessor de Lopes de Lima, reduziu o número das escolas primárias, conservando 6 nas Ilhas, 9 em Bardês e 10 em Salsete; e em 1842 instituiu 6 do mesmo programa, mas com a exclusão do

(1) *Hist. da Instr. popular em Portugal* por D. António da Costa, cap. 6.º, pag. 141, e cap. 7.º.

(2) O pedagogo Joseph Lancaster, natural de Londres, organizou numa escola primaria desta cidade, nos princípios do século 19.º, o ensino mútuo, já praticado pelo escocês Andrew Bell, director duma escola de órfãos em Madrasta, que tivera a idea de fazer ensinar os discipulos mais atrazados pelos mais adeantados segundo um método usado nas escolas indianas.

Lancaster conseguiu óptimos resultados na instrução primaria; mas, querendo applicar o seu sistema ao ensino secundário, fahou.

Segundo este método, chamado de Lancaster, "os principiantes" "escrevem as letras com o dedo sobre areia; os mais com o lapis" "sobre ardósia, o que habitua o aluno a firmesa da mão; só a" "8.ª classe escreve três vezes na semana sobre papel. O dis-" "cipulo está sempre atento à lição com o fim de emendar o seu" "companheiro, e tomar o seu lugar....."

Vide. *Dic. Larousse Verb.* Lancaster; e *Almanac de Goa para o Ano de 1840*, pelo cônego Caetano João Peres, pag. 220, onde se encontra um extracto duma memória impressa em Lisboa em 1837.

ensino religioso, nas capitais das províncias das Novas Conquistas: Perném, Bicholim, Satari, Pondá, Zambaulim e Canácona; e no ano imediato mais algumas na província de Bicholim. Criou também uma escola do ensino promísco (primário e secundário) e duas do ensino primário em Damão. Aos seus sucessores se deve muito o progresso da instrução na Índia.

Em 1845 o governador José Ferreira Pestana criou na capital uma escola de meninas, que foi a primeira dêste género, e em 1846, reconhecendo a grande vantagem de difundir o ensino das línguas vernáculas, já introduzido no liceu pelo seu antecessor Joaquim Mourão Garcês Palha, impôs, aos intérpretes oficiais das Novas Conquistas, de Damão, Diu e Angediva, a obrigação de regerem uma escola de marata, industani ou guzerate na localidade onde estivessem servindo, com o vencimento mensal de 20 xerafins.

O visconde de Ourém estabeleceu em Pangim, em 1854 uma *escola normal* que era de absoluta necessidade, para a habilitação do magistério primário (curso dividido em 2 anos); e 5 escolas de ensino primário complementar pelas Velhas Conquistas e duas do sexo feminino em Margão e Mapuçá, e reformou a escola promiscua de Diu.

Não obstante a habilitação da escola normal, o provimento das cadeiras do ensino oficial se fazia com precedência do concurso de provas públicas, como era determinado pela lei desde 1835.

Ao conde de Torres-Novas se deve a instituição das escolas primárias do sexo feminino de Damão e Diu (1859 e 1861) e o regulamento da escola normal. Em 1869 foi reorganizado o ensino primário, que andava muito atrasado.

Pela sucessão do tempo vieram mais reformas e o estabelecimento de novas escolas primárias em várias

localidades, com que temos hoje 122 escolas oficiais do ensino português, sendo 21 nas Ilhas, 34 em Bardês, 32 em Salsete, 5 em Mormugão e as outras pelas Novas Conquistas; afóra as 8 escolas de marata nas mesmas Novas Conquistas e 11 de guzerate nos distritos do norte.

A escola normal foi reorganizada por decreto de 31 de Outubro de 1892 e, depois, por decreto de 23 de Maio de 1907. O seu curso acha-se hoje dividido em 3 anos e leccionado por 4 professores e uma professora e é obrigatório para o desempenho do magistério primário. Além de português, francês, pedagogia e outras disciplinas, ensina-se ali a ginástica, música e canto, e trabalhos de agulha e labores para os alunos do sexo feminino.

Em 1887 a Santa Casa da Misericórdia instituiu, no antigo convento de Chimbél, um colégio de meninas, dirigido pelas irmãs hospitaleiras Franciscanas, que se denominava o *Colégio de N. Sra. da Piedade* e passou depois a funcionar em Pangim em edificio do Estado, ficando sujeito à superintendência do governo civil. Ensinava-se ali o português, francês, inglês e os trabalhos próprios do sexo. Cessou de existir o colégio com a queda da monarquia, e em sua substituição foi criada pelo governador Couceiro da Costa, em port. de 4 de Janeiro de 1911, a *Escola Nacional* do sexo feminino com o regime de internato voluntário.

Liceu Nacional, Geral e Liceus Municipais

Em 1841 o governador Lopes de Lima instituiu, como vimos, um grupo de cadeiras do ensino secundário: francês, inglês e história universal e pátria em curso bienal, ficando esta última, denominada *escola normal da história*, a cargo do bibliotecário da Biblio-

teca Pública. Esta instituição tinha por fim formar, incluindo a escola matemática militar, um liceu provisório. Seguiram-se pelo correr do tempo as escolas de marata, e de filosofia e retórica em curso bienal, criadas aquela em 1843 e esta em 1850, pelos governadores Joaquim Mourão Garcês Palla e José Ferreira Pestana, respectivamente.

Este último governador estabeleceu também uma escola de francês em Margão.

Já havia, portanto, em Pangim 6 cadeiras do ensino secundário, incluindo a antiga de latim, elementos então suficientes para a organização de um liceu, faltando-lhe apenas uma direcção uniforme. Pois o visconde de Ourém agrupou essas cadeiras e instituiu por port. de 9 de Novembro de 1854 o *Liceu Nacional* de Nova-Goa, em harmonia com os decretos orgânicos de 17 de Novembro de 1836 e 20 de Setembro de 1844 (1). Era indispensável este melhoramento desde que, extintos os colégios das ordens religiosas, ainda o ensino ministrado pelo elemento eclesiástico estava limitado apenas a 2 seminários.

(1). Os professores dessas cadeiras que passaram para o quadro do Liceu, foram: O pe. Floriano Mateus do Rozário Barreto, natural de Margão, para a lingua portuguesa e latina; António, Filipe Rodrigues, natural de Salvador do Mundo, para a lingua inglesa; Francisco Gonçalves Ferreira, natural de Santa Luês, para a lingua franceza; Suriaji Ananda Rau, natural do concelho de Pondá, para a lingua marata; e pe. Sebastião Salvador Batista Canã, natural de Benaullim, para a cadeira de filosofia e retórica em curso bienal; e o pe. António Manoel Soares da Veiga, natural de Ribandar, egresso do extinto convento do Santo Agostinho e antigo lente de filosofia e teologia no Colégio do Populo, para o lugar de reitor do liceu e professor da cadeira de geografia e história universal e pátria em curso bienal; e depois de organizado o liceu, foi nomeado o pe. José António da Conceição e Souza, natural de Calangute, para substituto das cadeiras de latim, filosofia e historia.

Não se estabeleceu no liceu a cadeira de matemática por haver outra igual na vizinha escola matemática e militar, como era também a concepção contida na port. de 17 de Agosto de 1841 do governador interino Lopes de Lima.

Os princípios de física, química e história natural deviam ser leccionados na aula destas disciplinas, criada por decreto de 10 de Dezembro de 1853, que brevemente se havia de abrir.

O visconde de Ourém criou também, em 1854, uma cadeira de inglês em Mapuçá e mais uma escola de latim em cada um dos concelhos de Salsete e Bardês, sendo colocadas uma em Chinchinim e outra em Salição em edifícios oferecidos pelas respectivas comunidades, e ao conde de Tôrres Novas se deve a criação de um lugar de ajudante e substituto para a cadeira de latim do liceu nacional (decreto de 5 de Julho de 1865).

Em 1859 foi fechado o seminário de Chorão por insalubridade do lugar, sendo criados em Bardês em 1863 duas cadeiras—de filosofia e retórica, como diremos.

Muitos anos antes (1844) havia sido estabelecida na ilha de Divar uma cadeira de latim, paga pelas respectivas comunidades sendo o professor nomeado pelo govêrno provincial com precedência de concurso.

Seguindo o exemplo, a comunidade de Neurá criou pouco mais tarde uma cadeira de ensino promíscuo (português e latim).

Destas cadeiras a ultima durou pouco tempo, mas a primeira só cessou de funcionar depois de se adoptar no liceu nacional o regime das classes.

Voltando ao liceu. Este estabelecimento continuou quasi informe e immobilizado por muitos anos à espera da reforma pedida, regendo-se pelos programas aprovados em 1857 e prestando contudo bom serviço

à instrução pública; pois habilitou numerosos alunos, alguns dos quais *frequëntaram* depois *com distincção os cursos superiores do continente* ⁽¹⁾. O estabelecimento foi dirigido, de 1868 a 1877, pelo erudito comissário dos estudos, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, que, tomando parte activa nos trabalhos internos da casa, imprimiu ao ensino secundário a orientação clássica, melhorando-o e tornando-o mais metódico, e mais profícuo; e à sua iniciativa se deveu a fundação da biblioteca liceal para a consulta e estudo dos professores e alunos.

A nomeação dos professores era feita nessa época, e ainda algum tempo depois, por meio do concurso de rigorosas provas públicas, embora os candidatos apresentassem, como muitos o faziam, os melhores diplomas de habilitação nos estudos preparatórios e nos cursos superiores.

Havia portanto no liceu professores especialistas em uma disciplina e diletantes em outras, como recomenda o pedagogista Herbart; e alguns deles aliavam à sua competência profissional uma forte cultura humanista.

Decorridos alguns anos, o antigo deputado da nação e, ao tempo, inspector dos estudos neste Estado, Bernardo Francisco da Costa, tendo sido nomeado reitor do liceu em 1888, empregou seus particulares esforços perante o govêrno, em ordem a conseguir a projectada reforma do liceu; e o decreto de 31 de Outubro de 1892 reorganizou-o radicalmente, incorporando nele algumas cadeiras do Instituto Profissional, que foi extinto, e equiparando-o aos liceus nacionais da metrópole, sendo nomeado reitor o que era

(1) Parecer da comissão da instrução pública da Câmara dos Pares, em 6 de Julho de 1889.

o director do referido Instituto, o coronel João de Melo de Sampaio, e para professor da cadeira da língua e literatura portuguesa. criada nesta ocasião. um official europeu.

Esta organização, que melhorava e actualizava o ensino, abrangia três cursos: o curso geral em 4 anos, seguido do de letras em 1 ano e do de sciências em 2 anos. Estes cursos estavam distribuidos nas seguintes 9 cadeiras: 1.^a—língua e literatura portuguesa; 2.^a—língua franceza; 3.^a—língua inglesa; 4.^a—língua latina; 5.^a—matemática; 6.^a—física, química e história natural; 7.^a—geografia e história; 8.^a—filosofia; e 9.^a—dezenho.

Tinha mais duas cadeiras anexas: a de marata e a de economia política e direito administrativo, as quais, juntas às outras 9, formavam o curso completo dêsse liceu, que dava direito à matrícula nos institutos superiores, ao exercício do magistério secundário e dos cargos graduados da burocracia local, e ao exame para advogado de provisão.

O decreto, porém, de 22 de Dezembro de 1894 reformou sob novas bases a instrução secundária em Portugal, organizando liceus nacionais e centrais com as disciplinas, designadas nos respectivos programas, a estudar simultâneamente, pelo sistema de classes; e da conveniência de subordinar o ensino secundário dêsse Estado ao regime estabelecido na metrópole proveio o decreto provincial do comissário régio, de 9 de Janeiro de 1897, que constituiu em Goa um liceu nacional, isto é, o curso geral em 5 anos, compreendendo as duas primeiras secções, as quais juntas às cadeiras anexas de filosofia, economia política e direito administrativo e marata, formavam o curso completo, que dava direito a obter a carta de advogado e à matrícula na Escola médico-cirúrgica de Goa e nos institutos industriais e comerciais.

Com esta reforma ficou o liceu, como se vê, num plano de inferioridade relativamente à organização de 1892; mas, como todos reconheciam que êste curso mutilado era preparatório insuficiente para a frequência da Escola Médica, e os alunos habilitados ⁽¹⁾ não podiam ter ingresso nos cursos superiores da metrópole, sem que ali completassem os seus estudos, o decreto de 31 de Maio de 1919 elevou o mesmo estabelecimento à categoria de Liceu Central, que com os cursos complementares completa a instrução secundária. Desde 1901 lecciona-se nas classes a língua alemã, que tendo sido logo suprimida, foi restabelecida pela reforma de 1919.

Estão anexas ao liceu as cadeiras de economia política e direito administrativo, de marata e a de sanscrito em 2 anos. Estão-lhe anexas também uma biblioteca, uma aula de ginástica, um gabinete de física, um laboratório químico e um museu de história natural.

No edificio do liceu funciona o Instituto Comercial criado por decreto de 25 de Novembro de 1916, dando lições nocturnas.

Pelo citado decreto de 31 de Outubro de 1892 era autorizado o govêrno local a criar escolas municipais de portuguez, francês e inglêz, aproveitando as 8 cadeiras do ensino secundário que ao tempo existiam em Salsete e Bardês, e não havendo entidade, que pedisse essa criação, seriam extintas (como de facto o foram) à proporção que vagassem, visto não pode-

(1) Dêste sistema de estudar 8 ou 9 disciplinas simultaneamente, embora fragmentadas, e supostos todos os requisitos pedagógicos, resulta no fim uma percentagem de aproveitados bastante reduzida, ainda quando os estudos são menos desenvolvidos como acontece nos exames de *matricula* da universidade de Bombaim.

rem ser incorporadas no liceu ⁽¹⁾.

Da extinção destas 8 cadeiras germinou a idea da criação de 2 licens municipais nos concelhos de Salcete e Bardês, os quais, depois de muitos anos, foram organizados por decreto de 29 de Maio de 1913 e se abriram em 1914, tendo a seu cargo o ensino das três primeiras classes liceais. Os professores são nomeados por concurso de provas públicas.

Escola Matemática e Militar de Goa

Os estudos matemáticos, que o govêrno central mandava estabelecer em Goa em 1699, não principiam senão só no 3.º quartel do século XVIII por falta de pessoas idóneas para ensinar. O conde da Ega criou a aula de navegação em 1759 e o capitão-general D. José Pedro da Câmara a *aula da artilharia regimental* em 1776. A primeira foi depois reformada e denominada *aula de marinha*, e a segunda substituída por um *curso de fortificação*, regido por dois officiaes engenheiros, que para êsse fim vieram de Lisboa (1807). A aula de marinha ficava anexa a êste curso, a que servia de preparação.

Êstes dois cursos, que durante 3 anos não tinham frequência nenhuma, motivaram a instituição da *Academia Militar*, que foi fundada pelo conde do Rio Pardo e se abriu em Janeiro de 1818, governando-se

(1) Destas cadeiras achavam-se collocadas 3 em Mapuçá: de latim, inglês e francês, criadas a 1.ª em 1808, a 2.ª em 28 de Setembro de 1854 e a 3.ª em 20 de Setembro de 1855; e uma de latim em Saligão estabelecida em 9 de Novembro de 1854. Assim como havia 3 cadeiras de iguaes disciplinas em Margão: a de latim estabelecida em 1808, a de francês em 20 de Agosto de 1850 e a de inglês em 17 de Março de 1869; e uma cadeira de latim em Chinchinim, criada em 9 de Novembro de 1854.

pelos estatutos dados pelo fundador, por port. de 26 de Julho de 1817. Compreendia 3 cursos: o de artilharia e o de marinha, de 4 anos cada um, e o de engenharia de 5 anos. Tinha 7 lentes proprietários e 2 substitutos ⁽¹⁾.

Em 1830 D. Manoel de Portugal e Castro fêz depender dêstes estudos a promoção a oficiais superiores e a alguns cargos da Fazenda.

O governador Lopes de Lima reformou a *Academia*, por port. de 18 de Agosto de 1841, e deu-lhe a denominação de *Escola Matemática e Militar*, melhorando os métodos do ensino; e, distribuído os estudos por 6 cadeiras, incluindo a de desenho, formou os cursos da arma de engenharia, de artilharia e de infantaria. O desenho era comum a todos os cursos. Foi abolida a cadeira de marinha prometendo-se substituí-la pela de pilotagem.

Os lentes, que eram cinco, deviam ser oficiais do corpo de engenheiros. Havia dois substitutos e um ajudante da cadeira de desenho, que podiam ser pessoas idóneas. Por port. de 14 de Agosto de 1843 foi restabelecida a aula de marinha constituindo a 7.^a cadeira ⁽²⁾.

A escola tinha anexas uma biblioteca matemática e militar e um gabinete de instrumentos de campo e modelos de material de guerra. Esta escola, depois de várias vezes reorganizada, foi, finalmente, com a extinção do exército da Índia, extinta também e substituída pelo *Instituto Profissional* de Nova Goa, pelos decretos de 11 de Novembro de 1871; e o Instituto, decorridos anos, foi ainda fundido no liceu

⁽¹⁾ *Bosquejo das Posses. Port.* por Celestin Soares, tomo 1. pag. 208 e segs.; e *Annaes maril. e cols.*, v. 2.^o, pag. 207.

⁽²⁾ Cit. *Bosquejo das Poss. Port.*, vol. 1.^o, pag. 208.

nacional de Nova Goa em 1892, como atrás ficou dito.

Suprimido o Instituto Profissional, o ministro Ferreira do Amaral criou uma *Escola de artes e ofícios* onde, além da instrução teórica, ministrada em 4 cadeiras, havia mestres, que vieram da metrópole, contratados para as oficinas de encadernação, serralharia e carpintaria. Esta escola instalou-se em 1893 e foi extinta por inútil em 1898.

Aula de física, química e historia natural

Ao tempo em que florescia a Escola matemática e militar, o govêrno central, para tornar mais proficuo e completo o ensino ministrado neste estabelecimento e na escola médico-cirúrgica de Goa, criou, por decreto de 10 de Dezembro de 1853 (em substituição da *Escola Principal* da instrução primária, instituída em 1845, que nunca se abriu) a *aula de física, química e história natural*, com o programa muito mais desenvolvido que o da Escola Principal, sendo nomeado professor o capitão do exército de Portugal Luís José de Melo, natural de Salvador do Mundo (Bardês). Esta aula teve, desde a sua criação, uma vida bastante agitada, pois havendo sido, pelo citado decreto, *encorporada* na Escola matemática, foi vivamente impugnada ⁽¹⁾ essa incorporação pela

⁽¹⁾ O principal fundamento da impugnação era de ser onerosa aos alunos da escola matemática a obrigação de apresentarem a aprovação da aula de física para todos os cursos da referida escola, enquanto os estudos do quadro da escola não fôsem reduzidos. O professor Melo respondia a isto na sua reclamação que na metrópole os estudos matemáticos abrangiam 22 cadeiras, afóra a picaria, e em Goa apenas um têrço do número daquelas; e que, portanto, o acréscimo da nova aula não podia dificultar os estudos.

maioria do respectivo conselho escolar, cuja deliberação foi aprovada e louvada pelo conselho governativo. O professor Melo reclamou e o conselho escolar, insistindo no seu anterior voto, teve um grande debate com o governador do Estado que acabava de chegar à India, o conde de Torres Novas, o qual deu parte desta singular questão ao govêrno superior, mas emitindo, infelizmente, em épocas diferentes duas opiniões perfeitamente opostas ⁽¹⁾. Entretanto faleceu o professor Melo e a nova cadeira permaneceu na referida escola até 1865. Neste ano o governador Ferreira Pestana aggregou-a à Escola médico-cirúrgica por port. de 18 de Dezembro, e por outra port. (de 12 de Janeiro de 1866) obrigou os alunos da escola matemática e militar que se destinassem às armas de artilharia e engenharia, a apresentarem, antes de obterem a respectiva carta, a certidão de aprovação nas disciplinas da referida aula. O conselho da Escola matemática, que não queria a desanexação, surprehendido com a determinação do govêrno, reclamou contra a citada port. de 18 de Dezembro, abrindo nesta ocasião novo debate com o governador, o qual, insistindo na sua resolução, permitiu ao referido conselho recorrer ao govêrno central, e para instruir convenientemente a sua súplica enviou-lhe todos os do-

Os lentes, que votaram pela incorporação e constituíam a minoria, eram o tenente coronel José da Costa Campos, director da Escola matemática, José Soares da Veiga, José António Gomes, que passavam como as primeiras capacidades da Escola, e Manoel Godinho Fernandes, como muito proficiente. A testa da maioria porém (que se compunha de 5 lentes) estava o major (depois coronel) Cândido José Mourão, visconde de Bucclas, que tinha a reputação de sábio.

(1) Cit. *Breve noticia da aula de principios de Phisica*, doc. n.º 32, pag. 68.

cumentos relativos ao assunto, ainda os que não tinham chegado ao seu conhecimento, mandando publicá-los também no *Boletim Oficial*.

Foi isto bastante para se fechar o debate, e a aula foi definitivamente anexada à Escola médica por decreto de 23 de Outubro de 1867, sendo dividido o seu curso em 2 anos, até que o mesmo govêrno central, em 31 de Outubro de 1892, reorganizando o liceu a incorporou nêste estabelecimento.

Durante o período de peripécias por que passou, a aula de física, quando contava 18 anos de criação (1872) já havia sido regida sucessivamente por 18 professores. Contudo o ensino não deixou de ser profícuo.

No primeiro ano do exercício desta aula, que foi o de 1855 a 1856 foram aprovados 7 alunos dos 16 matriculados, sendo premiado um dêles, Miguel António de Melo, e nos anos subsequêntes não lhe faltou a freqüência nem alunos distintos.

Um dos referidos 18 professores foi o antigo deputado Bernardo Francisco da Costa, que melhorou o ensino com demonstrações práticas, organizando, para êste fim, um laboratório químico e habilitando muitos alunos, entre os quais foram laureados Demóstenes Mascarenhas, Claudino Carneiro de Souza e Faro e Joaquim José Fernandes Arez, ao depois, todos os três lentes de escolas superiores. Em 1861 o professor Costa pediu a sua exoneração por motivos políticos.

Escola Medico-Cirurgica de Nova-Goa

Houve quem fizesse remontar o estabelecimento do ensino médico em Goa ao tempo do célebre Dr. Garcia da Orta que, licenciado por D. João 3.º para

curar de fisica, passou à India em 1542 ⁽¹⁾.

Mas não ha documento que afirme que êste *físico d'El-rei*, ou o licenciado Dimas Bosque, que foi físico-mor em 1562, ou qualquer outro físico ou cirurgião-mor da India até 1690 tenha dado lições de medicina ou cirurgia em Goa ⁽²⁾.

O ensino médico-cirúrgico regular devia principiar em 1691 no antigo Hospital Real conforme as ordens do govêrno superior de 23 de Março dêsse ano, mas consta sòmente que dos dois facultativos, Manoel Rodrigues de Souza e Feleciano Gonçalves, formados na universidade portuguesa e nomeados lentes dêste curso, o segundo não chegara à India até o Dezembro daquele ano, e o primeiro, que viera em físico-mor, não abrira a aula por doente e por estar à espera do outro que era lente de véspera. Presume-se que com a chegada dêste, que era aguardado na segunda nau, se tenha instalado o curso. O certo é que antes de 1723 o cirurgião-mor do Estado leccionou a cirurgia em Goa, porque consta que, por consulta do conselho ultramarino de 18 de Março de 1723, se mandou dar ao cirurgião-mor do Estado a gratificação de *dez mil reis mensais fazendo, como o seu antecessor, de Mestre ensinando cirurgia na India* ⁽³⁾. E' possível que êste curso não tenha sido regular. Entretanto houve em Goa médicos que ensinavam particularmente a sciência de curar, e alguns dos seus discípulos, depois de terem feito exame público e vago perante o físico-mor, obti-

(1) Garcia da Orta era doutor pelas universidades de Alcalá e Salamanca e naturalista distintíssimo.

(2) Ao tempo o físico-mor fazia parte do pessoal maior do serviço do vice-rei, como se verá no capítulo que trata do Palácio Vice-real; e intervinha oficialmente nos serviços de sanidade. (*Garcia da Orta e o seu tempo*, por Conde de Ficalho).

(3) *Bosquejo das Possessões Port.*, vol. 1.º, pag. 299.

nham diploma passado pelo govêrno provincial, que lhes dava o título de *médico por Sua Magestade* e autorização para exercer a clínica. Os outros eram licenciados. Mais tarde, e principalmente em 1839, abusou-se extrêmamente da concessão de tais diplomas, pelo que o conde das Antas mandou inutilizar muitos deles. Mas estas medidas não foram aprovadas pelo ministro por *terem efeito retroactivo com prejuizo de terceiro* ⁽¹⁾.

Em 1774 vieram nóvamente ordens do govêrno da metrópole para abrir no hospital de Panelim aulas de medicina e cirurgia, de que deviam ser encarregados o fisico-mor e o cirurgião-mor do Estado. O fisico-mor, que então era o Dr. Luís da Costa Portugal, transferiu-se para Moçambique em 1779, sendo nomeado em seu lugar pelo govêrno provincial o distinto médico Inácio Caetano Afonso, natural da Piedade, por port. de 4 de Maio de 1782, o qual desempenhou o cargo por 16 anos até a sua morte ocorrida em 1798, mas não consta ter leccionado. Entretanto veio despachado para India como cirurgião-mor Francisco Manoel Barroso da Silva com a obrigação de abrir aula de cirurgia.

Alguns anos depois, em virtude de uma requisição do governador Veiga Cabral, que pedia um facultativo diplomado na metrópole para ensinar a medicina, veio para India o doutor António José de Miranda e Almeida, lente substituto da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, nomeado fisico-mor dêste Estado por decreto de 29 de Novembro de 1799, o qual abriu o primeiro *curso médico* em 30 de Dezembro de 1800, e habilitou muitos filhos do país e entre êstes Bernardo Peres da Silva, que depois foi lente

(1) Cit. *Bosquejo das Possessões Port.*, vol. 1.º, pag. 299.

substituto da escola, nomeado por port. prov. de 15 de Junho de 1804, e mais tarde prefeito do Estado.

O governo superior mandou louvar o zêlo e préstimo com que o físico-mor desempenhara os seus deveres. Até o ano de 1805 muitos alunos haviam completado o curso, sendo vinte dêstes aprovados com louvor, segundo informa o próprio físico-mor.

Regressando o doutor Almeida à metrópole em 1816, ficou na regência do curso o cirurgião-mor Barroso da Silva, até que viesse nomeado físico-mor e lente de medicina, por decreto de 16 de Junho de 1819 o doutor pela universidade de Coimbra, António José de Lima Leitão, o qual propôs um plano de estudos para os facultativos do país, ao Conde do Rio Pardo, que lh'o aprovou e mandou adoptar por portaria de 23 de Junho de 1821. Era um *curso médico-cirurgico de 4 anos*.

Mas o doutor Lima Leitão envolvido nas alterações políticas do país não chegou a leccionar nem por um ano e regressou a Lisboa, em 5 de Março de 1822, como deputado pela India.

De 1827 a 1838 o curso médico cirúrgico foi regido pelo físico-mor Manoel José Ribeiro e pelo cirurgião-mor Tomaz da Silva Correia, e depois até 1840 pelo físico-mor Vitorino Pinheiro de Lacerda. O primeiro e o último eram bachareis em medicina pela Universidade de Coimbra.

Por ofício de 22 de Abril de 1833 o governador Portugal e Castro participou ao govêrno superior que os aludidos facultativos Ribeiro e Correia eram *mediocres* na sua profissão e *indábeis* para ensinar ⁽¹⁾; e que, porisso, iam estudar à metrópole, conforme determinava a carta régia de 2 de Maio de 1832, 4 mancebos

(1) *Goa sob a dominação port.*, pag. 227.

talentosos da Índia; e foram de facto Manoel José Falecíssimo de Abreu, Raimundo Venâncio Rodrigues, Aureliano Aleixo Leandro Mascarenhas e António José da Gama, todos subsidiados pelas câmaras agrárias. Dêstes o 1.º e o 3.º faleceram em estudantes havendo obtido os primeiros prémios, e o 2.º formou-se doutor em matemática e foi lente catedrático da Universidade de Coimbra ⁽¹⁾; e o 4.º, tendo-se formado médico-cirurgião pelo collegio de S. José, regressou a Goa em 1842 e no ano immediato foi nomeado lente da escola médico-cirúrgica.

O governador interino Lopes de Lima remodelou o curso e transferiu em 15 de Abril de 1841 o hospital militar de Panelim para Pangim onde foi criada uma *Junta da saúde pública*, bem como um *Instituto vacínico*.

O físico-mor do Estado, Dr. Mateus Cesário Rodrigues Moacho ⁽²⁾, apóstolo das ideas novas irradiadas

⁽¹⁾ Os filhos da Índia que se tem formado doutores pela universidade de Coimbra são:

1.º—Raimundo Venâncio Rodrigues, natural de Badém (Salvador do Mundo), Doutor em Matemática, 1840 e lente da mesma Faculdade. Faleceu em 22-11-1873.

2.º—Fr. Constâncio Floriano de Faria, natural de Loutolim.; Doutor em Teologia, 1850, e lente da mesma Faculdade. Faleceu em Outubro de 1872.

3.º—Luís Caitano Lobo, natural de Saligão, Doutor em Direito, 1851.

4.º—Raimundo Francisco da Gama, natural de Bombaim, mas oriundo de uma família do mesmo apelido, de Saligão e gauncar da comunidade agrícola desta aldeia, Doutor em Medicina 1858. Faleceu em 31-1-1895.

5.º—Luís da Cunha Gonçalves, natural de Pangim, Doutor em Direito, 1909.

Vid. *Anuário da Universidade* de 1901-1902; e *Or. Port.*, vol. 6., pag. 176.

⁽²⁾ Era médico-cirurgião pela Escola de Lisboa e Doutor em medicina pela Universidade de Lovaina.

pela revolução de Setembro, reconhecendo o atraso, em que a sciência de curar aqui se achava, propôs ao conde das Antas um plano do *curso médico-cirúrgico e farmacêutico* de 4 cadeiras em 4 anos, exigindo para a primeira matrícula a habilitação em latim, e filosofia e o conhecimento da língua francesa.

O plano foi aprovado por port. prov. de 5 de Novembro de 1842, sendo nomeados professores o físico-mor Moacho, os dois cirurgiões-mores do exército, José Frederico Teixeira de Pinho e António José da Gama, natural de Verná, médico diplomado na metrópole pelo colégio de S. José, e provisoriamente, enquanto não viesse o professor requisitado para Lisboa, o físico do hospital António Caetano do Rosário Afonso Dantas, natural de Serulá, médico muito popular ao tempo e autor de um livro sôbre o cólera-morbus ⁽¹⁾.

Abriu-se o curso médico-cirúrgico regular em 1 de Dezembro de 1842 no edifício contíguo ao hospital militar, hoje *Hospital Central*, sendo no fim do ano lectivo aprovados os 8 alunos matriculados e dentre estes, laureados com o 1.º prémio Agostinho Vicente Lourenço, de Margão, que depois foi lente substituto da escola médica em 1847, cargo que deixou seguindo para Europa, onde se formou Doutor pela Universidade de Paris e teve nesta cidade a reputação de *savant*, sendo posteriormente nomeado lente da Escola Politécnica de Lisboa; e com o 2.º prémio Pedro Gonzaga Augusto de Melo, da Raia, que chegou a ser cirurgião-mor do exército.

Este importante melhoramento do ensino não mereceu a sanção régia (pois o conde das Antas já

(1) *Oriente Port.*, vol. 4.º, pag. 479. (*Subsidios etc.* por I. Gracías).

saira da India); todavia continuou felizmente autorizado pelo governador Joaquim Mourão Garcêz Palla, até que sua magestade, por decreto de 11 de Janeiro de 1847, criou a *Escola Médico-Cirúrgica de Nova-Goa*, com 6 cadeiras em 4 anos, destinada a habilitar facultativos e farmacêuticos.

A reforma aprovada por decreto de 11 de Outubro de 1865 deu ao ensino maior desenvolvimento, passando o curso a ter 9 cadeiras distribuídas em 5 anos.

Hoje, com a evolução progressiva, o curso médico-cirúrgico é leccionado por 12 professores em 18 cadeiras distribuídas também por 5 anos. A Escola tem uma biblioteca médica, um gabinete anatómico e cirúrgico, casa de dissecação e laboratório químico-farmacêutico.

O curso farmacêutico é dividido em 3 anos. E estão anexos à Escola mais dois cursos, o de enfermeiros e o de parteiras.

• Ao Hospital Central estão anexos dois estabelecimentos, entre si independentes, o Instituto Bacteriológico e o Instituto de análises químicas e toxicoló-

CAPITULO XXVIII

O Padroado Português no Oriente

Antes da instituição do padroado do Oriente, Goa e todas as conquistas dos portugueses na Asia e na Africa estavam sujeitas, na parte espiritual, ao Vigário de Tomar, Prior-mor da Ordem de Cristo, e várias Bulas haviam concedido aos reis de Portugal o direito de levantar edificios religiosos e enviar missionários para a evangelização destas conquistas.

Em 1514 foi criada a Sé do Funchal, tendo o seu bispo jurisdição em todo o Ultramar, e o papa Leão X concedeu o padroado desta Sé aos reis de Portugal e, dois anos depois (1516), concedeu-lhes também o direito de apresentar pessoas idóneas para todas as igrejas que fossem fundadas ou dotadas nas terras descobertas ou conquistadas, reservando à autoridade eclesiastica a confirmação. Aqui se vê já instituído o padroado do oriente.

Em 1534 o papa Paulo 3.º erigiu o bispado de Goa, compreendendo todos os estabelecimentos portugueses desde o Cabo de Boa Esperança até a China; e, renovando o direito do padroado, impôs ao padroeiro a condição de sustentar e conservar todas as igrejas, capelas, conventos e outros lugares de devoção, e fundar e dotar novas igrejas conforme as exigências dos tempos.

A instâncias del-rei D. Sebastião, foi Goa elevada em 1558 à categoria de arcebispado metropolitano com dois bispados sufragâneos: o de Cochim e o de Malaca.

Em 1575 o papa Gregório 13.º, atendendo ao pedido del-rei, por Bula *Super specula militantes Ecclesiarum*, criou o bispado de Macau sufragâneo à metrópole de Goa, concedendo também o padroado desta diocese aos reis de Portugal, com a condição de proverem de fundos necessários os bispos e missionários, e declarando que ninguém, nem mesmo a Sé Apostólica poderia anular o direito do padroado, tal qual era concedido aos reis de Portugal, sem o consentimento formal do soberano reinante.

Esta mesma cláusula de irrevogabilidade vem consignada posteriormente todas a vezes que um novo bispado se estabelece no oriente. Pode, por exemplo, vêr-se a *Constituição* de Clemente XI, *Copiusus*, de 1719. Assim se erigiram as dioceses de Cranga-

nor (da antiga Angamale), Japão, Meliapor, e a prelazia de Moçambique, todas sufragâneas ao arcebispado de Goa.

Deve-se notar, porém, que, quando a Igreja concede semelhantes direitos, exige sempre que os padroeiros sejam católicos e se hajam catolicamente.

Os reis de Portugal, no exercício da prerrogativa obtida, conferiam os benefícios eclesiásticos em tão vasto território, cumprindo fielmente os seus compromissos com o aplauso dos Pontífices; e os numerosos missionários portugueses, (jesuitas e outros religiosos que saíam dos 39 conventos da Índia e alguns clérigos seculares indígenas) propagando o cristianismo, com o risco da vida e sacrifícios incriveis, prestaram, ao lado dos guerreiros, relevantes serviços à civilização cristã, que também foram elogiados pelos Pontífices em Letras Apostólicas.

O padroado do oriente, portanto, representava um monumento mixto levantado à glória dos conquistadores e aos triunfos da religião, e era, ao mesmo tempo, um elemento de influência e ainda de riquezas temporais. A sua conservação viria a ser um grande interesse nacional ⁽¹⁾.

“Mas, assim que, pela perda do domínio temporal em várias partes do império lusitano, se viu também dificultada a entrada dos missionários do Padroado em os territórios ocupados pelos inimigos, e, dêste modo, prejudicadas as cristandades, a Sagrada Congregação da *Propaganda Fide* começou a enviar Vigários Apostólicos ao oriente, aberto ao catolicismo pelos nossos evangelizadores. Deu-se êste passo

(1) *Um Brado pelas Colónias* por D. Isidoro de Noronha, pg. 58 e *Memória sobre a Alocução do Sant. Padre Pio 9.º* no consist. secr. de 17 de Fev. de 1851.

sem a audição do Padroeiro, audição que não se esperava fôsse dispensada atentas as boas relações entre a Santa Sé e a Côrte de Madrid.

Após a restauração, em 1640, veio a rotura das relações diplomáticas entre as Côrtes de Roma e de Lisboa.—Sob a pressão do govêrno hespanhol a S. Sé não quis reconhecer a independência de Portugal e os seus reis, D. João 4.^o e sucessores; e, desta maneira, deixou de confirmar os prelados apresentados por êstes para as dioceses do Padroado. Durou muitos anos esta situação, cujo resultado—mas não pela culpa do Padroeiro—foi o de ficarem vagas todas as dioceses, que constituíam a Província Eclesiástica de Goa, e desprovidas do número necessário de missionários portugueses as cristandades. A Propaganda enviou-lhes, pois, directamente missionários estrangeiros, que tomaram posse de muitas igrejas do Padroado. Datam daqui as lutas escandalosas e desedificantes entre a Propaganda e o Padroado. Nos diplomas pontifícios, que erigiram Vicariatos Apostólicos em os territórios que constituíam parte integrante das nossas dioceses—como Tonkim, Cochinchina e Nankim—; no Breve *Christi fidelium*, que anexou ao Vicariato Apostólico de Bijapur, na India, os reinos do Pegú e Golconda; e noutros que, ainda depois de reatadas as relações emanaram da S. Sé, a Corôa de Portugal viu cercado e, até, derogado o privilégio do Padroado, e, porisso, continuou sempre a pugnar com energia e firmeza pela manutenção integral da sua prerogativa. A Coroa portuguesa, reinando D. Pedro 2.^o, conseguiu a criação de dois novos bispados—Pekin e Nankim—cujo padroado lhe foi dado e aos sucessores.

E', porém, forçoso confessar que a manutenção do Padroado já se ia tornando pesada à Coroa. Era o número, cada vez decrescente, dos missionários; o arre-

fecimento do zêlo e fervor dos religiosos; era a falta da influência política de Portugal em alguns reinos do oriente. Cristandades havia, privadas de padres do Padroado; outras, como em Bengala, onde a acção missionária era quasi nula. O Arcebispo S. Galdino exorta os cristãos de Siam a obedecer ao Vigário Apostólico, sem cuidarem em chamar os padres do Padroado. Devemos ter em vista o estado das missões para apreciar, com imparcialidade e sem paixão, o procedimento da Propaganda.

A extinção das Ordens Religiosas, cuja relaxação, devida em parte ao poder secular, exigia apenas uma reforma;—a confiscação dos bens conventuais; a opposição, sob ameaças feitas pelo Govêrno portuguez, para a S. Sé não confirmar os bispos apresentados por D. Miguel;—em uma palavra, a perseguição religiosa decretada pelo Duque de Bragança, occasionou um novo rompimento de relações entre as Côrtes de Roma e Lisboa. Foram graves as consequências para o Padroado...Os Oratorianos de Ceilão puseram-se sob a protecção da Propaganda; a Propaganda erigiu os Vicariatos Apostólicos de Calcutá, Madrastra, Maduré e Ceilão; e, por último, veio o célebre Breve *Multa praeclare*, de Gregorio XVI, extinguindo as dioceses de Cochim, Malaca e Meliapur e circunscrevendo o Padroado unicamente ao território portuguez. Esse Breve, datado de 24 de Abril de 1838, foi o epitáfio do Padroado.

Renasceram, atingindo a máxima acuidade, as lutas e os ódios. Abusaram ambas as partes. Os propagandistas escreveram diatribes contra a nação e os soberanos de Portugal. Repontaram os padroadistas, escrevendo, também despejadamente, contra a Propaganda e a cúria romana, sendo para lamentar que, entre êstes tivesse havido um mitrado e outros apresentados para a mitra.

Na recusa da S. Sé em confirmar os bispos apresentados pelo Padroado, tem-se querido ver o seu propósito de deixar vagas as dioceses portuguesas do oriente e diminuído o número de sacerdotes, para desta maneira, coonestar a extinção do Padroado, decretada pelo Breve *Multa praeclare*; mas, antes de formular uma acusação tão grave contra a côrte pontifícia, ninguém tem querido estudar os arquivos da nunciatura e do ministério, para se avaliarem as razões que determinaram a S. Sé para não confirmar os Bispos propostos" ⁽¹⁾.

Contra êste Breve, que não versava sôbre matéria dogmática nem moral, mas sômente sôbre as regalias da coroa, e foi reputado em Portugal como ob—e subrepticamente obtido pela Propaganda, sem anuência nem audiência do Padroeiro, protestou o governo portuguez e o arcebispo eleito de Goa, e primaz do oriente D. António Feliciano de S.^{ta} Rita Carvalho, o qual ordenou também, na sua pastoral de 8 de Outubro de 1838, a todos os seus súbditos que não recebessem nem executassem êsse Breve, sem que viesse munido do beneplácito régio, que era a lei do país.

Desde então houve duas jurisdições em todo o padroado compreendido na India inglesa e contínuas lutas e conflitos entre os propagandistas e os missionários portugueses, com grave perturbação da paz e consciência das respectivas cristandades ⁽²⁾.

(1) A parte dêste capítulo que vai entre aspas « » é da lavra do Sr. Cónego Francisco Xavier Vás, a quem agradecemos o particular favor da sua colaboração neste assunto intrincado e controvertido.

(2) *Mitras Lusitanas no Oriente*, do Sr. Padre C. O. de Nazareth, 2.^a ed., pag. 462, ; *As Colónias Portuguezas* por P. Chagas pag. 140 ; e *Anais Maril. e Col.*, vol. 5, pag. 363, e segs.—.

Estas lutas continuaram, até que pela concordata de 21 de Fevereiro de 1857, foi acordado o *statu quo* emquanto se não circunscrevessem as dioceses por dois comissários, o pontifício e o português; e que depois de circunscrita cada diocese, sairiam dela os vigários apóstólicos, ficando as igrejas sob a jurisdição do padroado, e o arcebispo de Goa governaria as dioceses sufragâneas por vigários gerais, não como metropolitano, mas como delegado da Santa Sé, com jurisdição provisória até ao provimento definitivo dessas dioceses.

Os comissários nomeados foram o arcebispo titular de Cartago, Fr. Salvatore Saba d'Orsiori e o conselheiro Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1862).

Apenas começados os trabalhos da delimitação, faleceu repentinamente em Nilghiris, o arcebispo Saba, que nunca mais foi substituído, vendo-se Portugal na necessidade de assinar nova concordata em 23 de Junho de 1886, que, além de marcar limites mais estreitos ao nosso padroado, nos tirou as melhores missões, e entre estas a de Ceilão, fruto dos trabalhos apóstólicos do nosso patrício, o venerável padre José Vás.

Em compensação dos limites cerceados, a concordata deu ao Arcebispo de Goa o título de *Patriarca ad honorem* das Indias Orientais, com o privilégio de presidir aos concílios provinciais destas Indias.

As relíquias do padroado, que nos ficaram, compreendem a província eclesiástica de Goa, organizada actualmente pela forma seguinte: a arquidiocese de Goa, abrangendo toda a India portuguesa, excepto Damão e Diu; na India ingleza o território pertencente ao Canará do norte, e o que foi do antigo varado de Savant-vari, e a igreja da Imaculada Conceição de Puném. São sufragâneas de Goa as dioce-

ses de Cochim ⁽¹⁾, Macau, Meliapur, e a de Damão, que compreende Diu, e cujo prelado tem o título de arcebispo de Cranganor, sendo também sufragânea ao arcebispado de Goa a prelazia de Moçambique, pela constituição *In eminenti de 1612* ⁽²⁾. Estas relíquias ainda merecem ser conservadas não só como uma gloriosa tradição histórica, mas também como um importante valor político.

CAPITULO XXIX

Série cronológica dos prelados da Arquidiocese de Goa

1) D. Fr. João de Albuquerque, 1.º bispo de Goa, chegou à Índia em 1538. Por seu falecimento em 1553 governou a diocese o cabido, segundo a disciplina da igreja universal, desempenhando as funções episcopais D. João Nunes Barreto, da companhia de Jesus,

(1) Por Bula do papa Gregório 13.º, de 13 de Dezembro de 1572, foi concedido aos bispos de Cochim o direito de governar a diocese de Goa na *Sede vacancia* e por bula de Leão 12.º, de 12 de Dezembro de 1826, se extendeu esse mesmo direito ao Arcebispo de Cranganor na falta do bispo de Cochim, e ao de Meliapur na falta do de Cranganor.

Por declaração posterior da Secretaria do Estado Pontifício, datada de 9 de Abril de 1919, durante a vacância da Sé de Goa, o bispo de Damão é o governador da arquidiocese em primeiro lugar, seguindo-se-lhe o bispo de Cochim e o de Meliapur.

Na vacância das dioceses sufragâneas governará o respectivo vigário geral.

(2) Vid. *A Nova Concordata entre a Santa Sé e Portugal 1886*.

patriarca de Etiópia, que desde 1558 fixou a sua residência na ilha de Chorão, onde fundou uma casa da sua ordem, que depois veio a ser noviciado e, posteriormente, seminário diocesano, ora extinto. Faleceu em Goa no colégio de S. Paulo em 1562.

2) D. Gaspar de Leão Pereira de Ornelas, 1.º arcebispo de Goa, chegou à Índia pelos fins do ano 1560. Fêz a 1.ª ordenação episcopal em Goa na igreja de S. Paulo. No seu governo foi introduzido aqui o tribunal da Inquisição (1560) e celebrou-se o 1.º concílio provincial (1567), presidido pelo mesmo arcebispo. Depois de administrar a diocese por 7 anos obteve o breve da resignação e recolheu-se ao convento da Madre de Deus, que fundara em Daugim a suas expensas.

3) D. Fr. Jorge Temudo, bispo de Cochim, promovido à diocese de Goa, governou-a desde 1567 até 29 de Abril de 1571, em que faleceu no colégio de S. Paulo em Goa. Em 1568, imprimiram-se em Goa as *Constituições* deste arcebispado.

4) D. Gaspar de Leão Pereira, obrigado pelo Papa Gregório 13.º, reassumiu as funções arquiiepiscopais em 1574. Presidiu ao 2.º concílio provincial (1575) e faleceu a 15 de Agosto de 1576. Jaz na sé catedral.

5) D. Fr. Henrique de Távora, transferido de Cochim para Goa em 1578 na conformidade do breve *Pastoralis officii cura* do papa Gregório 13.º, que determinava que, vagando a igreja primacial de Goa, devia o bispo de Cochim transferir-se para ela e regê-la até ser provida de pastor pela Santa Sé. Governou por três anos.

6) D. Fr. João Vicente da Fonseca, arcebispo de Goa, tomou posse da diocese em 1580 e faleceu 6 anos depois, de regresso a Portugal. Celebrou sob sua presidência o 3.º concílio provincial (1585).

7) D. Fr. Mateus de Medina, bispo de Cochim, foi nomeado arcebispo de Goa em 1588. Celebrou o 4.º concílio provincial (1592) e no mesmo ano renunciou à mitra. Faleceu em Goa e jaz na capela-mor da sé.

8) D. Fr. André de S. Maria, também bispo de Cochim, governou a diocese de Goa desde 1593 até 1595. Resignou o lugar e recolheu-se ao convento da Madre de Deus em Goa. Faleceu em 1618 e jaz na sé.

9) D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo de Goa, governou desde 1595 até 1610, em que regressou a Portugal, deixando por governador da arquidiocese o seu condjutor D. Fr. Domingos Torrado ou Trindade, bispo de Salé, que o substituiu até 30 de Dezembro de 1612. D. Fr. Aleixo de Menezes fundou o mosteiro de Santa Mónica, 116 igrejas paroquiais em Goa, e os recolhimentos de N. S. da Serra e de S. Maria Magdalena. Convocou o 5.º concílio provincial, onde tomou para si e para seus sucessores o título de Primaz do Oriente e celebrou o sínodo de Diamper, no Malabar, para a união da cristandade de S. Tomé, que vivia na heresia e no scisma.

10) D. Fr. Cristóvão de Sá e Lisboa, bispo de Malaca, transferido para Goa em 1616, governou até 31 de Março de 1622, em que faleceu. Foi êste arcebispo que compôs o *Oficium S. Catarinae V. et M.*, que se resa nesta arquidiocese em 25 de Novembro, e obteve a aprovação do Papa; celebrou de pontifical pela primeira vez na catedral de Goa, que a êste tempo estava já perfeita. A êste arcebispo dedicou o jesuita Tomás Estevam, autor do catecismo em concani, o seu *Puranna* ou auto, em verso, dos mistérios da encarnação, paixão e morte de Jesus Cristo, que se lia e cantava em muitas igrejas da India. Jaz na sé catedral.

11) D. Fr. Sebastião de S. Pedro, governou como bispo

de Meliapor de 1623 a 1625, em que foi nomeado arcebispo de Goa. Era tão destemido, que, em bispo de Meliapor, defendeu esta cidade por 3 meses contra os holandeses, que a haviam sitiado e lhes tomou a fortaleza de Paleacate. Por sua morte foi governada a diocese pelo cabido (7 de Novembro de 1629) e depois pelo vigário capitular, o deão da sé *Gonçalo Veloso*, a quem seguiu o vigário capitular *D. Fr. João da Rocha*, bispo de Hierápolis, depois substituído por *Fr. Jerónimo da Paixão*, da congregação da Índia.

12) *D. Fr. Miguel Rangel*, transferido de Cochim, em consequência da morte do arcebispo *D. Fr. Manoel Teles de Brito*, ocorrida na sua viagem para a Índia, governou esta diocese por tempo de um ano e 7 meses a contar de 16 de Março de 1634, em que tomou posse.

13) *D. Fr. Francisco dos Mártires*, arcebispo de Goa, tomou posse a 21 de Outubro de 1636. Tendo falecido a 25 de Novembro de 1652, a sé de Goa esteve vaga por 22 anos, por não querer a S. Sé confirmar os prelados apresentados por D. João 4.^o e seus sucessores, aos quais não reconhecia como reis de Portugal, em atenção à corte de Madrid. Durante este período houve escandalosas desordens no cabido, procurando cada um dos cônegos a primazia no governo da arquidiocese, excomungando uns aos outros; ora governava o cabido, ora um vigário capitular, que logo era destituído. Em 1652 chegou a Goa, vindo de Roma, *D. Mateus de Castro*, natural da ilha de Divar, bispo de Crisópolis, vigário apostólico do império do Preste João, dos reinos de Idalcão, Pegu e Golconda. Edificou as igrejas de Bicholim, Bandá e Vingurlá. Em 1671 regressou à Índia *D. Custódio de Pinho*, natural de Vernã, (Salsete), bispo de Hierápolis; residiu em Bicholim, onde erigiu uma ermida, de que

já não ha vestígios e outra em Cundaim, hoje em ruínas ; conferiu ordens, *sede vacante*, a muitos candidatos.

D. Fr. Cristovão da Silveira, nomeado arcebispo de Goa em 1672 tomou posse por seu procurador *Fr. António de Carvalho* e faleceu na viagem para a India.

14) D. Fr. António Brandão, arcebispo de Goa, chegou a 24 de Setembro de 1675 e faleceu a 6 de Julho de 1678. Reformou uma casa de recreio, que os arcebispos possuíam em Panelim, legada à mitra por um hindu, convertido à fé católica. Com o tempo veio a ser esta casa um grande palácio, onde residiram os arcebispos até 1831.

Para coadjutor dêste arcebispo foi nomeado *D. Fr. Jacinto de Saldanha*, que parece não veio à India. Durante a vagança da Sé provavelmente governou o cabido até 1681.

15) D. Manoel de Souza e Menezes, arcebispo de Goa, governou desde 20 de Setembro de 1681 até 31 de Janeiro de 1684.

16) D. Alberto da Silva, arcebispo de Goa, tomou posse a 24 de Setembro de 1687 e governou até 18 de Abril de 1688.

17) D. Fr. Pedro da Silva, bispo de Cochim, achando vaga a Sé de Goa, tomou posse desta diocese e governou até 15 de Março de 1691, em que faleceu.

18) D. Fr. Agostinho de Anunciação, arcebispo de Goa chegou em 1691 e faleceu em 6 de Julho de 1713.

19) D. Sebastião de Andrade Pessanha, arcebispo de Goa, governou desde 24 de Setembro de 1716 até 25 de Janeiro de 1721, em que resignou o lugar, deixando por governador do arcebispado o seu vigário geral *Henrique Bravo Morais*.

20) D. Inácio de S. Teresa, arcebispo de Goa, governou desde 1721 a 1739, em que foi transferido para o bispado do Algarve em Portugal. Escreveu

algumas obras. Foi substituído por *D. Fr. Eugénio Trigueiros*, bispo de Macau, que faleceu na viagem para Goa.

21) *D. Clemente José*, bispo de Cochim, tomou posse da diocese de Goa depois da morte do bispo anterior, e governou-a até 1642.

22) *D. Francisco de Vasconcelos*, bispo de Cochim, governou desde 20 de Dezembro de 1742 até a sua morte em Março de 1743.

23) *D. Fr. Lourenço de Santa Maria e Melo*, arcebispo de Goa, governou de 1744 a 1750.

24) *D. António Taveira da Neiva Brum da Silveira*, arcebispo de Goa, chegou a 23 de Setembro de 1750 e governou a diocese até 4 de Março de 1775. Faleceu na viagem para o reino. Ordenou as novas *Constituições Goanas*, conforme a autorização do 5.º concílio provincial, as quais, depois de correctas e aumentadas por seu sucessor *D. Fr. Manoel de S. Catarina* em 1788, foram impressas em Lisboa em 1810.

25) *D. Francisco de Assunção e Brito*, arcebispo de Goa, tomou posse em Março de 1775 e governou até 5 de Fevereiro de 1780. Era protegido do marquês de Pombal, que lhe deu as *Instruções*, já atrás mencionadas.

26) *D. Fr. Manoel de S. Catarina*, bispo nomeado de Cochim, governou a diocese de Goa, desde Fevereiro de 1780 até o seu falecimento, ocorrido no palácio do deão em Quepém a 10 de Fevereiro de 1812, a princípio como governador apostólico do arcebispado e depois como arcebispo.

27) *D. Fr. Manoel de S. Galdino*, bispo de Macau e depois arcebispo de Goa, governou desde 18 de Fevereiro de 1812 até 15 de Julho de 1831, e faleceu no palácio de Panelim.

Depois da sua morte, foi governada a diocese pelos

seguintes vigários capitulares:

a) José Paulo da Costa Pereira de Almeida, natural de Braga, deão da sé primacial, governou até 11 de Janeiro de 1835. Foi êste deão que deu princípio ao estabelecimento da povoação de Quepém e fundou ali a igreja de Santa Cruz com uma casa apalaçada. Conseguiu que o bispo titular de Diocleia, fr. Maurélio Sabelini, coadjutor do vigário apostólico de Bombaim, conferisse, em 1834, ordens sacras a muitos clérigos do arcebispado de Goa. Estas ordenações foram feitas em Sunquerim por o nosso govêrno civil as não permitir no território portugûes.

b) Paulo Antonio Dias da Conceição, natural de Cavellissim, de Salsete, tesoureiro-mor, depois deão da sé, governou desde 18 de Janeiro de 1835 até 19 de Novembro de 1837.

c) D. Antonio Feliciano de S. Rita Carvalho, arcebispo eleito desta diocese, governou-a como vigário capitular desde 29 de Novembro de 1837 até 1 de Fevereiro de 1839, em que faleceu.

d) António João de Ataíde, natural de Serulá de Bardês, chantre da sé primacial, governou até 7 de Março de 1844.

28) D. José Maria da Silva Tôrres, arcebispo de Goa, governou desde 7 de Março de 1844 até 26 de Março de 1849, em que regressou a Portugal em consequência das desinteligências havidas com a Santa Sé sobre as questões relativas ao padroado, de que êle fôra zeloso propugnador. Encarregou o govêrno da diocese, com o título de governador do arcebispado, a *D. Fr. Joaquim de S. Rita Botelho*, natural de Pangim, que, estando em Lisboa, havia sido eleito bispo de Cochim, por decreto de 28 de Fevereiro de 1840, e o qual, depois da resignação do arcebispo Tôrres, governou como vigário capitular.

Em 1853 esteve em Goa o bispo de Macau, *D. Je-*

ronimo J. Mata, que exerceu as funções episcopais de crismar e conferir ordens.

Essa sua vinda a Goa, as festas com que foi recebido pelas cristandades da Índia, as ordenações que fêz com o consentimento e a pedido do prelado de Goa, suscitaram queixas de alguns vigários apostólicos e da congregação da propaganda perante a côrte de Roma, a ponto de o papa Pio IX fulminar o bispo de Macau com o breve epistolar *Probe nostis*, de 3 de Maio de 1853.

Nêste breve foi taxado de anticanónico e criminoso o procedimento do bispo Mata, em exercer funções episcopais nos territórios dos vicariatos apostólicos; reputados fomentadores de scisma os eclesiásticos do arcebispado de Goa e das dioceses sufragâneas que defendiam a integridade do padroado português no oriente, e denunciados quatro dêstes eclesiásticos, os padres António Mariano Soares, natural de Mapuçá, vigário geral do arcebispado de Goa em Bombaim, Gabriel da Silva, João Brás Fernandes e José de Melo (naturais de Bombaim) e ameaçados com excomunhão como principais autores, motores e impulsores para o bispo de Macau exercer em Bombaim as funções episcopais, se, em 2 meses, não mudassem de comportamento, e se não submetessem às disposições do breve *Multa præclare*, de 24 de Abril de 1838, no que diz respeito à jurisdição dos vigários apostólicos creados por aquele breve.

Por confissão do visconde de Bussières, autor da *História do scisma português*, cap. 12, vê-se que estas medidas foram sugeridas ao sumo pontífice pelo vigário apostólico de Bombaim A. Hartmann, a quem se dá comumente a paternidade daquela publicação.

Contra o breve *Probe nostis* reclamou o govêrno português, dirigindo ao interuúncio extraordinário e delegado apostólico em Lisboa, uma nota a 28 de

Junho de 1853. Na câmara dos deputados houve, também, interpelação e debates, falando sôbre este facto atentatório das regalias da corôa o deputado indiano, cônego Estêvão Jeremias Mascarenhas, natural de Uçassaim.

Respondeu o ministro dos eclesiásticos Rodrigo da Fonseca Magalhães dizendo, que o govêrno não havia de abandonar os prelados portuguezes, que na India tinham dado um nobre exemplo de patriotismo; que o bispo de Macau fizera o que o govêrno lhe insinuara, dando ordens aos clérigos que delas careciam, para maior esplendor e respeito da Santa Sé, acudindo assim às necessidades da igreja; e que os eclesiásticos, que têm permanecido fieis ao real padroado, se hão por isso tornado *beneméritos*.

Foi, também, impugnado aquelle breve pontifício por outros deputados com largas considerações, defendendo os direitos do padroado, e sustentando que o govêrno devia defender o bispo de Macau e mais dignos eclesiásticos, do abuso da espada da igreja, quando tão extranhamente se desembainhava.

Em seguida o deputado António Rodrigues Sampaio apresentou a seguinte proposta assinada por mais 26 deputados :

“ A câmara entende que o reverendo bispo de Macau, e os reverendos António Mariano Soares, vigário geral do arcebispado de Goa, no país de Bombaim e os presbíteros Gabriel da Silva, Brás Fernandes e José de Melo, defendendo o padroado portuguez, bem mereceram da pátria.—Sampaio, J. M. de Andrade. Pinto de Almeida, Justino de Freitas, Paiva Barreto. J. Pimentel, Archer, Pestana. José Guedes, Santos Monteiro, Souza Pinto Basto, Pinto Basto (José), Bivar, Ferreira de Castro, Cesar de Vasconcelos, Nogueira Soares, Macedo Pinto, Souza Cabral, F. da Gama, C. M. Gomes. Calheiro, Soares de Azevedo.

Palmeirim, Plácido de Abreu, Roussado Gorjão, Adrião Acácio, Pegado.”—

Esta proposta foi unânimemente aprovada.

Verdade seja que contra esta deliberação da câmara houve alguns protestos, mas tiveram êles por objecto, não o contrariar a votação da câmara a favor do bispo de Macau e ecclesiásticos do arcebispado de Goa, mas censurar as frases acrimoniosas com que alguns deputados qualificaram o mencionado breve pontifício.

Por sua parte, também, o governo dêste Estado, protestou contra os fundamentos do referido breve, por sua circular de 18 de Julho de 1853, julgando-o, se não apócrifo, conseguido subrepticamente do santo padre, e declarando-o atentatório dos direitos da coroa; bem assim reclamou o vigário capitular na sua pastoral de 21 de Julho de 1853.

Pelo falecimento de D. fr. Joaquim de S. Rita Botelho elegeu o cabido para vigário capitular, a 13 de Fevereiro de 1859, o cônego da sé de Lisboa *D. António da Trindade Vasconcelos Pereira de Melo* (depois apresentado arcebispo de Goa e não confirmado pela Santa Sé por faltarem umas formalidades na apresentação) o qual, emquanto não chegasse a Goa, nomeou governador desta diocese, o cônego *Caetano João Peres*, natural de Margão e presidente do cabido. Tendo falecido êste a 24 de Janeiro de 1860, logo depois da solene exposição do corpo de S. Francisco Xavier, succedeu-lhe o cônego *António José Pereira*, natural de Utordá, que governou até 3 de Janeiro de 1861, em que cessou a jurisdição do vigário capitular D. António da Trindade por ter sido transferido para a Sé de Braga.

A 12 de Janeiro dêste ano foi eleito vigário capitular o cônego da Sé de Evora *António Ribeiro de Azevedo Bastos* e, como não se soube se êste aceitara o cargo, continuou o cabido a governar até 29 de Julho

de 1862, em que chegou a provisão arquiiepiscopal de D. João Crisóstomo de Amorim Possoa, nomeando governador do arcebispado o cónego *Joaquim António do Rosário*, natural da ilha de Divar.

29) D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, arcebispo de Goa, transferido do bispado do Cabo Verde por decreto de 22 de Outubro de 1860. Nas bulas da sua confirmação foi restringida a jurisdição dêste arcebispo ao território de Goa, conferindo-se-lhe na conformidade do artigo 2 das notas reversais à concordata de 23 de Fevereiro de 1857, pelo breve *Ad reparanda lamna*, jurisdição extraordinária sôbre as igrejas e missões sitas nos antigos bispados sufragâneos da mitra de Goa.

Antes de entrar no exercício do seu cargo, a cúria romana exigiu que fizesse efectivas as censuras fulminadas no breve *Probe nostis* contra os 4 missionários de Bombaim, o que o arcebispo executou chegando àquela cidade. Estas censuras foram poucos dias depois levantadas. Sôbre este facto dá o mesmo prelado interessantes pormenores e explicações nas suas obras últimamente publicadas.

Êste arcebispo chegou a Goa a 31 de Dezembro de 1862 e, regressando a Portugal a 5 de Fevereiro de 1869, resignou ali o seu lugar em 1874.

Foi eleito vigário capitular o padre *António Correia dos Reis Coelho*, natural da Pedreira, Braga, que tinha sido presidente da junta governativa da diocese de Goa durante a ausência do arcebispo. Governou até 28 de Julho de 1875, em que chegou a provisão expedida pelo arcebispo D. Aires de Ornelas, nomeando uma junta governativa.

30) D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, arcebispo de Goa, chegou a 27 de Dezembro de 1875 e regressou doente a Lisboa a 6 de Abril de 1879.

D. Tomás Gomes de Almeida, bispo de Teja. (de-

pois bispo da diocese da Guarda), veio a Goa como coadjutor do arcebispo Ornelas a 14 de Novembro de 1880, e, após o falecimento dêste, que ocorreu em 28 de Novembro dêste ano, governou, como vigário capitular, até 15 de Dezembro de 1881, em que partiu para Europa, encarregando o govêrno da arquidiocese ao vigário geral *Pc. António Caetano do Rosário e Melo*, natural de Moirá.

31) **D. António Sebastião Valente**, arcebispo de Goa, chegou a 5 de Maio de 1882. Foi o 1.º Patriarca das Indias Orientais, em virtude da Constituição apostólica *Humanæ Salutis Auctor*. Presidiu o 6.º concílio provincial, ao qual assistiram todos os prelados da Província Eclesiástica de Goa. Faleceu no extinto convento do Pilar a 25 de Janeiro de 1908 e foi sepultado na Sé Patriarcal no dia 29 do mesmo mês.

Durante a *Sede vacante*, e enquanto o bispo de Cochim esteve ausente na Europa, governou a arquidiocese, desde 1 de Fevereiro de 1908 a 30 de Junho de 1909, o bispo de Meliapor, *D. Teotónio Manoel Ribeiro Vieira de Castro*, por delegação do bispo ausente e com a aprovação do papa.

32) **D. Mateus de Oliveira Xavier**, transferido da diocese de Cochim, havendo sido apresentado para a Sé de Goa pelo rei de Portugal D. Manoel 2.º, e confirmado pelo papa Pio X, tomou posse na Sé Patriarcal a 1 de Julho de 1909. É o 2.º Patriarca das Indias Orientais.

CAPITULO XXXV

Estado da India ; sua divisão administrativa, judicial e eclesiástica.

O Estado da India é constituído por três distritos administrativos: Goa, Damão e Diu.

O chefe superior do Estado é o governador geral com atribuições civis e militares. Os distritos de Damão e Diu tem governadores subalternos, sujeitos à autoridade do governador geral.

Há no Estado da India um tribunal de 2.^a instância, a Relação de Nova Goa, e seis comarcas: Ilhas, Bardês, Salsete, Bicholim, Quepém e Damão ; a Procuradoria da República ; e quatro julgados municipais.

Goa, como metrópole da província eclesiástica, tem um arcebispo metropolitano, com o título de Primás do Oriente e Patriarca *ad honorem* das Indias Orientais, sendo sufragâneos o bispo de Damão e Arcebispo titular de Cranganor, os bispos de Cochim, Meliapor, Macau e o prelado de Moçambique.

O distrito de Goa divide-se em *Velhas* e *Novas Conquistas*, contando 486,752 habitantes.

As primeiras, que tem a área de 712 quilómetros quadrados, formam três concelhos: Ilhas, Salsete e Bardês, com os respectivos administradores do concelho, das comunidades e das confrarias.

Modernamente foi constituído o concelho de Mormugão, que fazia parte do de Salsete, e subordinou-se directamente ao Governador Geral o concelho de Praganã Nagar-Aveli ⁽¹⁾.

(1) A Praganã Nagar-Aveli, é constituída por 72 aldeias, terras de ricas florestas, situadas no interior, para E. da costa do

ILHAS

O concelho das Ilhas é um arquipélago, que compreende as ilhas seguintes : Tissuari ou a ilha de Goa, Chorão, Divar, Capão ou Vanxim, Acaró ou Motta, Jua, Combarjua, S. Venâncio, Dongrim, e Toltó.

A sua população está dividida em 27 paróquias ou freguesias, encontrando-se 21 destas na ilha de Goa : Sé patriarcal, Agaçaim, Azossim, Bambolim, Batim, Carambolim, Corlim, Curca, Gandaulim ou S. Brás, de que faz parte a ilha de Combarjua. Goa-Velha, Mandur, Mercês, Nenrá, Pangim, Ribandar, Santa Cruz, Santa Inês, S. Pedro, Siridão, Taleigão e Telaulim. Três paróquias na ilha de Divar : Piedade, S. Matias e Naroá. Duas na ilha de Chorão : Graça e S. Bartolomen, e uma na ilha de Jua ou S. Estêvão. É agrupada em 17 regedorias.

Das suas 34 comunidades agrícolas acham-se hoje 3 ou 4 desertas.

Além das paróquias que desapareceram da área da velha cidade, extinguiram-se nos arredores as paróquias de S. José, de Daugim, S. Tiago, de Banastarim, S. Simão, de Gancim, S. Bárbara, de Morombim o grande, e N. Sra. do Loreto, de Goalim-Moulá.

Na ilha de Goa, que é a maior do grupo das ilhas,

golfo arábico e a S. E. do primitivo território de Damão, que passaram ao domínio português em 1783 e 1785, cedidas pelo marata dominante da corte de Puném, Maduran Pandito Pradan, em substituição das que nos prometera junto de Damão, pelo tratado de 6 de Janeiro de 1780, por indenização de prêsas, que nos tinha feito no estado de paz, e deveriam render 12,000 rupias. Destas aldeias tomou posse o Alcaide-mór e Feitor, que então era Manoel António de Faria.

Este concelho por muitos anos fez parte do distrito de Damão, de que é separado pelo território inglês.

está situada a capital do Estado, elevada à cidade por alvará de 22 de Março de 1843, com a designação de Nova Goa, compreendendo os bairros de Pangim, Ribandar e Velha-Goa.

SALSETE

Esta província, situada ao sul da ilha de Goa, divide-se em 31 paróquias : Margão, Areal, Assolná, Benaulim, Betalbatim, Carmoná, Chandor, Chicalim, Chinchinim, Colvá, Cortalim, Cuncolim, Curtorim, Loutolim, Macazana, Majordá, Mormugão, Navelim, Nuvém, Rachol, Raia, Orlim, Parodá, Sancoale, S. Jacinto, S. Tomé, Seraulim, Varcá, Velção, Velim e Verná, formando estas paróquias 30 regedorias, pois Nuvém, desmembrada de Margão, foi elevada a paróquia em 1903 ⁽¹⁾.

Tem 54 comunidades agrícolas.

Margão é a capital da província, elevada, por alvará de 12 de Junho de 1799, à categoria de vila, para onde foram transferidos de Rachol os estabelecimentos e repartições públicas.

BARDÊS

A província de Bardês, que se estende ao nordeste da ilha de Goa, compreende 27 paróquias : Mapuçá, Aldoná, Anjuna, Assagão, Assonorá, Calangute, Can-

⁽¹⁾ A ilha de Angediva, que pertencia ao concelho de Salsete, está hoje anexa ao concelho de Canacona, e constitui uma das missões eclesiásticas do varado de Sadashivgod. Tem igreja própria e 49 habitantes. Os religiosos franciscanos, que vieram na armada de Pedro Alvares Cabral, em 1500, converteram ao cristianismo 28 habitantes de Angediva e os batizaram, tendo celebrado a primeira missa nesta ilha, segundo refere a *História Seráfica da Ord. de S. Francisco*.

dolim, Colvale, Guirim, Linhares, Moirá, Nachinolá, Nagoá, Nerul, Oxel, Parrá, Penha da França, Pilerne, Pomburpá, Reis-Magos, Revorá, Saligão, Salvador do Mundo, Siolim, Socorro, Tivim, e Ucassaim, as quais constituem 26 regedorias, tendo-se agregado Linhares a Candolim.

Tem 39 comunidades agrícolas.

A capital da província é Mapuçá, elevada à vila por alvará de 5 de Agosto de 1859, muito antes do qual era essa aldeia considerada vila e a capital de Bardês.

Por 1840 foi construído em Mapuçá, cujas ruas se mandaram desobstruir e alinhar, o quartel do batalhão de caçadores n.º 2, sendo abandonado o quartel de Colvale, do antigo 3.º batalhão da mesma arma, que guarnecia a fronteira; e, depois de montadas as repartições públicas, foi transferida, em 1841, para essa chamada vila a cadeia de Bardês, que se achava colocada em Verém, bairro Tuanto (sem segurança nem capacidade alguma) por ser talvez este logar próximo da Ouvidoria, que ficava nas Ilhas e, segundo a lei, tinha um só Juiz Ouvidor para servir nas Ilhas e em Bardês. (¹)

NOVAS CONQUISTAS

As *Novas Conquistas* com a área de 2,658 quilómetros quadrados, compreendem, as províncias de Perném, Bicholim ou Batagrama, Satarí ou Sanquelim, Pondá ou Antruz, Canácona, Embarbacém, Astragar, Balli, Chondrovaddi e Cacorá, (tendo as cinco últimas

(¹) Este juiz, segundo o alvará de 25 de Janeiro de 1816, era nomeado trienalmente, com *predicamento de primeiro banco* e acesso immediato à Relação. Salsete tinha um juiz com exercício na Relação, como extravagante. *Annaes marit e col.* vol. 5.º pag. 450.

o nome colectivo de Zambaulim, ou Panchmahal) e as pequenas aldeias de Tiracol e Cabo de Rama, nos extremos norte e sul da costa. Todo êste território forma os concelhos de Perném, Sanquelim, Pondá, Quepém, Canácona, que tem a sua séde em Chauri, o concelho e comando militar de Sanguém e o concelho e comando militar de Satari, com a séde em Valpoi. Dêstes concelhos os primeiros quatro e o 6.º tem a sua séde na respectiva Cassabé.

Adquiridas em épocas menos remotas, em que o monaquismo ia declinando e o govêrno adoptara o regímen de tolerância religiosa, as *Novas Conquistas* tem contudo alguma população católica, que está dividida em 17 paróquias: Quepém, Agonda, Cabo de Rama, Canácona, Galgibaga, Pondá, Sanguém, Sanvordém, Sirodá, Tilamola, Bicholim, Arambol, Marcela, Morgim, Perném, Sanquelim e Valpoi; e comprehendem 96 rgedorias.

Há nas Novas Conquistas duas cascatas: a de *Dudsagor* (mar de leite) na aldeia de Sonaulim, da província de Embarbacém, e a de Arvalém, na província de Bicholim. Aquela despenha-se da altura de 165 metros e esta de 19 metros.

Tem-se tentado explorar a fôrça propulsora da cascata de Dudsagor para fins industriais, mas por ora sem resultado. Bernardo Francisco da Costa foi o primeiro que obteve, em 1890, da municipalidade de Sanguém, a concessão da cascata e dos terrenos adjacentes, mediante a taxa annual de 293 rupias; mas, pouco tempo depois morreu em Diu.

Seguiram-se-lhe na tentativa sucessivamente algumas entidades estrangeiras, que também não foram bem succedidas

Notas finais

A

(Pag. 168-169)

Entrega da ilha de Bombaim aos ingleses.

A relação pormenorizada de tudo quanto ocorreu na ocasião da entrega da ilha de Bombaim, cedida a Carlos II, rei da Grã-Bretanha, em dote de sua espôsa, a infanta D. Catarina, de Portugal, só por si pode constituir uma volumosa monografia, fornecendo interessante contribuição para a história da Índia. Ainda não houve quem a escrevesse, nem fácil é a tarefa, tendo-se publicado apenas vários documentos avulsos, sendo maior o número dos que saíram a lume no tomo III da *Colecção de Tratados da Índia* por Julio Firmino Júdice Biker, Lisboa, 1883, conforme uma cópia—diz elle—da colecção mandada, em 10 de Fevereiro de 1742, ao secretario de Estado, António Guedes Pereira, pelo vice-rei Marquês de Louriçal, com o seguinte officio :

« Em execução do que achei recommendado ao conde vice-rei, meu antecessor, por carta de v. ex.^a de 25 de abril de 1738, sobre a disputa com os ingleses de Bombaim a respeito dos direitos dos portos da ilha de Salcete, mandei trasladar na secretaria d'este Estado tudo que n'ella se acha a este respeito, de que remetto a copia inclusa, ainda que, com a perda d'aquella ilha, me parece inutil esta diligencia. »

Este officio, que reproduzimos do livro das *monções*, do arquivo da secretaria do govêrno dêste Estado, n.º 111, fl. 822, onde se acha registado com a rubrica do vice-rei, transcreve o sr. Biker na introdução do citado tomo III, pags. XIV, com duas incorrecções tipográficas ou erros de cópia : dando a ordem superior como de 26 de Abril de 1738 e a data do officio—10 de Fevereiro de 1743, sendo que o Marquês de Louriçal faleceu em Goa a 13 de Junho de 1742. Não se encontra, de ha muito, na secretaria o traslado, a que se refere o vice-rei, e aos que pretendam dedicar-se a êsse importante estudo será necessário penetrar no labirinto de cansativas buscas. Sem préstimo, nem tempo para o empreender, porque *o ingenho se nos acanha na occupação do necessário*, como de si já dizia João de Barros, interpretando muito fielmente *o virtutibus obstat res angusta domi*, offerecemos, comtudo, da nossa parte aos investigadores o fio de Ariadne, na seguinte sinop-

se cronológica de todos os documentos que existem no arquivo da secretaria do govêrno dêste Estado, acompanhada de informações correlativas.

1

Carta régia de 21 de Maio de 1661, comunicando ao govêrno da India o ajuste do casamento da infanta D. Catarina com Carlos II, rei da Grã-Bretanha, e a cessão da ilha de Bombaim em dote. Este e os documentos seguintes até ao n.º 10 inclusivé, encontram-se no livro das *monções* n.º 28.

2

Dita de 27 de Outubro de 1661, sôbre o mesmo assunto. Tanto esta carta, como a anterior estão por cópia autenticada pelo secretário do Estado Domingos da Silva de Mendonça.

3

Dita de 9 de Abril de 1662, ordenando a António de Melo de Castro, nomeado governador da India, que, logo depois de chegar à India, faça entrega da Ilha de Bombaim à pessoa que por el-rei de Inglaterra fôr comissionada, conforme a estipulação original. Esta carta, que ainda é assinada pela Rainha Regente, D. Luiza de Gusmão, e cujas cópias se encontram em vários logares do mesmo livro, foi incorporada no *térmo da entrega* (doc. n.º 14 da presente sinopse) e publicada, conforme o registo existente no livro *verde* da Relação de Goa, por Abranches Garcia, no *Archivo da Relação*, Parte II, pag. 531. Cumpre notar, para explicação da divergência dos tratamentos que nesta carta e em outras subsequentes se dá a António de Melo de Castro, que êste veio nomeado, por alvará de 11 de Abril de 1662, governador e capitão general da India, cargo de que tomou posse a 14 de Dezembro de 1662 na igreja dos Reis-Magos. Usou durante um ano, do título de governador e depois do de vice-rei, que, logo a princípio, lhe não foi conferido, por ter de passar à India a bordo duma nau inglesa, pois não havia então no reino embarcações disponíveis.

4

Carta do governador à côrte, de 28 de Dezembro de 1662, informando-a dos sucessos da viagem e de não ter feito a entrega de Bombaim. Está publicada por Cunha Rivar, num aditamento às *Memoérias* do desembargador Magalhães Teixeira Pinto, impres-

sas em Nova Goa no ano de 1859, pag 174, e por J. Biker, tanto na *Colecção dos tratados etc.*, tomo IX, I do Suplemento, pag. 229, como na *Colecção de tratados da India*, tomo III, pag. 18. Acompanha esta carta a

5

Relação (diária) da viagem do governador, desde que saiu de Lisboa (19 de Abril de 1662) e do mais que lhe succedeu com os ingleses, até que chegou a Goa. Publicada no citado tomo III da *Colecção de tratados da India*, pag. 3-17. Menciona-se neste diário frequentes vezes o nome do *conde de Maleburgo*, comandante duma nau, que é o *lord Marlborough* (vide o livro *A new account of the East Indies* by cap. A. Hamilton, vol. I, pag. 182).

6

Dita de 4 de Janeiro de 1663, declarando à corte as razões porque ainda não cumpriu a C. R. de 9 de Abril de 1662. Publicada no citado tomo III, pag. 23. Acompanhada dos seguintes documentos:

A—Carta do governador, dirigida de Bombaim, a 18 de Outubro de 1662, aos governadores interinos da India (Luis de Mendonça Furtado e Albuquerque e D. Pedro de Lencastre) pedindo-lhes o seu parecer sobre a entrega de Bombaim. Com os seguintes documentos.

a) Carta, por cópia, em latim, de Carlos II, de 25 de Março de 1662, pedindo a António de Melo de Castro que entregue Bombaim a Abraham Shipman, cavalleiro da insígnia dourada e presidente, por turno, do conselho secreto do mesmo rei, nomeado governador da mesma ilha e porto.

b) Traducção da mesma carta, feita pelo padre Manoel Barreto, da companhia de Jesus.

c) Carta em inglês, de lord Marlborough (que se assina com todas as letras iniciais) de 7 de Outubro de 1662, apresentando aos governadores interinos da India o portador da carta, Abraham Shipman, constituído procurador por Carlos II, para tomar posse de Bombaim e queixando-se do procedimento de António de Melo de Castro.

d), Traducção da mesma carta, pelo dito padre Manoel Barreto.

e) Traslado da patente de Carlos II, nomeando Abraham Shipman, governador e capitão general da ilha de Bombaim, de 14 de Março de 1662, traduzida de inglês pelo padre João Gregório, da companhia de Jesus. Publicado no citado *Archivo da Relação*, pag. 532, e no citado tomo III, da *Colecção de tratados da India*, pag.

23, onde todavia vem incorreto o ano, 1663 em vez de 1662. Encorporado no termo (doc. n.º 14).

B—Resposta dos sobreditos governadores interinos a Antonio de Melo de Castro, de 27 de Outubro de 1662. Dizem que ouviram os conselheiros do Estado, cujos pareceres mandam, não opinando porque não lhes toca votar nesta matéria, e aludem a outros assuntos. Acompanhada dos seguintes documentos.

a) Voto de Martim Velho Barreto, vedor da fazenda—26 de outubro.

b) Do conselheiro Lopo Barriga, capitão da cidade de Goa—mesma data.

c) Do conselheiro D. Francisco Castelo Branco—mesma data.

d) Do conselheiro D. Francisco de Souza, inquisidor—mesma data.

e) Do conselheiro Paulo Castelino de Freitas, 1.º inquisidor—mesma data.

f) Do conselheiro D. Gil Eanes de Noronha—27 de Outubro.

g) Do conselheiro Antonio de Souza Continho—mesma data.

h) Do conselheiro Francisco de Melo de Castro 24 de Outubro.

7

Carta de Antonio de Melo de Castro, aos governadores interinos, de 16 d'Outubro de 1662, recomendando-lhes que não entreguem Bombaim a Abraham Shipman.

8

Outra carta de Antonio de Melo de Castro, aos ditos governadores, sobre o mesmo assunto, datada de 17 de Outubro de 1662 com os seguintes documentos:

a) Protesto, em latim, de Abraham Shipman, feito em Bombaim a 7 de Outubro de 1662.

b) Resposta do governador ao protesto—mesma data.

c) Papel com reflexões feitas por Antonio de Melo de Castro aos governadores interinos.

d) Cópia da carta que o governador escreven a Abraham Shipman,—15 de Outubro de 1662.

9

Carta de Antonio de Melo de Castro aos governadores interinos, de 1 de Outubro de 1662, com os seguintes documentos:

a) C. R. de 9 de Abril de 16622 (doc. n.º 8).

b) Cópia dos art.ºs 11.º, 12.º e 14.º do tratado de paz e aliança

entre el-rei D. Affonso VI de Portugal e Carlos II da Grã-Bretanha, e do casamento d'este monarca com a infanta de Portugal, D. Catarina, assinado em Londres a 23 de Junho de 1661, pelo embaixador portuguez Conde da Ponte, depois Marquez de Sande.

c) Artigo secreto do mesmo tratado. Este tratado foi escrito em latim na forma usual da época. Pela primeira vez foi publicado o original por J. Biker na citada *Colecção de tratados* IX, I do suplemento, Lisboa 1872. A versão portugueza está publicada por extrato na historia de Portugal, tom. XVII, pag. 211; e por inteiro nas *Provas da história genealogica da casa real portuguesa*, tom. IV, pag. 827, e na *Colecção de tratados*, de Borges de Castro, tom. I, pag. 234, com a versão inglesa de G. Chalmers. Cunha Rivara, que diz não conhecer o original latim, mostrou no cit. *Adilamento*, pag. 177, a diferença que ha entre o' texto portuguez dos art. os 11.º, 12.º e 14.º e secreto, constantes das cópias supra-mencionadas, com o que dão as mencionadas *Provas da história genealogica*, *Colecção* de Borges de Castro e a versão ingleza de Chalmers. A ratificação portugueza tanto do tratado, como do artigo secreto, foi feita em Lisboa a 28 d'Agosto de 1661, e está publicada no cit. tom IX (Biker) pag. 209 e 215, conforme as cópias obtidas do *Public Record Office Treaties*, de Londres.

10

Carta de António de Melo de Castro aos governadores interinos, informando-os do ocorrido com relação à entrega—18 de Outubro de 1662.

Seguem-se os pareceres que novamente deram sobre o assunto os conselheiros do Estado, ouvidos pelo governador por circular de 25 de Janeiro de 1663 :

- a) De D. Francisco de Castello Branco—28 de Janeiro de 1663,
- b) De Lopo Barriga—27 de Janeiro,
- c) De desembargador Luis Mendes de Vasconcelos —1 de Fevereiro,
- d) De António de Souza Coutinho—29 de Janeiro,
- e) De Francisco de Melo de Castro—idem,
- f) De Gil Eannes de Noronha—sem data,
- g) De António de Melo de Castro (conselheiro do Estado e parente do governador),—4 de Fevereiro,
- h) De Paulo Castelino de Freitas—29 de Janeiro.

11

C. R. de 16 de Agosto de 1663, determinando que se faça a entrega sem dilação, nem impedimento. Encorporada no termo da

entrega (doc. n.º 14). Publicada por Cunha Rivara, cit. *Memórias*, pag. 183, e por Abranches Garcia, conforme o registo da Relação, no cit. *Arquivo da Relação*, pag. 531.

Em consequência da determinação contida nesta carta, o vice-rei ouviu o tribunal da Relação sobre a dúvida que tinha em entregar Bombaim a Humphrey Cooque, a cujo favor Abraham Shipman, que era falecido nêsse meio tempo, tinha substabelecido a procuração, enviando em 3 de Novembro de 1664 as cópias da mesma carta, da de 9 de Abril de 1662 (doc. n.º 3) da patente de 14 de Março de 1662 (doc. n.º 6 e), da procuração de Carlos II a Abraham Shipman de 23 de Novembro de 1663 e do substabelecimento feito por êste em 5 de Abril de 1664 a favor de Humphrey Cook (doc. n.º 13 f e g). O tribunal requisitou, em 4 de Novembro, a tradução do substabelecimento ou testamento que era escrito em inglês, e quaesquer outros papéis que os ingleses estacionados na ilha de Angediva tivessem em seu poder. Satisfeita a requisição, opinou em 13 de Novembro que se podia fazer a entrega a Humphery Cook (cit. *Arquivo da Relação*, pag. 530 a 536). Não se sabe, porém, em que data faleceu Abraham Shipman, que F. N. Xavier diz algures ser 5 de Abril de 1664, sendo esta como se viu a data do substabelecimento. O autor da obra *A new account of the East Indies* diz que, em Janeiro de 1664, lord Marlborough regressou à Inglaterra e os ingleses com suas naus foram meter-se na ilha de Angediva, onde desde Abril a Outubro de 1664 tiveram 200 mortos. Esta carta régia está no livro das *monções* n.º 31.

12

O. R. de 8 de Fevereiro de 1664, repetindo a ordem contida na anterior. Publicada por Cunha Rivara, cit. *Memórias*, pag. 183 e por J. Biker, *Collecção de tratados* etc. tom. IX, pag. 235 e *Collecção de tratados da India*, tom. III, pag. 29. Está no livro das *monções*, n.º 30.

13

Carta de António de Melo de Castro, de 5 de Janeiro de 1665, informando à côrte que vae fazer a entrega, e as providências que tem adoptado. Publicada por C. Lagrange em nota às *Instruções de El-Rei D. José 1.º*, Pangim, 1841 com notas. Parte 3.ª, pag. 76,—por Cunha Rivara, lugar citado, pag. 185,—por Tomás Ribeiro, no seu opúsculo *Entre Palmeiras*, pag. 60 e por Biker, cit. tom. IX, pag. 237 e tom. III, pag. 32.

Acompanhada dos seguintes documentos:

- a) C. R. de 9 de Abril de 1662, (doc. n.º 8).
 b) Dita de 16 de Agosto de 1663, (doc. n.º 11).
 c) Parecer do desembargador, vedor da fazenda Luís Mendes de Vasconcelos.
 d) Regimento dado pelo vice-rei para se fazer a entrega—14 de Janeiro de 1664. Encorporada no *térmo da entrega* (doc. n.º 14).
 e) Cópia do traslado da patente de 14 de Maio de 1662, (doc. n.º 11). Encorporada no cit. *térmo*.
 f) Dita da procuração de 23 de Novembro de 1665 (doc. n.º 11). Encorporada no *térmo*.
 h) Parecer do tribunal da Relação, de 13 de Novembro de 1664 (doc. n.º 11). E' assinada pelos desembargadores Sebastião Alvares Migos, Manoel Martius Madeira (e não Medeiros como publicou o sr. Biker), António da Maia Barreira, Francisco de Figueiredo Cardoso e Luís Monteiro da Costa (que servia tambem de secretário do Estado).
 i) Dito do conselheiro Manoel de Saldanha,—30 de Outubro de 1664.
 j) Dito do conselheiro D. Alvaro de Ataíde—27 de Novembro.
 k) Dito de D. Francisco de Lima—25 de Novembro.
 l) Dito de Inácio Sarmento de Carvalho—18 de Novembro.
 m) Dito de António de Souza Coutinho—15 de Novembro.
 n) Dito de D. Francisco de Melo de Castro—14 de Novembro.
 o) Certidão passada pelo secretário do Estado dr. Luís Monteiro da Costa, de que o vice-rei resolveu em conselho fazer a entrega,de Novembro (o algarismo totalmente apagado).
 Todos êstes documentos no livro das *monções* n.º 31 e o doc. " tambem no livro n.º 30.

14

Térmo ou auto da entrega da ilha de Bombaim aos ingleses, que se lavrou nas casas de D. Inês de Miranda, viuva de D. Rodrigo de Monsanto, em Bambaim—18 de Fevereiro de 1665. Estão encorporados neste instrumento :

- a) Alvará do vice-rei, ordenando a entrega e nomeando seus procuradores a Luís Mendes de Vasconcelos, vedor da fazenda geral e Sebastião Alvares Migos, chanceler do Estado, para a fazerem—10 de Janeiro de 1665.
 b) C. R. de 9 de Abril de 1662, (doc. n.º 8)
 c) Dita de 16 de Agosto de 1663, (doc. n.º 11).
 d) Regimento dado pelo vice-rei para a entrega (doc. n.º 13 d)
 e) Procuração de el-rei da Inglaterra, de 23 de Novembro de 1663 (doc. n.º 11).
 f) Substabelecimento ou testamento de Abraham Shipman a fa-

vor de Humphrey Cook, de 5 de Abril de 1664, (doc. n.º 11).

g) Cartas do vice-rei a Humphrey Cook—26 de Dezembro de 1664—8 e 14 de Janeiro de 1665.

Publicado na íntegra pelo desembargador Gomes Loureiro nas suas *Memórias* (Lisbôa, 1835) pag. 204, mas conforme o traslado que achou no livro dos visitadores da igreja matriz de N. Sra. de Esperança, de Bombaim, acusando, porisso, algumas incorrecções, como por exemplo a data da entrega, que, sendo 18 de Fevereiro, se escreve por extenso *dezesete de fevereiro*. Enganou-se também neste ponto C. Lagrange (*cit. Instrucções*,) dizendo que a entrega se fez no dia 26 de Fevereiro, que é a data em que o juiz das justificações Vicente Rebelo de Almeida certificou a assinatura do tabelião António Francisco da Fonseca, que lavrou o auto e subscreveu o seu traslado—certidão esta que vem no fim da cópia do mesmo auto.

Publicado também na íntegra e com a versão inglesa pelo sr. J. Biker, *Colecção de tratados da Índia*, tomo III, pag. 32.

L.º das monções n.º 30.

15

C. R. de 15 de Abril de 1665, declara ao vice-rei que S. Magestade, aceitando-lhe a indicação, quer trocar Bombaim a dinheiro; que el-rei de Inglaterra anuiu a essa troca, exigindo grandes quantias, e manda que se lance uma contribuição para satisfazer essa exigência (L.º das monções n.º 32). Publicada pelo sr. Teixeira de Aragão na *Descripção geral e historica das moedas*, tom. III, not. 4.ª, a pag. 246 e pelo sr. Biker, *cit.* tom. III, pag. 67. E' evidente que esta carta foi escrita, sem ainda S. M. ter conhecimento da entrega já realizada dois meses antes.

Referindo-se a esta carta, escreve o sr. Tomás Ribeiro no seu aludido opúsculo *Entre Palmeiras*: "Num documento indubitavelmente daquela época, em que está compendiado todo o processo da entrega de Bombaim, se lê este período: "A resposta de S. M. "mandava suspender a entrega da ilha de Bombaim, no caso "que não tivesse executado a sua real ordem, porque, mandando "ver as cartas do dito sr. A. de Melo de Castro no seu conselho "tinha resolvido seguir a sua insinuação. As ditas respostas chegaram a tempo que já estavam de posse os ingleses e celebrada "a entrega." Acrescenta que encontrou esse documento no arquivo da secretaria sem desiguar o livro (*Entre Palmeiras*, pag. 58 nota). Foram infrutíferas as nossas diligências em descobrir esse ou qualquer outro documento no sentido indicado, mas parece-nos que não houve ordem régia *suspendendo a entrega*, pois, a ter havido, o sr. Biker, que diz possuir o traslado completo da colecção

mandada pelo vice-rei Marquês de Louriçal, não deixaria de publicar tão importante peça.

16

Carta do vice-rei informando à côrte o que os ingleses tem feito depois que tomaram posse de Bombaim (L.^o das *monções*, n.^o 30). Refere-se à outra da *monção passada*, em que diz ter dado conta da entrega de Bombaim; não se encontra no arquivo senão a de 5 de Janeiro de 1665 (doc. n.^o 12). Publicada no cit. tom. III da *Colecção de tratados da India*, pag. 94.

Além dos documentos acima resumidos, o sr. Biker publicou a carta dirigida pelo chanceler Sebastião Alvares Migos a el-rei, em 28 de Fevereiro de 1665, referindo o modo como foi mandado pelo vice-rei a Bombaim, para fazer entrega aos ingleses, carta cujo original achou no arquivo do conselho ultramarino.

No fim declara que também foi mandada igual carta, com a assinatura d'ele chanceler e do vedor Luís Mendes de Vasconcelos, que não pôde assinar aquella por haver passado a Baçaim como mal de gôta que lhe deu nas mãos (cit. tom III, pag. 73).

Não terminaremos esta nota sem transcrever o que o sr. Biker escreve na mencionada introdução a respeito do tratado de 23 de Junho de 1661:

“Este tratado foi, e tem sido muito censurado pelos portuguezes, por conceder aos ingleses as vantagens que facilitaram o seu engrandecimento na India.

“O embaixador D. Luís da Cunha diz no §.^o 11 do tom. 1.^o das suas memórias manuscritas da Paz de Utrecht, que possuiu: “Restituído Carlos a Inglaterra, ajustou também o seu matrimonio, e o celebrou em Portsmouth aos 31 de Maio (1662) com a serenissima senhora D. Catarina, infanta de Portugal, e com a elle levou em dote a Praça de Tanger, na costa de Africa, e a ilha de Bombaim, da India oriental, com outras vantagens, que facilitaram mais aos ingleses o grande commercio que hoje tem em toda a Asia; porém a coroa portuguesa não deixou de sentir os bons efeitos desta aliança, assim nos socorros para guerra, como na mediação para a paz com Hespanha.”

Ablancourt nas suas memórias diz a pag. 54: “O tratado do casamento da senhora D. Catarina com Carlos II, foi celebrado com regosijos publicos pelo exército portuguez, porque entre outras condições estipulara que S. M. Britânica enviaria imediatamente a Portugal três mil homens de infantaria e mil cavalos, e mandaria cruzar no verão sobre as costas de Portugal oito fragatas com ordem de socorrer os portuguezes.”

“ Pelo tratado de 23 de Junho de 1661 cedemos pois a Inglaterra a cidade e a fortaleza de Tanger em Africa e o porto e ilha de Bombam nas Indias orientais ; e deram-se dois milhões de cruzadas portuguezas em dote da infanta ; e era considerado tão importantante êste negocio, que estava para dar-se Setubal !

“ Deve reconhecer-se que a aliança da Inglaterra foi muito util para Portugal na Europa, porque nos livrou da sujeição à Hespanha, e consolidou no trono a dinastia da casa de Bragança. Na India, porém, não aconteceu o mesmo, pois, tendo-se obrigado os ingleses a defender e proteger os portuguezes contra a força e invasão dos Estados das Províncias Unidas, etc., etc., faltaram a tudo quanto se estipulou no tratado, e as capitulações que se fizeram na ocasião da entrega da ilha de Bombaim, apossando-se de territórios que lhes não foram cedidos, etc. ”

J. A. Ismael Gracías.

B

(Pag. 209)

Casa de Sunda

Era antiqüíssimo o reino de Sunda ou Sundém, constituido por uma extensa parte do antigo Bisnagar, tendo dois terços do seu território, a leste e a oeste da cordilheira dos Gates, no Canará do Sul, confinando com as províncias portuguesas de Goa, Pondá (*Antruz*), Zambaulim (*Panchmahal*) e Canácona (*Adrola*), além das aldeias Parodá, Mnlém e Talavardá, na provincia de Salsete e a jurisdição do Cabo de Rama, acrescentadas ao Sundém por concessões especiais dos imperantes mogóis do Hindostão. Viveram sempre os reis de Sundém na melhor harmonia e paz com os vizinhos estados de Goa, de que eram aliados no interesse comum, tendo-se entre ambos celebrado diferentes tratados e capitulações, que mais adiante vão mencionados.

O primeiro rei de Sundém que se acolheu a Goa, foi Savay Imodi Sadassiva, o qual, acossado pelo nababo Aidar-Ali-Khan, veio com sua família e tesouro, em virtude do seguro firmado pelo vice-rei Conde da Ega, aos 23 de Janeiro de 1764, indo habitar a quinta da Sta. Rosália, antiga propriedade dos jesuítas, situada na aldeia Goaim-Moulá. Tendo-se-lhe, a princípio, oferecido o subsídio de 8 mil xerafins por ano, não o acciton, sendo, por isso, o mesmo subsídio elevado a 12 mil xerafins, que o govêrno de Sua Magestade aprovou em 9 de Abril de 1765, recomendando ao vice-rei que tratasse aquelle príncipe com "atenção e agasalho, visto que, a-pesar-de injustiças e violências que lhe fizeram, sempre foi leal ao Estado". Ao rei foi dirigida uma carta régia em 1 de Abril de 1768, em análogos termos.

Em 1774, o rei Savay, precedendo licença do governador D. João José de Melo, passou com sua família para Banderá, concelho de Pondá, sua antiga residência, onde, junto dum pagode, existe uma casa nobre, a que se tem dado o nome de palácio, e donde nem êle, nem seus descendentes, que nomearemos, tornaram em tempo algum, para a quinta de Sta. Rosália, pretextando motivos religiosos.

A Savay Imodi Sadassiva, que faleceu em 10 de Fevereiro de 1775, sucedeu seu filho Savay Bassava Linga Rajendra, que casou com Razamaji, princesa de Oorga, cujo pai foi nomeado primeiro *Adikari* do palácio e tutor do novo rei. Em 2 de Abril de 1778 mandou Sua Magestade elevar o subsídio a 20 mil xerafins men-

sais, como el-rei D. José ou, antes, o marquês de Pombal já tinha determinado nas famosas *Instruções* de 1774, por ser « conveniente conservar o dito rei unido à coroa de Portugal e desviar todas as ocasiões de poder entrar em alguma negociação oculta com Aidar-Ali-Khan ou com o Marata », recomendando ao governador tomar todas as cautelas para que se evite a comunicação do referido rei ou do seu brâmine (o sogro) com o nababo Aidar-Ali-Khan e os maratas.

O rei Savay Bassava, ou melhor, seu sogro e tutor, pediu necessariamente ao governador D. João José de Melo e ao vice-rei D. Frederico Guilherme de Souza, licença para ir visitar seu reino, dizendo-se chamado por Aidar-Ali-Khan, e bem assim a restituição das terras de Pondá, Zambaulim, Canacona e Cabo de Rama, licença que em conselho do Estado lhe foi negada. Este procedimento foi aprovado pela Côrte em 23 de Fevereiro de 1782, recomendando-se ao vice-rei que persuadisse o rei e sua mãe a passarem para a quinta de Sta. Rosália. Pouco depois, em 11 de Fevereiro de 1785, o governo, a pedido do rei, a quem havia assegurado, por carta régia de 23 de Fevereiro de 1782, toda a hospitalidade e segurança, elevou ainda o subsídio a 23 mil xerafins.

Em 1797 saiu o rei para fora do estado, deixando contudo a família em Bandorá ; cessou-se, pois, o subsídio àquele, e a esta se mandaram abonar 10,000 xerafins. Sua magestade aprovou a deliberação tomada, recomendando que, se o rei voltasse sem praticar alguma perfidia, fôsse abonado de todo o subsídio. Savai Bassava voltou em 1814, tornou a ir em 1817 e, ultimamente, regressou em 1824, falecendo em Bandorá a 15 de Fevereiro de 1834, deixando viuva, a rainha Razamaji e dois filhos, Sadassiva Ragendra e Vira Ragendra.

Sadassiva Ragendra, mais velho, obteve em 14 de Março de 1834 a successão na mercê do subsídio, honras e tratamento de seu pai, mas pouco lhe sobreviveu, vindo a falecer em 26 de Agosto do mesmo ano, deixando apenas uma filha legítima, Chinamogi, de sua mulher Deomagi.

Sucedeu-lhe seu irmão Vir Ragendra, a quem se repetiu a mercê em 21 de Outubro de 1834, a qual mandou que o subsídio se reduzisse a 18 : 000 xerafins, distribuindo-se assim : 12 : 000 ao rei e a sua mãe e 6 : 000 à outra rainha viuva, Deomagi, e sua filha.

Vir Ragendra representou contra a redução e divisão do subsídio ; foi, porém, atendido apenas na primeira parte, concedendo-se-lhe em 22 de Agosto de 1836, além dos 12 mil mais 5 mil : completando-se assim os 23 mil xerafins. Não chegou, contudo a lograr este aumento, pois morreu a 8 de Setembro do mesmo ano. Era casado com Razamagi, princesa de Belguí, que pela ho-

monímia com a sogra, passou a chamar-se Razamagi júnior. Não tendo sucessão masculina fizeram ambos, marido e mulher, a adopção, na forma dos usos e costumes hindus, de um filho de Contepá Gouda de Indur, chamado Cullaina Gouda, que, depois dessa cerimónia, tomou o nome de Savay Bassava Linga Ragendra.

A morte do rei Vir Ragendra foi o ponto de partida para graves dissensões entre as tres rainhas viúvas Razamagi sénior, Deomagi e Razamagi júnior, seja quanto á administração dos bens familiares e subsídio do Estado, seja quanto á legalidade e legitimidade da adopção, que após laboriosos esforços, foi confirmada por sentença de 3 de Abril de 1846, e acórdão da Relação, de 4 de Setmbro de 1857 ;—essas questões occuparam por largos annos o govêrno e os tribunais, dando em resultado a decadência, quasi ruína daquella casa, que se tornou opimo pasto de ambiciosos, ávidos de fazer fortuna. Logo depois do falecimento de Vir Ragendra, o govêrno mandara inventariar o espólio que se achou e que importou em 282,032 : 2 : 30 (56.606\$ 100 reis, moeda do reino) mas a maior parte desapareceu.

A rainha Deomagi faleceu a 18 de Fevereiro de 1837, Razamagi sénior em Dezembro de 1848 e Razamagi júnior aos 24 de Fevereiro de 1857.

Savay Bassava Linga Ragendra, adoptado pelo último rei, casou com a princesa Nongém-Magi, filha de Raja Sungutur Smodi Xencor Rael Esvonta Bahadur, do principado de Panganur e da referida princesa Chinanogi, filha do rei Sadassiva Ragendra.

Faleceu em Janeiro de 1860, deixando um filho menor Savay Vir Sadassiva Ragendra Vodler Raja Bahadur, o qual, depois da morte de sua mãe, 27 de Novembro de 1862, foi reconhecido pelo govêrno local em 12 de Junho de 1869, como legítimo representante e successor dos direitos e bens da casa de Sundém ; é o actual rei, casado com sua prima, filha do rei de Panganur, seu tio materno.

O subsídio annal que lhe foi concedido é de 5,661:11:00. Na calamitosa quadra de 1895, o rei de Sundém foi julgado, em 4 de Dezembro, rebelde, por não ter comparecido no praso marcado aos mercenários do Estado, mandando-se reverter á fazenda os bens que elle possuía e cessar-lhe o pagamento daquella pensão. Desanuviado o horizonte politico, foi declarada sem effeito a nota de rebeldia e a reversão dos bens ; mais tarde obteve o rei de Sundém os abonos a que tinha direito, e continuá a perceber o subsídio fixado.

Os tratados e capitulações celebrados entre o govêrno da India portuguesa e o rei de Sunda, desde o século XVII, são :

Capítulos com que se deferiu a Hari Panta, embaixador do rei de Sunda, nas propostas que fêz ao vice-rei Conde de Vila-Verde, 16 de Agosto de 1697 (*Boletim do govêrno* de 1873, n.º 102).

Capítulos pelos quais o embaixador do rei de Sunda, Apagi Panta, se obriga pelo dito seu rei a guardar e fazer dar inteiro cumprimento—1703–1707 (*Boletim do govêrno*, 1874 n.º 2).

Capítulos com que se deferiu a Ramaya Navara, Sarsubegar das terras de Pondá, na proposta que fêz ao vice-rei D. Rodrigo da Costa, 1707–1709 (cit. *Boletim*, n.º 5).

Capitulações com o rei de Sunda—1714—e documentos referentes (cit. *Boletim*, n.ºs 7, 8, 9, 10 e 11).

Tratado e condições com que o vice-rei Conde de Sandomil aceitou a satisfação que o rei de Sunda, Savai Bassava Linga, lhe mandou dar por seus embaixadores, para se restabelecer a antiga paz entre este Estado e os seus domínios, alterada por alguns de seus capitães nas províncias de Carvar e Sinvançar—4 de Dezembro de 1735 (*Boletim*, n.ºs 28 e 29).

Tratado com o rei de Sunda—24 de Julho de 1742 (cit. *Boletim* n.º 33). Também está impresso no tomo X, parte 1.ª da Colecção dos Tratados, tomo III do suplemento, tirado do arquivo do Conselho ultramarino, segundo a cópia remetida pelo vice-rei Conde de Alva, em 9 de Janeiro de 1756 ; saiu com alguns erros de cópia.

Tratado de trégua entre o vice-rei marquês de Távora e o rei de Sunda, Savai Inodi Sadassiva —25 de Maio de 1754 (cit. *Boletim* n.º 41).

Tratado de paz—2 de Novembro de 1755 (cit. *Boletim* n.º 45).

Tratado de paz modificando o antecedente—20 de Fevereiro de 1756 (cit. *Boletim* n.º 48).

Tratado de paz—24 de Outubro de 1760 (cit. *Boletim* n.º 55).

Tratado de paz—12 de Setembro de 1762 (cit. *Boletim* n.ºs 83 e 84).

Tratado de perpétua amizade e aliança entre o governador Francisco da Cunha e Meneses e o rei de Sunda Savai Bassava Linga —17 de Janeiro de 1791 (*Boletim do Govêrno* de 1875, n.ºs 45 e 46, e os documentos referentes a este tratado e a conquista de Piro seguem no cit. *Boletim*, n.ºs 48 a 79).

Com respeito à aquisição da praça do Cabo de Raina e da província de Canácona, é interessante a relação apresentada em 16 de Novembro de 1780 pelo sargento-mór de infantaria, encarregado do govêrno da mesma praça, João Marinho de Moura, (*Boletim do Govêrno* n.º 92).

As fórmulas seguidas primitivamente nas cartas dirigidas ao rei de Sunda são estas :

“ Ao presado e generoso amigo Savay Bassava Linga, Rei de Sunda.

Eu F. governador ou vice-rei etc. ”.

Depois de se lhe restituir o antigo título, foi e continua a ser esta :

“ Magnífico e grandioso Savay Bassava Linga, Raja (ou Rei) de Sunda, cuja amisade seja perpétua ”; e o tratamento de *Alteza*, terminando com as seguintes palavras :

“ Deus ilumine a Vossa Alteza na sua divina graça ”.

Por sua parte o rei de Sunda, que na correspondência de sua Magestade, tem sido tratado de *Augusto Primo*, emprega nas cartas aos governadores as seguintes palavras :

“ Eu F.....

Envio cordeais saudações (antigamente *salamos*)

(Fecho) Deus Nosso Senhor ilumine etc. ”.

J. A. Ismael Gracias.

Os ingleses em Goa 1801.

.....
Sem que precedesse requisição, ou pedido algum do governador da India portugueza, o governador de Bombaim, Jonathas Duncan, tomou por seu arbitrio a resolução de mandar para Goa, onde chegaram no dia 6 de Setembro, 7 embarcações inglesas, que transportavam a seu bordo 1:000 homens europeus, sendo um batalhão do regimento n.º 84, um destacamento do regimento n.º 77, outro de artilheria e dois batalhões de tropa nativa, tudo commandado pelo coronel William Olark, *baroncl.* No dia immediato desembarcou esta gente, que se acampou no Oabo, e no forte de Gaspar Dias, estando também por algum tempo no campo e quinta de Santa Rosália. A' vista de uma surpresa destas, que serviu de exemplo à da Madeira, de que já acima tratamos, o governador só tratou de aquartelar os recém-chegados com as cautelas que pôde, para evitar os conflitos de má intelligência, que podiam dar-se entre as tropas inglesas e portuguezas, sendo a paga daquelas e os mais socorros, que lhes podiam ser necessários, fornecidos pela tesouraria inglesa, para cujo fim tinham já trazido consigo cinco milhões de patacas, ficando somente a cargo do governador portu-guês de Goa dar todas as providências que dependessem da sua jurisdição. Para Lisboa dizia o dito governador, que o barão comandante tinha chegado pouco tempo havia da Europa, havendo servido em todas as campanhas do duque de York, com quem se correspondia como seu particular amigo. Acrescentava elle que a tropa era escolhida, e que tinha sido acompanhada por um pequeno parque de três obuses de cinco polegadas e meia, duas peças de calibre 6, doze carros manchegos. trinta mil cartuchos, com o abarracamento competente, e duas mil armas com as suas munições, para elle governador se servir delas, armando a tropa que julgasse conveniente.

Veiga Cabral era já um velho, fraco e pusilânime. Temendo um conflito com os ingleses e conformando-se, ao mesmo tempo, com as ordens que recebêra de Lisboa, para conservar com elles a maior harmonia possível, entendeu que o melhor meio era constituir-se inteiramente seu escravo. Pela sua parte Olark buscava por toda a maneira adulá-lo, e por tal modo conseguiu agradar-lhe, que, nos officios dirigidos para a côrte, elle Clark se tornou o alvo

dos mais espediçados elogios de Veiga Cabral, não só quanto á disciplina e arranjo, que mantinha nas tropas do seu comando, mas também quanto aos seus conhecimentos militares, ao seu nascimento, e á extrema civilidade com que o tratava a êle governador. Mas a política inglesa não se limitou só a isto, porque dispondo-se a fazer um partido seu em Goa, e a promover prosélitos, começou a seduzir com promessas de interesses, considerações, postos, etc., todos aqueles indivíduos que lhe pareceram de influência e podiam concorrer para os seus fins. Além do exposto, os ingleses empregaram também todos os meios de conhecerem o mais exactamente possível, não só a extensão do país, do qual tiraram algumas plantas, mas até mesmo as suas rendas, recursos e estabelecimentos militares, civis e económicos, para enjo fim se lhes proporcionaram todas as facilidades e o mais que muito bem quizeram. As tropas portuguezas de Goa consistiam por então em dois regimentos de infantaria, um comandado pelo coronel Manoel Godinho de Mira, e outro pelo coronel Manuel António Diniz de Aiala. Havia mais um regimento de artilharia, comandado pelo coronel José Alves de Souza. Uma legião de voluntários reais de Bardês, comandada pelo coronel Joaquim Vicente Godinho de Mira; outra de voluntários reais de Pondá, comandada pelo coronel José Inácio de Brito. Havia mais um corpo de cavalaria, composto de quatro companhias, cada uma das quais tinha o seu comandante especial, e um corpo de engenheiros, de que era tenente-coronel Filipe Catalane. Finalmente havia também um corpo de tropa volante de Sipais, de que era primeiro comandante o tenente-coronel Francisco Ricardo da Silva. No dia dos anos da rainha D. Maria I, 17 de Dezembro de 1799, as tropas portuguezas em número de 2.300 homens, fizeram na presença de Clark, e de todos os mais officiaes ingleses, manejo de arma e exercício de fogo no terreno fronteiro ao palácio de Goa por destacamentos dos regimentos de infantaria e legiões com oito peças de artilharia, servidas pelo regimento desta arma. Clark deu-se por satisfeito, fazendo os maiores elogios ao estado de perfeição em que dizia achar as referidas tropas.

Quanto á esquadra franceza, saída do porto de Brest, da qual se supunha destacasse uma divisão para a conquista de Goa, conforme o plano, que se dizia achado entre os papeis de Tipu-Sultão, nunca de tal divisão houve notícia alguma na costa do Malabar, na qual somente apareceram nos primeiros dias de Novembro de 1799 defronte de Mangalor três navios, que observando a terra, se não avizinharão nunca a ella, nem puderam ser reconhecidos. Depois do dia 2 de Dezembro passaram defronte da barra de Goa para o norte, muito amarados, quatro navios, um dos quais parecia uma

grande nau ; mas também d'elles não tornou a haver noticia.

Quanto a Goa, o negócio foi ainda mais sério, porque no dia 31 de Dezembro de 1801 ancoraram na barra da Agoada cinco navios de transporte com o regimento europeu n.º 77, um batalhão de granadeiros de tropa nativa, que se achava em Seringapatam, mais dois batalhões dos mesmos nativos, e 100 homens europeus da artilheria do departamento de Bengala. " Não podendo oppor-me, dizia Veiga Cabral para o governo da metropole, ao desembarque destas tropas sem fazer guerra aos nossos únicos, poderosos e experimentados aliados, não hesitei na minha deliberação, que podia não somente destruir a aliança, mas até mesmo arriscar a perda do Estado, quando o governo, pela imprudência de desconhecer as circunstâncias e ignorar as consequências, fizesse qualquer resistência ". O desembarque desta tropa foi feito em escalegres e lanchas portuguezas, sem o velho governador o saber, sendo este acto manejado somente pelos seus ajudantes de ordens, que sobre elle tinham decidido império, e que se achavam vendidos aos ingleses, tais eram o seu chamado ajudante general, Joaquim Vicente Godinho, e os mais ajudantes, Joaquim Manoel Correia da Silva e Gama e um fulano Biester, sendo este da repartição dos ingleses, e aquelle da repartição da marinha. Quando o governador soube disto, inflamou-se para a resistência ; mas tranquilizado pelas razões que estes e outros que tais individuos lhe expuseram, cedeu finalmente, annuindo sem mais repugnância alguma ao referido desembarque.

O citado dia 31 de Dezembro foi aquelle em que os ingleses mais se esmeraram em adular o governador Veiga Cabral, tratando-o como costumavam fazer a qualquer régulo da Asia, isto é, usurpando-lhe o poder, e prestando-lhe as honras e continências, como se na realidade o tivesse. No referido dia 31 de Dezembro o regimento n.º 84 fazia exercicio de fogo, e como Veiga Cabral a elle comparecesse, Clark o recebeu, mandando-lhe abater as bandeiras, quando o dito regimento lhe apresentou as armas ao toque da marcha, honras estas que os ingleses só fazem ao seu rei. Estas lisonjas acabaram de render Veiga Cabral ao partido inglés, pondo cúmullo ao seu louco desvanecimento o convite que o mesmo Clark lhe fez para um refrêscó, que desejava fôsse honrado com a sua presença, como efectivamente aconteceu, sendo este refrêscó retribuido pelo mesmo Veiga Cabral, no dia 1 de Janeiro de 1802, com um esplêndido jantar de cento e vinte seis talheres, a que assistiram não somente Clark com todos os officiaes do seu regimento, mas igualmente todos os mais, que este julga a dignos de fazerem companhia ao governador portuguez. Em tudo isto Clark obrava

com sinistras vistas. Foi elle quem apresentou uma carta do governador de Bengala ao governador Veiga Cabral, em que se lhe pedia a entrega do governo do pais. Pôsto que este último governador se achasse já disposto para uma tal proposição, todavia mostrou-se sobresaltado, do que resultou modificarem-na por differente maneira. Fôra chegado o dia de Reis, e o mesmo Clark, alegando ser o dia de mercês entre os portuguezes, pediu a Veiga Cabral que o honrasse com a nomeação de major general do exército portuguez (general de divisão), mandando além disso unir as tropas portuguezas ás inglesas, afim de se distribuirem e alternadamente se empregarem na defesa dos postos e baterias mais importantes, como lhe recomendara o marquês de Wellesley. Veiga Cabral esteve por tudo quanto dele se exigiu, entregando assim as tropas e as fortalezas de Goa ao poder dos ingleses, não se lembrando que na sua qualidade de governador da India, nem coronéis podia nomear, mas só propô-los ao governo da metrópole, e portanto muito menos podia dar postos de officiaes generais, particularmente a estrangeiros, conferindo-lhe assim de salto uma tal patente, só para lhe pôr debaixo das suas ordens, não só as tropas de que dispunha, mas até as próprias fortalezas do Estado que governava, como efectivamente praticou. O certo é que por este modo e sem o recurso de um rompimento formal, conseguin o marquês de Wellesley fazer-se, como pretendia, inteiramente senhor dos domínios portuguezes na India, porque Clark, elevado a major general, pelo governador portuguez Veiga Cabral, dispunha pela superioridade da sua patente de todas as tropas combinadas, indo diáriamente simular obediência ao dito governador como receber dele o santo, e a senha e todas as mais ordens, que elle mesmo lhe impunha indirectamente. Clark fêz ler na frente das tropas a nomeação de marechal general, que lhe fôra concedida para ser como tal reconhecido, fazendo-se-lhe as honras militares devidas á sua patente, salvando as mesmas tropas, concluído-se esta farça com os vivas dados ao soberano de Portugal, misturados com os dados ao rei de Inglaterra, que por este modo foi aclamado de facto rei dos domínios portuguezes na India.

Foi esta portanto a época mais critica por que passaram aqueles nossos domínios. A venda caiu inteiramente dos olhos aos que mais duvidavam da sorte, que lhes estava preparada. Os traidores que cercavam o governador, descaradamente lhe disseram que a sorte da India estava decidida passando dentro em poucos dias os estados de Goa a serem inteiramente britânicos, não havendo meio algum de se evitar esta fatalidade, sendo portanto forçoso ceder ao império das circunstâncias do tempo. De reforço com isso recorreram ás mais insidiosas tramas. As gazetas inglesas

foram infielmente traduzidas na presença do governador, e ao inteiro sabor de quem as lia. Figuraram-se e apareceram cartas, que anunciavam a inteira aniquilação de Portugal, estendendo a todo o reino aquilo que só tinha acontecido a uma parte da província do Alentejo. Acrescentava-se que o príncipe regente tinha ido para Londres com a real família a bordo de uma fragata inglesa; que defronte da barra de Goa se achava uma poderosa esquadra francesa, tendo-se com efeito avistado ao longe alguns vasos, que depois se soube serem ingleses, os quais muitas vezes cruzavam na altura de Goa. Ao mesmo governador chegou-se até a propor, que se reduzisse ao carácter de um simples particular, entregando o governo político e militar do Estado, dando-lhe a companhia inglesa das Índias anualmente setenta mil rupias, proposição que elle honradamente regeitou. Houve depois nova proposta para que entregasse o governo militar e ficasse só com o político, como um simples funcionário britânico. Supôs-se que conceio nisto, bem como na desorganização dos corpos de tropas, devendo todos reunir-se em um só, comandado por oficiais escolhidos pelos ingleses; os nativos deviam ter baixa, e para remate de tudo, seriam expulsos do Estado todos os portugueses suspeitos aos ingleses, entre os quais se contava o chanceler e o secretário de Estado, José Caetano Pacheco Tavares. Já no dia 1 de Janeiro de 1802 tiveram alguns indivíduos o desaforo de se apresentarem no paácio com penachos brancos do uniforme que trazia Clark, e por este distribuídos aos seus apaniguados como sinal da vitória política, alcançada já pelos ingleses. A execução deste plano ainda passou mais ávante, designando-se os despachos que haviam de conferir-se aos que com tanto afincio trabalhavam na sua realização, atraindo infamemente a sua pátria. Foram estes os que chegaram até a fazer fardas do uniforme inglês do regimento n.º 84, sendo uma para o governador, outra para o seu ajudante general, Joaquim Vicente Godinho, duas para o seus dois ajudantes de ordens (o Biester e Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama), destinando-se a quinta para o coronel Manuel Godinho de Mira, irmão do dito ajudante general. Felizmente os destinos da Providência Divina malograram esta projectada e pacificamente realizada occupação britânica, porque ao cabo de nove dias, isto é, aos 15 de Janeiro de 1802, recebeu-se em Goa pelo paquete de Bassorá a noticia da paz da Inglaterra com a França, annunciada pelos preliminares de Londres, do dia 1 de Outubro de 1801, a que depois se seguiu o tratado geral de Amiens. Pelo 6.º artigo preliminar do sobredito tratado, ordenava-se que todos os domínios portugueses ficassem no mesmo estado em que estavam antes da guerra. Em consequência disto o mesmo Clark fêz partir para Bombaim o regimento europeu n.º 77 e retroceder para o sul alguma tro-

pa nativa, expedindo-se a par disto as necessárias ordens para a evacuação do chamado socorro britânico em Damão e Diu, donde aliás pouco havia que retirar, pelas enfermidades que naquelas duas praças mataram a maior parte dos ingleses que para lá foram, já em razão de se não quererem sujeitar às curas do país, e já em razão de não quererem também emendar-se das suas extravagâncias e dissolução, sendo reconhecido que o clima, particularmente o de Diu, é bastante danoso aos europeus.

(Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, T. 2.º pag. 443-703).

Obras consultadas

Andrade (Jacinto Freire de)—*Vida de D. João de Castro*—1 vol.

Annaes maritimos e coloniacs—10 vol.

Balsemão (E. de)—*Os Portuguezes no Oriente*, 3 vol.

Barnett (Lionel D.)—*Antiquities of India*.

Barros (J. de)—*Asia*—*Décadas*—9 vol.

Bernardes Branco (M.)—*Portugal e os Estrangeiros*, 2 vol.

Biker (J. F. Júdice)—*Collecção de Tratados*.

Bordalo (F. M.)—*Ensaios sobre a Estatística das Possessões portuguezas na Ultramar*, II. série, liv. V.

Bulhão Palo (R. A.)—*Documentos remettidos da India*, 4 vol.
—*Portuguezes na India*.

Câmara Manuel (Jeronimo da)—*Missões dos Jesuítas no Oriente*.

Castro (D. João de)—*Roteiro de Lisboa a Goa* anotado, 1 vol.

Celestino Soares (J. P.)—*Bosquejo das Possessões portuguezas no Oriente*, 2 vols.

Commentarios de Affonso d' Albuquerque. 4 vols.

Conde de Ficalho—*Garcia da Orla e o seu tempo*, 1 vol.

Cottineau de Kloguen (D. L.)—*Bosquejo historico de Goa*, trad. de Miguel Vicente d'Abreu, 1 vol.

Couto (Diogo do)—*Décadas*, 15 vols.

Danvers (F. M.)—*The Portuguese in India*, 2 vols;—e o *Report* cit. a pag. 147.

David Lopes,—*Historia dos Portuguezes no Malabar por Zinadim*, 1 vol. *Chronica dos Reis de Bisnaga*, 1 vol.

D'Orsey (Rev. Alex.)—*Portuguese Discoveries, Dependencies and Missions*, 1 vol.

Fonseca, José Nicolau da, *An Historical and Archeological Sketch of the City of Goa*.

Gaspar Correa—*Lendas da India*, 4 vol.

Historia de Portugal—por António Ennes e outros homens de letras, 6 vols.

Hubner (B. de)—*Through the British Empire*, 2 vols.

Hunter (Sir W. W.)—*Imperial Gazetteer*, vol. VI.

Indian Antiquary—21 vols.

Kincaid (E. A.)—*History of the Maratha People*.

Lopes Mendes (A.)—*A India Portuguesa*, 2 vols.

Marsden (E.)—*History of India*, Part I.

Martins de Carvalho (J.)—*Apostamentos para a Historia Contemporanea*, 1 vol.

Meadows Tailor—*Manual of the History of India*.

Nairne (Rev. A. K.)—*History of the Konkan*.

Oliveira Martins (J. P.)—*Historia de Portugal*, 2 vols.

Pietro della Valle—*Travels in India*, 2 vols.

Pinheiro Chagas (M.)—*Historia de Portugal*, 4 vols.—*Diccionario Popular*,—*Migalhas da Historia portugueza*,—*A Descoberta da India*,—*A Joia do vice-rei*,—*As Colonias portuguezas e várias outras memórias*.

Pyrard (Francisco)—*Viagens*, trad. de Cunha Rivara, 2 vols. *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama*, ano. 2.^a ed., 1 vol.

Souza (P.^e Caetano Francisco de) *Instituições portuguezas no Oriente*,—1.^o vol.

Stephens (H. Morse)—*Albuquerque*, 1 vol,—*Portugal*, trad. de Silva Bastos, revista por Oliveira Martins, 1 vol.

Strachey (sir John)—*L'Inde*, trad. e prefácio de J. Hermand, 1 vol.

Tavernier (J. B.)—*Les Voyages en Perse et aux Indes*, 1 vol.

Teixeira de Aragão (A. O.)—*Descripção geral e historica das Moedas*, t. III,—*Vasco da Gama e a Vidigueira*, 1 vol.

The International Numismata Orientalia—3 vols.

Tomaz Ribeiro—*Entre Palmeiras*.

Vincent Smith (A.) *Oxford History of India e Early History of India*.

Além das obras, revistas e jornaes citados no corpo do livro.

Série Cronológica

Dos vice-reis e governadores

				Pag.
1	D. Francisco de Almeida...	...	1.º vice-rei	33
2	Afonso de Albuquerque	37
3	Lopo Soares de Albergaria	47
4	Diogo Lopes de Sequeira	49
5	D. Duarte de Menezes	52
6	D. Vasco da Gama, <i>conde da Vidigueira</i>	...	2.º „	56
7	D. Henrique de Menezes...	58
8	Lopo Vas de Sampaio	61
9	Nuno da Cunha	64
10	D. Garcia de Noronha	3.º „	73
11	D. Estêvão da Gama	77
12	Martim Afonso de Sousa	78
13	D. João de Castro	4.º „	81
14	Garcia de Sá	92
15	Jorge Cabral	93
16	D. Afonso de Noronha	5.º „	94
17	D. Pedro Mascarenhas	6.º „	102
18	Francisco Barreto	103
19	D. Constantino de Bragança	7.º „	106
20	D. Francisco Coutinho, <i>conde do Redondo</i>	...	8.º „	112
21	João de Mendonça	113
22	D. Antão de Noronha	9.º „	114
23	D. Luís de Ataíde	10.º „	116
24	D. António de Noronha	11.º „	126
25	António Moniz Barreto	129
6	D. Diogo de Menezes	130
27	D. Luís de Ataíde (pela 2.ª vez)	12.º „	131

					Pag.
28	Fernão Teles de Menezes	140
29	D. Francisco Mascarenhas	13.º	v.-rei „
30	D. Duarte de Menezes, <i>conde de Tarouca</i>	14.º	„ 142
31	D. Manoel de Souza Continho	143
32	Matias de Albuquerque	15.º	„ „
33	D. Francisco da Gama, <i>conde da Vidigueira</i>	16.º	„ 144
34	Aires de Saldanha...	17.º	„ 146
35	Martim Afonso de Castro...	18.º	„ „
36	D. Fr. Aleixo de Menezes, <i>Arcebispo</i>	147
37	André Furtado de Mendonça	150
38	Rui Lourenço de Távora	19.º	„ 151
39	D. Jerónimo de Azevedo	20.º	„ „
40	D. João Coutinho, <i>conde do Redondo</i>	21.º	„ 152
41	Fernão de Albuquerque	153
42	D. Francisco da Gama, <i>conde da Vidigueira</i> <i>(pela 2.ª vez)</i>	22.º	„ 154
43	D. Fr. Luís de Brito, <i>bispo de Meliapor</i>	„
44	D. Miguel de Noronha, <i>conde de Linhares</i>	23.º	„ „
45	Pero da Silva	24.º	„ 156
46	António Teles de Menezes	„ „
47	João da Silva Telo de Menezes, <i>conde de Aveiras</i>	25.º	„ „
48	D. Filipe Mascarenhas	26.º	„ 159
49	D. Vasco Mascarenhas, <i>conde de O'bidos</i>	27.º	„ 160
50	D. Rodrigo Lobo da Silveira, <i>conde de Sarzedas</i>	28.º	„ 163
51	Manoel Mascarenhas Homem	„ „
52	António de Melo e Castro	29.º	„ 166
53	João Nunes da Cunha, <i>conde de S. Vicente</i>	30.º	„ 170
54	Luís de Mendonça Furtado de Albuquerque, <i>conde de Lavradio</i>	31.º	„ 173
55	D. Pedro de Almeida, <i>conde de Assumar</i>	32.º	„ „
56	Francisco de Távora, <i>conde de Alvor</i>	33.º	„ 174
57	D. Rodrigo da Costa	„ 176
58	D. Miguel de Almeida	„	„ „

59	D. Pedro António de Noronha, <i>conde de Vila Verde</i>	34.º	v.-rei	176
60	António Luís Coutinho	35.º	,,	,,
61	Gaetano de Melo e Castro	36.º	,,	189
62	D. Rodrigo da Costa	37.º	,,	191
63	Vasco Fernandes Cesar de Menezes, <i>conde de Sabugosa</i>	38.º	,,	,,
64	D. Sebastião de Andrade Pessanha, <i>Arcebispo</i>		,,	193
65	D. Luís de Menezes, <i>conde de Ericeira</i>	39.º	,,	,,
66	Francisco José Sampaio e Castro	40.º	,,	194
67	D. Cristóvão de Melo			195
68	João de Saldanha da Gama	41.º	,,	,,
69	D. Pedro Mascarenhas, <i>conde de Sandomil</i>	42.º	,,	196
70	D. Luís de Meneses, <i>conde da Ericeira</i> (pela 2.ª vez)	43.º	,,	201
71	D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, <i>marquês do Castelo Novo e de Alorna</i>	44.º	,,	203
72	Francisco de Assis de Távora, <i>marquês de Távora</i>	45.º	,,	209
73	D. Luís Mascarenhas, <i>conde de Alva</i>	46.º	,,	211
74	Manoel de Saldanha de Albuquerque, <i>conde da Ega</i>	47.º	,,	217
75	D. João José de Melo			231
76	Filipe de Valadares Souto-Maior			232
77	D. José Pedro da Câmara			,,
78	D. Frederico Guilherme de Souza			224
79	Francisco da Cunha e Meneses			225
80	Francisco António da Veiga Cabral			231
81	Bernardo José de Lorena, <i>conde de Sarzedas</i>	48.º	,,	234
82	D. Diogo de Souza, <i>conde do Rio Pardo</i>	49.º	,,	237
83	D. Manoel da Câmara	50.º	,,	249
84	D. Manoel de Portugal e Castro	51.º	,,	250
85	Bernardo Peres da Silva (prefeito)			253
86	Simão Infante de Lacerda, <i>barão de Sa-</i>			

	Pag
<i>broso</i>	260
87 José António Vieira da Fenecca	267
88 Manoel José Mendes, <i>barão do Candal</i>	268
89 José Joaquim Lopes de Lima	270
90 Francisco Xavier da Silva Pereira, <i>conde das Antas</i>	272
91 Joaquim Mourão Garcês Patã	274
92 José Ferreira Pestana	274
93 José Joaquim Januário Lapa, <i>barão e depois visconde de Vila Nova de Ourém...</i>	279
94 António Cesar de Vasconcelos Correia, <i>visconde depois conde de Torres Novas</i>	282
95 José Ferreira Pestana, (pela 2. ^a vez)	283
96 Januário Correia de Almeida, <i>visconde de S. Januário</i>	286
97 Joaquim José Macedo e Conto	288
98 João Tavares de Almeida	289
99 António Sérgio de Souza, <i>visconde de Sérgio de Souza</i>	290
100 Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque	"
101 Carlos Eugénio Correia da Silva, <i>visconde de Paço de Arcos</i>	292
102 Francisco Joaquim Ferreira do Amaral	"
103 Augusto Cesar Cardoso de Carvalho	293
104 Vasco Guedes de Carvalho e Menezes	"
105 Francisco Maria da Cunha	294
106 Francisco Teixeira da Silva	"
107 Rafael Jácome de Andrade	"
108 Elezbão J. de Betencourt Lapa, <i>visconde de Vila-Nova de Ourém</i>	295
109 Rafael Jácome de Andrade (pela 2. ^a vez)... ..	"
110 D. Afonso Henriques, <i>duque do Porto</i>	52. ^o e último vice-rei 300
111 João António de Briassac das Neves Ferreira, <i>comissário régio</i>	"

	Pag.
112 Joaquim José Machado	301
113 Ednardo Augusto Rodrigues Galhardo	303
114 Arnaldo de Novais Guedes Rebelo	305
115 José Maria de Souza Horta e Costa	306
116 Francisco Manoel Conceiro da Costa	308
117 José de Freitas Ribeiro	"
118 Augusto de Paiva Bobela Mota	"
119 Jaime Alberto de Castro Moraes	"
120 Mariano Martins	309

INDICE ALFABÉTICO

N. B.—O índice dos vice-reis e governadores encontra-se na respectiva *Ordem cronológica* pag. 401.

A

- Abade Faria, 229
Abusos de autoridade, 216.
Academia militar, 238.
Accas, 313.
Aden, sua conquista e perda, 94.
Adil-khan (Yusuf), 21.
Adil-khan (Ismail) 41, 44.
Adil-khan (Ibraim) 66, 79.
Adil-khan (Ali) 106, 121.
Afonso de Albuquerque, 30, 35—46.
Afonso Mexia, 61, 63.
Aldoná, 204, 326.
Alorna e outras praças tomadas, 204.
Angediva, 33, 175, 376.
Angriás, 192, 195.
Armadas port. no oriente, 29, 30.
Arcebispado em Goa, 112.
Artelharia vendida, 271.
Arvalém, cascata de, 378.
Assad-khan, 67.
Assassinato : do conde de Alva, 215; de L. Prates 248; de A. M. de Azevedo, 267; de Bastos e Silva, 329 ; do cap. Garcês 280.
Aula de física e química, contenda sobre a, 347, 348.
Axoka, 11.

B

Bacais, porta dos, 28.

Bamanidas, 8, 18.

Banavasi, 4.

Bandel 179.

Barcelor : conquista, 120 ; feitoria, 173 ; perda, 180.

Bardês—vid : Salsete e Bardês.

Bassaim : conquista e cessão, 66 ; capital da Província do Norte, 197 ; perda de, 198.

Bassorá, 94, 95, 176.

Batalhão : em Quepém, 271 ; provisório, 271 ; expedicionário, 287.

Bedar, festas em, 19.

Bijapur, 21.

Bilhetes postais, 292.

Bisnagar, 7 ; monopólio do comércio, 91.

Bispo de Halicarnasso, 207, 219.

Bocage em Goa, 230.

Boletim do Governo, 265.

Bombaim : oferecida aos port. 66 ; sua cessão e entrega aos ingleses, 167, 168 ; arrendada à Companhia ing., 197 ; consulado port. em, 310.

Bounsuló, 189, 199.

Brámanes, 2, 3.

C

Cabralismo na India, 275.

Calicut : fortaleza port. em, 46 ; cerco e abandono da fortaleza de, 59, 61.

Camões em Goa, 101, 105.

Cananor, 34, 108, 114, 167, 180.

Cargos públicos em almoceda, 152.

Carnificina : de Gaspar Dias, 256 ; de Tiracol e Gululém, 258.

Carta de Martim Af. de Sousa, 80.

Castas, 2, 3.

Coilão : descoberta, 25 ; fortaleza, 49 ; exações, 98 ; anexação

- de—, 144 ; acontecimentos deploráveis, 160 ; perda de—164.
 Chafarica e Patuleia, 275.
 Chale : fortl. port. em—, 121 ; perda de—126.
 Chalúkyas, 5 e seq.
 Chaul : fortaleza de—, 49 ; joias oferecidas pelas damas de—87 ;
 cerco de—, 123 ; perda, 197-8.
 Chegada dos portugueses á India, 24.
 Cidade de Nova Goa, 273.
 Cidade de Goa : na margem do Zuari, 12, 13 ; na margem do
 Mandovi, 17, 22 ; extensão e população, 136.
 Cochim : ataque ao rajá de—31 ; séde do gov. port, 34 ; perda,
 165, 166 ; diocese em—, 356, 362.
 Cólera em Goa, 134.
 Coligação contra os portugueses, 121.
 Comércio florescente, 32, 139.
 Companhias : holandesa, e inglesa 177.
 Comunidades agrícolas, 10, 43.
 Conjuração dos Pintos, 225.
 Constituição em Goa, 240.
 Contenda com o gov. inglês, 277.
 Corjuém e Ponclém, conquista de—, 191.
 Cotubanas, 315.
 Cranganor, 165, 180, 356, 362.

D

- Damão : conquista, 106 ; inquietação mogol, 119 ; invasão ma-
 rata, 198.
 Dente de Buddha, 109—10.
 Derrota : de Adil-khan em Banastarim, 41 ; em Cuncolim, 83,
 91 ; em Pondá, 82 ;
 Desastre em Pondá, 215.
 Desautoração dum vice-rei, 129.
 Deposição : do conde de Óbidos, 161 ; do conde do Rio Pardo,
 240 ; do Prefeito, 255.
 Deputados, os primeiros, 245.
 Despacho jocoso, 194.
 Dessai de Usra 234.

Diocese de Goa, 1.º bispo da, 77.

Diu : bombardeamento, 65 ; 1.º cerco, 72—6 ; 2.º cerco, 83—9 ;
construção da fortaleza, 66 ; invasão marata, 198, morte do
sultão de Cambaia, 71.

Dominação em Goa : hindu, 9 ; maometana, 18 ; portuguesa, 27.

Dom João IV, aclamação de—, 158.

Dudsagor, cascata de—378.

Durgá Bai, hostilidade de—, 235, 238.

E

Emblema de Dom Constantino, 111.

Escola : de artes e ofícios, 347 ; de grâmática, na Sé, 332 : de
física, 347—8 ; Lancastriana, 337 ; Matemática e militar, 345 ;
Médico—cirúrgica, 349 ; Nacional, 339 ; Normal 338—9.

Escolas : paroquiais, 332 ; primárias, 336—8 ; secundárias, 334,
339—45.

Escravos, venda dos-, 139.

Estado da India e sua divisão. 374.

Estados vizinhos, 3.

Estátua de Vasco da Gama, 144.

Exército da India, 284 ; extinção do—, 289.

F

Feitorias : as portug. 29 ; de Surrate, 309.

Fortaleza : de Calicut, 46 ; abandono desta, 59, 61 ; de Cochim,
165-6 ; de Chale 121—126 ; Panane, 143 ; de Rachol, atacada,
68, 174.

Fortalezas : assalto às-, 50 ; construídas pelos port. nos domínios
do Samorim, 46, 59, 61, 125—6, 143.

G

Garsopa, cidade, 41.

Gaspar Dias, forte de, 144, 256.

Gazeta de Goa, o 1.º periódico, 345.

General do Norte, 197.

Goa, situação geográfica, 1 ; —origem do nome, população e divi-

são em classes, 2 ;—línguas, 3 ;—seus primeiros habitantes, 9 ;—sob a dominação hindu, 9—18 ;—sua cidade na margem do Znari, capital dos Kadambas ; sua prosperidade e a casa misericordiosa, 12—13 ;—transferida para a margem esquerda do Mandovi, 17—18 ;—sob a dominação maometana, 18—24 ;—cidade predilecta de Adil-Khan, 22 ;—muralha e edifícios, riqueza e comércio, 22—24 ;—conquistada por Albuquerque, 1.^a vez, 38 ; 2.^a vez, 40 ;—capital do império luso-indiano e seu florescimento, 133—9 ;—decadência, 180—9 ;—invadida por Adil-Khan, 44 ;—cercada por este rei, 49 e 123 ;—bloqueada pelos holandeses, 146, 156 ;—pretendida por Sivagi, 171 ;—salva do ataque de Sambagi, 174 ;—invadida por tropas inglesas, 231 ;—solicitada pelo governo britânico, 268—70.

Governo provisional, seus despotismos e violências, 257.

Grão-Mogol, imperador de Delhi, e a extensão do seu império, 194.

Grumete Bastião, 60.

H

Holandeses em Malaca, 146, 156 ;—nas Molucas, 147 ;—em Goa, 146, 756 ;—em Ceilão, 157, 164 ;—em Couão, Oranganor, Cochim, Cauanor e outras partes, 165—7.

Hospital real, 43 ;—hospital de N. S. da Piedade, 154.

I

Idalcão, 22.

Ilhas de Goa, permanentemente occupadas pelos portuguezes desde a sua conquista, 79.

Ilhas, concelho das, 375.

Ilhas das especiarias, vide Molucas.

Império dos Mogóis, vid. Grão Mogol.

Império Marata, 171.

Império luso-indiano, sua extensão e florecimento, 132 ;—desmorrimento, 177.

Inauguração da linha férrea de Mormugão, 292.

- Independência de Goa, 17.
 Ingleses em Goa, 231.
 Influência da dominação castelhana, 157.
 Influência da administração do Marquês de Pombal, 223.
 Inquietações dos Bounsulós e Ranes, 235.
 Inquisição em Goa, 112 ;—sua extinção, 222, 236.
Instituto Vasco da Gama, 288.
 Instituto Profissional, 346.
 Instituto Comercial, 344.
 Instrução pública e seus primeiros professores, 331.
 Insurreição em Salsete, 141.
 Invasão maometana, 15 ;—do marata Sambagi, 174 ;—do marata e Bounsuló em Salsete e Bardês, 198 ;—das tropas ingl., 231.

J

- Jesuítas presos, 217.
 Joias oferecidas pelas damas de Chaúl, 87.
 Junta Provisional, 241, 243.
 Junta da Justiça, 255.
 Juramento da Carta Constitucional em Goa, 252.

K

- Kadambas : de Banavasi , 3 ;—de Goa, 11.
 Kanogi Angriá, 192-4.
 Katif. (no gôlfo Pérsico), 94.
 Kemá Saunto Bounsuló, 189.
 Kojá Safar, 72-3, 84.

L

- Levantamentos de Satari, 316 e seg.
 Liceu nacional, central e liceus municipais, 339.
 Linha férrea de Mormugão, 291-2.
 Luta sobre a sucessão no governo da Índia, 61.

M

- Macau, cidade, 180 ;—sua separação do Estado da Índia,—309.

- Malaca, conquistada, 44;—teatro de discórdias entre os capitães 49; —oprimida pelo sultão de Bintam e outros régulos, 54, —5; —defendida dos assédios, 97, 115; —bloqueada pelos holandezes, 146; perdida, 156;
- Mapuçá, 326, 377.
- Maratas, vide Império marata.
- Margão, vila, 198, 200, 376.
- Mártires de Cuncohim, 141.
- Mascate, conquistada por Albuquerque, 95;—sua perda, 179.
- Massinga, rei de, 149.
- Meale Khan e suas questões de sucessão, 66—7, 78—9, 81 ;—feito rei de Bijapur, 103.
- Melhoramentos materiais em Pangim 250, 283, 291 ;—em Satari, 301.
- Meliapur cidade portuguesa, 207.
- Minas de manganés, 305—7.
- Mocassós, inamas e cotumbanas, 315.
- Moçambique, sua separação do Estado da India, 211.
- Mogol, vide Grão Mogol.
- Molucas, oprimidas pelo capitão da fortaleza, 98;—perdidas 130, 147.
- Mombaça, sua conquista, 33, e perda, 180.
- Monopólio do comércio asiático, 29, 32 ;—sua extinção, 143.
- Morimugão, sua fortaleza, 154;—edifícios construídos para a transferência da capital, 184,—melhoramentos posteriores 291, 307.—construção da linha férrea, 291—2.
- Morte de Bahadur-xá. 71.
- Morte de S. Francisco Xavier 102.
- Mudança da sede do governo para Pangim, 218.
- Mulher-soldado, 190.

N

- Naná Farnavis, 212.
- Narsinga, reino de, 7.
- Navegação fluvial, 291.
- Nizam, 121.
- Nova Goa, 273.
- Novas conquistas 311.

O

Onor, sua conquista, 119;—feitoria fortificada, 173 ;—sua perda, 180.

Ordenado e ostentação dos vice-reis, reduzidos, 221.

Ordens religiosas extintas, 255.

Ormús, conquista de—46 ; revolta do seu soberano, 51—3 ;—
fortaleza sitiada pelo pachá do Egito, 95 ;—sua perda, 153.

P

Pacém, perda de—, 54.

Padroado português no oriente, 355.

Panane, fortaleza de—, 143.

Pangim, vila, 250 ;—elevada a cidade, 273.

Patuleia, Chafarica e—275

Paz com Samorim : 1.^a vez, 46 ;—2.^a vez, 121, n. ;—3.^a vez,
76 ;—4.^a vez, 143.

Paz com Adil-khan, 93 ; definitiva, garantindo aos portugueses a
posse de Salsete e Bardês, 126.

Paz definitiva com os maratas, 186, 203.

Peça de Banastarim, 45 ;—de Diu 89.

Pegú, reino de—, sua conquista e perda, 148.

Periódico, o primeiro, 245.

Perda das possessões, 177.

Pexvá, ministro, 172, 198.

Perseguição a Camões, 105.

Pirata Angriá 192, 194.

Política comercial, 36 ;—imperial, 37 ;—governativa de Albu-
querque, 43 ; de Dom João de Castro, 91.

Pondá, conquista de—, 82, 219.

Ponelém, conquista de, 191.

Ponte de Pangim a Ribandar, 154.

Portugueses a Índia, chegada dos, 24.

Praças tomadas, 204.

Praganá Nagar-Avelí, 374.

Prefeitura, regime de, 253.

Primeiro vice-rei, 33.

Primeiro Conselho governativo, 290.

Príncipes europeus em Goa, 287.

Prisão : de Dom Brás de Castro e outros, 163 ;—do governador militar, 259.

Progresso material da cidade de Goa, 133.

Proposta do govêno inglês para a cedência de Goa, 268.

R

Rachol, praça, 51, 68, 82, 174—175, 199.

Rattas, 6.

Recrutamento em Goa 194.

Rei de Sunda ou Sundém 209—10 ;—extensão do seu reino, a sua família e o subsídio,—Nota final B.

Relação, extinção da,—255.

Relações de Portugal com a China, 47.

Retirada de Sambagi, atribuída à intervenção de S. Francisco Xavier 175.

Revolta : do batalhão provisório, 272 ;—de dois batalhões e corpo de sipais para arrazar a ilha de Divar, 280 ;—de Volvoi, 283 ;—de Marcela, 286 ;—dos soldados maratas, 295.

Revoltas de Satari, 312 e seg. ; sob a chefia de Bapu Rau, 319 ;—de Dipu Ranes, 320—de Custobá, 323 ;—de Dadá Ranes, 326 ;—revoltas posteriores, 329—30.

S

Salsete e Bardês, provincias ; vieram à posse do Estado, 39—40 ; 2.^a vez, 44 ;—perdidas, 45 ;—doadas ao rei de Portugal pelo rei de Bisnagar, 51 ;—de novo perdidas, 53 ;—cedidas por Assad Khan aos port ; 67 ;—levadas, 69 ;—novamente doadas por Adil Khan, 78—9 ;—atacadas por ôle, 82—3 ;—confirmada a doação —98 ;—novamente assaltadas, 104 ;—garantida a posse pelo tratado de 1571, 126 ;—legadas pelo neto de Meale Khan, 104 ;—invadidas pelo marata e o Bouneulô (*pundas*) 198 ;—restauradas pelo marquês de Lourical, 202—3.

- Santomés (moedas de ouro) velhos e novos. 207.
 Satari e suas insurreições, 312—31.
 Séde do govêrno port. em Cochim, 34.
 Sedição : de Cuncoim e aldeias vizinhas, 141 ;—contra o conde de Óbidos. 161 ;—imputada à India, 296, 300.
 Sêlos postais, 288.
 Seminário : de Chorão, Rachol e o do Bom Jesus, 333.
 Série cronológica dos prelados de Goa, 362.
 Sinopse do desmoronamento do império luso-indiano, e a decadência de Goa, 177.
 Sivagi, fundador do império marata, 171.
 Sonodo, 313.
 Sucessos no Gólfo Pérsico, 94.
 Sunda ou Sundém vid. Rei de—,

T

- Tanadarias, 44—5, 50.
 Templo: de *Saptanatha*, 16 ;—de Mahalsá, 67.
 Tentativa : da reedificação da cidade de Goa, 187 ;—de revolta militar contra o gov. Pestana, 274 ;—de ataque ao quartel de Colvale, 217.
 Território restante nos princípios do séc. XVIII, 180 ;—no sec. XIX, 309.
 Tesouro : de Assad-Khan, doado ao rei de Portugal, 80 ;—do rei de Pegu, 118—9.
 Timoja, soberano de Onor, 38, 41.
 Timor, Solor e as ilhas adjacentes, sua separação do Estado da India—vid. Macau, 309.
 Tipografia em Goa, 102.
 Tipu sultão de Maisur, 235.
 Tirtha de Naroá, 17.
 Transferência da capital para Mormugão, 182 ;—de algumas repartições públicas para Pangim, 238.
 Tropas inglesas em Goa, 231.

U

- Usos e costumes dos habitantes da cidade de Goa, 138.

Uspá, dessai de, 234 ;——sua casa—forte, 237.

V

Vasco da Gama em Calicut, 27——seu carácter 56.

Vias de sucessão, 58.

Vice-rei ; extinção de cargo 221 ;——seu restabelecimento 234.

Velha de Diu, 85.

Vila de Pangim, 250.

Vijayanagar, 7.

X

Xaú-rajá, 172.

Y

Yadavas, 7 ;——sua dominação, 14.

Erratas notáveis



<i>Pag.</i>	<i>linha</i>	<i>onde se lê</i>	<i>deve ler-se</i>
2	15	450,551	486,752
29	26	estabeleceram-se	se estabeleceram
30	19	destruin ? todos	destruiu todos
32	7	impório	empório
35	21	tomar a posse	tomar posse
41	15	Adil-Sha	Adil-xá
49	23	Jorje	Jorge
52	7	1552	1522
67	1	(Mallu)	(Abdullá)
"	83	Mhlasa	Mahalsá
74	34	eu o premdi	cu premdi
75	8	venha	vinham
80	16	estave	estava
"	21	de opera	deo pera
118	3	1654	1564
122	15	a tudo	tudo
133	20	e	se
"	21	sendos	sendo
134	32	capitulo seguinte	vol. 2.º
141	19	com sangue	com sangue de vaca
146	2	603	605
173	6	de Bom Jesus	do Bom Jesus
176	2	como atraz está dito	como se vai ler no capítulo seguinte
180	21	o arquipelago de	as ilhas de
203	26	1748	1744
227	11	5 à pena	e 5 à pena
231	25	a mais	ha mais
235	23	Cudale	Kudal
260	1	1832	1837

268	13	conselheiros	conselheiros electivos
273	31	a defrontam	defrontam com ela
284	28	regimento	regimentos
286	5	1898	1897
"	5	de exército	do exército
290	30	do governador	do govêrno
298	11	Sunda	Surla
300	30	encontrados em	encontrados com ar-
		flagrante delicto	mas na mão ou em de-
		de roubo ou ho-	lito de atentado con-
		micídio	tra pessoas ou pro-
			priedade alheia
313	14	80 sipais	800 sipais
"	26	elevado	reduzido
316	35	1823 : em	1823 ; setembro de
			1824; em
318	1	1883	1833
322	18	1855	1856
326	30-31	Outubro immediato	referido Outubro
329	16	influyente	influentes
339	4	da Santa Fé	de Santa Fé
"	37	ordenaram	ordenarem
384	31	1808	1798
335	9	informou-lhe que	informou-o de que
339	29	Liceu Geral	Liceu Central
341	20	criados	criadas
356	23	<i>militantes</i>	<i>militantis</i>
